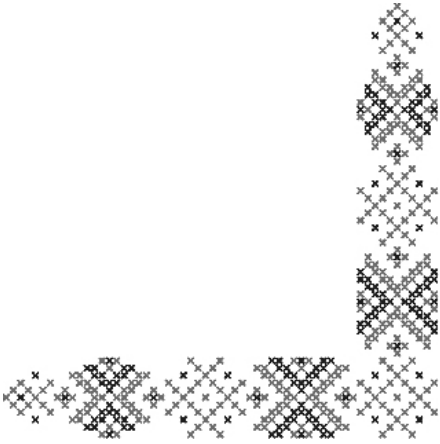
PRUDENTÓPOLIS
CULTURA, HISTÓRIA E IDENTIDADE



Conselho Editorial da UNICENTRO

Marcos Ventura Faria
Elaine Maria dos Santos
Karina Worm Beckmann
Denise Gabriel Witzel
Clayton Luiz da Silva
Eduardo Alexandre Santos de Oliveira
Gilmar de Carvalho Cruz
João Francisco Morozini
Josiane Lopes
Kátia Cylene Lombardi
Luciene Regina Leineker
Luiz Gilberto Bertotti
Marciano Adilio Spica
Marcos Antonio Quináia
Marcos Roberto Kühl
Maria Cleci Venturini
Níncia Cecilia Ribas Borges Teixeira
Oséias de Oliveira
Poliana Fabíula Cardozo
Ruth Rieth Leonhardt
Sidnei Osmar Jadoski

Editora UNICENTRO
Rua Salvatore Renna, 875, Santa Cruz
85015-430 - Guarapuava - PR
Fone: (42) 3621-1019
editora@unicentro.br
www.unicentro.br/editora

UNICENTRO
PARANÁ

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ODINEI FABIANO RAMOS
BEATRIZ ANSELMO OLINTO
(ORG.)

PRUDENTÓPOLIS
CULTURA, HISTÓRIA E IDENTIDADE

Editora
UNICENTRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reitor: Fábio Hernandes
Vice-Reitor: Ademir Juracy Fanfa Ribas

Editora UNICENTRO
Direção: Denise Gabriel Witzel
Divisão de Editoração: Renata Daletese
Assessoria Técnica: Beatriz Anselmo Olinto, Suelem Andressa de Oliveira Lopes
Correção: Dalila Oliva de Lima Oliveira
Diagramação: Renata Daletese
Capa: Renata Daletese
Foto da capa: Tynza

Catalogação na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro
Fabiano de Queiroz Jucá (CRB 9/1249)

P971 Prudentópolis: cultura, história e sociedade / Organizado por Odinei Fabiano Ramos, Beatriz Anselmo Olinto. – – Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2020.
238 p.

ISBN 978-65-5597-003-6

Bibliografia

1. Prudentópolis – Município - Paraná. 2. Prudentópolis – Paraná - História. 3. Prudentópolis – Paraná - Cultura. I. Título.

CDD 981.62

Copyright © 2020 Editora UNICENTRO
Nota: O conteúdo desta obra é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

PREFÁCIO 9

APRESENTAÇÃO 13

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA DAS IDENTIFICAÇÕES EM PRUDENTÓPOLIS 17
FRONTEIRAS, MOVIMENTOS E IMAGINÁRIOS
Odinei Fabiano Ramos
Beatriz Anselmo Olinto

CAPÍTULO 2

IMIGRAÇÃO, LEGISLAÇÃO E POLÍTICA DE ESTADO **37**
O BRASIL, O PARANÁ E PRUDENTÓPOLIS NO FINAL SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX
Lourenço Resende da Costa

CAPÍTULO 3

ARQUEOLOGIA EM PRUDENTÓPOLIS **69**
MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO NO PARANÁ
Claudia Inês Parellada

CAPÍTULO 4

IMIGRANTES NA FLORESTA DE ARAUCÁRIA **101**
PRÁTICAS AGRÍCOLAS E CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA (1895-1922)
Darlan Damasceno

CAPÍTULO 5

UCRANIANO COMO LÍNGUA DE HERANÇA EM PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ **127**
Loremi Loregian-Penkal
Edina Smaha

CAPÍTULO 6

TRADIÇÕES CULINÁRIAS ENTRE DESCENDENTES DE UCRANIANOS EM PRUDENTÓPOLIS 145

Eliane Lupepsa Costenaro

CAPÍTULO 7

MEMÓRIAS DE MORADORES DO FAXINAL BARRA BONITA 173

OS FAXINAIS TAMBÉM SÃO PARTE DA HISTÓRIA DE PRUDENTÓPOLIS

Claudete Maria Petriw

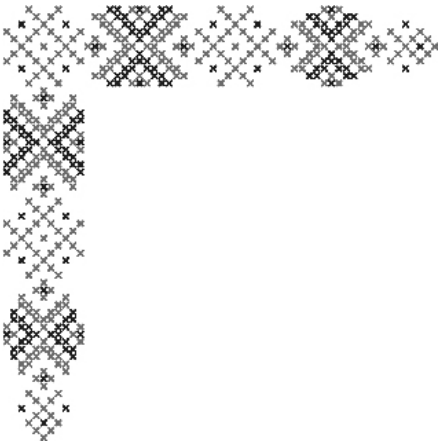
CAPÍTULO 8

MULHERES DE ASCENDÊNCIA UCRANIANA EM PRUDENTÓPOLIS 209

O TRABALHO COM A IDENTIDADE CULTURAL

Nikolas Corrent

AUTORES 233



PREFÁCIO

Prudentópolis: cultura, história e identidade é um livro constituído por oito textos que apresentam diferentes olhares sobre o referido município, localizado no centro sul do Paraná. São olhares sobre maneiras de viver e que envolvem a história, memórias, culturas, arqueologia, linguagens, gastronomias, identidades, gênero e formas de uso e posse da terra no município, que foi constituído a partir do final do século XIX com a fixação, em sua maioria, de imigrantes ucranianos e poloneses. Sem dúvida, sua publicação é uma relevante iniciativa da UNICENTRO e da prefeitura de Prudentópolis, pois contribuirá para o conhecimento e o debate acerca do passado e do presente de pessoas que habitaram e habitam a área onde está localizado o município.

Não é raro encontrarmos escritos - publicados especialmente por ocasião de efemérides que marcam os aniversários de localidades, ou de movimentos migratórios - que concebem identidade e cultura como características de grupos humanos que permaneceriam estáticas, mesmo com o passar do tempo e das gerações; portanto, a-históricas. Essas concepções também contribuem para a permanência de visões que encaram tais conceitos, ou noções, como autoexplicáveis, ou como dados naturais dos grupos humanos.

No entanto, em *Prudentópolis: cultura, história e identidade,* o leitor encontra textos em que a identidade cultural é entendida como algo dinâmico, resultado de processos históricos e de relações humanas. Nesse município, semelhante a muitos outros do sul do Brasil, as identificações culturais de seus habitantes são fruto das interações entre pessoas oriundas de diversos lugares da terra, cujos antepassados se comunicavam por meio de diferentes línguas e possuíam, e ainda possuem, distintas visões de mundo.

Os capítulos estão redigidos em uma linguagem clara e objetiva sem, no entanto, perderem o rigor científico, pois se caracterizam pela profundidade analítica que é ancorada em sólidas pesquisas empíricas. Nesse sentido, convém destacar que as análises e reflexões que constituem os oito escritos são frutos de pesquisas científicas e de dissertações de mestrado que também devem ser encaradas como demonstrações da relevância da ciência e do trabalho das pessoas e das instituições que a promovem. E essa importância deve ser cada vez mais ressaltada e valorizada, especialmente em tempos nos quais, com frequência, observamos manifestações e atos de pessoas que ocupam posições de poder que menosprezam o conhecimento científico – menosprezo que atinge de modo ainda mais severo as Ciências Humanas.

O rigor na produção do conhecimento científico nas Ciências Humanas envolve de forma especial o cuidado no uso dos conceitos, que são as ferramentas que usamos para compreender e representar o mundo social. Esse cuidado com os conceitos pode ser encontrado já no primeiro capítulo, o qual apresenta uma reflexão acerca das noções de identidade cultural, fronteira e imaginário que é articulada com uma breve discussão acerca do processo da vinda e estabelecimento de imigrantes em Prudentópolis.

Essa perspectiva em relação ao conhecimento histórico está também presente nos demais capítulos. Não se trata apenas de transmissão de conhecimento, mas de convites dirigidos aos leitores para a reflexão sobre a formação de Prudentópolis e sobre fenômenos que envolvem a seleção e uso de indicadores de identidade cultural por seus habitantes de ascendência eslava. Seus autores e autoras, ao remexerem e interrogarem documentos e narrativas do passado e do presente do município permitem compreender que mesmo os sentimentos de orgulho de ser ucraniano, ou de ser descendente de poloneses não são naturais, mas envolvem a seleção e o estabelecimento de marcadores identitários, em especial a língua de origem, com suas variantes, e as comidas típicas.

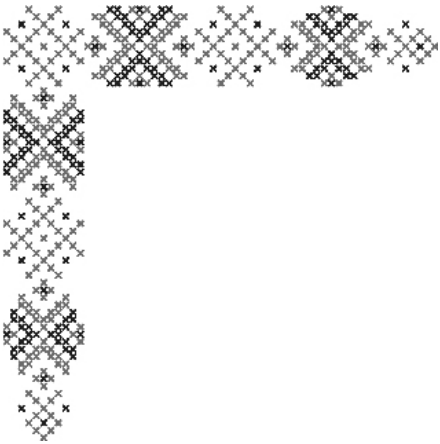
O livro também tem o mérito de abordar a relação entre cultura e natureza e um sistema típico de ocupação e uso da terra no centro sul do Paraná: o sistema faxinal. Nas narrativas e análises desses temas, o leitor entrará em contato com processos de

interação entre os estrangeiros e os nacionais, os usos da fauna e da flora na nova pátria e uma maneira de se relacionar com a terra que se diferencia do atual modelo dominante de propriedade privada, encarada quase sempre como sagrada e absoluta.

Além disso, gostaria de destacar o fato de um dos capítulos abordar os vestígios de povos indígenas que viveram em épocas remotas na área onde, hoje, encontra-se o território do município. Trata-se de estudos de sítios arqueológicos que foram produzidos por antepassados de pessoas que, atualmente, vendem seus artefatos em ruas de diversas cidades do Paraná e que precisam também ser valorizadas como integrantes de nossas culturas e história. Ao trabalharmos esses sítios arqueológicos como objetos da pesquisa e do ensino, contribuiremos para a necessária desconstrução dos discursos que procurar hierarquizar os grupos humanos que constituem nosso país.

Por fim, quero parabenizar novamente as pessoas e instituições envolvidas na elaboração e publicação deste livro. Trata-se de mais uma valiosa ferramenta para a compreensão e o debate sobre a história, a cultura e as identidades da população de Prudentópolis.

Prof. Dr. Marcos Nestor Stein
Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da UNIOESTE
Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Proprietas: História Social da Propriedade e Direitos de Acesso.



APRESENTAÇÃO

O presente livro busca refletir sobre as diferentes facetas do processo de reocupação e colonização da área que, hoje, compreende o município de Prudentópolis no Paraná. Lá, experiências culturais, imigratórias, linguísticas, religiosas, ambientais e de gênero são analisadas em suas especificidades, características e criatividades. Afinal, a identidade cultural é sempre um jogo no qual as estratégias relacionais se desenvolvem por entre táticas e resistências, falas e silêncios.

Os capítulos constituem-se também como diálogos que envolvem a noção de ucranidade, a qual qualifica os imigrantes ucranianos, bem como os seus descendentes, como proprietários laboriosos, membros de famílias letradas e religiosas. Essas famílias teriam buscado reconstruir suas vidas no Brasil após momentos de sofrimento em sua terra natal. Assim, ucranianos e também poloneses, fugiram do domínio de grandes impérios e das adversidades criadas pelos grupos invasores, que, ao modificarem fronteiras territoriais, alteraram questões identitárias dos povos eslavos. Ao contestar esse subjugo foi que ucranianos e poloneses carregaram, através do atlântico, seus imaginários coletivos nos quais, em alguns momentos, também imperava a hostilidade.

Diversos são os fatores de atração/expulsão de grupos humanos que induzem os movimentos migratórios. Em decorrência de alguns desses fatores é que ucranianos e poloneses desembarcam no Brasil, sendo estabelecidos em colônias criadas exclusivamente para recebê-los. Foi nesse contexto que, em 1896, nasce Prudentópolis o qual, ainda distrito de Guarapuava-PR, recebe uma leva significativa de ucranianos, os quais constituíram maioria e buscam manter de forma hegemônica seus usos e costumes.

Ao falar de migrantes devemos ter a consciência de que estamos falando ora de *nós*, ora dos *outros*. A formação da identidade nacional brasileira deve-se, em grande parte, à diversidade étnica decorrente de séculos de integração entre povos nativos e imigrantes (vindos para cá ou forçados pela escravidão ou espontaneamente em busca de melhores condições de vida). Como consequência dessa diversidade e, também, graças aos casamentos interétnicos, podemos afirmar que a miscigenação e a assimilação que existiu e ainda existe são importantes fatores para a construção/transformação da identidade nacional brasileira e, em diferente nível, também para a construção/transformação da identidade prudentopolitana.

Localizado na região Centro-sul do estado do Paraná, o hoje município de Prudentópolis tem, conforme estimativa do IBGE/2018, cerca de 51.961 habitantes, dentre os quais muitos descendentes de ucranianos. Visto o contato interétnico, Prudentópolis torna-se local de sociabilidade, onde é possível perceber relações existentes entre indivíduos de ascendência ucraniana, polonesa e *brasileira*[1]. Diante dos *diferentes*, os ucranianos buscaram uma fonte de elementos que lhes forneceram características capazes de diferenciar o grupo, de estipular uma fronteira étnica. Diante do *outro,* em Prudentópolis, como os *brasileiros* e os poloneses, os ucranianos se voltaram para a antiga pátria a fim de buscar elementos que os pudessem diferenciar dos demais povos da região, produzindo então sua identidade.

Com o objetivo de discutir tal problemática, no primeiro capítulo *A dinâmica das identificações em Prudentópolis: fronteiras, movimentos e imaginários*, Odinei Fabiano Ramos e Beatriz Anselmo Olinto abordam as noções que envolvem os processos identitários e as percepções das diferenças em Prudentópolis. Em seguida, Lourenço Resende da Costa em *Imigração, legislação e política de estado* explora o universo jurídico da imigração ao final do século XIX e início do século XX. Apresenta seus usos pelo estado e pela iniciativa privada, variando constantemente a escala de análise e inserindo a história local em horizontes mais amplos.

---

1 Para este estudo, brasileiros será a denominação dada àqueles que já habitavam a região antes da chegada dos grupos migrantes

O livro busca lançar olhares para a diversidade da população paranaense e, para essa abordagem, percebe a colonização como um processo de reocupação desse território. Para isso, Cláudia Parellada traz no capítulo 3: *Arqueologia em Prudentópolis: memória e patrimônio no Paraná* uma reflexão sobre as populações nativas, apontando, através das marcas da cultura material, a sua longa presença efetiva no território e os vestígios de suas realizações. Também nesse sentido, Darlan Damasceno, no capítulo 4: *Imigrantes na floresta de Araucárias* analisa a relação desses imigrantes com o meio ambiente, e, por entre utilitarismos, medos e transformações da paisagem, os recém-chegados adaptam e são adaptados a sua nova vida.

A construção da sobrevivência no novo mundo é a construção dos sentidos para essas experiências e a linguagem é sua mediadora universal, daí a importância da reflexão de Loremi Loregian-Penkal e Edina Smaha sobre as heranças da língua ucraniana para o sentimento de continuidade e identidade de grupo abordados no capítulo 5, *Ucraniano como língua de herança em Prudentópolis.* Língua que traz também as tradições e as reinvenções da culinária, ponto forte do processo identitário da comunidade edivulgado pela sua imprensa, como bem analisa Eliane Lupepsa Costenaro no capítulo 6: *Tradições culinárias entre descendentes de ucranianos*.

O pertencimento a uma comunidade, a construção da sobrevivência cotidiana por esses imigrantes e seus descendentes perpassam as memórias dos mais velhos e dão sentido às suas formas de vida e usos da terra. Assim, Claudete Maria Petriw aborda no capítulo 7, *Memórias de moradores do faxinal Barra Bonita*, apresentando experiências e esmiuçando essa forma de vida criativa e específica da região de floresta de araucárias. Por fim, no capítulo 8 *Mulheres de ascendência ucraniana em Prudentópolis*, Nikolas Corrent compõe um panorama de como as questões culturais colocadas como pontos de identificação da comunidade ucraniana de Prudentópolis perpassam também por construções de condutas desejáveis para os sujeitos que busquem dela participar.

Nota-se, neste livro, ainda, um silenciamento sobre a população afrodescendente na região de Prudentópolis. Tal lacuna em breve deverá ser suprida por pesquisas atualmente em desenvolvimento em diversas IES do Paraná, bem como no Programa

de Pós-graduação em História da UNICENTRO. Assim, vislumbra-se um horizonte no qual a dívida da historiografia local com essa população seja minimamente atendida.

Esses diferentes olhares lançados para a identidade apresentam essa noção como algo bem menos fixo do que se poderia pensar de início. A identidade é um processo, é um lugar de construção de sentido, uma compreensão do seu lugar no mundo. Relações sempre complexas que, sob análise minuciosa, expõem suas belezas, seus conflitos, os trabalhos e as invenções. A ucranidade é um endereço referencial entre muitos outros, mas que permite vislumbrar a capacidade criativa e de perseverança dos grupos humanos em sobreviver e conviver, mesmo após muitos sofrimentos, desafios e perdas.

Por fim, gostaríamos de agradecer ao apoio da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, ao prefeito Adelmo Luiz Klosowski e a Secretária Municipal de Cultura Nadir Vozivoda, sempre engajados em projetos de difusão cultural; ao Programa de Pós-graduação em História da UNICENTRO, manancial de pesquisadores e discussões que permeiam esta obra, e ao Grupo de Pesquisa Cultura, Etnias, Identificações, espaço de reflexão sobre os processos identitários e sua historiografia.

Os organizadores

CAPÍTULO 1

A DINÂMICA DAS IDENTIFICAÇÕES EM PRUDENTÓPOLIS

FRONTEIRAS, MOVIMENTOS E IMAGINÁRIOS

Odinei Fabiano Ramos
Beatriz Anselmo Olinto

Caracterizar e analisar a identidade cultural criada e transformada a partir do contato com *diferentes* e que já havia provocado conflitos identitários em outras épocas e em outros lugares não é uma tarefa fácil. Por essa razão, torna-se necessária uma sucinta discussão teórica que nos permita analisar os processos identitários na comunidade prudentopolitana, para que mais tarde, possamos compreender como tais movimentos estabelecem coesão de grupos, fronteiras e interações.

Pretende-se analisar tais relações na busca de elementos simbólicos que estabeleçam uma demarcação de ações cotidianas que nos permitam perceber as marcantes *diferenças* entre os grupos. Para tal, nos apoiaremos em definições antropológicas que nos ajudam a compreender a construção dos endereços identitários. Antes de discutirmos a transformação da identidade, temos que ter bem claros quais os mecanismos necessários para a realização de uma troca identitária e como ela acontece.

A percepção da identidade é um processo histórico dinâmico e que pode ser transformada em diferentes níveis de relacionamento, mas é a partir do comprometimento pessoal com um grupo, com semelhantes características, que existirá a necessidade de identificar-se. Parte-se da premissa de que a

identidade é construída pela necessidade da construção da diferença; é esse o centro da construção da diferença que define a fronteira. A fronteira pode ser modificada, mas é ela que identifica o grupo sendo, portanto, fundamental.

A formação de um grupo é a criação de mecanismos de diferenciação e, em consequência, constroem-se e mantêm-se fronteiras, aceitando os que compartilham sua cultura e seus costumes, afastando os indivíduos que não se enquadram em seu modelo social. Nesse sentido, podemos compreender que, quando da vinda dos ucranianos a Prudentópolis, existia uma proximidade entre as colônias, com o intuito de manter o grupo unido. Mas não será essa proximidade que formará a fronteira, pois essa só se caracteriza a partir dos conflitos, responsáveis pela construção da diferença.

IMIGRAÇÃO: JOVENS NAÇÕES AMERICANAS E AS EXPECTATIVAS

O processo imigratório, envolvendo grupos e nações, esteve relacionado com as necessidades individuais e coletivas, como também com os temores que assombravam essas coletividades. Passados os movimentos independência dos países sul-americanos, nas primeiras décadas do século XIX, inicia-se a imigração populacional para a América[1]. Foi estratégico esse movimento com o intuito de manter hegemonia política, bem como as fronteiras. Tal esforço para a manutenção das fronteiras há pouco definidas, foi intensificado nos espaços em que o governo percebia algum tipo de desordem. Podemos citar o caso do governo imperial brasileiro que dispunha de grupos considerados ordeiros para garantir o seu território, evitando, assim, possíveis invasões.

> [...] ao longo do século XIX e parte do século XX, os governos das jovens nações americanas adotam como prioridade número um, promover a ocupação efetiva de seus territórios, considerada necessária não apenas para garantir a soberania nacional como para

1 Vale ressaltar que antes dos processos de independência não se consideram portugueses e espanhóis como imigrantes, pois estes continuavam em um território o qual entendiam como seu.

> a sua valorização econômica. Para o cumprimento desse objetivo, a imigração passou a ser vista como componente essencial para o preenchimento de vazios demográficos. (BALHANA, 1989, p.18)

Segundo Truda (1930, p. 03), nesse sentido: "Na América, governar é povoar". Povoar áreas fronteiriças torna-se, então, necessidade, ou pelo menos foi a melhor maneira de se manter a hegemonia política e territorial do Brasil Imperial. Foi com a justificativa de guarnecer as fronteiras e povoar pontos estratégicos do território brasileiro que o império fomentou a imigração.

Havia também o medo de que a identidade luso-brasileira fosse corrompida pela identidade hispânica dos países vizinhos, bem como de outros invasores. Urgente ocupar o território, criar mecanismos que atraíssem um significativo contingente populacional para demarcar, colonizar e guarnecer o território brasileiro.

A dicotomia terra x mão de obra tida como responsável pelas constantes desavenças no território europeu tornou-se solução. Dessa forma, o *novo mundo* torna-se um paraíso para as futuras levas migratórias, pois "na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra, barata. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto cara." (KLEIN, 2000, p.15)

Tal preocupação, com a reocupação dos espaços compreendidos pelos governantes como "vazios", não era novidade do governo imperial. Com o intuito de estimular a vinda de imigrantes, o regente Dom João VI permitiu a concessão de terras aos estrangeiros que tivessem o interesse de emigrar para a colônia. O Decreto de 25 de novembro de 1808 estabeleceu novas diretrizes para a legislação sobre a posse de terra no Brasil, e é no sentido de concessão de terra que o governo brasileiro investe numa propaganda imigratória.

Foi a partir do decreto de 25 de novembro de 1808[2], que o príncipe regente inicia a política de imigração que tem como finalidade: criar uma agricultura diversificada, a homens livres, donos de pequenas propriedades; promover o progresso comercial e industrial do país, pelo aumento de sua população; fortalecer a segurança

2 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-25-11-1808.htm>. Acesso em 18 out. 2019

nacional pela criação de um exército capacitado e estruturado; criar uma classe média de homens livres (HORBATIUK, 1989).

A *Lei de Terras*[3] seria, então, um verdadeiro estímulo para a imigração europeia para o Brasil, visto que a Europa vivia um momento de grande aumento populacional[4], o que consequentemente, dificultava o acesso à terra. Na Ucrânia, por exemplo, essa relação ficou ainda mais confusa e complexa, pois, no território ucraniano, ocorreram diversas invasões, o que resultou em constantes transformações de suas fronteiras, modificando constantemente o entendimento de quem pertencia à terra.

Além dessa preocupação com a ocupação do espaço o império, na figura de Dom Pedro, já se preocupava com a formação/transformação da identidade nacional brasileira, visto que ocorreu um aumento significativo do número de negros no Brasil, ocasionado pelo longo período escravista, o que tornou urgente para a elite racista um *branqueamento racial* que viesse a transformar, num curto prazo, o fenótipo do povo brasileiro.

> No início do século XIX, a população brasileira é constituída de um milhão de indígenas, (...) um milhão novecentos e oitenta e sete mil negros, em sua maioria absoluta escravos, e 628.000 mil mestiços. [...] Os brancos somam 845.000. (DREHER, 1995, p. 71)

Com base nesses dados, percebe-se que o número de afrodescentendes no Brasil era superior a todas as outras ascendências geográficas, o que poderia ocasionar a construção de uma identidade nacional baseada e fundamentada na identidade africana. Nesse

---

3 De acordo com Kliemann (1986:20), "teoricamente, a 'Lei de Terras' de 1850 resolveria inúmeros problemas: acesso à terra, reorganização da produção e da sociedade e satisfação dos anseios das elites produtoras e dos intelectuais anti-escravistas, partidários da necessidade de uma purificação do sangue e da cultura brasileira através da colonização estrangeira."

4 Essa afirmação pode ser confirmada pelo trecho contido no trabalho de Truda (1930:08) referente à situação dos Açores e Madeira, que deixa claro o excedente populacional europeu. "Nos Açores e na Madeira, a população, sobreexcedente (sic) chegára (sic) a um estado de verdadeira penúria." Ainda segundo Truda, a imigração de casais para o Brasil, demonstrava "o interesse que havia em alliviar (sic) os Açores, como a Madeira, da sobeja população."

cenário, os grupos dominantes da nação incentivaram uma política imigratória que visava atrair imigrantes europeus, com o intuito de fazer um *"branqueamento da raça"*. Obedecendo à lógica dessa política é que os primeiros imigrantes *livres* saem da Europa com destino ao Brasil. A permanência no desconhecido país era, a princípio, provisória, de forma que logo voltariam para o país que deixaram para trás. Mas não eram todos que pensavam desse modo. Muitos ucranianos, por exemplo, que fugiam das dificuldades de seu país, não pensavam em voltar para a Ucrânia subjugada.

> [...] a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento do provisoriedade. (SAYAD 1998, p. 45),

Conforme Andreazza (1999), ninguém migra uma longa distância sem um impulso, sem um objetivo, sem esperança. Esse impulso é necessário para que esses imigrantes deixem seus países de origem, de tanto apego emocional e saiam em busca de novos horizontes.

Nas últimas décadas do século XIX, surgiram novas razões para a vinda de imigrantes, como por exemplo, a plantação de café, no norte do Estado do Paraná, a construção de estradas, de linhas telegráficas, criação de gado e o aumento do comércio de madeira. Além disso, trazer imigrantes para o Brasil era um ótimo negócio para o governo e para os grandes latifundiários. As companhias madeireiras tinham suas representações na Europa e estas usavam de todos os recursos e artifícios a fim de incentivar a imigração.

A propaganda imigratória demorou a surtir o efeito desejado na Ucrânia. No início, apenas algumas famílias e pequenos grupos se arriscaram a deixar o país e a se dirigir para um país desconhecido. Somente quando chegaram cartas à Ucrânia, assinadas por Dom Pedro II, que garantiam passagem, lugar para morar e terra para trabalhar, que muitos decidiram arriscar. A expectativa dos migrantes era a de encontrar um lugar bom para morar; eles foram atraídos

pela promessa de um mundo maravilhoso onde *o mel escorria pelas folhas das árvores*, onde eles encontrariam a paz almejada.

Mas não foi só por *atração* e pela promessa de terra fácil que os imigrantes vieram para o Brasil. Diversos foram os fatores que fizeram com que os povos, como ucranianos e poloneses, deixassem suas terras. Citamos as constantes invasões vindas do leste ou do sul. Essas constantes invasões faziam com que existisse um grande fluxo migratório através do velho continente. As invasões também eram constantes nos territórios ucranianos e poloneses, o que certamente serviu de estímulo para a imigração ao Brasil. Um fator de expulsão do povo ucraniano pode ser percebido no parágrafo que segue:

> A prepotência dos ricos sobre os pobres foi a causa porque o povo ia aos poucos abandonando a terra do seu berço com o intuito de além do vasto oceano melhorar a sua deplorável condição. Principalmente eram a América do Norte e o Canadá os países aonde o povo affluia(sic) afim de lá grangear-se um sofrido sustento. – Só mais tarde foi considerado o Brasil, como o paraíso das delícias, ao qual principiou em 1894 emmigrar (sic) o nosso povo ucraniano da Galícia oriental. Chegando ao Brasil, porém, constatou-se que a propaganda imigratória era enganosa. As dificuldades foram sentidas já em alto mar, devido às precárias condições dos navios que para cá transportaram estes imigrantes.[5]

As dificuldades encontradas no seu país natal, agravadas pela má distribuição de terras, foram motivos que desencadearam a imigração em massa para todos os continentes.

TRAJETÓRIAS DOS UCRANIANOS NO NOVO TERRITÓRIO

Oito famílias. Esse foi o número dos primeiros ucranianos que chegaram em 1891, oriundos da Galícia Oriental. Com sua chegada, foi fundada a colônia Santa Bárbara, próximo ao município de Palmeira-PR. Em levas significativas, foi somente

5 Livro *Tombo do Curato* de Antônio Olyntho. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, p.2.

a partir de 1895 que imigrantes ucranianos desembarcaram em terras brasileiras, somando cerca de 20.000 imigrantes. Só no ano de 1895, cerca de 5.500 ucranianos desembarcaram nos portos de Paranaguá e Santos, seguindo, daí, para os arredores de Curitiba.

No ano de 1896, cerca de 1500 famílias, aproximadamente 8.000 pessoas, se dirigiram ao município de Prudentópolis e outras localidades em seu entorno. Cerca de 800 famílias estabeleceram-se na região que futuramente seriam os municípios de Mallet e Dorizon e outros 2.000 imigrantes foram alocados na colônia de Água Amarela (hoje Antônio Olinto) e 80 famílias em Jangada (BURKO, 1963).

Vindos da Ucrânia Ocidental, fugindo do domínio do antigo império Austro-Húngaro é que ucranianos migram em busca de oportunidades. Havia, sob a permanência desse subjugo, grande insegurança em relação à liberdade, perseguição quanto à prática de sua religião e más condições socioeconômicas e, por isso, sentiram-se forçados a deixar sua pátria em busca de melhores condições.

Cabe aqui salientar que, ao longo do século XIX, a Ucrânia também vinha sofrendo com o crescimento demográfico, o que acarretou uma pressão no setor agrícola, que cada vez mais necessitava de aumento na produção, na tentativa de atender a essa alta na demanda alimentar. Em consequência desse crescimento demográfico e pela reduzida porção de terra de que a Ucrânia dispunha, os ucranianos saem à procura de uma situação inversa, onde a terra era abundante e a mão de obra escassa. No Brasil, eles encontraram essa situação.

O número de ucranianos que vieram para o Paraná é incerto, pois numerosos foram os ucranianos que, tendo vindo da Galícia, entraram no país ora como austríacos, ora como poloneses. (ANDREAZZA, 1999) Como austríacos, porque o território ucraniano pertencera ao Império Austro-Húngaro de 1795 a 1918 e, como poloneses, por causa das semelhanças fenotípicas de ambas as etnias. Esse tipo classificação dos imigrantes também foi responsável pela distribuição de terra e pela criação de colônias de ucranianos próximas de colônias polonesas que, segundo os responsáveis por essa distribuição, poderiam conviver em perfeita harmonia. Foi o caso da colônia de Prudentópolis e das demais espalhadas pela região. Porém, mesmo com dificuldade de precisar

o número de imigrantes ucranianos vindos ao Brasil, sabe-se que, no início do século XX, somavam no Paraná, cerca de 24.000 pessoas.

No início do século XX, o projeto imigratório ucraniano arrefeceu, porém o estado do Paraná continuou a receber cerca de 1.000 indivíduos por ano. As propagandas migratórias não eram mais as responsáveis por atrair imigrantes, mas sim cartas enviadas por parentes que buscavam trazer os seus para próximo de seu convívio.

Foi a partir da segunda década do século XX, que ocorreu outra onda de imigração em massa. Novamente motivados pela campanha brasileira de imigração que requisitava mão de obra estrangeira para a construção da Estrada de Ferro, São Paulo-Rio Grande do Sul, ucranianos chegam em busca de oportunidades. Somavam vinte mil imigrantes que aportaram entre os anos de 1908 e 1914 sendo que, desses, aproximadamente 18.500 fixaram-se nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Com as duas levas de imigração ucraniana no Brasil, até 1914, totalizava cerca de 45.000 pessoas.

> [...] entre os anos de 1947 e 1951, mais de 7 mil imigrantes ucranianos foram registrados em portos brasileiros, mas desta vez a maioria dirigiu-se para São Paulo, não faltando, entretanto, os que continuavam preferindo o Paraná ou o Rio Grande do Sul. Grupos menores também se estabeleciam nos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro (BURKO, 1963, p.49-50).

Os imigrantes ucranianos que se estabeleceram no Paraná dedicaram-se à lavoura, sendo que os primeiros grupos foram encaminhados às terras não desbravadas, tendo que realizar todas as tarefas de áreas pioneiras, derrubando matas, construindo suas casas e, posteriormente, arando alqueires de terra para a produção agrícola.

É importante reforçar que, ao chegarem ao Brasil, em função das afinidades existentes (vistas apenas pelo governo brasileiro), muitos ucranianos alojaram-se próximos aos poloneses, o que, muitas vezes, causava confusão e constantes brigas, motivadas por todo um contexto histórico envolvendo as duas etnias ainda no velho continente. O resultado foi que ambas as etnias mantiveram as diferenças mais marcantes, quanto à língua, o culto religioso e à convivência em sociedade.

Em Prudentópolis, tudo tem início com a formação da colônia. Tal formação teve início com a divisão das linhas[6] que dividiram a terra em lotes de 10 alqueires cada[7]. Após a chegada dos imigrantes e a distribuição dos lotes, o primeiro trabalho que deveria ser feito era a construção das moradas que, primeiramente, eram feitas de madeira de pau-a-pique, chão batido e cobertas com folhas de palmeira. Segundo Zaroski (2001), os primeiros anos dos imigrantes ucranianos e poloneses em solo paranaense não foram nada fáceis, visto que o governo apenas lhes concedia as terras, e o dinheiro era escasso, não havendo a possibilidade de regressarem para seu país de origem.

Logo após a construção de suas casas, o passo seguinte era derrubar a mata para, logo em seguida, preparar o solo para receber o cultivo de cereais. As dificuldades, porém, ainda rondavam a colônia, já que a aquisição de sementes era muito difícil e, ainda, se não bastasse isso, não possuíam ferramentas apropriadas, dependendo quase sempre da boa vontade dos vizinhos, o que muitas vezes não ocorria, visto que ucranianos e poloneses foram colocados em linhas próximas, dificultando a relação entre esses dois grupos.

Com a imigração vieram padres poloneses e ucranianos, católicos e ortodoxos, que construíram suas igrejas com certa imponência. A vinda desses padres foi um elemento importante para a *manutenção* da identidade étnica tanto de poloneses quanto de ucranianos. Vale lembrar que, quando os primeiros imigrantes desses dois grupos vieram para o Brasil, eles não encontraram nenhum tipo de representação política, pois não existiam consulados no país

6 A divisão da colônia de imigração em Prudentópolis se deu de forma distinta das demais existentes. Não foram formadas, a princípio, vilas, povoados ou vilarejos, mas sim linhas que recortavam todo o município e que respeitaram, dentro das possibilidades, a acidentada topografia da região.

7 As terras foram divididas em 38 linhas sendo elas, ao norte: Rio dos Patos, Candido de Abreu, Nova Galícia, Cônsul Phol, Antônio Olinto, Barra Vermelha, Ivaí, Carlos Gomes, Luiz Xavier, Sertório, Santos Andrade, Vicente Machado, Guarapuava da Esperança, Paraná, Carlos Gomes, Piquiri, Capanema, Coronel Eduardo Chaves, Maurice Faivre, Sete de Setembro, União. E ao sul: Inspetor Carvalho, Rio Preto, Visconde de Nácar, Dezembro, Visconde de Guarapuava, XV de Novembro, Ponte Nova, Ponte Alta, Tiradentes, Jesuíno Marcondes 1ª e 2ª seção, Tijuco Preto, Coronel Bormann, Cláudio Guimarães, Vinte e Três de Abril, Ronda, Vinte e Cinco de Outubro e Taboãozinho.

que pudessem olhar para sua causa. A falta dessa representatividade foi suprida pela presença dos padres que conseguiam manter a união entre os integrantes de cada grupo. Por isso, as principais representações coletivas que esses grupos terão como tradicionais elementos formadores de fronteiras identitárias, estarão ligados com a religião e com a religiosidade dos componentes desses grupos. Algumas representações estarão ligadas às festas populares e tradicionais, comidas típicas, danças, vestimentas, enfim, a todo tipo de representação cultural, geralmente ligada à igreja.

A pequena vila não parava de crescer, assim reclamava-se uma organização político-administrativa, que suprisse suas necessidades. As reclamações foram ouvidas e, a 5 de março de 1906, pela lei de nº 615, criou-se o município denominado Prudentópolis e, pelo decreto nº 242, foi marcada a eleição municipal para o dia 8 de junho. No dia 12 de agosto do mesmo ano, instalou-se o município. A economia prudentopolitana, num primeiro momento, era baseada na agricultura de subsistência, principalmente no cultivo do trigo, do milho e do feijão. A agricultura ainda era rudimentar, devido as terras estarem situadas em terrenos acidentados, não dando condições de ser adotada a agricultura mecanizada, sendo feita com machados, enxadas, cortadeiras, arados, puxados por animais, tornando assim, o trabalho pesado e vagaroso, e sem rendimentos adequados, se compararmos com a época em que vivemos.

UM E OUTRO: RELAÇÕES DE IDENTIDADE E DIFERENÇA

Para que haja a necessidade de identificar um *nós* e um *outro* como diferentes, há a necessidade de que se conheça e se tenha contato com esse *outro* e que sejam percebidas diferenças entre ambos os grupos. De acordo com Tzevetan Todorov (1993), nós não temos que analisar o "um" ou o "outro", mas sim o "um" e o "outro". Com isso, levamos em consideração que, para entender a identidade prudentopolitana, temos que analisar a inter-relação existente entre os grupos que se instalaram ou habitavam o município de Prudentópolis, suas semelhanças e seus distanciamentos.

Assim sendo, temos que perceber que os meios de identificação variam de grupo para grupo e que cada coletividade tem um meio particular de se identificar. Não podemos esperar que, mesmo oriundos de uma porção territorial próxima, ucranianos e poloneses utilizem os mesmos mecanismos para delimitar suas fronteiras e, consequentemente, identifiquem-se como iguais. Em Prudentópolis, muitas vezes, podemos ser identificados como poloneses ou *brasileiros* pelo simples fato de não sermos ucranianos. Tal regra também é aplicável através do olhar do *outro*. Assim, a formação da identidade ucraniana em Prudentópolis, não terá a mesma formação da identidade ucraniana em diferentes partes do mundo, visto que diversos são os fatores que influenciarão no processo de resistência e de construção de uma nova identidade. Os ucranianos em Prudentópolis foram, muitas vezes, confundidos com poloneses, recebendo, então, terras que faziam fronteiras com as terras dos imigrantes poloneses que, em Prudentópolis e arredores também se estabeleciam, fazendo com que existisse uma fronteira difícil de ser transposta, pois o imaginário criado no velho continente continuou vivo no liame das gerações, imaginário esse que foi ativado devido à presença deste *outro*, o polonês.

Segundo Hobsbawm, "todos os seres humanos, coletividades e instituições necessitam de um passado" (HOBSBAWM, 1998, p. 285). Então, vista essa necessidade que as coletividades têm de conhecer seu passado, de passar para as gerações futuras o que lhes foi ensinado por seus antepassados, elas têm que se identificar, criar meios de se identificar e, só a partir desse momento, podem ver o *outro* como diferente, assegurando que seu passado será, de comum acordo entre os participantes do grupo, primordial, formando assim uma identidade.

A identidade cultural seria, então, as semelhanças que aproximam indivíduos, os mecanismos que eles criam para reconhecer seus iguais (*nós*) e os diferentes (*outros*). É a partir dessa identificação que podemos reconhecer uma memória coletiva e a criação de um imaginário popular. Percebemos que, tanto na identidade pessoal, quanto na cultural, apoiam-se uma à outra. Encontramos em Todorov (1993) a diferença entre *nós e os outros*, sendo possível discutir se existe essa diferença, e qual a importância de se descobrirem essas diferenças.

No nosso caso, temos que perceber o processo de negociação que estabelece as diferenças e aproximações entre a identidade ucraniana e a dos demais grupos que possam, de certo modo, influenciar na formação de tal identidade.

Não podemos deixar de perceber, também, que as fronteiras identitárias sofrem com os constantes *ataques* do fenômeno da globalização, que tende a fazer uma homogeneização das identidades. Isso poderia ser chamado de crise, já que cada vez mais as fronteiras identitárias de determinado grupo vêm perdendo espaço para uma *identidade global,* exigindo dele um esforço maior na manutenção do tradicional.

Porém, o processo de globalização não tem provocado a homogeneização completa das culturas e das identidades, pois entra em cena a chamada identidade de resistência que cria a necessidade de esses grupos resguardarem valores que traduzem o espírito desse viver em comunidade, de se identificarem como grupo e no grupo. É nesse sentido que se reforça o *Orgulho de ser ucraniano, Orgulho de ser polonês*, entre outros. Esses valores são postos em prática no momento em que o indivíduo se identifica com o grupo e em que o grupo identifica o indivíduo.

As identidades entram em crise e essa crise produz novas formas de identificação, fazendo com que essas identidades pairem entre a tradição e a tradução. Para isso, afirmamos então que a identidade é dinâmica, está sempre em movimento, é criativa, está em constante reinvenção. A identidade, tanto a individual quanto a social, está em mudança, não apenas pelo contato externo, pela influência de outros grupos; mas essa mudança também é realizada internamente entre os próprios componentes do grupo.

Segundo Barth (1976), a identidade de um grupo transcende seus aspectos culturais, não envolvendo somente aspectos internos dessa cultura, mas sendo particularmente envolvida pelas interações do grupo com o mundo ao seu redor, não existindo então o isolamento. A identidade étnica seria, então, uma característica de ordem social, mais do que uma expressão cultural, significando que temos que olhar para os limites de um grupo étnico e não somente para os aspectos culturais que esses limites carregam consigo. Percebe-se que muito do que faz parte do cotidiano de

uma comunidade é algo *emprestado* de outras culturas, algo que foi assimilado pelo grupo, pela interação de grupos diferentes, e que agora já faz parte de sua cultura. Assim, a negociação das fronteiras ocorreu quando os eslavos chegaram a Prudentópolis. Existe uma estreita relação entre os diferentes níveis de identidade, e explicá-los separadamente seria um grave erro. Por isso, a necessidade de compreendermos os ucranianos e suas relações com outros grupos, pois a identidade ucraniana não é algo totalmente original, mas sim uma tradução de imagens e representações, construídas ao longo dos séculos e por meio do contato. É o que acontece no caso de Prudentópolis, em que muitos de seus usos e costumes são de origem ucraniana, polonesa, austríaca, russa, entre outros grupos que participaram, por séculos, da negociação de tal identidade.

Afirmamos então que o processo de identificação está sujeito a várias construções, transformações, influências, num processo constante. Cabe a cada indivíduo ou coletividade fazer o processo de identificação e resguardar os valores que os diferenciam dos outros. Esses processos de identificação, ou melhor, de construção/transformação de identidade podem ser feitos de diversas maneiras, dependendo do grupo a que pertencem ou pretendem pertencer.

É justamente pelo contato com grupos circunvizinhos e pela troca de experiências e valores que as diferenças são sobrepostas. Dessa maneira, desde sua fixação, percebemos que os ucranianos e os poloneses em Prudentópolis tiveram a necessidade de transpor a fronteira entre eles para que, desse modo, pudessem manter um relacionamento de troca de experiências com os seus vizinhos, sejam elas comerciais e, consequentemente, culturais. Esses vizinhos, muitas vezes, compartilhavam de um mesmo imaginário cultural, mas são tidos como diferentes pela maneira de se identificar.

Visto que existem distanciamentos e aproximações, podemos afirmar que o relacionamento entre grupos circunvizinhos sempre vai ocorrer, pois cada grupo vai sentir a necessidade de relacionamento com outros grupos, seja ele de natureza emocional ou meramente comercial. Por isso, podemos afirmar que o estabelecimento de fronteiras não se deu por um simples isolamento geográfico, pois, como dito anteriormente, as pessoas necessitam estabelecer relações sociais para sua sobrevivência cotidiana, não

envolvendo, nesse relacionamento, somente aspectos internos de sua cultura. Afirmação válida quando nos referimos aos imigrantes que chegaram a Prudentópolis, pois eles necessitaram buscar, em vilarejos vizinhos, as ferramentas, materiais, sementes de que tanto precisavam para realizar seus trabalhos, suas plantações. Buscavam também a confiança dos negociantes que compravam seus produtos. Os limites desses imigrantes não eram somente culturais, mas sim econômicos e políticos.

Os imigrantes ucranianos e poloneses, em Prudentópolis, não estavam em momento algum isolados, pois quando da chegada deles à região, já existia um vilarejo no local, o que permitiu que encontros a caminho de casa fossem mais frequentes, ocasionando relacionamentos de aproximação ou de repulsa. O sentimento de repulsa ocorrerá principalmente para com os imigrantes que eram tidos como invasores pelos *brasileiros*, mas não era um preconceito exclusivo deles, pois existia também a rivalidade entre ucranianos e poloneses que perdurou por gerações e que veio junto ao Brasil pela migração desses povos. Essa rivalidade contribuiu intensamente para a construção de um imaginário coletivo, em terras prudentopolitanas, havendo tentativas de predominância, valendo-se de representações de poder.

> [...] os poderes que conseguem garantir o controle, senão o monopólio destes meios, apropriam-se assim de uma arma tanto mais temível quanto mais sofisticada. É difícil subestimar as possibilidades que se abrem, deste modo, às iniciativas de tipo totalitário que visam anular os valores e modelos formadores diferentes daqueles que o Estado deseja, bem como condicionar e manipular as massas, bloqueando a produção e renovação espontânea dos imaginários. (BACZKO, 1985, p. 308)

Assim, o imaginário foi utilizado como mecanismo de controle de opinião e como um arsenal simbólico referencial para a identificação. No caso de Prudentópolis, a tentativa de garantir o monopólio do imaginário coletivo foi realizada a partir da difusão dos usos e costumes de cada grupo, fazendo com que cada vez mais pessoas reconheçam esses costumes como tradicionais e, a partir deles, produzam variados bens culturais para comercialização, como

festas, culinária, objetos, etc, todos denominados como típicos e assim, símbolos fixos para as diferenças identitárias móveis.

Cada coletividade tem uma imagem diferente sobre determinado objeto; as representações desse mesmo objeto também são diferentes. O que esse objeto simboliza para determinado grupo também não vai ser o mesmo para outros. Podemos afirmar que não existe um imaginário, mas sim vários imaginários que, muitas vezes, se confundem e são percebidos como semelhantes e até mesmo iguais. Podemos utilizar o exemplo das pêssankas[8] que são representações coletivas tanto de ucranianos quanto de poloneses em Prudentópolis, mas, mesmo sendo o mesmo objeto, são utilizadas como elementos de reconhecimento e de identificação de cada grupo, como se fosse algo diferente. Nesse sentido, a discussão se torna ainda mais difícil no caso do imaginário coletivo existente em Prudentópolis, pois ele é carregado por diversas imagens da terra deixada para trás, isso para os imigrantes e seus descendentes. A leitura desse quadro imagético deve ser feita com o devido cuidado, pois ele é dotado de experiências anteriores que se desdobram na memória e que, muitas vezes, se confundem com o imaginário da região onde se fixaram.

Acompanhando Laplatine (1997), o imaginário é a capacidade de *produzir* uma imagem que não é e nunca foi dada a partir de um apoio real na percepção. No imaginário, o estímulo perceptual é transfigurado e deslocado, criando novas relações inexistentes no real. Essas novas relações, antes inexistentes no real, são transmitidas a partir do contato com o diferente, dando a impressão, quase sempre verdadeira, de que existe uma tentativa de distanciamento entre os grupos, criando conflitos identitários que, ao invés de aproximar os grupos, os repelem, como é o caso dos imigrantes poloneses e ucranianos em Prudentópolis.

O imaginário pode organizar-se como um museu mental, segundo Durand (2001). Neste estariam expostas todas as imagens passadas, presentes e as que ainda são produzidas pela sociedade. Não podemos então, tentar entender a construção/

8 Ovos cozidos e pintados de cores vivas e desenhos característicos. São ovos inteiros que são decorados com uma combinação de desenhos e cores. Geralmente a pêssanka é dada aos membros da família e aos amigos respeitados, tornando-se mais tarde objeto comercializado entre os turistas que visitam a cidade.

transformação da identidade ucraniana e polonesa apenas em terras prudentopolitanas, visto que essa construção já esteve presente em território europeu. Mas o propósito deste trabalho é o de explicar como essa transformação ocorreu na pós-imigração, percorrendo o imaginário e as representações coletivas de ucranianos e poloneses em seu contato um com o outro, bem como com os *brasileiros*.

> [...] o domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam (...). Em outras palavras, o limite entre o real e o imaginário revela-se variável, enquanto que o território atravessado por este limite permanece, ao contrário, sempre e por toda a parte idêntica, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal. (PLANTAGEAN 1990, p. 291)

Para analisarmos o imaginário popular prudentopolitano, temos que analisar a partir de um sistema simbólico criado para a construção de fronteiras. Sandra Pesavento (1995), apontou que o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas. Esses símbolos só se tornam parte de um imaginário social a partir do momento em que ele se caracteriza como sendo comum à sociedade, por isso a importância da estrutura descrita acima. Esse símbolo deve representar algo, e não somente para quem o *criou*, mas ele deve ser identificado por componentes de um grupo, ele deve representar para a coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para conseguir manter relações com seus semelhantes e também com o *outro*, são criados meios comuns de comunicação, produzindo, assim, uma maneira de se identificar como membros de um grupo e também de serem identificados como componentes deste. Esses meios comuns de comunicação podem ser: a linguagem, usos e costumes, o folclore, as representações coletivas, as imagens e

os símbolos. Dentro dessa perspectiva, é possível afirmar que existe a necessidade de um aporte imagético para que o indivíduo possa vir a fazer parte de um grupo. Entende-se por aporte imagético o quadro mental que determinado grupo tem por tradicional, onde estão inseridas diversas imagens e símbolos que auxiliam no processo de identificação. Essas imagens e símbolos podem ser os mecanismos utilizados para a criação de uma identidade de grupo.

No caso dos ucranianos em Prudentópolis, a fronteira identitária foi construída pelos conflitos existentes em relação aos que não falam a língua ucraniana, aos que não frequentam as missas do rito ucraniano e aos que não se assemelham ao fenótipo do ucraniano. Mas essa é uma discussão que diz respeito à construção/transformação da identidade prudentopolitana, formada justamente pelas diferenças e negociações, pois temos que lembrar que essa é uma via de mão dupla, não podendo somente um grupo ser caracterizado como preconceituoso e adepto de atitudes segregadoras.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, Maria Luiza. *O Paraíso das Delícias:* um estudo da imigração ucraniana –1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação social.* Enciclopédia Einaudi (ed. Portuguesa). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1985.

BALHANA, Altiva Pilati. Política imigratória no Brasil antes e após a proclamação da República. In: WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva. *Revoluções e Conferências.* Curitiba: SBPH-PR, 1989.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos esuas fronteiras*, de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BURKO, Pe. Valdomiro. *A imigração Ucraniana no Brasil.* Padres Brasilianos. Curitiba: s/e, 1963.

DREHER, Martin. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*, vol. 31, n. 142, 1995.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário:* introdução à arqueologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnicity & Nationalism*. Anthropological Perpectives. London: Pluto Press. 1993

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória Social.* Lisboa: Teorema, 1992.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. (orgs). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

HORBATIUK, Paulo. *Imigração ucraniana no Paraná*. Porto União: UNIPORTO , 1989.

IVANCHICHEN, Claudete. *A imigração ucraniana da Ucrânia a Prudentópolis - Pr*. Cascavel: Unipar, 2002.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

KUSMA, Rita. *Ritos tradicionais de casamento nas comunidades ucranianasdo interior de Prudentópolis*: 1920-1930. Guarapuava: Unicentro, 2002.

LAPLATINE, François; TRINDADE, Liana Sálvia. *O que é imaginário.* São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1997.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional:* imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MARTINS, Romário. *História do Paraná.* Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937

_____. *Quantos somos e quem somos.* Dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *500 anos de América:* imaginário e utopia. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do Imaginário. In: GOFF, Jacques Le. *A Nova História.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.

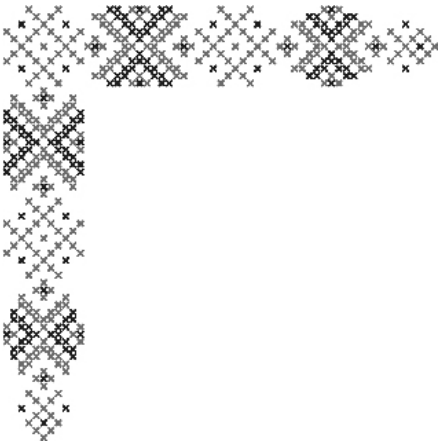
RAMOS, Odinei Fabiano. *Prudentópolis:* contos, causos e símbolos. Guarapuava: UNICENTRO, 2003.

ROCHA – TRINDADE, Maria Beatriz. A Emigração Portuguesa no Quadro das Migrações Internacionais. In: *Sociologia das Migrações.* Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros.* A reflexão francesa sobre a diversidade humana. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993

TRUDA, F. de Leonardo. *A colonização Alemã no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

ZAROSKI, Nelson Gilmar. *A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis:* 1940-1960. Prudentópolis: Gráfica Prudentópolis, 2001.



CAPÍTULO 2

IMIGRAÇÃO, LEGISLAÇÃO E POLÍTICA DE ESTADO

O BRASIL, O PARANÁ E PRUDENTÓPOLIS NO FINAL SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX[1]

Lourenço Resende da Costa

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1972), a ingerência do imperador D. Pedro II, trocando constantemente os ministros de estado, aumentava a instabilidade do regime imperial. Quando em 1868 o imperador substituiu, por exemplo, o liberal Zacarias de Góes pelo conservador Joaquim José Rodrigues Torres - o Visconde de Itaboraí - e exigiu, na sequência, que a questão "servil"[2] fosse pautada pelo legislativo, o apoio dos escravocratas foi minado e, aos poucos, perdido, até que houve a queda do regime político. A possibilidade do fim da escravidão não era discutida tranquilamente durante o reinado de D. Pedro II, pois a falta de braços para as lavouras era um tema caro para os grandes latifundiários e donos de escravos.

Nesse contexto, a necessidade de se atraírem imigrantes cresceu. Entre as diversas razões que poderiam estar por trás

1 O texto é parte dos resultados da pesquisa de Mestrado defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. A discussão do presente capítulo, devidamente revisada para esta publicação, foi realizada no primeiro capítulo da dissertação *Manifestações de poder e identidade em torno da língua ucraniana em Prudentópolis*.

2 O debate aqui é justamente aquele que acabou culminando na aprovação da Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre.

dessa questão, uma delas merece destaque especial: a falta de mão de obra ou a perspectiva de que isso ocorresse devido ao processo abolicionista. Com a aprovação da lei Eusébio de Queiroz, em1850, o comércio atlântico de escravos se tornou crime, ou seja, os navios oriundos da África, carregados de almas a serem comercializadas, estavam proibidos de atracar em portos brasileiros. Essa atividade que era tolerada, e até incentivada pelo governo durante muito tempo passou, a partir de então, a ser combatida devido a pressões tanto interna como externa.

Na sequência, outra lei, Lei Rio Branco, mexeu com o sistema escravista. Aprovada em 28 de setembro de 1871, ela estabelecia que, a partir de então, toda criança que nascesse no Império nasceria livre, independendo da condição cativa da mãe, por isso, ficou conhecida como Lei do Ventre Livre. Embora essa legislação não tenha tido grande efeito prático, como esperavam os favoráveis à medida, mexeu na relação do Executivo com os senhores de escravos.

A Lei do Ventre Livre teve um efeito nefasto para o regime imperial de D. Pedro II. Segundo Raymundo Faoro, as discussões acerca da Lei e a ingerência do Poder Moderador tiveram como principal efeito nocivo ao regime monárquico a fundação do Partido Republicano: "A queda do gabinete Zacarias, com a entrada de Itaboraí, acendeu as chamas de um vasto incêndio, que teve seu ponto mais ardente no Manifesto Republicano de 1870" (FAORO, 1976, p. 94).

Em meados da década de 1880, foi aprovada a lei Saraiva e Cotegipe, conhecida como lei dos sexagenários, mais um paliativo na luta abolicionista. Finalmente,em 1888, na data de 13 de maio, a princesa Isabel assinou a lei Áurea, colocando fim a mais de três séculos de escravidão no país.

Mas, as autoridades brasileiras, tanto imperiais como republicanas, não esperaram o fim da escravidão para discutir alternativas para a mão de obra necessária às grandes lavouras. Os debates no legislativo e os esforços do executivo, tanto no Império como na República, produziram leis e decretos sobre o tema.

IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO

A vinda de imigrantes para o Brasil não se deveu apenas à falta de braços para o trabalho nas lavouras de café que estavam se expandindo, principalmente nos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais. De acordo com Maria Thereza Schorer Petrone (1982a, p. 7), a imigração e a colonização de áreas desocupadas a partir de pequenas propriedades voltadas para a produção de múltiplos produtos (sobretudo alimentos) era um processo interligado.

A necessidade de se atraírem pessoas para o Brasil é anterior ao século XIX. Segundo Luiza Horn Iotti "A Provisão Régia de 09 de agosto de 1747, que dispõe sobre a condição e o estabelecimento de casais de açorianos em terras brasileiras, pode ser considerado como o marco inicial do processo de colonização no Brasil" (IOTTI, 2003, p. 2). No entanto, a autora ressalta que os açorianos eram súditos da coroa portuguesa e, portanto, não era propriamente uma emigração/imigração estrangeira, no sentido estrito da expressão.

A vinda de estrangeiros para o país, pessoas não súditas do rei de Portugal, começa de fato a partir do Decreto de 25 de novembro de 1808, o qual concedia às pessoas que moravam no Brasil o direito de explorarem sesmarias. Em 1818, D. João VI autorizou diversas famílias a se instalarem no Rio de Janeiro, onde, posteriormente, se formaria o município de Nova Friburgo (PETRONE, 1982a, p. 8).

Iotti (2010, p. 2) destaca que "Pode-se perceber que a política de imigração e colonização, adotada no Império atravessou diferentes momentos, conforme os interesses dos grupos que estiveram no poder". A autora ressaltou que, durante o curto reinado de D. Pedro I, a política imperial visava assegurar a defesa do território nacional com a vinda de estrangeiros, principalmente como pequenos proprietários. A vinda dessas pessoas seria financiada pelos cofres governamentais, porém isso causou a oposição dos grandes proprietários, pois, aos olhos dos latifundiários, não era interessante a formação de colônias onde os colonos fossem, ao mesmo tempo, trabalhadores da terra e proprietários.

A principal oposição, segundo Petrone, vinha dos cafeicultores paulistas: "Os fazendeiros paulistas sempre foram contra a doação de terras aos imigrantes, pois não lhes interessava a existência de uma classe de pequenos proprietários" (PETRONE, 1982b, p. 291). Os latifundiários do *império do café*, conforme salienta a autora, concordavam com a chegada de indivíduos aptos ao trabalho, desde que essa força laboral fosse voltada para os cafezais.

A concorrência dos cafeicultores pela mão de obra imigrante não era apenas ideológica; ela era extremamente lucrativa; mesmo no período anterior à Lei Áurea, havia fazendeiros que começavam a optar pelo braço imigrante devido à produtividade das lavouras por eles cuidadas. Um cafezal com cerca de 1000 plantas tratado por escravos produzia entre 30 e 40 arrobas por safra, enquanto uma plantação com o mesmo número de pés de café cultivada por imigrantes rendia entre 80 a 100 arrobas (PETRONE, 1982b, p. 287). Evidentemente que os imigrantes tinham interesse na maior produção, pois uma parte, se não toda a colheita, era sua. Portanto, não se está dizendo que os europeus eram melhores trabalhadores que os africanos e afrodescendentes. O que havia era uma razão objetiva para tal diferença de rentabilidade dos cafezais. Mas, isso não era considerado pelos fazendeiros, impregnados com as ideias raciais de superioridade branca.

Durante o período da Regência (1831-1840)[3], a imigração subvencionada foi abandonada e os núcleos criados por D. Pedro I foram abandonados. Houve crescimento do incentivo governamental somente a partir do final da década de 1840, especialmente a partir da Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848.

---

3 D. Pedro I deixou o Brasil para reivindicar o trono de Portugal ocupado por seu irmão D. Miguel, após a morte de D. João VI. Para isso, abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho que, no entanto, tinha apenas 5 anos de idade. Como a Constituição de 1824 definia que o imperador só poderia ser coroado com 18 anos completos, o país passou a ser administrado por regentes até que o futuro D. Pedro II atingisse a maioridade. No entanto antes de completar 15 anos, Pedro de Alcântara foi coroado Imperador do Brasil, num processo chamado de "Golpe da Maioridade" que não vamos discutir aqui. A antecipação da coroação foi motivada, entre outros fatores, pelo grande número de revoltas em diferentes províncias e regiões do Império: Cabanagem (Pará), Balaiada (Maranhão), Sabinada (Bahia), Revolta dos Malês (Bahia), Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul), etc.

Se as tímidas tentativas que houve durante o reinado de D. Pedro I para se atraírem imigrantes foram barradas no período regencial, com D. Pedro II, de certa maneira, a política de atração de pessoas para o país foi retomada. Uma diferença significativa residia na divisão, com as províncias, da responsabilidade de se formarem colônias. Para isso, com a Lei 514, o Imperador concedia terras devolutas às províncias para esse fim:

> Art. 16º A cada huma das Provincias do lmperio ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis leguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos (sic).
>
> Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos em quanto não estiverem effectivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao domínio Provincial se dentro de cinco annos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição (sic) (BRASIL, LEI Nº 514 – 28/10/1848).

Outra diferença importante entre a política imigratória de D. João VI e D. Pedro I, quando comparada com o sistema adotado no Segundo Reinado[4], pode ser detectada na Lei de Terras, pois ela aboliu a doação para instituir a compra como única forma de se adquirir uma propriedade.

Ao repassar para as províncias parte da responsabilidade de se colonizar o país, o governo imperial propiciou às administrações provinciais direitos para definirem suas próprias políticas de imigração. A transformação das terras em mercadoria facilitou a entrada da iniciativa privada no esforço de se trazerem indivíduos para o Brasil. No processo de compra e venda de terras, o número de imigrantes que aportava em terras brasileiras era fundamental, pois as companhias que aliciavam pessoas para fazerem a travessia do Atlântico rumo ao Novo Mundo maximizando seus lucros, de

4 Primeiro Reinado corresponde ao governo de D. Pedro I e Segundo Reinado ao período em que D. Pedro II ocupou o trono do Brasil até sua deposição em 15 de novembro de 1889, quando foi Proclamada a República.

acordo com a quantidade de indivíduos que conseguiam direcionar até as colônias criadas em diferentes regiões do país.

Os ganhos que se obtinha com a criação de núcleos coloniais eram grandes, o que estimulava Companhias a investirem na atividade:

> Inúmeros são os exemplos nos três estados sulinos em que particulares ou sociedades lançaram-se a organizar núcleos coloniais. Obtinham a terra a baixo custo do Estado ou de particular, e dividiam a área em lotes e os vendiam aos imigrantes. Além do lucro proveniente da venda dos lotes, em geral asseguravam para si algumas atividades mais lucrativas como, por exemplo, o comércio, além de manterem em seu poder bom número de lotes que só eram vendidos mais tarde, quando o trabalho do imigrante já iniciara a valorização fundiária (PETRONE, 1982a, p. 37).

A partir de 1850 até 1889, foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo que 197 (78,8%) eram fruto da iniciativa privada e apenas 3 (1,2%) foram formadas por iniciativa dos governos provinciais (IOTTI, 2010, p. 6). Portanto, embora a Lei 514, de 28 de outubro de 1848, repassasse parte da responsabilidade às províncias no intuito de promover a imigração e a colonização, elas preferiram, seja por falta de recursos ou por questões políticas, entregar à ação de particulares essa tarefa. Com a Lei nº 601, mais conhecida como Lei de Terras (BRASIL, Lei nº 601 – 18/09/1850),vislumbravam-se muitos dividendos com a atividade. No entanto, o fluxo imigratório era pequeno justamente pelas condições impostas pela referida lei, uma vez que colonos sem recursos financeiros eram inibidos a virem para o Brasil.

Quem saía da Europa rumo à América o fazia muitas vezes por problemas financeiros, perseguições religiosas, fuga de conflitos bélicos, ou simplesmente buscavam em outros lugares do globo, uma oportunidade de melhorar de vida: "Um dos principais aspectos desse fenômeno das migrações transoceânicas é justamente a miragem ou a possibilidade de acesso à propriedade fundiária" (PETRONE, 1982a, p. 11).

Mas, como seria isso possível se ao chegarem ao destino, no caso brasileiro, precisavam começar o cultivo da terra praticamente sem qualquer recurso financeiro? Como pagar à vista a propriedade? Para tentar contornar essa situação, o governo imperial, entre outras medidas, lançou mão do Decreto nº 3784, de 19 de janeiro de 1867. No seu artigo 6º, havia especificações para as formas de pagamento dos lotes. Uma das condições era o parcelamento em cinco prestações, sendo que a primeira parcela só deveria ser paga no final do segundo ano, após o estabelecimento do imigrante na propriedade:

> Art. 6º - Os colonos, á sua chegada, poderão escolher livremente o lote, a que derem preferencia, pagando á vista o preço fixado segundo a respectiva classificação (sic).
>
> Para os que comprarem a prazo se adicionarão, ao preço marcado 20%, e será o pagamento feito em cinco prestações iguais, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento (sic).
>
> O colono, porém, que pagar antes dos respectivos vencimentos terá um abatimento de 6%, correspondente ao total da prestação, ou prestações antecipadas. (BRASIL, DECRETO Nª 3784 – 19/01/1867).

Outros artigos do Decreto buscam atrair pessoas oferecendo facilidades no momento de seu estabelecimento. Do artigo 28º ao 35º, diversas ações são previstas para esse fim: edifícios para acomodação provisória das pessoas recém-chegadas; uma ajuda na quantia de 20$000 réis por indivíduo, desde que maior de 10 e menor de 50 anos no momento do estabelecimento no lote; sementes necessárias ao plantio da primeira colheita; contratação dos homens pelos administradores da colônia nos primeiros meses da chegada ao Brasil, etc.

Mas, durante toda a década de 1860, foi pequeno o número de pessoas desembarcadas no país, para serem instaladas em terras devolutas. Apenas a partir da década de 1870, devido ao

recrudescimento do movimento e das leis abolicionistas o cenário se modificou. A Lei do Ventre Livre teve peso importante nessa mudança de rumos.

A respeito da Lei que determinava que toda criança nascida de mãe escrava nasceria livre, José Murilo de Carvalho explica que tal legislação teria mexido nas bases de sustentação do regime imperial. Os latifundiários e grandes cafeicultores e senhores de escravos passaram a divergir do Imperador, já que este não mais defendia os interesses das oligarquias escravocratas: "A lei tivera (...) o sentido inequívoco de tornar indiscutível o fim próximo da escravidão e de mostrar aos escravistas que não teriam a Coroa a seu lado" (CARVALHO, 1988, p. 74). Com essa postura do governo, tornava cada vez mais iminente o fim do trabalho escravo e aumentava a importância das políticas de atração de trabalhadores para suprir a carência de mão de obra.

Findo o Império, os esforços do governo republicano continuaram com o intuito de: a) colonizar e aumentar a densidade demográfica em regiões em que a população era pequena; b) atender a demanda de braços para o trabalho nos latifúndios do café; c) assegurar as fronteiras; entre outros. No Decreto nº 163, de 16 de janeiro de 1890, o governo do presidente da República, Marechal Deodoro, já estabelecia medidas para esse fim:

> Considerando que a immensa extensão territorial do Brazil, em sua quasi totalidade ainda não apropriada individualmente, permitte ao Governo da Republica, no interesse della e das classes trabalhadoras, proporcionar-lhes a posse de terrenos cuja exploração permitta o sustento dos membros dessas classes e a consequente moralisação do povo, pela instituição regular da familia, do domicilio e da propriedade (sic);
>
> Considerando a urgente necessidade do povoamento das nossas fronteiras, especialmente da fronteira amazonica, ainda em grande parte contestada por governos europeus e até hoje totalmente indefesa (sic); (BRASIL, Decreto nº 163 – 16/01/1890)

O Decreto do Marechal visava criar colônias nas regiões de fronteira do país com a Venezuela, Colômbia, Guyana e Suriname. Essas colônias seriam nacionais, ou seja, formadas por brasileiros e/ou luso-brasileiros e receberiam semelhantes condições às dos europeus para se estabelecerem. Com isso, objetivava-se mostrar aos colonos brasileiros que o governo republicano não os desamparava frente ao estrangeiro. A justificativa para formar na região da chamada *Guyana Brazileira,* núcleos coloniais formados por nacionais, devia-se ao fato da mais fácil adaptação destes:

> Considerando que as condições peculiares áquella região não comportam, para o povoamento della, outra colonização mais apta do que a de filhos do Brazil, cuja organização physiologica já se amoldou, por effeitos de habitos seculares, a acção do mais ardente clima equatorial e de outros agentes naturaes proprios do territorio amazonense (sic); (BRASIL, Decreto nº 163 – 16/01/1890).

No ano de 1890, foi dado grande impulso à imigração pelo recém-formado governo republicano. No entanto, o novo regime político não estava disposto a tolerar que qualquer pessoa entrasse pelos portos brasileiros. O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, nos seus três primeiros artigos, deixa claro quem pode desembarcar e quem deve ser impedido de entrar no país. Os artigos demonstram a preocupação em atrair trabalhadores agrícolas e, junto a isso, trazem um preconceito étnico/racial em relação aos asiáticos e africanos.

Interessante ressaltar a restrição aos africanos: como escravos, eles eram aptos ao trabalho; porém como trabalhadores livres e com a possibilidade de serem pequenos proprietários eram indesejados:

> Art. 1º E› inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (sic).

> Art. 2º Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daquelles continentes, comunicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar (sic).
>
> Art. 3º A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes (sic). (BRASIL, Decreto nº 528 – 28/06/1890).

A postura do governo republicano, diante do exposto no Decreto supracitado, se ajustava às ideias relacionadas às questões referentes à eugenia e ao branqueamento da população, temas em voga no século XIX[5]. A rejeição de imigrantes da Ásia já era conhecida. De acordo com José Murilo de Carvalho, nos Congressos Agrícolas no Recife e no Rio de Janeiro, em 1878, alguns apoiavam a vinda de *chins* por serem trabalhadores e submissos, mas outros rejeitavam porque eram considerados imorais e viciados (CARVALHO, 1988, p. 72).

A recusa da entrada de africanos no Brasil pelo governo republicano também não era novidade. De acordo com Petrone (1982a, p. 43), ainda na década de 1870, o Barão de Paranapiacaba, João Cardoso de Menezes e Sousa, elaborou projeto de lei que tornava nulos os contratos realizados com africanos, sejam de prestação de serviços ou de parcerias.

Outra preocupação era não parecer demasiado inclinado a conceder benefícios em favor dos imigrantes em detrimento dos nacionais. Para tanto, o governo oferecia as mesmas condições aos brasileiros que porventura se instalassem nas colônias:

> Art. 42. Sobre o numero total das familias de immigrantes que forem localisados, poderão ser admittidos 25 % de nacionaes, comtanto que sejam morigerados, laboriosos e aptos para o serviço

5 A respeito dos temas relacionados às questões raciais e da eugenia, podemos ver, em Sidney Chalhoub, como os romancistas do século XIX estavam atentos a isso. CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 129-130.

> agricola, os quaes terão direito aos mesmos favores concedidos áquellas (sic) (BRASIL, DECRETO Nº 528 – 28/06/1890).

Como podemos perceber, havia uma preocupação em oferecer, aos nacionais, condições equivalentes, para que não houvesse descontentamento no Brasil. Mas, os imigrantes estavam chegando justamente para suprir a falta de braços, principalmente nas lavouras do Sudeste. Remanejar brasileiros seria resolver um problema e criar outro, pois, além da instalação em novas áreas, deveria haver uma reposição no local de onde eles sairiam. Para não gerar esse problema e não sofrer críticas por desamparar o trabalhador nacional em favor do estrangeiro, o governo do presidente Deodoro da Fonseca estipulou que não ultrapasse 25% do total o número de brasileiros destinados às nossas colônias.

O fluxo de pessoas da Europa para o Brasil, no final do século XIX, alcançou números significativos. Podemos atribuir esse crescimento não somente às medidas tomadas pelo governo Federal, mas, principalmente, pela atuação das companhias que atraíam europeus dispostos a realizarem a travessia do oceano em busca de uma nova vida no continente americano. Como essas empresas lucravam conforme o número de indivíduos que desembarcava nos portos brasileiros, para elas, a real infraestrutura dos núcleos coloniais e os reais recursos do governo não eram, muitas vezes, levados em conta. Para não perder o controle do processo, foi decretado que novos núcleos agrícolas fossem criados apenas com autorização do Congresso. O Decreto Nº 1187, de 20 de dezembro de 1890, era claro:

> Art. 1º Os contractos para introducção de immigrantes, assim como para a fundação de núcleos agricolas, sómente serão feitos, de ora avante, á vista de autorização expressa do Corpo Legislativo e depois de consignados os fundos necessarios para occorrer ás respectivas despesas (sic).

> Art. 2º O Governo providenciará para que tenham o devido cumprimento os contractos existentes (sic) (BRASIL, Decreto nº 1187 – 20/12/1890).

Com a Constituição de 1891, a primeira da República, as províncias obtiveram a reafirmação de sua responsabilidade no processo colonizador e a criação de novos núcleos coloniais não passaria mais pelo crivo Federal, como outrora no Império, ou apenas com autorização do Congresso, conforme o Decreto Nº 1187. As províncias reafirmaram seu direito de gerir as terras devolutas em seus territórios. Segundo Iotti (2010, p. 13), essa foi uma vitória importante para os federalistas, que lutavam pela descentralização, e para os cafeicultores, que assim obtinham autonomia para atrair trabalhadores:

> Art 64 - Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.
>
> Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados (BRASIL, Constituição, 24/02/1891).

A partir do início do século XX, o governo Federal passou novamente a intervir no processo imigratório estabelecendo acordos com as Províncias, com Companhias de viação férrea ou fluvial, associações, entre outros, com o intuito de elevar a densidade demográfica em determinadas áreas do país. Esse esforço federal é perceptível no Decreto nº 9081, de 03 de novembro de 1911 (IOTTI, 2001, p. 522). A intervenção possibilitou aumento significativo de imigrantes até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A tabela abaixo exemplifica os números de desembarcados no Brasil na última década do Império e nas primeiras décadas da República. Observamos nela um número significativo de imigrantes entrando no país a partir das leis e decretos de incentivo e da atuação da iniciativa privada na virada do século XIX para o século XX.

Esse aumento no final do século XIX é mais significativo quando fazemos uma comparação com a imigração do início do

século XIX até a década de 1870. Segundo Maria Luiza Andreazza e Sérgio Odilon Nadalin, entre os anos de 1819 a 1849, cerca de 19.527 pessoas chegaram ao Brasil. Já entre os anos de 1850 e 1869, teria havido significativo aumento pois, segundo eles, foi registrada a entrada de cerca de 227.685 pessoas (ANDREAZZA, NADALIN, 2000, p. 29). No entanto, a quantia ainda é inferior às registradas no final do século XIX e início do XX.

ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL POR DÉCADA

	Portu-gueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japo-neses	Oriente Médio	Outros	TOTAL Década
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901	-	-	17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084	-	4.215	103.017	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	26.846	50.640	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	38.407	85.412	815.453
TOTAL	838.110	1.327.051	489.242	75.735	28.293	69.468	256.910	3.084.809

Fonte: Adaptado a partir de: (LESSER, 2001)

O que percebemos na tabela é a entrada de um alto número de pessoas entre os anos de 1890 e 1899, ou seja, na primeira década do período republicano, palco de leis e decretos incentivando a vinda de imigrantes e da atuação sistemática das companhias privadas de imigração. O número de imigrantes continuou alto nas primeiras décadas do século XX, variando o país ou região da Europa de onde se originavam tais indivíduos.

Na década de 1890, com o Decreto 528, de 28 de junho de 1890, havia restrições claras aos asiáticos e africanos, tanto que, na tabela, não aparece nenhum dado específico sobre pessoas originárias da Ásia antes do alvorecer do século XX. Apenas na primeira década é que aparecem os japoneses na listagem, demonstrando a queda de entraves. Entretanto, a vinda de japoneses não significa que as teorias racistas, em vigor no século XIX, e que ainda produziam eco no começo do século XX, haviam sido postas de lado completamente.

A entrada de novos atores sociais no cenário brasileiro aponta não apenas para um crescimento numérico, mas também indica a crescente ampliação/variação dos locais de origem das pessoas que passaram a chegar ao país. Essa conjuntura se refletirá, posteriormente, na formação do caráter multiétnico e multicultural da população nacional.

O PARANÁ NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO/COLONIZAÇÃO

No Paraná, as populações vindas da Europa, principalmente, não chegavam, na grande maioria, para trabalharem nas plantações de café ou nas nascentes indústrias do país no final do século XIX e começo do XX. A imigração e a colonização no Estado possuíram outras características daquelas do Sudeste cafeicultor, latifundiário e monocultor, em grande medida.

Na década de 1830, parte dos políticos favoráveis à imigração destacava que ela não deveria ser de responsabilidade única do governo central. De acordo com Sérgio Odilon Nadalin (2001, p. 67), essa facção apregoava que as províncias deveriam arcar com parte desse ônus e se incumbirem da tarefa. Desse debate resultou a já citada Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, a qual, entre outras coisas, destinava terras às províncias para serem usadas na colonização com europeus.

O Paraná, na data da aprovação da referida lei, ainda era 5º Comarca de São Paulo[6], mas a possibilidade de as províncias implementarem suas próprias políticas de colonização foi alvo de grande interesse no Sul do Brasil. Entretanto, os políticos e setores da sociedade que defendiam a criação de colônias de povoamento não o faziam sem a oposição dos cafeicultores paulistas, que queriam braços para o cultivo dos cafezais e não pequenos proprietários (NADALIN, 2001, p. 67).

A Lei de Terras, que tratava das terras devolutas e das condições de sua ocupação, teve uma importância significativa no processo imigratório da segunda metade do século XIX e no

6 O Paraná se tornou independente de São Paulo, em 19 de dezembro de 1853.

processo de colonização da província desmembrada de São Paulo, em 1853. No Paraná, o que se registrou, em maior medida, foi a pequena propriedade e não a chegada de colonos assalariados ou meeiros para os latifúndios cafeeiros. A Lei de Terras foi mais uma vitória dos cafeicultores:

> Como a maior parte dos europeus desembarcados no Brasil não tinha recursos, restava-lhes a alternativa do trabalho nos latifúndios cafeeiros. De fato, dos 4,5 milhões de imigrantes chegados ao Brasil entre 1850 e 1918, 2,5 milhões dirigiram-se para São Paulo (NADALIN, 2001, p. 70).

Os donos dos cafezais encontravam no Sul fortes aliados entre os pecuaristas. Os criadores de gado "receavam a ocupação dos campos pelo estrangeiro" (NADALIN, 2001, p. 70) e também buscavam dificultar o acesso à propriedade fundiária. A Lei de Terras, no seu primeiro artigo, representava uma dificuldade enorme: "Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra (sic)" (BRASIL, Lei nº 601 – 18/09/1850). No Sudeste[7], esse fato facilitou a atração de trabalhadores para os latifúndios monocultores. De acordo com Carlos Roberto Antunes dos Santos (2001, p. 75): "Portanto, a Lei de Terras, ao dificultar o acesso à propriedade ao conjunto da população campesina, ao mesmo tempo colocava este coletivo aos ditames do capital".

No Sul, mais especificamente no Paraná, a lei permitiu que os imigrantes se tornassem pequenos proprietários, ainda que a mesma obrigatoriedade da compra pudesse inibir o colono sem posses. As áreas de campo, consideradas mais valiosas, ocupadas por criadores de gado, já estavam tomadas. Dessa forma as terras cobertas de florestas, rejeitadas, a princípio, pelos criadores de gado, foram o destino, no Paraná, de milhares de imigrantes no final do século XIX e início do século XX.

No artigo 17º da mesma lei, ficava estabelecido que o estrangeiro que comprasse terras no Brasil poderia ser naturalizado

7 São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo são os atuais estados da região Sudeste do Brasil.

após dois anos de residência. Nesse quesito, o governo seguiria o mesmo procedimento adotado com habitantes da colônia São Leopoldo no Rio Grande do Sul. O governo, dessa forma, objetivava tornar atraente ao colono a ideia da aquisição de um lote em uma colônia de imigrantes.

No Paraná, três questões principais nortearam as discussões acerca da instalação de imigrantes em colônias: a primeira, dizia respeito ao fato de o processo abolicionista impulsionar a vinda de pessoas para suprir a carência de mão de obra; a segunda questão se devia à falta de gêneros alimentícios para consumo interno; a terceira estava relacionada ao fato de a província ter se desmembrado de São Paulo há pouco tempo e apresentar uma baixa densidade demográfica (NADALIN, 2001, p, 73-74).

Os debates em torno do fim da mão de obra escrava acabaram gerando problemas na província paranaense, como se verá na sequência; contudo tais discussões, e mesmo o fim da escravidão, não representavam um problema nas mesmas proporções que em São Paulo. Já, as questões em torno dos gêneros alimentícios e do povoamento propriamente dito, serão de vital importância no caso paranaense.

A questão dos "vazios populacionais" era tema constante tanto antes quanto depois da emancipação política do Paraná: "No início do século XIX, era o território paranaense uma região mal povoada, com sertões brutos e desabitados, inclusive em áreas não muito distantes da capital" (WACHOWICZ, 1972, p. 109).

Por trás da questão fronteiriça, devido à recente emancipação política da província, a questão era de ordem populacional: "Se buscava na realidade **resolver uma questão demográfica,** ou seja, o governo do Paraná procurava preencher um modelo de população" (NADALIN, 2001, p. 74. Grifo no original). Assim, além do número, havia, na época, um ideário quanto ao imigrante desejado. Ou seja, o governo provincial paranaense, a partir de ideias de branqueamento populacional, buscava um imigrante "laborioso" e "morigerado".

As motivações para se "tocar" a empresa imigrante eram múltiplas e o sucesso do processo seria o sucesso da província:

> Apesar da busca de diversificação econômica ser o principal fator que impulsionou o desenvolvimento de políticas imigratórias no Paraná, também havia o intuito de preencher o chamado "vazio demográfico", assegurar a posse do território, suprir a escassez de mão de obra, inovar as técnicas produtivas para aumentar a produção de gêneros alimentícios, assegurar a autonomia política e o desenvolvimento da província (KOSS, 2013, p. 46).

Portanto, a imigração e a colonização do Paraná serão pautadas a partir de múltiplas motivações; mas os autores parecem convergir em um ponto: na província, a questão demográfica e o abastecimento representavam um norte a ser seguido. No Paraná, de acordo com Sergio Odilon Nadalin e Maria Luiza Andreazza, a imigração foi voltada mais para a pequena propriedade, logo para a colonização, e não para substituir o braço escravo nos latifúndios:

> Se, sob uma perspectiva nacional, a 'imigração' para suprir a mão-de-obra superou sempre com larga margem a 'colonização' para povoamento, a importância relativa deste último sistema para a história do Brasil Meridional é inconteste (ANDREAZZA, NADALIN, 1994, p. 64).

Dessa forma, o baixo número de habitantes do Paraná, na segunda metade do século XIX, era uma situação a ser combatida pelos presidentes da província. Ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, a promoção da vinda de imigrantes foi incentivada e realizada. Mas, essa situação não era uma exclusividade paranaense.

> [...] à medida que avançava a segunda metade do século XIX e auxiliado pelo fato de que havia na Europa um número cada vez maior de pessoas que desejavam começar nova vida nos países novos, a imigração destinada ao fomento da pequena propriedade avançava. Tomava rumos diferentes em relação à imigração provocada pelos cafeicultores (ANDREAZZA, NADALIN, 2000, p. 42).

No entanto, a província sofria os efeitos colaterais do processo contra o trabalho cativo. Embora o Paraná não sofresse, de forma direta, com a falta de mão de obra escrava, os reflexos da concentração do braço escravo na região dos cafezais afetavam também sua economia. A lei proibiu o tráfico intercontinental, mas não aboliu o comércio interno, o que fez do escravo uma mercadoria ainda mais valiosa e disputada pelos fazendeiros: "O comércio interno de escravos, ao mesmo tempo em que aliviava nas províncias cafeicultoras o impacto das leis abolicionistas, nas demais provocou uma carestia geral" (NADALIN, 2001, p. 68).

Essa era a situação do Paraná e de outras regiões fora das zonas cafeeiras: "Os escravos remanejados para os cafezais eram, anteriormente, empregados na produção local de gêneros de subsistência" (NADALIN, 2001, 68).

Segundo Lucimara Koss:

> [...] o problema da escassez só começou a ser resolvido na segunda metade do século XIX com as chamadas políticas imigratórias. Os presidentes da província viam no imigrante a solução para a diversificação econômica e para o abastecimento urbano. Estes deveriam ser instalados em pequenas propriedades agrícolas e se dedicar a agricultura de subsistência produzindo alimentos tais como: trigo, milho, feijão, mandioca, entre outros. Por um lado supriam a escassez de gêneros alimentícios e por outro contribuíam para o desenvolvimento do mercado interno (KOSS, 2013, p. 46).

A história da ocupação do território paranaense pode ser marcada por diferenças regionais importantes: "o cerne da História do Paraná foi marcado por três grandes espaços regionais: 1. ao longo do séc. XVIII se estabelece uma sociedade campeira, patriarcal e latifundiária" (SANTOS, 2001, p. 85). Nesse período, anterior à emancipação da província, a economia era centrada na criação e na invernagem de gado nas pastagens dos Campos Gerais, uma vez que o pasto era nativo e não exigia grandes investimentos, nem de capital nem de mão de obra.

O segundo espaço seria aquele da primeira metade do século XIX, voltado para as "atividades extrativas e na exportação

da erva-mate para os mercados do Prata e do Chile" (SANTOS, 2001, p. 86). De acordo com o autor, essa sociedade ervateira, burguesa comercial, propiciou uma maior urbanização na região. No entanto, essa sociedade ligada à prática extrativista não conseguiu ocupar todo o território e também visava o mercado externo, o que perpetuava os "vazios demográficos" e a carestia dos alimentos.

> Certa euforia proveniente da economia do mate e da pecuária desestimulava o trabalho agrícola, provocando o abandono da produção da subsistência em escala comercial. Os agricultores, diante dessa situação, se limitaram a produzir apenas o suficiente para o sustento de sua família (SANTOS, 1995, p. 30).

O terceiro "espaço regional", na perspectiva do autor, seria o ambiente paranaense da segunda metade do século XIX.

> (...) na 2ª metade do século XIX se estabelece um novo sistema de colonização com o estabelecimento de colônias agrícolas ao redor dos centros urbanos, povoadas por imigrantes europeus, como saída para a escassez de produtos agrícolas e de subsistência. O novo sistema visou a formação de uma estrutura agroalimentar em condições de prover o abastecimento da Província. Desta colonização induzida pelo Estado, emerge uma sociedade do trabalho constituída por colonos 'morigerados e laboriosos' (SANTOS, 2001, p. 86).

A partir da dupla necessidade "colonizar" e "produzir alimentos" é que as autoridades buscaram atrair imigrantes para o Paraná. Conforme apregoa Nadalin (2001, p. 76), durante quase trinta anos, entre 1853 e 1879, a motivação foi criar uma agricultura voltada para o abastecimento interno.

A partir do cenário apresentado e da legislação apontada, foram criadas diversas colônias no Paraná. As primeiras, foram fundadas antes mesmo da emancipação da província. No ano de 1816 foi fundada a colônia de Rio Negro, onde aproximadamente 50 famílias de açorianos foram instaladas no antigo pouso e local de registro fiscal de gado, nas margens do Rio Negro; a essas

famílias somaram-se cerca de 20 famílias alemãs. Em 1847, nas margens do Rio Ivaí, foi criada a colônia de Thereza Cristina, com aproximadamente 63 famílias francesas. No ano de 1851, o governo de Dom Pedro II criou, no Norte da futura província, a colônia militar do Jataí. No ano seguinte, 1852, com iniciativa particular, foi criada no litoral a colônia de Superagui, a qual era composta por famílias suíças, francesas e alemãs (GUÉRIOS, 2007, p. 98).

No entanto, esses esforços não renderam os frutos esperados pelo governo imperial e provincial. Entre a emancipação do Paraná frente à província de São Paulo, em 1853, e a década de 1870, apenas o núcleo colonial de Assungui foi fundado, isso ainda no ano de 1860 (GUÉRIOS, 2007, p. 100). Esse pequeno número de colônias no Paraná durante o Segundo Reinado demonstra que as preocupações e os esforços dos primeiros presidentes da província não estavam tendo êxito. Desde Zacarias de Góes e Vasconcellos, primeiro a ocupar a presidência, a necessidade da imigração e da colonização já era ressaltada (GUÉRIOS, 2007, p. 99).

No entanto, Nadalin (2001, p. 83) aponta para outras colônias instaladas no Paraná entre a criação de Assungui e o início da década de 1870. De acordo com o autor foram fundadas, na década de 1860, entre outras, a Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865) e Santo Antônio da Platina (1866). A divergência entre os autores pode residir no tipo de colônia aos quais se referem. Guérios parece estar se referindo a colônias de imigrantes europeus, enquanto Nadalin contabiliza também os núcleos populacionais mais próximos da divisa com a província de São Paulo, formados por nacionais. De qualquer forma os autores convergem em um ponto: a partir da década de 1870, sobretudo sob a presidência de Lamenha Lins, a chegada de imigrantes europeus aumentou significativamente no Paraná.

> Em função da política imigratória do governo provincial, principalmente com o Presidente Lamenha Lins, foram implantados 27 estabelecimentos coloniais com imigrantes poloneses, italianos, alemães (inclusive *do Volga*), e outros, no período 1860 a 1880 e, nos 20 anos que se seguem, 34 colônias (italianos, poloneses, alemães, ucranianos etc). (NADALIN, 2001, p. 83)

A política imigratória do governo Lamenha Lins, e de outros presidentes da província paranaense que se seguiram imediatamente, foi a de ocupar áreas próximas aos centros urbanos, sobretudo os arredores de Curitiba. Segundo Guérios (2007, p. 101), a colonização de áreas isoladas era muito criticada devido à sua precária infraestrutura. O sucesso imediato e mensurado a curto prazo das colônias próximas à capital dava a essa forma de colonização uma visibilidade que as demais colônias anteriores não lograram: "O maior número de colônias seria criado nos anos de 1875 e 1876, na gestão de Lamenha Lins, quando 3.616 estrangeiros seriam localizados em cerca de vinte colônias nos arredores da capital" (GUÉRIOS, 2007, p. 101).

Esse número é mais significativo quando comparado com os de Assungui. Essa colônia, criada em 1860, recebeu,em aproximadamente uma década, 900 colonos, menos de um terço dos estrangeiros alocados pelo governo Lamenha Lins nos anos 1875 e 1876 (GUÉRIOS, 2007, p. 100). A vantagem do modelo adotado na década de 1870 parecia total, pois, além do número maior de pessoas em um período de tempo bem menor, os núcleos formados ao redor dos centros urbanos custavam menos e conseguiam resolver, ao menos parcialmente, a crise crônica de abastecimento de gêneros alimentícios.

> [...] o Governo havia investido 1120 contos de réis na colônia [Assungui], e continuava a gastar ali anualmente cerca de 9 contos de réis; com 256 contos, Lins havia estabelecido 2.346 colonos em 12 colônias ao redor da capital, sem que fosse necessário nenhum investimento adicional para mantê-los após seu estabelecimento. A produção agrícola das colônias de Curitiba já tornava desnecessário importar centeio, batata, milho e outros cereais (GUÉRIOS, 2007, p. 101).

Dessa forma, o Governo estava conseguindo sanar seus maiores problemas na província: a densidade demográfica baixa e a carestia dos alimentos. Conforme ressalta Santos, as colônias ao redor da capital já davam início à formação "da estrutura de um sistema agroalimentar em condições de abastecimento, ainda que precária" (SANTOS, 2001, p. 75). No entanto, os bons resultados obtidos nas cercanias de Curitiba e outros centros urbanos um

pouco menores que a capital, fez a ocupação das regiões do interior ser abandonada pelo poder executivo provincial. As regiões cobertas pelas florestas de araucárias foram quase completamente deixadas de lado por vários anos:

> [...] durante vinte anos o projeto de ocupação de áreas isoladas foi deixado de lado no território do Paraná. Todas as colônias criadas entre 1870 e 1889 foram estabelecidas nos arredores dos núcleos já existentes: Curitiba, Paranaguá, Antonina, Morretes e Ponta Grossa (GUÉRIOS, 2007, p. 102).

Porém, conforme apregoa o pesquisador, no final dos anos 1880 e início da década de 1890, o modelo de colonização executado desde a presidência de Lamenha Lins, nos anos 1870, já havia se esgotado e o Paraná continuava com grandes áreas "desocupadas". Os esforços, nos anos 1890 e nos primeiros tempos do século XX, voltaram-se para a colonização de áreas no interior. As florestas de araucárias foram o local para onde milhares de europeus recém-chegados foram enviados.

Conforme salienta Nadalin (2001, p. 78), na década de 1880, a demanda de pessoas passou a se dividir entre as obras na construção de vias férreas e linhas telegráficas. Nas duas últimas décadas do século XIX, houve também uma maior diversificação étnica dos grupos que chegavam ao Paraná. Na década de 1880, registrou-se maior número de poloneses, italianos e alemães; já para a década seguinte, 1890, a esses grupos étnicos se somaram os ucranianos (NADALIN, 2001, p. 79), sendo Prudentópolis um dos destinos de milhares de indivíduos com ascendência ucraniana.

IMIGRAÇÃO UCRANIANA E COLONIZAÇÃO EM PRUDENTÓPOLIS

Prudentópolis está localizado na região Sudeste do Paraná. Atualmente, seu território corresponde a cerca de 2.308,500 km² e está distante aproximadamente 200 km da capital do Estado, Curitiba.

Na década de 1890, início do período republicano, o governo de Deodoro da Fonseca estimulou a imigração, concedendo incentivos às Companhias de Imigração que realizassem o trabalho de trazer imigrantes para o Brasil. Exemplo disso é o sétimo artigo do Decreto nº 528 de 1890:

> Art. 7º O Estado concederá ás companhias de transporte maritimo que o requererem a subvenção de 120 francos pela passagem de cada immigrante adulto que ellas trasportarem da Europa para os portos da Republica e proporcionalmente, na razão da metade daquella quantia pelos menores de 12 annos até 8 inclusive, e a quarta parte pelos desta idade até 3 annos, uma vez que as mesmas companhias se obriguem a preencher as formalidades constantes deste decreto, e a não receber dos immigrantes mais do que a differença entre a citada quantia e o preço integral das passagens; o que deverão provar com as declarações por elles firmadas, as quaes serão aqui verificadas no acto da chegada (sic). (BRASIL, Decreto nº 528 – 28/06/1890).

O incentivo do governo federal vinha ao encontro do interesse do governo paranaense em colonizar as terras de florestas. Nas duas últimas décadas do século XIX, os campos já estavam praticamente tomados no Paraná e a colonização de áreas próximas aos centros urbanos já não era mais viável. As autoridades paranaenses passaram a voltar seus olhos para as matas, sobretudo as regiões cobertas pelas florestas de araucárias. Para essas regiões do Estado é que foram enviados milhares de imigrantes ucranianos.

De acordo com Wachowicz (1972, p. 116-117), os ucranianos começaram a chegar ao Paraná a partir de 1891. Esse grupo se instalou na região de "Rio Claro, Antônio Olinto, Senador Correia, Cruz Machado, Prudentópolis etc".

De acordo com Oksana Boruszenko (1969, p. 427), na década de 1960, cerca de 150.000 mil ucranianos viviam no Brasil, sendo que, 120.000 aproximadamente, viveriam no Paraná[8].

8 BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*: colonização e migração. São Paulo, 1969. p. 427.

Segundo a autora, podemos considerar a vinda de ucranianos para o Brasil em três momentos e/ou levas:

> A primeira, data dos fins do século XIX, quando milhares de ucranianos, sobretudo lavradores da Galícia e Bukovina que, desde o Congresso de Viena, estavam sob o domínio da Áustria, em consequência da superlotação agrária e débil industrialização, e ainda as más condições socioeconômicas, abandonaram as terras negras e transferiram-se para outros países, entre os quais o Brasil e, particularmente, o Estado do Paraná. [...] A segunda etapa da imigração ucraniana efetuou-se após a Primeira Guerra Mundial.[...] O maior êxodo dos ucranianos, deu-se, porém, após a Segunda Guerra Mundial, êxodo este no qual se inclui a terceira etapa da imigração ucraniana para o Paraná (BORUSZENKO, 1969, p. 427-428).

O número de ucranianos que chegaram ao Paraná e, consequentemente, a Prudentópolis, é alvo de controvérsias, pois eles chegavam sob diversas nacionalidades. Grande número era registrado nos portos brasileiros com a nacionalidade austríaca (KOSS, 2013, p. 50). De acordo com Guérios (2007, p. 168), nos anos de 1895 e 1896, entraram no Estado milhares de austríacos, poloneses e russos, mas não aparecem nos dados oficiais a denominação "ucraniano" ou "ruteno"; os imigrantes com tal origem eram contabilizados junto com russos e poloneses, pois os funcionários da imigração não fazia distinção entre eles.

Essa indistinção gerava problemas e a esse respeito Andreazza ressalta o envio de uma carta por uma mulher polonesa ao jornal *A República* , sediado em Curitiba, em 1911, advertindo o periódico que não confundisse poloneses e ucranianos.

> O esforço de diferenciação dessas duas etnias na sociedade paranaense foi um processo longo. De qualquer maneira, se a sociedade paranaense homogeneizou as duas durante muito tempo, isto não significa que elas não tenham se autodelimitado (ANDREAZZA, 1996, p. 93-94).

A autora ressalta que uma observação a distância pode confundir o observador desses dois grupos étnico-culturais eslavos.

No entanto, excetuando o fato de poloneses e ucranianos que vieram para o Paraná serem oriundos, na maior parte dos casos, de uma área geográfica contígua, sua língua, seu alfabeto e sua cultura são bastante diferentes.

Ainda a respeito da inexatidão dos dados numéricos sobre os imigrantes ucranianos no Paraná, temos o exemplo de Koss (2013), em seu estudo sobre os armazéns do município de Ivaí-PR. A autora fez levantamento sobre a composição populacional do Núcleo Federal de Ivay, criado no início do século XX, e detectou que, embora fosse grande o número de descendentes de ucranianos na colônia, eles não apareciam nas estatísticas, ficando diluídos principalmente entre poloneses e austríacos (KOSS, 2013, p. 53-54).

As pesquisas sobre os ucranianos que vieram para Prudentópolis também sofreram com essas imprecisões. No entanto, o número significativo e a autodenominação fizeram com que esse grupo eslavo conseguisse manter parte de suas características culturais e étnicas.

Prudentópolis tornou-se o município com o maior número de imigrantes e descendentes de ucranianos na região Sul e Sudeste do Paraná. A colônia de Prudentópolis foi criada em 1895, na época ainda município de Guarapuava. De acordo com Guérios (2007, p. 117), entre 1896 e março de 1897, cerca de 5.200 ucranianos foram destinados às terras prudentopolitanas. Segundo dados obtidos no *site* da Prefeitura de Prudentópolis, em 1896 teriam chegado ao município em torno de 1.500 famílias, totalizando cerca de 8.000 pessoas. Os números, embora dissonantes, demonstram o grande contingente populacional com tal origem no município.

Prudentópolis surgiu a partir da necessidade de se repovoarem as vastas regiões de matas, mas também surgiu no contexto do esforço do governo estadual na construção de estradas férreas e de linhas telegráficas nos anos 1880 e 1890 (NADALIN, 2001, p. 79). A vila de São João de Capanema, depois Prudentópolis, ficava no caminho da linha telegráfica e da estrada a serem construídas para se chegar até Guarapuava. A partir dessa situação, era de suma importância que a região fosse reocupada.

As dificuldades que os imigrantes encontraram em Prudentópolis não foram poucas. A distância de centros urbanos maiores, as péssimas estradas e a mata densa foram algumas das dificuldades encontradas e enfrentadas no município. De acordo com Guérios, em 1900, a estrada que ligava Ponta Grossa à Linha Tijuco Preto, no Sul de Prudentópolis, ainda apresentava muitos pontos inacabados. Nos locais onde a estrada era cortada por rios, não havia pontes, em muitos casos (11 desses pontos), o que exigia que o governo paranaense pagasse aos balseiros para fazerem a travessia de pessoas, animais e mercadorias (GUÉRIOS, 2007, p. 117).

Porém, as dificuldades encontradas pelos imigrantes não foi exclusividade daqueles que se instalaram em Prudentópolis: os imigrantes que chegavam a outras colônias de ucranianos no Paraná, como Antônio Olyntho, não encontravam todos os lotes demarcados ou casas edificadas para suas moradias. Antes de tomarem posse de um lote, muitas vezes, precisavam trabalhar na medição deles e na construção de casas. De acordo com Andreazza: "Os imigrantes participavam, portanto, da instalação da colônia" (ANDREAZZA, 1996, p. 53). Ou seja, não havia, nos núcleos coloniais, a infraestrutura prometida e esperada; os imigrantes, em Prudentópolis tiveram, em alguns casos, que esperar por meses até que a demarcação das terras devolutas fosse efetivada (GUÉRIOS, 2007, p. 119).

Os colonos que se instalaram em Prudentópolis foram alocados em pequenas propriedades e passaram a dedicar-se, sobretudo, à agricultura de subsistência. Os ucranianos, antes de plantarem suas lavouras, necessitavam derrubar a mata e limpar as áreas a serem cultivadas; apenas após esse trabalho, era possível iniciar algum tipo de cultura. Os frutos dessas primeiras plantações ainda levariam alguns meses para serem colhidos.

Além das dificuldades de instalação e adaptação, as primeiras prestações dos lotes começariam a ser cobradas no final do segundo ano, pois a Lei de Terras citada anteriormente vedava a doação de terrenos. Como pagar uma propriedade em que a produção era voltada para a subsistência e o escoamento do pouco produto excedente era quase impraticável devido à distância dos centros urbanos e das precárias condições das estradas? Como pagar uma dívida sem dinheiro propriamente dito?

Uma das alternativas do Governo para cobrar a dívida colonial foi empregar os colonos nas construções das estradas. Dessa forma resolviam-se dois problemas: 1) o governo encontrava, nessa atividade, uma opção de cobrança e, paralelamente, resolvia o problema de acesso a esses núcleos coloniais; 2) o trabalhador rural, com acesso restrito ao dinheiro em espécie, conseguia quitar sua dívida e obtinha o título definitivo da propriedade.

A colônia Prudentópolis foi dividida em várias Linhas para uma melhor administração:

> Ivaí, Piraí, Maurice Faivre, Inspetor Carvalho, Esperança, Santos Andrade, Sete de Setembro, Tiradentes, Dr. Vicente Machado, Rio Preto, Quinze de Novembro, Visconde de Guarapuava, Coronel Bormann, Luiz Xavier, Vinte e Cinco de Outubro, União, Olinto, Eduardo Chaves, Capanema, Carlos Gomes, Sertório, Cláudio Guimarães, Vinte e Três de Abril, Iguaçu, Ronda e Mirim (PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS).

Algumas dessas Linhas foram incorporadas por outras ou mudaram de nome ao longo dos anos. Atualmente, o município de Prudentópolis possui muitas outras linhas além dessas, pois os limites da colônia fundada em 1895 não se mantiveram os mesmos em 1906, quando Prudentópolis se tornou emancipado de Guarapuava[9]. A mudança no nome das linhas ou do reconhecimento delas demonstra que as pessoas praticaram o espaço ao longo dos anos, o que possibilitou tais alterações (CERTEAU, 1994).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, a intenção foi menos detalhar a história do município de Prudentópolis do que a tentativa de pensar sua colonização a partir da imigração dentro de um contexto paranaense e nacional. A vinda dos imigrantes, destacando que não apenas ucranianos fizeram parte da colonização das terras prudentopolitanas (RAMOS, 2006), estava ancorada em ideais de

9 Em 5 de março de 1906, com a Lei Estadual nº 615, Prudentópolis fazia sua emancipação (SKAVRONSKI, 2015, p. 38).

branqueamento e eugenia, temas em voga no século XIX e início do século XX.

No Paraná, no mesmo contexto, havia a necessidade de aumentar a densidade demográfica e produzir alimentos (NADALIN, 2001; SANTOS, 1995), lembrando que a presença indígena, embora existente e importante, era desconsiderada e indesejada pelas autoridades, tanto imperiais como republicanas (MARTINS, 1995).

Os imigrantes eslavos, ucranianos e poloneses basicamente, que se somaram a afrodescendentes, luso-brasileiros e indígenas, acabaram por constituir a maior porcentagem da população (sobretudo os ucranianos). A expectativa do governo paranaense era que tais colonos fossem laboriosos e morigerados, em contraste com a população existente (evidenciando um preconceito racial comum na passagem do século XIX para o XX). Evidentemente, essas pessoas, oriundas do leste europeu, embarcavam nos portos da Europa e desembarcavam no Novo Mundo sem ter essas preocupações em mente. Eles vinham buscar melhores condições de vida para si e para seus familiares. Mas, como na História nada é por acaso, acabaram, involuntariamente, participando do projeto do Estado Brasileiro de tentar branquear a população.

O fato é que a instalação desses imigrantes contribuiu para a oferta de alimentos no mercado interno; a densidade demográfica aumentou; terras devolutas foram demarcadas e vendidas para os recém-chegados. Todo esse arcabouço insere a História de Prudentópolis dentro de um panorama de âmbito nacional, permitindo uma análise tanto em escala micro como macro histórica.

FONTES

BRASIL. *Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79736&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em 17 mar. 2013.

BRASIL. *Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em: 28 maio 2013.

BRASIL. *Decreto nº 3784 de 19 de janeiro de 1867*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=74736&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 163 de janeiro de 1890*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=64363&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em 14 mar. 2013.

BRASIL. *Decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=528&tipo_norma=DEC&data=18900628&link=s>. Acesso em 14 mar. 2013.

BRASIL. *Decreto nº 1187 de 20 de dezembro de 1890*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=64752&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891).* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em 20 mar. 2013.

PRUDENTÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. *Histórico do Município*. Disponível em: <http://www.prudentopolis.pr.gov.br/cidade/historia>. Acesso em 04 jul. 2013

REFERÊNCIAS

ANDREZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes no Brasil*: colonos e povoadores. Curitiba: Nova Didática, 2000.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 11, n. 1, p. 61-87, 1994.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA: COLONIZAÇÃO E MIGRAÇÃO, 6., *Anais...* São Paulo: 1969.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras*: a política imperial. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1.* Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis:* a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Editora Nacional/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

GUÉRIOS, Paulo Renato. *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná.* Rio de Janeiro, 2007. 299 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico: 5º Volume. Do Império à República. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

IOTTI, Luiza Horn (Org). *Imigração e colonização*: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre/Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS/EDUCS, 2001.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização*. 2003. p.2. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf.> Acesso em: 14 mar. 13.

IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1922 – 1914. *X Encontro Estadual de História*: O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria – RS: UFSM, 2010. p. 2. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf>. Acesso em: 14 mar. 13.

KOSS, Lucimara. *Comércio & Sociedade*: as múltiplas funções dos armazéns de Ivay/PR na primeira metade do século XX. Curitiba, 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MARTINS, Romário. *História do Paraná.* Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná:* Ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982a.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração assalariada. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II: O Brasil monárquico. 3º Volume. Reações e Transações. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A, 1982b.

RAMOS, Odinei Fabiano. *Ucranianos, poloneses e "brasileiros":* fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis/PR. 2006. Dissertação (mestrado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2006.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e econômica*. Curitiba: SEED, 2001.

SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. *Rezar e Benzer:* rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014). Ponta Grossa, 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.

CAPÍTULO 3

ARQUEOLOGIA EM PRUDENTÓPOLIS

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO NO PARANÁ

Claudia Inês Parellada

A compreensão de nosso passado amplia o conhecimento e a diversidade cultural do tempo presente, e possibilita um melhor planejamento de nossos horizontes futuros. A palavra arqueologia vem do grego *archaios*-antigo e *logos*-tratado, ou seja, significa o estudo de tudo que é antigo. A arqueologia estuda, especialmente, os povos passados, com a análise voltada para os vestígios da cultura material, como artefatos em pedra ou cerâmica, as representações simbólicas tais como as pinturas e gravuras rupestres, os restos de habitações e/ ou aldeias, além das estratégias e da complexidade no sepultar os mortos.

O cotidiano e parte do universo social de diferentes populações conseguem ser caracterizado através da contextualização de evidências, que permitem acessar aspectos de memórias desconhecidas, num período que ultrapassa 15 mil anos e chega aos dias atuais. Assim, a arqueologia procura entender como viviam os povos que ocuparam o território paranaense; onde e como eram as casas e a relação com o meio-ambiente e a paisagem; a dieta alimentar; o início da agricultura; estratégias e as reações às mudanças ambientais e a chegada progressiva de grupos diferentes.

Sítio arqueológico é o local onde ocorrem esses diferentes vestígios relacionados a populações humanas. Podem ser identificados quando o solo e subsolo são impactados, ou seja, como exemplos, uma estrada é aberta, ou revira-se o solo

em plantações agrícolas, ou na construção e gestão de obras civis. Os materiais arqueológicos, bens da União, devem ser conservados e, no decorrer dos estudos, direcionados a instituições de guarda, como museus e universidades.

A arqueologia paranaense pode ser dividida em pré-colonial e histórica, sendo que os sítios históricos seriam ruínas e vestígios da cultura material relacionados à ocupação europeia, dos séculos XVI a XX, no território atualmente compreendido pelo Paraná. Os vestígios pré-coloniais seriam representados por artefatos, sepultamentos humanos, restos de habitações e da dieta alimentar, relacionados tanto a populações caçadoras e coletoras, como a povos ceramistas que habitavam o Paraná. Ainda podem ser encontradas as representações simbólicas, como as pinturas e gravuras rupestres.

Os diversos sítios arqueológicos estudados no Paraná foram agrupados, a partir de 1960, segundo metodologia do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, em tradições e fases, sendo que a tradição representaria um grupo de sítios onde uma série de elementos ou técnicas tem persistência temporal. Dessa forma, de caçadores-coletores, temos as tradições: Paleoíndios, Umbu, Humaitá, e Sambaquieiros; de agricultores e ceramistas: Itararé-Taquara, Aratu e Tupiguarani. Para as pinturas e gravuras rupestres caracterizaram-se as tradições Planalto e Geométrica.

Possivelmente entre 12.000 e 15.000 anos atrás, nos territórios que hoje abrangem o sul do Brasil e o nordeste da Argentina, já existiam povos caçadores-coletores. No interior do Paraná, esses grupos estão representados pelos Paleoíndios, e há 10.000 anos, aparecem populações Umbu e Humaitá. (observar tabela 1 e PARELLADA, 2005).

Com o clima tornando-se mais quente e úmido, há cerca de 7.000 anos, intensificou-se a quantidade de sítios arqueológicos de diferentes tradições tecnológicas de caçadores-coletores, relacionadas a distintos ambientes naturais: a Umbu, em áreas mais abertas, de campos e cerrados, a Humaitá, em regiões de floresta densa, e os sambaquis na costa litorânea e do vale do Ribeira.

TABELA 1 - PERIODIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA PARA A REGIÃO DE ESTUDO

ARQUEOLOGIA	PERÍODO	GRUPOS	TRADIÇÕES
	Desde 15.000 anos AP (antes do presente)	Caçadores – coletores	Paleoíindios
Pré-colonial	Desde 10.000 anos AP	Caçadores – coletores	Umbu
			Humaitá
		Pinturas e gravuras rupestres	Planalto
			Geométrica
	Desde 4.000 anos AP	Agricultores – ceramistas	Itararé-Taquara
	Desde 2.000 anos AP		Tupiguarani
Histórica	A partir do século XVI	Europeus, jesuítas, índios contactados, membros de expedições de conquista, tropeiros, imigrantes	Neobrasileira e Histórica

Desde 4.000 anos atrás, ocorrem também vestígios de ceramistas e agricultores, filiados à Tradição Itararé-Taquara, e a partir de dois mil anos, de povos Tupiguarani. Em alguns desses sítios ceramistas, ocorrem evidências de contato com luso-brasileiros, depois do século XVI. Ainda são ricos os relatos etnográficos e de viajantes sobre a região descrevendo a presença de várias aldeias de grupos Jê e Guarani até o século XX (BORBA, 1904, 1908; NIMUENDAJU, 1981).

O patrimônio arqueológico foi incluído pela Constituição Federal Brasileira de 1988, nos artigos 215 e 216, como patrimônio cultural nacional com direitos assegurados pelo Estado. No artigo 20, X, os sítios arqueológicos e pré-históricos são apontados como bens da União.

A Carta de Lausanne, de 1990, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), organização civil internacional ligada a UNESCO, considera que o patrimônio arqueológico engloba todos os vestígios da existência humana e compreende todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como todo material a eles associados.

Conforme a legislação vigente no Brasil, a lei 3924 de 1961, que dispõe sobre os locais pré-históricos e históricos, e a resolução 1,

de 1986 do CONAMA, além do Art. 217 (capítulo III, seção II) da Constituição brasileira de 1988, apontam que existe a necessidade de pesquisas que caracterizem o patrimônio arqueológico, para mitigar os impactos negativos que a implantação de obras civis acarreta a este rico acervo.

A portaria 7 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de dezembro de 1988, definiu os critérios para as permissões de pesquisas arqueológicas e temas relacionados, aprofundados com a portaria 230 do IPHAN, de 2002. Uma mudança na portaria 230 do IPHAN tornou essencial a execução de programas de educação patrimonial associados às pesquisas arqueológicas. Assim, os arqueólogos passaram a ter responsabilidades que incluíam não somente a produção das informações científicas, mas também o envolvimento da comunidade na gestão do patrimônio. Em 2015, o IPHAN publicou novas normativas para as pesquisas arqueológicas e, em 2016, o IPHAN editou portarias que regulamentam a gestão de acervo arqueológico, entre outras temáticas.

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA REGIÃO DE PRUDENTÓPOLIS

Existem dez sítios arqueológicos já caracterizados em Prudentópolis, conforme tabela 2, com ocupações que abrangem desde os Paleoíndios até os povos ceramistas.

TABELA 2 - SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS CADASTRADOS NOS MUNICÍPIOS DE PRUDENTÓPOLIS E CIRCUNVIZINHANÇAS

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓ-GICO	MUNICÍ-PIO DO PARANÁ	PONTO CENTRAL, COORD. UTM, SIRGAS 2000	TRADIÇÕES OU POVO INDÍGENA	REFE-RÊNCIAS BIBLIOGRÁ-FICAS
1	Estirão Comprido	Prudentó-polis	7.260.779 471.177	Paleoíndios, Itararé-Taquara, Tupiguarani, Neobrasileiro	Fernandes & Blasi, 1956; Blasi, 1967; Miretzki & Parellada 1999

(continua...)

(conclusão.)

2	Rio Barra do Doutor 1	Cândido de Abreu	7.259.900 483.300	Umbu	Parellada, 1986
3	Paris dos Coroados II	Prudentópolis	7.254.300 485.500	Indígenas Kaingang, século XIX	Bigg-Wither, 1974
4	Aldeia Coroados	Prudentópolis	7.253.800 485.400	Indígenas Kaingang, século XIX	Bigg-Wither, 1974
5	Colônia Tereza	Cândido de Abreu	7.253.800 485.900	Umbu, Itararé-Taquara, Neobrasileira	Martins, 1925; Bigg-Wither, 1974; Keller (in Lovato, 1974)
6	Rio dos Índios 1	Ivaí	7.242.350 504.300	Umbu	Parellada, 1986
7	Anta Gorda	Pruden-tópolis	7.230.000 495.000	Tupiguarani	Coleção Museu Paranaense 7.94, doação
8	Rio dos Patos Lino Vahldieck	Prudentópolis	7.211.605 507.224	Umbu	Coleção Museu Paranaense 2015, doação
9	Teodozio Pauloski	Prudentópolis	7.230.000 495.000	Umbu	Coleção Museu Paranaense 2017, doação Comunidade Patinhos
10	Gravuras rupestres Salto São João	Prudentópolis	7.226.821 499.707	Geométrica-Arte rupestre	Imagens, Parellada (2017)

As primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas realizadas em Prudentópolis foram, em 1954, no sítio Estirão Comprido, localizado na margem esquerda do rio Ivaí, doze quilômetros abaixo da foz do Areião (FERNANDES; BLASI, 1956; SILVA; BLASI, 1955; SILVA, 1961/2; BLASI, 1967), observar foto 1 .

No Museu Paranaense aconteceram, em diferentes datas, doações de materiais arqueológicos oriundos de Prudentópolis: em 1994, fragmentos cerâmicos Tupiguarani que configuraram o sítio Anta Gorda; em 2000, uma mó polida em basalto, recuperada em fazenda de propriedade de José Laginski, a 500m do rio São João, nas proximidades da cachoeira do rio dos Patos. A mó, que servia para moer grãos e sementes, mede 15,7x 14,8x 8,6cm, e foi encontrada por Henrique Olszewski, em 1999, em área sendo gradeada pela primeira vez.

FOTO 1 – QUADRAS SENDO DELIMITADAS NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ESTIRÃO COMPRIDO, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ, COM OS PESQUISADORES FERNANDO SILVA E OLDEMAR BLASI, AO FUNDO O RIO IVAÍ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Vladimir Kozák, 1954.

No alto Ivaí ocorrem vários sítios de caçadores-coletores. No sítio de nível mais antigo do sítio Estirão Comprido, situado no município de Prudentópolis, foram recuperadas algumas pontas de projéteis em silexito e arenito silicificado (BLASI, 1967). Uma delas pode ser observada na foto 2.

Em 2018, foi cadastrado o sítio arqueológico Tedozio Pauloski, na comunidade de Patinhos, onde houve sucessivas ocupações por povos caçadores e coletores Umbu que, provavelmente, viveram naquele local há mais de 6 mil anos. Nessa área, já foram identificados muitos materiais líticos, a maioria em silexito e chert, e mais de vinte pontas de projéteis (Foto 3).

FOTO 2 – PONTA DE PROJÉTIL EM ARENITO SILICIFICADO, MEDINDO 3,28X 5,82X 0,65CM, SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO, PALEOÍNDIOS, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2011.

FOTO 2 – PONTAS DE PROJÉTEIS EM SILEXITO E CHERT, SÍTIO TEODOZIO PAULOSKI, TRADIÇÃO UMBU, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2020.

Os primeiros povos, os Paleoíndios, chegaram a região de Prudentópolis, há mais de 15.000 anos, vindos de terras altas do centro e oeste sul-americano, encontrando aqui um clima diferente, mais frio e seco, com a vegetação de campos e cerrados. Vivendo em pequenos grupos, conviveram com animais da megafauna, como a preguiça gigante, o mastodonte, e o tigre dente-de-sabre, elaborando grandes pontas de projéteis, caçando aves, pequenos mamíferos e roedores, além de praticarem a pesca.

Sepultamentos humanos dessa época, devido à fragilidade dos restos orgânicos, dificilmente são recuperados, somente em situações muito especiais, como locais muito secos ou muito úmidos, é que acontece a conservação dessas evidências.

As pontas de projétil rabo de peixe ou "fishtail" são raras porém, já foram encontradas em áreas, como no sítio Estirão Comprido e no bairro dos Birros e são diagnósticas desses povos mais antigos, com 10.000 anos ou mais.

Há 8.000 anos, com o clima ficando cada vez mais quente e úmido, outros grupos caçadores-coletores migraram para o Paraná, e ocuparam, em momentos diversos, tanto o vale de grandes rios como topos de morros e montanhas, inclusive abrigos rochosos e o litoral, como pode ser observado em discussões em Parellada (2005, 2008). No sul do Brasil, são denominados Umbu, Humaitá e Sambaquieiros.

Eram nômades, permanecendo tempos curtos em cada acampamento, caçando, coletando frutos e raízes e, muitas vezes, deixando representações simbólicas de seus mitos e histórias através de gravuras, pinturas e esculturas nas rochas. Para caçar, usavam armadilhas, arpões e flechas com pontas de osso, madeira e pedra, e preparavam os alimentos usando talhadores, raspadores e facas lascadas principalmente em silexito, quartzo e arenito silicificado.

Behling et al. (2004) observam que os planaltos do sul do Brasil, há 7.400 anos atrás, estavam dominados por campos, em um clima mais frio e seco que o atual, e as araucárias provavelmente se restringiam a vales fechados e profundos e vertentes costeiras mais úmidas. Em épocas posteriores, há 4.300 anos, araucárias se expandiram em redes de matas de galeria.

A Tradição Umbu compreende os sítios pré-cerâmicos caracterizados, principalmente, pela grande presença de pontas de projéteis (KERN, 1981; SCHMITZ, 1984). A ocupação dessas populações foi tanto em abrigos, sempre que os mesmos estivessem naturalmente disponíveis, como a céu aberto.

Existem sítios multifuncionais com reocupação relativamente frequente, sendo alguns somente estações de caça (SCHMITZ, 1991). Os sítios Umbu geralmente estão localizados próximos a arroios, rios, banhados ou lagoas, e, mais raramente, junto ao mar. No Paraná já foram registrados nos vales dos rios Iguaçu, Ivaí, Tibagi, Itararé, Ribeira, Paranapanema, na Serra do Mar e no litoral.

Os artefatos líticos típicos seriam pontas de projétil pedunculadas, triangulares, foliáceas, de formas e dimensões variadas, lascas, raspadores, furadores e percutores, aparecendo ainda talhadores, buris, grandes bifaces, lâminas polidas de machado, polidores e picões. Discussões bastante consistentes sobre os sistemas de assentamento, estilos tecnológicos e possíveis modelos de mobilidade Umbu podem ser observados em De Blasis (1988, 1996) e Dias (2003).

No alto Ivaí ocorrem vários sítios Umbu, como no município paranaense de Reserva, onde foram coletadas várias pontas de projétil por Tiburtius, descritas por Beck (1969). Na área onde foi fundada a Colônia Tereza, em 1847, e naquelas proximidades, havia pontas de projéteis descritas por Franz Keller:

> Parece que antigamente antes de terem tido occasião de obter dos brancos o precioso aço em troca de curús, usarão de pontas de pederneiras, que hoje se achão frequentemente em diferentes pontos da prov.ia , p. ex. na Colonia Thereza, nos quintaes e nas ruas depois de copiosas chuvas. Perto d'essa colonia se achou tambem um lugar debaixo de altos pinheiros, onde montes de cavacos e lascas d'essa qualidade de Quartz, que por lá aparece no meio do cal em pedaços nodosos, indicão uma verdadeira fabrica de pontas de flechas coroadas... (KELLER,1867, in LOVATO, 1974)

Borba (1908, p. 167-168) também relaciona vários objetos, como pontas de projéteis de diferentes formas, dimensões e matérias-primas, além de mãos de pilão, coletados em Teresina, antiga Colônia Tereza, sendo que alguns desses materiais se encontram no Museu Paranaense.

Parellada (1986) identificou dois sítios Umbu junto às margens do alto Ivaí: Rio Barra do Doutor, localizado no município paranaense de Cândido de Abreu, e o dos Índios, em Ivaí. Nas duas áreas, os vestígios afloravam, configurando oficinas líticas, com muitas microlascas, além de matéria-prima abundante, como seixos e nódulos de silexito.

No município de Turvo, foi cadastrado o sítio arqueológico José Bonetti 1, junto à plantação de milho no lote seis, do assentamento Marrecas, criado pelo Incra entre os rios Cachoeira e Marrecas. Esse sítio possui dimensões de 200 x 150m, sendo que os vestígios ocorrem associados a sedimentos areno-argilosos marrom avermelhados, com níveis de fogueiras e matéria orgânica. Os vestígios parecem estar relacionados a acampamento temporário de grupos Umbu, havendo uma ocupação posterior por ceramistas e agricultores Guarani (PARELLADA, 2005).

A tradição Humaitá compreende sítios pré-cerâmicos do interior que não possuem pontas de projétil líticas, mas têm uma grande proporção de artefatos sobre bloco, onde se destacam bifaces, talhadores, enxós, raspadores e furadores, associados a uma grande quantidade de lascas (KERN, 1981; SCHMITZ, 1984, 1991).

Os assentamentos característicos são sítios-acampamento, multifuncionais, a céu-aberto, próximos a cursos d'água e, excepcionalmente, em abrigos. Concentram-se em vales de rios, que possuíam cobertura de floresta tropical semi-úmida e subtropical, ou seja, no Paraná, situam-se principalmente nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi, Iguaçu e Paraná, e há vários sítios datados, no Paraná e sul de São Paulo. Existem muitas discussões sobre os sítios Humaitá, pois parte deles foi identificada apenas pela presença de grande quantidade de artefatos em bloco, e podem representar acampamentos de outros grupos culturais, inclusive ceramistas (NOELLI, 2000; DIAS, 2003).

No alto rio Ivaí, a ocupação humana mais antiga na Gruta do Wobeto, localizada no município paranaense de Manoel Ribas, é relacionada à tradição Humaitá, sendo os artefatos líticos típicos raspadores plano-convexos (ANDREATTA, 1968); nos níveis mais recentes havia cerâmica Itararé-Taquara.

Há cerca de 4.000 anos, com o clima tornando-se mais quente e úmido, as florestas de araucária já em expansão, e as áreas de campos e estepes diminuindo, aparecem os primeiros vestígios de agricultores e ceramistas em território atualmente compreendido pelo Estado do Paraná, os da tradição Itararé-Taquara; e há dois mil anos, já se tem assentamentos Tupiguarani.

Foi nesse momento que ocorreram importantes mudanças culturais, afinal havia a necessidade de aumento do alimento para a subsistência de grupos com maior número de indivíduos, ou seja, a sobrevivência das aldeias dependeria de novas estratégias para se obter mais comida, e um sistema de gerenciamento dos recursos naturais associados à estocagem permitiria esse fato.

Uma ampliação do manejo de espécies florestais com frutos, como o pinhão, e o início da prática agrícola, podem ter permitido o aumento populacional e a ocupação intensiva de novos espaços. O cultivo agrícola também poderia ter origem na escassez de alimentos, causada por mudanças climáticas, como aponta o mito da agricultura Kaingang, relatado por Borba (1908).

Os territórios precisavam ser delimitados, pois aumentava a densidade demográfica, e as áreas manejadas, para a garantia da coleta, caça, extração de matéria-prima, como rochas, minerais, madeiras, plantas para trançado e cestaria, argila para cerâmica, além de locais para cultivo agrícola. A cerâmica, nesse caso, parece estar associada a uma maior estabilidade habitacional, apesar da possibilidade de ela já estar sendo confeccionada mesmo sem a horticultura.

Os primeiros povos agricultores e ceramistas chegaram ao Paraná há 4.000 anos, vindos do Planalto Central do Brasil. Eram os Proto-Jê ou Itararé-Taquara, ancestrais de indígenas Jê como os Kaingang e Xokleng que vivem, até hoje, no sul do Brasil, e se miscigenaram com os caçadores-coletores aqui estabelecidos.

Parte dos agricultores Itararé-Taquara morava em aldeias, com 200 a 300 pessoas divididas em 4 a 6 casas comunitárias.

Plantavam milho, amendoim, feijões e abóboras e, enquanto aguardavam o crescimento das plantações, dividiam-se em pequenos grupos, para caçar e pescar, além da coleta de mel, pinhão e outros frutos, como pode ser observado em Schmitz (1991). Assim, contribuíram na expansão de áreas com pinheiro araucária, pitanga, jaboticaba, araçá, jerivá e palmito. A agricultura era controlada pelo conhecimento das diferentes fases lunares, e por sistemas de observação astronômica que abrangiam monolitos em pedra, algumas vezes formando conjuntos.

Esses povos faziam armadilhas e usavam bordunas e flechas, algumas com pontas-virote para caçar animais e derrubar pinhas, além de grandes pilões de pedra para moer grãos e frutos, lâminas de machado polidas petalóides para cortar, e os machados semi-lunares em rituais.

No século XIX, Telêmaco Borba (1908, p.130) relatou que, nos municípios de Curitiba até os sertões de Tibagi, que incluíam Prudentópolis, existiam as "covas", que seriam estruturas semi-subterrâneas, associadas a ancestrais de indígenas Jê. Nesses locais, Borba comenta que se encontravam vasilhames cerâmicos, lâminas de machado em pedra, pontas de flecha, tembetás, mós e almofarizes. Essas estruturas também poderiam servir para estocagem de alimentos e sepultamentos (observar PARELLADA, 2005).

O manejo de flora pelos indígenas Jê pode ser visualizado através de imagens do século XIX: pinheiros araucária, pitanga e outras espécies. Enterravam os mortos construindo aterros, algumas vezes sob a forma de estruturas circulares, chamados de danceiros, que ocorrem no Paraná. Os rituais funerários podiam incluir também sepultamentos em abrigos rochosos onde eram elaboradas pinturas e gravuras míticas. A cremação era uma prática realizada com certa frequência.

Os materiais cotidianos, como cestaria e cerâmica, possuíam uma estética refinada e que se refletia em padrões geométricos complexos, relacionados a diferentes grupos clânicos. A onça, grande animal predador da América do Sul, é um dos animais hierarquicamente mais importantes na mitologia Jê, e assim grande parte das pinturas corporais, marcas clânicas, desenhos em tecidos

em fibras de urtiga brava, e decorações na cerâmica eram associadas a padrões circulares ou riscados desses animais.

A cerâmica Itararé-Taquara possui geralmente forma cilíndrica e espessura fina, algumas vezes recoberta por fina camada de pigmento negro ou vermelho (CHMYZ,1968a) A cerâmica era decorada também com impressão de malhas ou incisões antes da queima dos vasilhames. As técnicas de manufatura eram o acordelado, o paleteado e o modelado. Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e reduções jesuíticas do início do século XVI, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, como Elliot (1847), Keller e Keller (1865) e Bigg-Wither (1974), já foram recuperados inúmeros vestígios Itararé-Taquara.

No alto Ivaí, no município de Prudentópolis, foi pesquisado o sítio Estirão Comprido (FERNANDES; BLASI, 1956; SILVA; BLASI, 1955; SILVA, 1961/2; BLASI, 1967; MIRETZKI; PARELLADA, 1999). Nesse sítio, com múltiplas ocupações, localizado na margem esquerda do Ivaí, doze quilômetros abaixo da foz do Areião, ocorriam vestígios até a 1m de profundidade. Foram encontrados fragmentos cerâmicos, inclusive vários cachimbos, (observar Fotos 4 e 5) artefatos líticos e em osso, vestígios da dieta, além de nove sepultamentos humanos, sendo a maior parte fletido e de adultos (Foto 6), parecendo relacionados ao nível Itararé-Taquara. Desse nível, foi realizada a reconstrução facial, ou aproximação facial, do Gufan, o sepultamento 8.

O nível mais antigo, era relativo a Paleoíndios, e o mais recente, a Tupiguarani com contato com populações coloniais, depois do século XVI.

FOTO 4 – PARTE DA CERÂMICA ITARARÉ - TAQUARA RECUPERADA NO SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO, PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2011.

FOTO 5 – CERÂMICA ITARARÉ - TAQUARA, INCLUSIVE CACHIMBOS FRAGMENTADOS, ADORNOS E PEQUENAS VASILHAS RECUPERADOS NO SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2011.

Um dos indivíduos recuperados, o sepultamento 8, era masculino, adulto, e estava entre 40 e 70cm de profundidade, em decúbito lateral direito, semi-fletido, com o crânio em posição verticalizada em relação ao corpo. Estava associado a cerâmica e materiais líticos Itararé-Taquara (observar Foto 6). Em 2017, foi realizada, por Cícero Moraes pela empresa Beenoculus e pelo Museu Paranaense, a reconstrução facial desse indivíduo, agora denominado Gufan, que significa em Kaingang um ancestral antigo. Ainda foi realizado um programa de realidade virtual imersiva onde, através de óculos, consegue-se ter contato próximo com um indivíduo que viveu há muito tempo atrás.

FOTO 6 –SEPULTAMENTO 8, ITARARÉ-TAQUARA OU PROTO-JÊ, RECUPERADO NO SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO. MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Oldemar Blasi, 1955.

FOTO 7–APROXIMAÇÃO FACIAL DO GUFAN, SEPULTAMENTO 8, ITARARÉ-TAQUARA OU PROTO-JÊ, RECUPERADO NO SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO.MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, Designer gráfico: Cícero Moraes, 2017.

No alto Ivaí também foi pesquisada a Gruta do Wobeto (ANDREATTA, 1968), onde, em níveis mais recentes, existia cerâmica Itararé-Taquara.

Nos sítios arqueológicos históricos da Província del Guairá relativos às comunidades espanholas, do final do século XVI, e missões jesuíticas, do início do século XVII, ocorrem materiais Itararé-Taquara (PARELLADA, 1997, 2005). As missões Santo Antonio e San Miguel foram fundadas com índios Camperos, igualmente denominados Cabelludos e Coronados (JAEGER, 1957, p.112), e as missões de Concepción de Nuestra Señora de Guañaños e San Pedro tinham como maioria de sua população indígenas Gualachos (MONTOYA, 1985).

Ainda, em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, como Elliot (1847), Keller e Keller (1865) e Bigg-Wither (1974), já foram recuperados inúmeros vestígios relacionados à tradição Itararé. O explorador inglês Thomas P. Bigg- Wither, entre 1872 e 1875, ao visitar uma aldeia de índios Coroados, nas proximidades da Colônia Tereza, relata:

> Guiados pelo próprio cacique, visitamos todas as palhoças, em número de quatro. Essas palhoças eram retangulares no plano,

> embora fossem de tamanhos diferentes, todas de largura e altura uniformes, sendo a largura de 15 pés... A coberta era de folhas de palmeira, que vinham desde a cumeeira até o solo. As duas extremidades da palhoça eram tapadas com uma armação de varas de bambu, também cobertas de folhas de palmeira... Esta é a palhoça comum de todos os índios da tribo dos Coroados, quer selvagens ou mansos. Encontramos palhoças iguais a essas habitadas pelos Coroados selvagens que vivem em Corredeira do Ferro e, então, quando, dois anos mais tarde, visitei mais outras tabas de índios no rio Tibagi, achei que os ranchos não eram diferentes dos de Colônia Teresa... Mas voltemos às palhoças dos Coroados. A disposição interna era muito simples. Dos dois lados havia carreira de folhas secas de palmeiras. Estas eram camas dos índios, que dormem dez ou doze juntos em um rancho, com a cabeça voltada para o lado e os pés virados para o meio da palhoça. No centro havia uma passagem de cerca de 2 pés e 6 polegadas de largura e, ao longo da mesma, ardia uma fogueira ou mais... O único alimento que vimos no tempo que ali estivemos foi o milho, que eles assavam na fogueira. Cada palhoça possuía diversos papagaios e periquitos domesticados, andando pelo chão e comendo o que achavam e lhes apetecia. Observei variado o grande número de arcos e flechas, algumas destas artisticamente ornamentadas de pigmentos coloridos, penduradas na folha de palmeira... (BIGG-WITHER, 1974, p. 142-143).

Ainda Bigg- Wither descreve o pari, uma armadilha de pesca feita pelos Coroados:

> Na parte superior dessa corredeira, eles construíram uma barragem de rochas e pedras soltas, deixando duas ou três aberturas, em determinados lugares, para a saída da água e passagem dos peixes. Nos canais assim preparados, colocaram o ponto convergente das varas de uma peneira, em forma de leque, feita de taquaras... Os peixes, procurando passagem por baixo da correnteza, depois de terem sido impedidos pela represa, eram obrigados a passar por esses canais. A força da água os arremessava à outra extremidade do gradil, ficando eles não só fora do alcance da correnteza que os trouxera, mas também impossibilitados de voltar à água que agora tinham apenas a satisfação de ver passar. A armadilha é assim muito simples e eficiente, embora tenha de ser frequentemente arranjada, em virtude do nível instável do rio. Além disso, só pode ser usada na estação seca. (BIGG-WITHER, 1974, p. 144).

Assim, nas proximidades destes paris existiam vestígios de sítios-aldeia e/ ou acampamentos relacionados a povos Jê. No vale do Ivaí foram levantados, através de análise bibliográfica, pelo menos dois locais onde eram confeccionados *pari*: nas proximidades da Colônia Tereza (BIGG-WITHER, 1974) e da corredeira do Ferro no rio Ivaí (KELLER; KELLER, 1865).

Há 2.000 anos, chegaram ao Paraná populações filiadas à Tradição Arqueológica Tupiguarani, ancestrais de índios Tupi e Guarani, cujos descendentes vivem até hoje no Brasil e em países vizinhos. Vieram da Amazônia, ocupando primeiro o norte e oeste paranaense. Agricultores, plantavam mandioca, milho, batata-doce e feijão, e moravam geralmente em aldeias com 300 a 400 pessoas em grandes casas comunitárias, como se discutem em Metraux (1927, 1948), Brochado (1980) e Meliá et al. (1987).

Sepultar mortos em vasilhames cerâmicos tampados era prática comum, que eram inseridos dobrados ou como ossos de um sepultamento secundário junto com objetos pessoais do morto. Enterravam-se essas urnas no subsolo de antigas habitações que, em seguida, eram queimadas, podendo ser reconstruídas novas casas no mesmo local. Os vasilhames cerâmicos serviam para armazenar grãos, fermentar bebidas e preparar alimentos; só depois, as panelas e tigelas mais significativas do indivíduo, ou da família, eram selecionados para conter e tampar seus restos mortais.

Apesar de a cerâmica ser mais espessa, existe uma rica variedade decorativa nela, como a corrugada: impressões de polpas dos dedos, a ungulada: marcada com unhas, a pintada com motivos geométricos, principalmente em faixas e linhas vermelhas e pretas sobre delgada camada de tinta branca. Padrões estéticos vinculados aos mitos Tupi e Guarani repetem-se nos trançados, na cestaria e nos carimbos cerâmicos, sendo importante destacar o papel de aves de rapina, como o urubu, a harpia e o condor, como animais totêmicos desses povos. Os principais artefatos em pedra encontrados em sítios Tupiguarani são lâminas de machado polidas ou lascadas, adornos labiais em forma de "T" (tembetás), raspadores, talhadores, polidores em canaleta e adornos polidos perfurados.

Povos Tupi e Guarani são historicamente conhecidos pela antropofagia ritual, ou seja, desde os livros de Hans Staden, no

século XVI, descrevendo situações adversas e com ricas ilustrações de indivíduos sendo mortos, desmembrados, moqueados e/ou inseridos em sopas a serem servidos em festins de aldeias, representando um alimento metafórico das virtudes e qualidades do morto.

No Paraná ocorrem em quase todo o território, aparecendo com maior frequência nos vales dos grandes rios: Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu.

No alto Ivaí, no município de Prudentópolis, foram cadastrados os sítios arqueológicos Tupiguarani Anta Gorda, (observar Foto 8) e o Estirão Comprido, com múltiplas ocupações, segundo pesquisas de Fernandes e Blasi (1956), Silva e Blasi (1955), Silva (1961/2), Blasi (1967), e Miretzki e Parellada (1999). No sítio Estirão Comprido, o nível mais recente está relacionado a povos Tupiguarani com contato com populações coloniais, depois do século XVI (observar Fotografia 9).

FOTO 8 – CERÂMICA TUPIGUARANI COLETADA NO SÍTIO ANTA GORDA, PRUDENTÓPOLIS, E DOADA AO MUSEU PARANAENSE, FRAGMENTOS DECORADOS COM ENGOBO VERMELHO E BRANCO, ALÉM DOS TIPOS UNGULADOS E CORRUGADOS

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2011.

FOTO 9 – PARTE DA CERÂMICA TUPIGUARANI RECUPERADA EM 1954 EM ESTUDOS NO SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO, PRUDENTÓPOLIS - FRAGMENTOS DECORADOS COM PINTURAS GEOMÉTRICAS, ALÉM DOS TIPOS CORRUGADOS, UNGULADOS, E SERRUNGULADOS

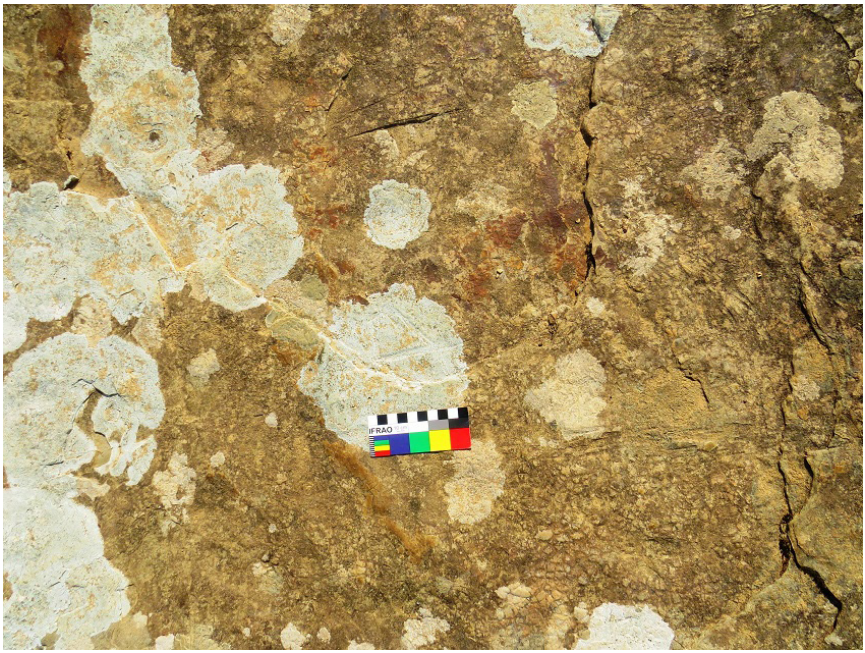
Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2011.

A existência de diversas aldeias de índios Guarani, localizadas ao longo do rio Ivaí, são citadas em documentos dos séculos XVI e XVII, como MCA I (1951), Taunay (1924) e Montoya (1985), e no século XIX por Elliot (1847), Keller e Keller (1865), Metraux (1946) e Nimuendaju (1981).

Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e missões jesuíticas dos séculos XVI e XVII, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII a XIX, grande parte dos vestígios têm características Tupiguarani e Itararé-Taquara, aparecendo alguns com influência europeia, por exemplo com a presença de alças e bases planas. Assim é o material recuperado junto às ruínas da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (PARELLADA, 1993, 1995, 1997).

No município de Prudentópolis já foram caracterizadas gravuras rupestres, relacionadas às Tradições Planalto e Geométrica, no topo do Salto São João, e provavelmente serão documentadas muitas outras associadas às grandes cachoeiras e cavernas que ocorrem município. São representações em círculos, triângulos e retângulos, associadas a cervídeos, grades e figuras de contagem (observar Foto 10.

FOTO 10 – GRAVURAS E PINTURAS RUPESTRES NO TOPO DO SALTO SÃO JOÃO, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ



Crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2017.

Entretanto, parte das feições documentadas tem origem natural, pois a presença de microorganismos durante a deposição de sedimentos pode formar estruturas sedimentares microbianas induzidas (*MISS*), como biofilmes e esteiras microbianas, importantes em estudos paleoambientais. Algumas formas de *MISS* assemelham-se a gravuras rupestres, que aparecem em alguns sítios arqueológicos no Paraná, inclusive no Salto São João (observar Foto 11).

FOTO 11 – ESTRUTURAS SEDIMENTARES MICROBIANAS INDUZIDAS (MISS) EM ROCHAS HETERIOLÍTICAS DA FORMAÇÃO TERESINA, NO TOPO DO SALTO SÃO JOÃO, MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada, 2017.

Formas concêntricas e espirais interrompem as laminações de forma perpendicular que, vistas em planta, aparentam gravuras artificiais. Entretanto, a análise de MEV revelou a presença de microorganismos, comumente filamentosos, na estrutura das amostras, propiciando a precipitação de cristais da matriz, o que evidencia se tratar de estruturas microbianas induzidas. Parte das *MISS* parece ter sido modificada por populações pré-coloniais, com prováveis associações a elementos míticos, e essas formas, em diferentes suportes rochosos em áreas próximas, foram posteriormente reproduzidas artificialmente como gravuras (DORNELES; PARELLADA, 2018).

As gravuras ocorrem em áreas de afloramentos de basaltos e andesitos da Formação Lavas da Serra Geral, de arenitos e conglomerados Furnas, e de arenitos e diamictitos Itararé-Taquara.

Em algumas gravuras, já foram observados vestígios de pigmentos bastante intemperizados, ou seja, parte das gravuras rupestres eram pintadas, ou havia pinturas associadas a elas (PARELLADA, 2015).

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO PARANÁ

A arqueologia histórica dessa região compreende os vestígios deixados pelas diversas populações que habitaram essas áreas a partir do século XVI, coloniais ou posteriores, onde geralmente existe documentação escrita complementar. Na área de estudo esses materiais podem ser caracterizados como pertencentes à Tradição Neobrasileira, ou simplesmente históricos se houver apenas restos construtivos e/ou louça, vidro, grês e metais associados. A região estudada, como quase todo o interior do Estado do Paraná, pertencia à Coroa Espanhola desde o Tratado de Tordesilhas de 1494, e era denominada *Província del Guairá*.

O Guairá era povoado principalmente por povos indígenas Guarani e da família linguística Jê, que tiveram contato com os primeiros viajantes europeus, como Aleixo Garcia, em 1524 e Cabeza de Vaca 1541/ 42, comandantes de expedições que saíam do litoral brasileiro e pretendiam chegar ao Paraguai. Foi somente em 1882, Telêmaco Borba introduziu o termo Kaingang para designar os indígenas não Guarani dos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esses viajantes do século XVI, e o lansquenete Ulrich Schmidel em 1552/ 53, utilizaram um caminho indígena, rico em ramais, denominado *Peabiru,* que saía da costa do Atlântico e chegava até o Pacífico (MAACK, 1968; CARDOZO, 1970). Essa rede de caminhos era conservada pela plantação de uma espécie de gramínea rasteira, que impedia o crescimento de vegetação de maior porte, fazendo com que a trilha não fosse encoberta pela mata.

Muitos dos ramais do *Peabiru* acabaram originando uma série de estradas dos colonos na conquista e ocupação do território. Assim, nas proximidades do *Peabiru*, a partir de 1554, os espanhóis iniciam a criação de núcleos de povoamento na *Província del Guairá*, primeiro com *Ontiveros*. Em 1556, fundaram *Ciudad*

Real del Guairá, na foz do rio Piquiri no Paraná, para onde foram transferidos os habitantes que ainda restavam em Ontiveros. Em 1570, foi fundada, pelo capitão Melgarejo, *Villa Rica del Espiritu Santo*, às margens do rio Cantu, afluente do Piquiri.

No início do século XVII, padres jesuítas criaram várias missões fixas no Guairá. Essas missões foram financiadas pela Coroa espanhola, e tiveram curta duração, pois até 1631 os bandeirantes paulistas já tinham destruído todas elas, e em 1632 as cidades espanholas foram transferidas para outros locais. Nas proximidades da área de estudo, junto ao vale do Ivaí, provavelmente estão os vestígios, ainda não localizados, da missão jesuítica de Santo Antonio, fundada em 1627(PARELLADA, 2005).

No sítio Estirão Comprido, com múltiplas ocupações, inclusive na mais recente, Tupiguarani, existiam fragmentos de cerâmica Neobrasileira (observar Foto 12).

FOTO 12 – CERÂMICA NEOBRASILEIRA RECUPERADA EM 1954, SÍTIO ESTIRÃO COMPRIDO, PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Acervo: Museu Paranaense, crédito fotográfico: Claudia Inês Parellada

Em 1765, o governador da Província de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, toma posse, e inicia uma série de expedições aos sertões do Ivaí, Tibagi e Iguaçu (LOVATO, 1974).

Os relatos de parte dessas expedições, as comandadas pelo tenente-coronel Afonso Botelho de S. Paio e Souza, estão publicados nos Anais da Biblioteca Nacional (1956), sendo que existem mapas da região daquele período localizando alguns aldeamentos indígenas e os trajetos das expedições (FRANCO, 1943). Aquelas expedições visavam o reconhecimento do território e seus recursos naturais, além da conversão dos índios (observar comentários em BECKER; LAROQUE, 1999; e BELLUZZO et al., 2003.

Além das expedições militares oficiais, houve algumas "científicas", que se intensificaram a partir da chegada da Família Real ao Brasil. No século XIX, as viagens de exploradores e naturalistas europeus, foram complementados por outros especialistas, como engenheiros e geólogos do Governo Imperial. No sul do Brasil, o Barão de Antonina encarrega Joaquim Francisco Lopes (o Guia Lopes) e João Henrique Elliot de realizarem viagens nos sertões do Paraná e Mato Grosso, entre 1844 e 1848.

As explorações oficiais, realizadas na segunda metade do século XIX, tinham como um dos objetivos estudar a possibilidade de implantação de vias de comunicação a locais de difícil acesso, preocupação estimulada com a Guerra do Paraguai (LOVATO, 1974). Na Província do Paraná, o Ivaí foi explorado pelos engenheiros Keller, contratados pelo Presidente da Província (KELLER; KELLER, 1865).

Nos séculos XVIII e XIX, o território paranaense era cortado pelos caminhos das Tropas, o mais antigo vinha de Viamão e se dirigia a Sorocaba. Havia outra estrada, aberta pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, que partia da região missioneira do Rio Grande do Sul, atravessava o planalto catarinense em Chapecó, seguia até Palmas, onde atravessava o rio Iguaçu e, depois, pelo vale do rio Jordão até Guarapuava, quando cortava o vale do alto Ivaí, alcançando-se Ponta Grossa e, aí novamente, o tronco principal do Caminho do Viamão (MACHADO, 1963). Ao longo dessas estradas, podem ser encontrados sítios arqueológicos, dos séculos XVIII ao XIX, relacionados aos caminhos de tropeiros,

aos pousos de abastecimento e descanso de tropas e, ainda, a fazendas de invernadas.

Em 1847, por iniciativa do governo imperial brasileiro, houve a fundação de uma colônia no alto rio Ivaí, pelo médico Faivre, com 87 franceses. O explorador inglês Thomas P. Bigg-Wither, que viajou pelo interior da Província do Paraná entre 1872 e 1875, relata a história da Colônia Tereza:

> Fundada no ano de 1847 por um francês entusiasta, de nome Dr. Jean Maurice Faivre, sob os auspícios reais, ela foi chamada Teresa em homenagem à Imperatriz do Brasil. Originariamente era intenção do fundador ser a colônia povoada apenas por seus compatriotas. Depois de mandar buscar muitas famílias francesas e despender largas somas de dinheiro público e particular, o Dr. Faivre, segundo dizem, morreu de desgosto ao ver caírem por terra os seus esforços... O êxodo dos seus primeiros habitantes, já iniciado em vida de seu fundador, culminou na deserção do restante, com exceção de dois ou três franceses que casaram com mulheres brasileiras... A colônia deserta foi dirigida desde então até agora por brasileiros, ajudados por esforços ocasionais do Governo... contava com 400 habitantes, afora cerca de 40 índios mansos que viviam na própria aldeia, na outra margem do rio. A falta aparente de acomodação para tantas pessoas era explicada pelo fato de muitas famílias viverem o ano inteiro em *sítios* ou fazendas a alguma distância, mas à margem do rio. Ali levam sua vida, quase igual à dos índios selvagens, em casas de palha, plantando feijão e milho suficientes para suprir as próprias necessidades durante o ano. (BIGG-WITHER, 1974, p. 140).

Nas proximidades da Colônia Tereza, conforme Bigg-Wither (1974) comenta, havia uma aldeia de índios Coroados. Ainda, Bigg- Wither quando explora o rio Ivaí, nas proximidades do Salto Ariranha, descreve um acampamento de índios Xetá:

> A clareira era bastante pequena - menos de vinte jardas de diâmetro. O rancho, situado quase no centro, tinha a forma de cúpula, diferindo assim do dos coroados, construído inteiramente de bambu. Seu ápice tinha apenas sete pés de altura no interior e o diâmetro embaixo não ia além de nove pés... A uma extremidade

> da clareira havia um montão branco que, examinando mais de perto, era composto só de ossos... Achei ossos de muitos animais conhecidos, como de veado, porco, cutia, e até de anta... Perto desse montão de ossos havia uma porção de cabaças e outra de fumo... (BIGG-WITHER, 1974, p. 288).

Atualmente, Teresina é denominada Teresa Cristina, e pertence ao município paranaense de Cândido de Abreu.

No final do século XIX, Telêmaco Borba (1908, p. 6) relatou que índios Kaingang do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, por estarem descontentes com os procedimentos do Frei Timotheo de Castellnuovo, deslocaram-se dali para os vales do Tibagi e Ivaí. Ainda aquele autor observou que outros grupos Kaingang viviam pelos sertões do baixo Piquiri, além das margens dos rios Ivaí e Iguaçu. O rio Ivaí foi percorrido por Borba em 1874, subindo desde o rio Paraná até a foz no Corumbataí; e, em fins de 1875, Borba explorou o rio Ivaí de Terezina até a corredeira do Ferro (BORBA, 1908, p.165).

Na Serra dos Dourados, no baixo Ivaí, ainda em 1950-55, foram contactados indígenas Xetá, vivendo em acampamentos, por colonizadores da região (KOZÁK et al., 1981). Os Xetá já tinham sido caracterizados, em 1872, pelo explorador inglês Thomas Bigg-Wither, nas proximidades do Salto Ariranha, no vale do Ivaí, imediações do rio Bonito, que fica próximo aos rios Cachoeira e Marrecas (BIGG-WITHER, 1974). Borba (1904, 1908) também relata a existência desses índios, por ele chamados de Aré, que viviam cativos entre os Kaingang do rio Ivaí, inclusive nos mitos Kaingang os Xetá aparecem na mesma condição. Nimuendaju (1981) denominou os Xetá de Ivaparé, localizando-os entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta síntese da arqueologia, pode-se perceber a diversidade de populações que já ocuparam a região de Prudentópolis e circunvizinhanças. Assim, é importante que se

realizem novas pesquisas arqueológicas na região para aumentar a compreensão sobre a história e a pré-história do Paraná. Pois que existe a necessidade de uma maior conscientização em relação à conservação e à proteção do patrimônio arqueológico no Brasil, ja que muitos sítios que conseguiram ultrapassar as fronteiras do tempo, são alvo da destruição pela ação humana.

O desconhecimento do valor histórico associado à falta de monitoramento desse rico patrimônio acelera o desaparecimento desse legado, nossa herança e memória. Criar novas estratégias visando ampliar a comunicação, realizar ações de educação patrimonial e possibilitar o desenvolvimento sustentável, com turismo cultural aliado à economia criativa, em áreas históricas possibilitará um novo horizonte na preservação do patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 16. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional,1956.

ANDREATTA, M. D. Notas parciais sobre pesquisas realizadas no planalto e litoral do Estado do Paraná. *Pesquisas: Antropologia*, São Leopoldo, v.9, p. 65-76, 1968.

BECK, A. Nota sobre duas coleções de pontas de flecha. *Pesquisas, Antropologia*, São Leopoldo, n.20, p.41-56, 1969.

BECKER, I. I. B.; LAROQUE, L. F. S. *O índio Kaingang do Paraná:* subsídios para uma etno-história. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

BELLUZZO, A. M. M.; AMOROSO, M. R.; SEVCENKO, N.; PICCOLI, V. *Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII*. São Paulo: BNP- Paribas, 144p., 2003.

BIGG-WITHER, T. P. *Novo caminho no Brasil meridional:* a Província do Paraná, três anos em suas florestas e campos 1872/ 1875. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; Curitiba: UFPR. Col. Documentos Brasileiros, v. 162, 1974.

BLASI, O. O sítio arqueológico de Estirão Comprido, rio Ivaí, Paraná, Estudos complem. *Arquivos do Museu Paranaense, nova série arqueologia*, Curitiba, n.3, 60p., 1967.

BORBA, T.M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v.6, 1904.

_____. *Actualidade indígena*. Coritiba: Typ. e Lytog. Impressora Paranaense, 1908.

BROCHADO, J. J. P. A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio*, Recife, n.3, p.47-60, 1980.

CABEZA DE VACA, A. N. *Naufrágios e comentários*. Porto Alegre/ São Paulo: L&PM Editores S.A., 1987.

CARDOSO, J.A.; WESTPHALEN, C. M. *Atlas Histórico do Paraná*. 2 ed.rev. ampl. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1986.

CARDOZO, R. I. *El Guairá*, *historia de la antigua provincia (1554-1676*). Asunción: El Arte S.A., 1970.

CHMYZ, I. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. *Pesquisas*, *Antropologia,* São Leopoldo, n.18, p.115-125, 1968a.

_____. Breves notas sobre petroglifos no segundo Planalto Paranaense (Sítio PR UV 5). *Revista do CEPA-UFPR,* Curitiba, n.1, p. 53-63, 1968b.

CORTESÃO, J. A. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Museu Nacional, Div. de Obras Raras e Publicações, 1951.

DIAS, A. S. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico:* uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos.401 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - FFCLH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DORNELES, V. A.; PARELLADA, C. I. Estruturas sedimentares microbianas induzidas (MISS) e gravuras rupestres: uma análise

geoarqueológica. In: Encontro da SABSUL, XI, 2018. *Resumos*... Curitiba: UFPR, 2018, p. 134.

ELLIOT, J. H. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itarere, Paranapanema e seus afluentes, pela Paraná Ivahy, e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do exmo. Sr. barão de Antonina. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.17-42, 1847.

FERNANDES, J. L.; BLASI, O. As jazidas arqueológicas do planalto paranaense, nota prévia sobre a jazida do Estirão Comprido. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v.6, n.3/4, 1956.

FRANCO, A. M. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava.* Curitiba: Museu Paranaense, 1943.

ICOMOS. International charter for archaeological heritage management. In: *Charters/ charters*. Paris: ICOMOS/ UNESCO, 1990.

KELLER, J.; KELLER, F. *Exploração do rio Ivahy*. Extrato de Relatório de Presidente de Província, 1865.

KERN, A. *Le preceramique du Plateau Sud-Brésilien*. Tese (Doutorado em Arqueologia), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1981.

KOZÁK, V.; BAXTER, D.; WILLIAMSON, L.; CARNEIRO, R. L. Os índios Hetá: peixe em lagoa seca. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v.38, p.9-120, 1981.

LANGER, J.; SANTOS, S. F. *Petróglifos do médio rio Iguaçu.* Rupestre/ web. Disponível em: <http://rupestreweb.tripod.com/iguazu.html>. Acesso em: 26 jun. 2020.

LOVATO, L. A contribuição de Franz Keller a etnografia do Paraná. *Boletim do Museu do Índio*, *Antropologia,* Rio de Janeiro, n.1, novembro, 1974.

MAACK, R. *Geografia física do Estado do Paraná.* Curitiba,Pap. Max Roesner, 1968.

MACHADO, B. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Boletim da Universidade do Paraná, departamento de História*, Curitiba, n.3, p.1-27, 1963.

MARTINS, R. *Museu Paranaense, catalogos e estudos*. Curityba, Livraria Mundial, 1925.

METRAUX, A. The Caingang. In: STEWARD, J.H. (ed.) *Handbook of South American Indians.* Washington: Bureau of American Ethnology, Bul.143, v.1, 1946 .p.445-475.

_____. The Guarani. In: STEWARD, J. H. (ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington: Bureau of American Ethnology, Bul. 143, v.3, p.69-94, 1948.

MIRETZKI, M.; PARELLADA, C. I. Mamíferos no sítio arqueológico de Estirão Comprido, município de Prudentópolis - PR. In: REUNIÃO CIENTÍFICA DA SAB, X, 1999, Recife. *Boletim de Resumos...* Recife: FASA, 1999, p. 110.

MONTOYA, A. R. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraná, Paraguai, Uruguai e Tape.* Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

NIMUENDAJU, C. U. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Fund. IBGE/ Fund. Nacional Pró-Memória, 1981.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas, 1872-2000. *Revista USP*, t. II, n.44, p.218-269, dez, jan, fev 1999-2000.

PARANÁ, S. *Chorographia do Paraná*. Coritiba: Typ. Livraria Economica, 700p., 1899.

PARELLADA, C. I. Métodos de prospecção do programa de salvamento arqueológico da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias-PR. *Col. Arqueologia*, Porto Alegre, EDIPUC-RS, n.1, v.2, p.541-560, 1995/ 96.

PARELLADA, C. I. *Relatório de vistoria em Teresina, vale do Ivaí*. Curitiba: Museu Paranaense. 1986.

_____. Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense, n. série. arqueologia*, Curitiba, v. 8, p.1-58, 1993.

_____. Análise da malha urbana de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/ Fênix – PR. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, São Paulo, v.5, p. 51-61. 1995

_____. *Um tesouro herdado:* os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo/ Fênix- PR. 210f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, UFPR, Curitiba, 1997.

_____. *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira*: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. 271 f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. *Fumdhamentos,* Fundação Museu do Homem Americano, São Raimundo Nonato, n.7, 2008.

_____. Arte rupestre no Paraná: novas discussões. *Revista Tecnologia e Ambiente*, Unesc, Criciúma, v.21, n.1, p.45-69, 2015.

TAUNAY, A. E. Documentação espanhola. *Anais do Museu Paulista, tomo II*, 2 parte, São Paulo, Officinas do Diário Officia, 1925.

CAPÍTULO 4

IMIGRANTES NA FLORESTA DE ARAUCÁRIA

PRÁTICAS AGRÍCOLAS E CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA (1895-1922)

Darlan Damasceno

O movimento imigratório ucraniano ao Estado do Paraná, ocorrido durante o final do século XIX e início do XX, inseriu-se no contexto da política governamental de abertura de novas frentes agrícolas através da colonização de terras pelos imigrantes. Essa forma de ocupação buscou estabelecer lotes coloniais onde as famílias imigrantes cultivaram a terra e exploraram a floresta em um ambiente insólito a seus costumes. Oriundos do leste europeu, esse grupo fora formado principalmente por famílias camponesas cuja principal ocupação era a agricultura. Nesse contexto, as reflexões aqui apresentadas têm por objetivo, analisar as formas de adaptação, as práticas agrícolas e a classificação da natureza realizada pelos imigrantes ucranianos no espaço da floresta ombrófila mista, caracterizada pela mata de araucária, mais especificamente no município de Prudentópolis - Pr.

A metodologia consiste na análise, sob a ótica da História Ambiental, de cartas e depoimentos de imigrantes que se estabeleceram nas colônias paranaenses, onde relatam quais eram as formas de cultivo mais apropriadas, as principais culturas a serem utilizadas e as dificuldades de adaptação ao novo espaço agrícola em que estavam inseridos. Tais relatos foram publicados nos jornais *Svoboda* e *Prácia* entre os anos 1895 a 1922[1].

1 Os relatos que compõem a discussão aqui proposta são de imigrantes que chegaram ao Paraná na primeira onda migratória no final do século XIX, oriundos da Galícia. Pedro Veltchevski se estabeleceu em Rio Claro em 1891, teve seu relato publicado no jornal Batkivshchyna na Galícia. Teodoro

Buscamos, com essas reflexões, lançar luz sobre como as relações entre os imigrantes e o mundo natural foram construídas historicamente, e compreender as transformações ocasionadas nesse contato. Para isso, procura-se, em um primeiro momento, demonstrar a construção das políticas e dos contextos que promoveram a imigração; em seguida, apresentar como a floresta ombrófila mista foi descrita em um período anterior aos processos migratórios e, por fim, demonstrar como o imigrante ucraniano classificou essa natureza e adotou práticas agrícolas determinantes no processo de transformação dessa paisagem. Tal análise busca na História Ambiental as ferramentas heurísticas para explorar os processos de interdependência dos atores históricos com a natureza.

POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

O modelo de ocupação territorial do Paraná por imigrantes está envolto no contexto político a respeito da imigração e ocupação do território brasileiro ainda no início do século XIX, durante a época joanina. Nesse período, os debates acerca da possibilidade do uso de mão de obra imigrante objetivavam sumariamente o desenvolvimento e expansão da agricultura de exportação e de pequena propriedade, além do preenchimento dos chamados "vazios demográficos". Assim, de acordo com Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen (1969), esse processo acentua-se devido a uma mudança da política brasileira que se dirigia à ocupação dos territórios e a preocupação com as fronteiras, mudança essa fortalecida após a independência.

Potoskei também se estabeleceu em Rio Claro em 1895, teve seu relato publicado no jornal Svoboda que tinha circulação entre os imigrantes ucranianos na América do Norte. Luca Morski e André Hotzailuk se estabeleceram em Prudentópolis em 1896, e as memórias de Morski estão disponíveis no livro Under the Southern Cross, publicado por Morski (2000). Já o relato de Hotzailuk foi publicado no jornal *Prácia*, de Prudentópolis, em 1924. Felipe Kobren se estabeleceu na colônia de Iracema em 1896; Miguel Cheuczuk chegou em Antônio Olinto também em 1896. O relato de ambos foi publicado no *Prácia* na ocasião de comemoração de quarenta anos da imigração em 1936.

As estratégias elaboradas pelos proprietários de terras, como o pagamento de passagens e subsídios para as viagens fizeram com que grande parte dos contingentes populacionais europeus fosse assentada nas lavouras de café, concentradas, em sua maioria, no Estado de São Paulo. Desse modo, durante a metade do século XIX até a Primeira Guerra, 55% do total de imigrantes foram dirigidos para essa atividade. Devido a uma alta nos preços de produtos da agricultura de pequeno porte que abasteciam os centros urbanos, promulgou-se o Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854[2], que facilitava a obtenção de terras destinadas a trabalhadores agrícolas, através de favores e incentivos governamentais (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969). Um aspecto significativo sobre a Lei de Terras é que esta estabeleceu uma "forma de concessão dos lotes coloniais: estes não seriam mais concedidos gratuitamente aos imigrantes, como ocorrera nas primeiras colônias, mas comprados a longo por meio da contratação da chamada Dívida Colonial". (GUÉRIOS, 2012, p. 96.)

Com uma maior autonomia dos governos provinciais, essa dupla política sobre como dirigir o processo imigratório passa por uma divisão. Agora, a imigração visando as lavouras de café são financiadas pelos setores privados, em contrapartida, com a voltada ao povoamento e a uma agricultura familiar, recebe os incentivos do governo das províncias, aliado a um aporte econômico do governo central[3]. Essa medida leva em consideração a situação específica de cada província. Não havendo uma grande quantidade de terras ocupadas e destinadas à cafeicultura, como o caso do Paraná, tem-se a necessidade da abertura de novos campos cultiváveis. Assim, a distribuição de terras em núcleos coloniais atenderia melhor à necessidade de povoamento.

É dentro desse contexto que se desenvolve a política imigratória, na província paranaense, destinada praticamente

2 A importância da Lei de Terras, especialmente após o Decreto de 1854, é que suas diretrizes quase não se alterariam nos anos seguintes, inclusive com a transição do governo imperial para o republicano (GUÉRIOS, 2012).

3 Os incentivos relacionados aos governos provinciais atuam na área de demarcação e concessão das terras coloniais. O transporte e hospedagem dos imigrantes continuam sendo realizados, muitas vezes, por companhias e agentes de imigração, não eximindo totalmente os setores privados de se beneficiarem com as políticas imigratórias.

ao povoamento do território através das chamadas colônias. Entretanto, o papel atribuído ao imigrante europeu não se resumia simplesmente a povoar o território no Paraná. Como destaca Guérios, "o imigrante serviria também para divulgar uma ética de trabalho junto a uma população pouco afeita ao cultivo da terra; e seria o responsável pelo fim da carestia em uma Província que tinha que importar boa parte dos alimentos que consumia" (GUÉRIOS, 2012, p. 96).

No início da década de 1870, o estabelecimento dos imigrantes abrangia somente os arredores de grandes núcleos populacionais, de acordo com Lamenha Lins, presidente da província entre 1875 a 1877, em seu relatório:

> No relatório do ano passado indiquei a vantagem do estabelecimento de núcleos coloniais nas proximidades dos centros populosos[...]. Por este modo poderemos conseguir em breve tempo uma grande população laboriosa e morigerada, já afeita ao nosso clima, identificada com os nossos costumes e preparada para, derramando-se pelo interior desta vasta Província, explorar e aproveitar os inesgotáveis tesouros que ela encerra (RELATÓRIO, 1876, p. 79).

Outro fator que justificava tal posicionamento, seria a distância entre os núcleos coloniais e os mercados consumidores. O imigrante, não tendo a possibilidade de comercializar seus produtos agrícolas, acabava abandonando suas lavouras e vivendo de benefícios concedidos pelo governo (GUÉRIOS, 2012).

É somente a partir da década de 1880, que há o interesse, por parte das autoridades, de direcionar os contingentes populacionais para as extensões territoriais ainda pouco exploradas e povoadas, conforme o Relatório de 1892:

> Possuindo vasta extensão de terras fertilíssimas, inteiramente desaproveitadas, e ameno clima, o Paraná reúne todas as condições para ser considerado como excelente ponto de destino aos imigrantes[...]. Sabe-se que a colonização marcha gradualmente dos pontos já povoados para os que não são (RELATÓRIO, 1892, p.12-13 apud GUÉRIOS, 2012, p. 101).

Esse fator ocorre, segundo Guérios (2012), devido ao esgotamento dos lotes coloniais disponíveis nas proximidades dos centros urbanos. O modelo de colonização imperial, que fora adotado pelos republicanos, havia saturado as porções de terra destinadas à ocupação europeia. Outro fator decisivo para essa mudança de estratégia é apresentado por Ruy Wachowicz (2001). Segundo ele, após agravamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina, houve a fundação das colônias militares de Chapecó e Chopin, em 1882 (WACHOWICZ, 2001). Uma das formas adotadas para comunicar o restante do território a essas regiões foi o início da navegação do rio Iguaçu. O trajeto que percorria de Porto Amazonas até a cidade de União da Vitória carecia de centros populacionais e, durante boa parte do trajeto pelo médio Iguaçu, "a navegação do vale desenvolvia-se em terras cobertas de matas e praticamente despovoadas" (WACHOWICZ, 2001, p. 155). O autor aponta ainda que, através desse processo, desenvolve-se, na região, a exploração da erva-mate. Assim, segundo ele,

> Para povoar o vale, iniciou-se a partir de 1890 a localização de imigrantes. As colônias foram colocadas de preferência na margem direita do rio, visto que a margem esquerda estava em disputa com a vizinha província de Santa Catarina. Surgiram então as colônias de São Mateus (1890), Água Branca (1891), Santa Bárbara (1891), Palmira (1891), Rio Claro (1891), Eufrosina (1892), General Carneiro (1892), Canta Galo (1892), Antônio Olinto (1895), Prudentópolis (1896) e Mallet (1896) (WACHOWICZ, 2001, p. 155).

É durante esse contexto histórico que ocorre a chegada, ao Paraná, do maior contingente de imigrantes ucranianos oriundos da região da Galícia e Bucovina, localizadas na região leste da atual Ucrânia. Tanto poloneses quanto ucranianos representariam o grupo étnico denominado eslavo, que constitui o grupo étnico mais significativo, devido ao seu número, no Paraná.

Ressaltamos que os dados referentes ao número de imigrantes ucranianos devem ser analisados em uma perspectiva estimada. Nas fontes do período, sobretudo a partir de 1895, é comum encontrar tais imigrantes denominados como "Austríacos",

uma vez que a Ucrânia estava sob domínio do Império Austro-húngaro, governo esse que emitia a documentação dos imigrantes, conforme Boruszenko (1969), Andreazza (1996) e Guérios (2012).

Com relação aos lotes coloniais, esses se caracterizavam por espaços de terra medindo 25 hectares de área (GUÉRIOS, 2012). Apresentavam disposição horizontal, posicionando-se um ao lado do outro; sua parte frontal – geralmente onde se construía a casa – estava voltada para as linhas de comunicação, ou seja, pequenas estradas e ramais que permitiam a movimentação dos imigrantes e comunicavam os lotes uns aos outros e a central comercial, nesse caso, uma vila ou cidade. A parte traseira dos lotes, estendia-se até um fundo de vale ou a algum rio, regiões que forneceriam recursos para a lavoura, exploração madeireira, exploração da erva-mate e alimentação.

A FLORESTA DE ARAUCÁRIA

Durante o processo imigratório para o Paraná, mais especificamente após 1873, quando os núcleos coloniais próximos aos centros populacionais haviam saturado sua disponibilidade de terra, surge a necessidade de ocupar as regiões caracterizadas pela mata de araucária. A principal justificativa seria a necessidade de aumentar a produção agrícola através da criação de terras cultiváveis. Assim, esperava-se que o imigrante se ocupasse do ofício de pequeno produtor nessas áreas que ainda não tinham sido totalmente exploradas. Consideramos, pois, que a mata de araucária será a fronteira onde se desenvolverão as relações sociais dos imigrantes. Tal região marcará profundamente o imaginário e a memória dessa população, orientando, dessa forma, suas práticas e representações frente ao mundo natural. Desse modo, segundo José Augusto Pádua,

> O ser humano age sempre a partir de sentidos e compreensões, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas. A apropriação dos recursos da natureza e a valoração das paisagens, nesse sentido, possuem uma clara historicidade (PÁDUA, 2010, p.93).

Compreendemos a História Ambiental como sendo essa relação dialética entre seres humanos e não humanos. Por isso, há a necessidade de localizarmos historicamente o meio ambiente onde ocorrerá essa relação. Motivo esse que se deve à proposta teórica de Worster (1991), referente ao primeiro nível de análise que o historiador ambiental deve buscar, ou seja, compreender o mundo natural através de seus aspectos, biológicos, climáticos e geográficos, buscando uma abordagem multidisciplinar.

As relações dos ucranianos com o meio natural que os cercava deu-se, principalmente, na região das matas de araucária. De acordo com o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012), a Floresta Ombrófila Mista – ou floresta de araucária - tem sua maior ocorrência no planalto meridional, sendo uma vegetação típica da região. Na região do vale do Iguaçu e na região de Mallet, onde grande parte dos ucranianos se estabeleceu, ocorre a formação da chamada Floresta Ombrófila Mista Montana, em regiões com relevo superior a 500 metros, a vegetação característica do segundo planalto paranaense (IBGE, 2012). Reinhard Maack (2002) relaciona esse tipo de vegetação com corredores de escoamento de ar frio em regiões abaixo dos 500 metros de altitude, sendo característica comum em sua formação a presença de geadas.

Embora não tenhamos acesso a uma fonte que descreva com precisão a situação das matas de araucária na região centro-sul e, mais especificamente, a área geográfica que abrange as colônias que se tornariam Prudentópolis, os relatos de Auguste de Sait-Hilaire, sobre a vegetação dos Campos Gerais, nos apresenta uma boa perspectiva de como era a vegetação antes do estabelecimento das colônias de imigrantes.

Saint-Hilaire foi um botânico francês que percorreu diversas províncias do Brasil, durante os anos de 1816 e 1822. Seu relato demonstra não só um panorama sobre a paisagem que viria a tornar-se o Paraná, na primeira metade do século XIX, mas, também, sobre a visão de um europeu ao encontrar uma nova vegetação. Dentre as principais espécies referenciadas por ele, a Araucária toma um lugar privilegiado em sua descrição:

"É a *Araucaria brasiliensis*[4] que, por sua altura, pela majestosa elegância de suas formas, por sua imobilidade e pelo verde-escuro de suas folhas contribui, particularmente, para dar uma fisionomia característica aos Campos Gerais" (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 13). Seu relato apresenta ainda um outro dado importante para ser contextualizado com a exploração da vegetação pelos imigrantes:

> A Araucária não apenas enfeita os Campos Gerais, como é também extremamente útil aos seus habitantes; sua madeira branca, cortada por uns poucos veios cor de vinho, é empregada em carpintaria e mercearia e, embora seja mais dura, mais compacta e mais pesada do que o pinho da Rússia ou da Noruega, ela poderá ser utilizada vantajosamente no fabrico de mastros e vergas (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 14).

A utilização dessa espécie já era conhecida como um valioso recurso aos trabalhos em madeira. Sendo assim, a exploração dessa árvore como principal meio para construção de casas e cercas pelos colonos europeus se dará de maneira muito extensa. Maack (2002) afirma, também, que a mata de araucária possibilita, próximo a ela, a formação de uma vegetação secundária de importante uso prático e econômico. Segundo ele,

> Quase todas as madeiras úteis da mata tropical e subtropical são amplamente representadas entre a vegetação de folhas largas da mata de araucária, a qual constitui componentes cerrados, economicamente fáceis de explorar. A singularidade dos agrupamentos acelera a destruição desta árvore simbólica da região sul-brasileira, pois durante nenhum período governamental foram previstos reservado estaduais para estas coníferas nativas (MAACK, 2002, p.259).

---

4 "O nome científico desta espécie passou a ser "Araucaria angustifólia", desde que foi classificada por Otto Kuntze em 1898, e publicado na "Revista Generum Plantarum". O gênero araucária abrange dezesseis espécies de árvores dispersadas em várias regiões da América, Nova Guiné e Nova Caledônia. Podem ser agrupadas em duas seções distintas: aquelas nas quais os cotilédones têm área de dispersão limitada e aquelas nas quais os cotilédones se distendem". (N.T) (SAINT-HILAIRE, 1995, p.12-13).

Dentre essas "madeiras úteis", podemos citar especificamente as denominadas madeiras de lei: peroba, cedro, pinheiro, imbuia, marfim. Outras espécies que também compõem esse grupo são a imbuia e a erva-mate, ambas muito exploradas. Maack apresenta também uma acelerada transformação no ciclo vegetal devido à ação das queimadas para a criação de terras cultiváveis. Segundo ele, haveria uma clara delimitação entre mata e estepe, processo que fora invertido devido a essa prática.

> A intervenção humana impediu o avanço das matas por meio das regulares queimadas anuais dos campos, que ocasionam uma delimitação cada vez mais acentuada entre mata e estepe. Finalmente, com o início das roçadas e queimas das florestas para esse fim, deu-se a inversão da ocorrência natural. A mata desaparecia cada vez em maior escala, não para dar lugar a estepes de gramíneas baixas, campos limpos, campos cerrados ou estepes arbustivas, mas inicialmente à tiguera como formação consequente da desmatação e, em seguida, à capoeira. Após sucessivas roçadas e rotação da terra, o carrascal, isto é, campo sujo, apoderou-se da primitiva área de mata (MAACK, 2002, p.221).

Os dados levantados pelo autor demonstram que a cobertura vegetal inicial do Paraná contava com uma área de mata de araucária com aproximadamente 73.780 km². Desde o início da colonização até 1930, 38.800 km² são desmatados através do aproveitamento da madeira e das queimadas (MAACK, 2002, p.224). Esses dados, resultantes de um período de 25 anos de ocupação desse território, ilustram os indícios da prática humana de extração de recurso natural. Aliado a esse processo, podemos citar a exploração da mata através da utilização da madeira como principal fonte de combustível usada nas atividades culinárias dos imigrantes.

Através dessas afirmativas, podemos caracterizar a mata de araucária como uma fronteira. De acordo com o geógrafo Friedrich Ratzel, "A fronteira é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar" (RATZEL apud GERHARDT, 2002, p.26). Conforme apresentado, essa fronteira é conquistada através da ação humana. Assim, essa fronteira assume

característica biológica, pois é preciso conquistá-la para que espécies de gênero alimentício como o trigo e o milho possam ser cultivadas.

A produção de gêneros alimentícios, especialmente cereais, será de suma importância na vida do imigrante. As práticas que eles adotaram, estiveram em constante diálogo com as utilizadas pela população cabocla que já habitava as regiões de colônias, conforme demonstraremos mais adiante. O que nos importa agora é identificar a existência e a forma como tais cereais eram produzidos em um contexto anterior ao processo imigratório para a região centro-sul, ou seja, um contexto brasileiro.

Sobre as técnicas de plantio adotadas no período anterior à chegada dos imigrantes ucranianos, Saint-Hilaire revela alguns dados interessantes:

> É ainda no meio das matas cortadas e queimadas que se cultiva o milho, plantado uma única vez nos terrenos onde a mata nunca tinha sido cortada antes. Após a colheita, geralmente deixa-se a terra descansar durante quatro anos, e ao fim desse prazo a capoeira que substituiu a mata virgem é cortada e queimada, semeando-se novamente o milho. A plantação pode ser feita no mesmo terreno de quatro em quatro anos, contanto que o gado seja mantido afastado do local (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 28).

Percebe-se uma ação transformadora das matas de araucária, ainda no período em que o sistema colonial não estava totalmente implementado. A essa tendência, somar-se-ão as práticas agrícolas trazidas pelos próprios imigrantes. As relações de fronteira serão marcadas pela dualidade entre floresta e campo. Novamente, podemos perceber a incidência de uma fronteira biológica relacionada ao trigo:

> O trigo é cultivado nas terras onde havia matas e nos descampados. Não é plantado, e sim semeado, e seu rendimento é pequeno se a semeadura for feita logo após ter sido derrubada a mata virgem; em vista disso tem-se o cuidado de semeá-los nas capoeiras e nos campos (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 28-29).

A fronteira biológica resume-se, então, à necessidade de que muitas espécies só poderiam ser cultivadas na mata, ou na ausência dela.

O imigrante europeu significará a natureza de uma forma muito própria, irá aliar as representações sociais oriundas de um modo de vida camponês com o novo meio ambiente no qual estará inserido. Segundo Marcos Gerhardt, "viver junto à mata, fronteira entre o civilizado e o selvagem, significou para os colonos a modificação de um ambiente associado a possibilidades, ameaças e fascínios" (GERHARDT, 2002, p. 17). A sobrevivência do imigrante ucraniano estava condicionada à forma de sua adaptação ao mundo natural.

PRÁTICAS AGRÍCOLAS: A NATUREZA ÚTIL, A NATUREZA NOCIVA E A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

O processo de estabelecimento dos imigrantes nas colônias se deu em meio à natureza. Mais do que isso, a própria sobrevivência dessa população dependia do modo em que esse ambiente seria compreendido. Para isso, os imigrantes adotam formas de classificar esse mundo natural de acordo com suas necessidades e suas representações. Uma dessas formas foi classificar a natureza entre útil e nociva. Esse sistema aparece inicialmente na proposta de Keith Thomas (1996), na qual argumenta que os homens do período moderno procuravam, nessas formas de classificação entre útil, nocivo, domésticos e selvagens, elementos para a sujeição e aproveitamento do mundo natural. De forma semelhante, Marcos Gerhardt (2002) adota esse sistema de classificação para pensar a relação dos colonos de Ijuhy, no final do século XIX, com o meio ambiente. O autor demonstra que esse sistema de classificação "foi social e culturalmente elaborado" (GERHARDT, 2002, p.91). Dessa forma, procuramos dar atenção aos discursos produzidos pelos imigrantes que demonstram essa singularidade.

Consideramos as regiões de ocupação dos imigrantes ucranianos, tanto Rio Claro, Prudentópolis, Antônio Olinto e diversas

outras colônias localizadas na Região Centro-Sul do Paraná, como empreendimentos arquitetados pelo governo da época, cujo objetivo residia no chamado "povoamento" e na abertura de fronteiras agrícolas. Sendo assim, podemos afirmar que tal população encontrava-se, no período, em uma área de fronteira. Esse termo é definido por José de Souza Martins:

> [...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997, p.150)

A fronteira, tendo a visão antropocêntrica como perspectiva, apresenta diversos campos de disputas, como econômicos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, a fronteira determina, também, os limites do mundo acessível, ou até determinado momento não existe, a possibilidade de avançar, ou ainda, só se pode avançar por meio de certos artifícios técnicos. Uma outra característica da fronteira vem da esfera da biologia, segundo Gerhardt (2002):

> Natureza como fronteira também do ponto de vista da biologia, ou seja, muitas espécies de plantas e de animais só encontravam ambiente adequado na mata; assim como o gado vacum e muar dos campos, possivelmente não penetravam a floresta além de alguns metros, em busca de abrigo [...]. Do mesmo modo que a pouca luminosidade do interior da mata dificultava o desenvolvimento das plantas gramíneas abundantes nos campos, outras plantas, inclusive árvores que necessitavam de solo com grande quantidade de húmus e umidade, não se alastravam no campo. (GERHARDT, 2002, p.26)

A partir dessas considerações, podemos traçar um panorama, por meio da análise das fontes, sobre como foi a relação dos imigrantes nesse espaço de fronteira.

O aspecto decisivo dentro do processo de adaptação do imigrante nas colônias paranaenses foi a capacidade de aplicar e reinventar suas técnicas agrícolas. Conforme demonstrado por Manoel Teixeira dos Santos (2011), um dos principais objetivos da promoção da imigração europeia para os estados do sul do Brasil era o desenvolvimento e implantação de técnicas agrícolas modernas (SANTOS, 2011). Tal aspecto, entretanto, não obtivera êxito em momento inicial. Com a chegada dos imigrantes e seu estabelecimento nas colônias, a realidade mostrou-se diferente. De acordo com a historiografia pertinente ao tema, houve muita dificuldade na adaptação dos imigrantes, sobretudo, no que tange ao seu estabelecimento e interação com a mata de araucária (BORUSZENKO, 1969); (ANDREAZZA, 1996). Pelos seus relatos, podemos analisar o impacto que a paisagem causou em suas sensibilidades.

A dificuldade de adaptação dessa população é um fator a se considerar quando se busca compreender as estratégias e práticas usadas em sua percepção sobre a nova realidade na qual estavam inseridos, bem como, os meios para assegurar sua sobrevivência. Nesse contexto, o próprio governo do Paraná já evidenciava a problemática adaptação dos imigrantes nas regiões de matas. No relatório apresentado pelo presidente de província à Assembleia Provincial, em 1876, essa dificuldade era relatada.

> O colono europeu por via de regra desanima diante de nossas matas virgens, porque para ele é completamente ignorada essa cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colônias afastadas dos centros populosos eles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo (RELATÓRIOS, 1876, apud GUÉRIOS, 2012, p.121).

Essa dificuldade frente à floresta, resulta primeiramente do aspecto geográfico. As diferenças climáticas, de formas de cultivo e, sobretudo, relacionadas à vegetação entre a Europa e a região centro-sul do Paraná, dificultam a ocupação do colono. Conforme o estudo realizado por Juliana Bublitz (2008) sobre a ocupação das terras gaúchas por imigrantes alemães, fica exposto

o desconhecimento do camponês europeu em relação às formas de ocupação de uma mata a qual exigia uma prática singular para melhor aproveitamento do cultivo. Segundo Bublitz, o contexto da ocupação das matas europeias no século XIX permitiu aos camponeses viverem em um meio ambiente já antropomorfizado (BUBLITZ, 2008).

O modo utilizado para sanar essa dificuldade originou-se do contato entre os grupos imigrantes e a população *Cabocla,* ou seja, os agricultores brasileiros que já habitavam as regiões onde foram instituídos os núcleos coloniais. Pelo contato com os caboclos, os imigrantes ucranianos puderam ter acesso a práticas mais adaptadas ao mundo natural em que se encontravam. De acordo com Hauresko,

> Os imigrantes, em particular os ucranianos e os poloneses, estabelecidos nesta região, já desenvolviam, ainda que em outro país e com outras técnicas, a agricultura, porém foi lhes necessário adequarem às necessidades de sobrevivência na região, utilizando-se de práticas agrícolas caboclas. Diante de outras condições sociais, econômicas, culturais e políticas, tiveram de adaptar as próprias práticas agrícolas e assimilar as dos caboclos. (HAURESKO, 2012, p.97)

Assim, essa circularidade de práticas possibilitou ao imigrante europeu classificar as formas de vida, vegetais ou animais, que melhor lhe serviriam, acarretando em uma seleção artificial de espécies benéficas para seu sustento e, posteriormente, benéficas para o comércio. Nesse sentido, observam-se dois aspectos importantes dessa relação: a adoção de práticas agrícolas caboclas pelos imigrantes apresenta uma realidade contrária ao discurso modernizador perpetrado pelo governo; em segundo lugar, tais práticas levam ao uso e consumo das culturas que já haviam sido propagadas na região pela população cabocla, tendo o imigrante se adaptado a elas ao invés de introduzir um componente modernizador, reforçando ainda mais o método agrícola já difundido na região, conforme apresentaremos na análise das fontes.

A principal prática que compôs esse cenário de trocas foi a agricultura de coivara. De acordo com Marcel Mazoyer (2010), a técnica da coivara consiste em

> Derrubar e queimar a mata seguida do plantio que emprega basicamente a enxada. Depois de cultivar esta clareira durante alguns anos, ela é deixada em descanso, transformando-se em vegetação secundária, enquanto uma nova área de mata é derrubada para ter a mesma função. (MAZOYER apud SANTOS, 2011, p. 149)

Tendo por base as reflexões aqui expostas, podemos nos dirigir para o caso específico da ocupação dos lotes coloniais por imigrantes ucranianos em Prudentópolis. Um dos relatos que nos apresentam as percepções dos imigrantes ucranianos sobre o meio ambiente, encontrado nas Linhas em Prudentópolis, é o de Luca Morski. Oriundo do vilarejo chamado *Khmelyska* na Galícia Oriental, Morski chega em Prudentópolis em 1896. Quanto ao processo de seu estabelecimento ele nos informa:

> Depois de alguns meses, deixamos nossos anfitriões na [colônia de] Nova Galícia. A terra estava sendo medida na linha Cônsul Pohl, a cerca de seis quilômetros de distância, onde eu reivindicaria minha chácara. Tratavam-se de lotes de cerca de 25 hectares, um quarto de quilômetro de largura, um quilômetro inteiro de comprimento e numerados em ordem. A área era coberta por uma densa floresta de pinheiro, imbuia e bracatinga e levaria meses de trabalho árduo para limpar até a menor parcela. (MORSKI, 1916 apud MORSKI, 2000, p.50)

Morski ressalta a problemática envolvendo as demarcações dos lotes por parte do governo estadual, mas além disso, preocupa-se em apresentar uma pequena descrição da floresta. Nesse ponto, tal como mencionado anteriormente, sua descrição das espécies vegetais é complementada pela afirmação referente à quantidade de esforço necessária para o estabelecimento na colônia. Ao mencionar que se levariam meses de trabalho árduo para a limpeza do terreno,

Morski demonstra não somente a densidade vegetal presente, mas também um desconhecimento prático em como explorar tal vegetação. Nesse ponto, em seu relato ele complementa:

> Eu aprendi rapidamente o método de limpar a terra aqui. A densa vegetação rasteira foi cortada com uma foice e facão. As árvores maiores foram cortadas com serras. Era muito perigoso derrubar árvores, especialmente os pinheiros tão grandes que muitas vezes eram necessários o trabalho de vários homens para cortar apenas uma árvore [...] plantamos batatas, as batatas brasileiras e mandioca. Com o tempo, também limpamos e plantamos uma horta e um pomar de laranjeiras e bananeiras. Plantei algumas mudas de café que me foram dadas por um dos colonos. Os feijões foram cultivados entre as fileiras (MORSKI, 1916 apud MORSKI, 2000, p.50)

Observamos como o próprio autor do depoimento apresenta uma necessidade de se aprender a nova forma de se trabalhar na mata, especialmente no que se refere aos pinheiros (araucárias). Os usos das espécies vegetais como alimento também apresentam a circularidade das práticas agrícolas entre os imigrantes e a população cabocla previamente estabelecida. Portanto, a classificação dessa natureza útil está diretamente ligada, em um primeiro momento, com o aspecto da alimentação, posto que a fome nos primeiros momentos de estabelecimento dos imigrantes era uma constante.

Corroborando com o relato de Luca Morski, e similarmente com o contexto de ocupação e exploração do mundo natural em Prudentópolis, temos o relato de Teodoro Potoskei que se estabeleceu na colônia de Rio Claro em 1897. Potoskei escreve para o jornal norte americano chamado *Svoboda* descrevendo as condições da colônia e as formas e técnicas de plantio adotadas no período. De acordo com ele

> Por volta do final de setembro, as pessoas geralmente começam a limpar um pedaço de terra para um campo. Em meados de outubro, a vegetação rasteira restante é limpa entre as árvores maiores e é deixada secar por uma semana, enquanto as próprias

> árvores são cortadas [...] Depois de cortadas e deixadas para secar ao sol por duas a três semanas ou um mês, o próximo passo é queimar todas as árvores, galhos e tocos. Um fogo está aceso e você precisa fugir rapidamente, porque o chão praticamente treme e zumbe com o calor do fogo enquanto queima. É terrível assistir! Quando o fogo se apagar e o chão esfriar, você poderá plantar milho, feijão, pepino, abóbora, melão. (POTOSKEI, 1897 apud MORSKI, 2000, p.17)

Por meio desse relato, Potoskei apresenta o sistema de derrubada e queimada (coivara) como algo novo em relação à tradição agrícola do leste europeu. Importante ressaltar que o jornal *Svoboda* manteve sua circulação entre os imigrantes ucranianos que se dirigiram para áreas rurais dos Estados Unidos e do Canadá. O depoimento de Potoskei, enviado por carta para o jornal, atende a um questionamento feito a respeito das formas do cultivo nas colônias brasileiras. Desse modo, podemos perceber que o relato se estrutura na descrição do novo, ou seja, a inserção das práticas frente à floresta aliadas às novas espécies vegetais (milho, feijão, pepino, abóbora, melão). Tal relato nos apresenta, também, a aplicação da prática da coivara e a circulação dos saberes agrícolas da população cabocla que auxiliaram os imigrantes ucranianos em seu estabelecimento. Da mesma forma, ressalta o sistema de classificação aqui apresentado, ou seja, ao identificar as culturas vegetais específicas para o plantio após o manejo do solo, Potoskei não só nos demonstra um caráter prático de se explorar a natureza, mas também simbólico. Esse aspecto está relacionado com os esquemas e categorias de percepção utilizados pelos imigrantes para compreenderem esse novo ambiente que os cercava. Nesse sentido, tanto no relato de Morski quanto no de Potoskei, observa-se o uso de categorias mentais em sua estruturação; dessa forma podemos compreender que

> [...] toda a observação do mundo da natureza envolve a utilização de categorias mentais com que nós, os observadores, classificamos e ordenamos a massa de fenômenos ao nosso redor, a qual de outra forma permaneceria incompreensível; [...] uma vez apreendidas essas categorias, passa a ser bastante difícil ver o mundo de outra

> maneira. O sistema de classificação dominante toma posse de nós, moldando nossa percepção e, desse modo, nosso comportamento. (THOMAS, 2010, p.73)

Nessa categorização do mundo natural, os animais também assumem um papel fundamental nos relatos, sobretudo, os animais selvagens, categorizados como nocivos. Dentro dessa abordagem, Morski nos apresenta:

> A vida nas colônias não era fácil. Tudo era tão diferente do que tinha sido na Europa. Havia formigas, o número e o tamanho do qual eu nunca tinha visto antes. Eles destruíam grãos de sementes, hortas e frutos de pomares inteiros. Gafanhotos e vermes, embora não apareçam todos os anos, para maiores danos. Cuidados tiveram que ser tomados na floresta densa ao limpar a terra. Havia cobras e aranhas venenosas cujas picadas causaram a morte de muitos colonos, uma vez que não havia antídotos disponíveis. O intenso calor do verão queimaria as plantações durante o dia, enquanto fortes geadas as congelavam à noite. Havia muitas vezes falta de forragem adequada para o gado e eles sofriam terrivelmente com pulgas (MORSKI, 1916 apud MORSKI, 2000, p.50-51)

As formigas referidas eram, de acordo com Gerhardt: "A formiga cortadeira do gênero Atta, muito numerosa e resistente, utilizava-se de folhas de plantas cultivadas pelos colonos para nutrir um fungo que lhe servia de alimento[...]" (GERHARDT, 2002, p.111). A questão do animal selvagem está relacionada com a vivência na fronteira. Desse modo, a alteridade da fronteira estende-se entre os grupos humanos e não humanos, ou seja, diversas outras espécies, vegetais e animais, não domesticados. Do mesmo modo, Pedro Veltchevski, ao enviar uma carta para seu cunhado Osyp, relata suas experiências na colônia de Rio Claro, em 1891. Segundo ele

> Meu Deus! Quão terrível era isso! Eles disseram que estaríamos vivendo em colônias com casas e suprimentos, mas isso não era mais do que uma fronteira selvagem sem qualquer proteção. Existe um novo governo no Brasil e quer resolver essas áreas fronteiriças.

> Foi-nos dito para cortar árvores e construir cabanas, mas como um pobre homem poderia lidar com um tal céu e cheio de cobras e animais selvagens! (VELTCHEVSKI, 1891 apud MORSKI, 2000, p.61)

Assim, novamente evidencia-se a associação entre a fronteira e o elemento natural não domesticado. Essa fórmula fora usada, *a posteriori*, para retratar o pioneirismo do imigrante europeu frente a esses espaços "indomáveis". Depois que a fronteira esteja "vencida", ou em outras palavras, ressignificada e racionalizada pelas representações e pela técnica, ela abre lugar ao discurso do "pioneiro". Após 40 anos de colonização, Kobren relata:

> Hoje, cerca de 40 anos depois, é devido ao trabalho e ao sacrifício do nosso povo que as grandes extensões da floresta brasileira, uma vez habitadas apenas por índios, animais selvagens, cobras perigosas e aranhas, foram substituídas por campos de terras agrícolas, casas e assentamentos, animais domesticados, pomares e jardins. (KOBREN, 1935 apud MORSKI, 2000, p.38)

A narrativa de Kobren, portanto, evidencia um apelo ao discurso vitorioso do processo imigratório. Ao referenciar o "sacrifício de nosso povo" no processo de desflorestamento, ele conclama a vitória não somente a ele, enquanto ator contemporâneo dos eventos, mas, sim, a toda uma representação de um "nós", uma identidade vitoriosa frente à mata selvagem. Esse ambiente hostil somente é conquistado, em sua visão, quando é substituído por lavoura, casa, animais e plantas domesticados. Novamente, ele categoriza o ambiente selvagem habitado "somente" por índios e animais selvagens e evidencia um silêncio em seu discurso ao não mencionar a presença de caboclos. Desse modo, a vivência na fronteira é marcada pelo silêncio da alteridade conquistada, sendo ela humana ou não humana, por diferentes culturas em diferentes temporalidades:

> Portanto, são temporalidades diferentes do colono, do caboclo e do indígena – onde a natureza era uma fronteira. Os colonos,

> que imigraram para uma região desconhecida, onde parte dos animais e plantas também era desconhecida, serviram-se de um conhecimento produzido muito antes, que foi essencial para sua instalação. (GERHARDT, 2002, p.108)

Assim, essa circularidade de práticas possibilitou ao imigrante europeu classificar as formas de vida, vegetais ou animais, que melhor lhe serviriam, acarretando em uma seleção artificial de espécies benéficas para seu sustento e, posteriormente, benéficas para o comércio.

Em nosso aparato de fontes, embora sejam raras as que mencionem especificamente as trocas de práticas agrícolas entre os caboclos e os colonos, observamos indícios de tais ações. Luca Morski, em determinada altura de seu relato, apresenta:

> Nós aprendemos muitas lições na tentativa e erro. Alguns legumes eram muito suscetíveis às geadas brasileiras e só podiam ser plantados na primavera, isto é, em setembro ou outubro. O suco de limão foi um tratamento eficaz para a difteria. Madeiras duras, como bracatinga, produziram as melhores cinzas de madeira para fazer sabão e fertilizantes. Madeiras macias, como imbuia e pinheiro, produziam cinzas com menos porcentagem de potássio e fósforo. As pulgas no gado podem ser tratadas com vinagre em que as cascas de laranja foram embebidas ou com a água em que as batatas foram fervidas, ambas aplicadas nos animais topicamente. (MORSKI, 1916 apud MORSKI, 2000, p.50)

Com isso, esses dois contemporâneos do processo migratório demonstram que a ameaça causada pelo ambiente reside no fato de os imigrantes, além de não o compreenderem, não disporem das técnicas adequadas para trabalhar a terra. Tal fator evidencia também que a relação de trabalho na Galícia estava condicionada por um ambiente já antropizado, voltado para as relações e modos de produção da sociedade camponesa naquele contexto espacial e temporal. Embora saibamos que as florestas de Araucária do Paraná já haviam sido transformadas muito antes da chegada dos imigrantes, por grupos indígenas e caboclos, o resultado dessa

transformação não encaixava ao modo de exploração de terra experimentado por essas famílias.

Outro fator de nocividade apresentado nas fontes era a alimentação. Enquanto os imigrantes permaneciam em abrigos temporários até que as demarcações dos lotes coloniais fossem concluídas, eles recebiam mantimento do Governo. Uma vez que o colono fosse encaminhado para seu respectivo lote, a ajuda alimentícia cessava. Com isso, até finalizar os trabalhos de limpeza do terreno para ficar apto ao cultivo, a fome era uma realidade. Segundo Hotzailuk:

> Não havia comida, nem dinheiro, nem trabalho. As pessoas comiam pinhões e os suaves centros de palmeiras. Eles também coletaram cogumelos, muitos morreram dos venenosos que eram tão comuns aqui quanto no país antigo.Esses eventos aconteceram entre maio de 1896 e janeiro de 1897. Alguns imigrantes também trouxeram sementes de vegetais para eles, mas esta não era a estação de plantio e não estavam familiarizados com a maneira brasileira de cultivar o solo. (HOTZAILUK, 1924 apud MORSKI, 2000, p.27)

No relato de Hotzailuk, evidencia-se novamente o desconhecimento da prática agrícola necessária para o novo ambiente, em Prudentópolis. A tentativa de se obter alimento através de uma espécie conhecida por eles, como o cogumelo, também esbarra no desconhecimento da natureza. Situação semelhante a essa ocorre no relato de Miguel Cheuczuk, que se estabeleceu em Antônio Olinto:

> Mais uma vez, a fome e a pobreza! Diante das dificuldades, as pessoas tornaram-se mais sérias em melhorar seu destino e começaram a coletar palmeiras, frutos silvestres e cogumelos para comer. Uma família morreu por comer cogumelos venenosos. Apenas um deles sobreviveu. Em desespero, alguns foram ao brasileiro e pediram comida. (CHEUCZUK, 1936 apud MORSKI, 2000, p.44)

Os animais também entraram na classificação dos imigrantes; enquanto eles não descobriam os "usos" de determinadas espécies, os animais causaram espanto como o próprio Cheuczuk relata:

> Esta era uma floresta escura e espessa cheia de animais como porcos selvagens, macacos e até tigres pequenos. As pessoas estavam terrivelmente com medo quando ouviram os ruídos grunhidos do porco. Muitos pensaram que era o rugido de um leão! (CHEUCZUK, 1936 apud MORSKI, 2000, p.43)

A classificação que Cheuczuk efetua sobre o porco, insere-se em um processo de construção, uma vez que, com o passar do tempo, práticas apropriadas da cultura cabocla permitiram que os porcos ocupassem um papel centralizado, ou útil, em detrimento de outros animais. A questão do animal selvagem está relacionada com a vivência na fronteira. Desse modo, a alteridade da fronteira estende-se entre os grupos humanos e não humanos, ou seja, diversas outras espécies, vegetais e animais, não domesticados.

O relato de Luca Morski apresenta uma série de elementos de seu processo de adaptação à nova ruralidade. Embora caracterize que tal aprendizado ocorreu, percebe-se uma série de características técnicas próprias de uma vivência e prática nesse meio há muito estruturada. Contrapondo a ameaça que o cogumelo promoveu entre os imigrantes, Morski apresenta o limão como uma fruta já domesticada para as necessidades humanas. De modo semelhante, ele cita os usos dos diferentes tipos de árvores. Percebe-se um constante processo de racionalização do meio ambiente.

Assim, os relatos aqui apresentados procuraram demonstrar como a relação entre os imigrantes ucranianos e o meio ambiente foi construída em Prudentópolis e nos núcleos coloniais adjacentes. Outro ponto necessário a essa reflexão, é compreender a natureza como um processo dinâmico que possibilita influência na sociedade e na cultura dos atores sociais inseridos no processo histórico, abrindo um horizonte de possibilidades e escolhas. Tais elementos constituem as bases de análise da História Ambiental, ou seja, pensar em como a entrada de grupos humanos em determinado ambiente atua para transformá-lo por meio da inserção de novos elementos na paisagem,

sejam eles vegetais ou animais; ou mesmo em como a própria classificação desses elementos, priorizando uns e evitando outros, acaba por transformar de forma significativa a paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou propor um diálogo entre as formas com as quais um grupo de imigrantes adaptou suas práticas agrícolas no contexto do processo migratório. Ao ocuparem um território desconhecido em relação às formas que estruturavam o modo de vida camponês e suas práticas no âmbito da ruralidade, devido principalmente a fatores geográficos e biológicos, os imigrantes ucranianos adotaram práticas já difundidas entre os agricultores brasileiros.

Tal contexto nos leva a algumas conclusões. Primeiramente, a imigração ucraniana no Paraná, tal como a de outras etnias europeias nos estados meridionais do Brasil, não cumpre inicialmente o objetivo inserido na narrativa governamental de expansão da fronteira agrícola que deveria inserir uma ética de trabalho e uma prática agrícola moderna, uma vez que, para sobreviver os imigrantes adotaram e reconstruíram as mesmas práticas que já eram utilizadas nesses territórios. Tal fenômeno nos leva a outro argumento: a prática da derrubada da mata e da queimada colaborou para a inserção do imigrante no espaço colonial pelo contato com a população cabocla. Uma resultante de tal contato foi o conhecimento de novas espécies vegetais e as formas de seu cultivo que garantiram a sobrevivência da população europeia.

Os relatos aqui apresentados jogam luz sobre as formas e meios com que o meio ambiente e o ambiente rural podem ser historicizados. Um olhar através da história ambiental nos proporciona um diálogo entre a sociedade e a natureza e a relação de mútua transformação de ambos. No contexto da imigração ucraniana aqui apresentado, tal abordagem revela como um fenômeno como as práticas agrícolas podem influenciar na estruturação de um grupo e atuar como um espaço de interconexão entre diversos atores históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luis Felipe de (org). *História da Vida Privada no Brasil, Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

ALVES, D. B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003

ALVIN, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (coord). *História da vida privada no Brasil* - Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 215-287.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *O paraíso das delícias:* estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995. 1996. 412f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. *História do Paraná.* Curitiba: Grafipar, 1969.

BORUSZENKO, Oksana. *A imigração ucraniana no Paraná.* Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores de História - ANPUH. Colonização e Imigração, São Paulo: 1969.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *História e Sociedade*. Campinas, v.11, n.2, p. 323-340, 2008.

CRONON, William. Modes of Production: placing nature in History. *The jornal of American History.* v. 76, n. 4, p. 1122-1131.

GERHARDT, Marcos. *Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente:* A história da "Colonia Ijuhy" 1850-1930. 2002, 159 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Estadual

de Londrina / Universidade Estadual de Maringá, Londrina/ Maringá, 2002.

GUÉRIOS, Paulo Renato. *A imigração ucraniana ao Paraná:* memória, identidade e religião.Curitiba: UFPR, 2012.

HAURESKO, Cecilia. *Lugares e Tradições:* as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros, Guarapuava: Unicentro, 2012.

HIMKA, John Paul. *Galician villagers and the ukrainian national movement in the nineteenth century.* Edmonton: Canadian Institute of Ukrainian Studies, 1988.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Estado do Paraná.* Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorna à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social,* vol. 8, n. 1, p. 145-203, maio. 1997.

MORSKI, J. P. *Under the southern cross:* a collection of accounts and reminiscences about the ukrainian immigration in Brazil, 1891-1914. Winnipeg: Watson & Dwyer Publishing, 2000.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.24, n.68, p. 81-101, 2010.

PARANÁ, Arquivo Público do. *Relatório do Secretário de Governo da Secretaria dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Cândido Fereira de Abreu.* Curitiba: 1876 a 1895. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela comarca de Curitiba.* Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Manoel, P. R. T. *O imigrante e a floresta:* transformações ambientais práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí – Sc. 2011. 218p. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória.* São Paulo: Cia das Letras, 2009.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil.* Brasília: UnB, 1990.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural:* mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná.* Curitiba: Imprensas Oficial do Paraná, 2001.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudo Históricos.* Rio de Janeiro, v.4, n. 8, p. 198-215, 1991.

CAPÍTULO 5

UCRANIANO COMO LÍNGUA DE HERANÇA EM PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Loremi Loregian-Penkal
Edina Smaha

A nação brasileira é constituída de diversos grupos étnicos distintos e apresenta vasta heterogeneidade linguística. Como aponta Oliveira (2000), no Brasil de hoje são falados por volta de 200 idiomas, entre os quais podemos citar as línguas indígenas, línguas africanas, línguas de imigração, além da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e das línguas de fronteira, marcadas pelo contato principalmente entre o português e o espanhol, entre outras. Sendo assim, o português figura como apenas uma das línguas que compõem o grande mosaico linguístico do país. Essa configuração aponta a necessidade de identificar, documentar, promover e valorizar a diversidade linguística aqui existente e reconhecer a importância da disseminação desse substancial patrimônio imaterial e da vasta carga cultural a ele vinculada.

Quando tratamos a língua como um patrimônio, uma herança, nos referimos a um bem imaterial transmitido, principalmente, pelas gerações precedentes, que inspira um sentimento de continuidade de toda a variedade de experiências humanas que a sustentam e que são cruciais para a identidade de um povo. A língua de herança é aquela com a qual uma pessoa possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa: tanto por laços ancestrais ou por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua (ORTALE, 2016). No caso de Prudentópolis,

trata-se de uma língua milenar, pertencente à família linguística Indo-Europeia, que é subdividida em diversos ramos, entre eles, o Eslavo, que, por sua vez, se desdobra em três grupos: o Eslavo Ocidental, o Oriental e o Meridional. A língua ucraniana encontra-se, mais especificamente, no grupo Eslavo Oriental, juntamente com a russa e a bielorrussa (MAKAROVA, 2015).

Considerando a necessidade de que mais estudos sobre a língua ucraniana falada em Prudentópolis venham à tona e tendo em conta a carência de pesquisas (socio)linguísticas realizadas até então nessa comunidade, buscamos, neste capítulo, realizar uma discussão a respeito do conceito de língua de herança, salientar a importância da língua ucraniana para a comunidade pesquisada, bem como da manutenção desse patrimônio linguístico-cultural e, com isso, contribuir para a visibilidade desse espaço tão linguisticamente complexo.

A IMIGRAÇÃO UCRANIANA NO PARANÁ

No final do século XIX e início do século XX, período de grandes movimentos migratórios, principalmente da Europa para as Américas, a Ucrânia, como o país que conhecemos hoje, não existia; a parte ocidental do seu território encontrava-se sob o domínio do Império Austro-húngaro, enquanto a parte oriental pertencia ao Império Czarista da Rússia. De acordo com Boruszenko (1995), as primeiras grandes levas de ucranianos (também referidos como *rutenos, austríacos, russianos, bukovenos, galicianos*, entre outros) a deixar sua terra natal, partiu da parte ocidental, mais especificamente das províncias da Galícia e Bukovyna, esses povos se estabeleceram no Canadá, Estados Unidos, Brasil e, em números menores, em outros países da América do Sul como Argentina e Paraguai.

Uma das principais razões que motivou a emigração em massa foi a condição de pobreza e submissão em que viviam os camponeses com relação à nobreza e aos grandes proprietários de terras nos anos que antecederam a emigração. Segundo Luciuk; Hryniuk (1991), a emancipação da servidão no Império Austro-

húngaro ocorreu em 1948, entretanto, a massa de camponeses permaneceu pobre, oprimida e explorada. Além disso, segundo Subtelny (2009), a explosão demográfica no final do século XIX, fez dessa região uma das mais densamente povoadas da Europa e refletiu no aumento dos preços das terras e do desemprego.

Enquanto, entre os anos 1830 e 1930, a "Europa expulsora" (MAROCHI 2006, apud KOVALSKI, 2015, p. 107) acarretava a saída de mais de cinquenta milhões de pessoas, do outro lado do oceano, o governo imperial brasileiro, ao adotar o decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, o qual, ao contrário da Lei das Terras de 1850, favorecia a entrada de qualquer imigrante independente de sua nacionalidade, abria suas portas visando, assim, atrair colonos para suprir carências de ordem geopolítica, como as apontadas por Seniuk; Skavronski (2014).

> [...] o Brasil pensava, acima de tudo, em alternativas para resolver alguns problemas que poderiam atrasar sua expansão e seu estabelecimento no mercado mundial enquanto buscava afirmar a sua nacionalidade. Esses fatores geopolíticos, como a possibilidade de perder os territórios sulistas para os países vizinhos, mercadológicos, pensando no abastecimento do mercado local, estratégicos ao colonizar os vazios demográficos e a necessidade da criação de um exército para uma futura precaução, bem como tecnológicos, ao permitir que os imigrantes trouxessem conhecimentos e técnicas novas de cultivo, eram evidenciados nesse contexto. A abolição da escravatura também fora um fator decisivo, já que a mão de obra era necessária para os cafezais brasileiros. (SENIUK; SKAVRONSKI, 2014, p. 83).

Dentro dessa perspectiva, "o imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades" (OLIVEIRA, 2002, p. 13). Segundo o autor, o imigrante também teria o papel de contribuir para o *branqueamento* da população.

De acordo com Boruszenko (1995), apesar de haver registro de entrada de um número reduzido de ucranianos anteriormente, a primeira grande leva de imigrantes chegou ao Brasil durante a chamada "febre brasileira", somente entre 1895 e 1896, vinda da

região da Galícia e Bukovyna. A autora estima que mais de cinco mil famílias de agricultores ucranianos entraram no estado do Paraná nesse período. Cerca de 15.000 pessoas, segundo Burko (1963), desembarcaram nos portos de Paranaguá e Santos. Boruszenko (1995) afirma ainda que, entre os anos de 1908 e 1914, deu-se uma nova entrada maciça de ucranianos, provenientes principalmente da Galícia, motivada pelo emprego na construção da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Nesse período chegaram 18.500 imigrantes. A autora calcula que até o final da Primeira Grande Guerra, o número de imigrantes ucranianos no Brasil era de 45 mil pessoas e entre as duas grandes guerras somaram-se mais 9.000, aproximadamente. Após a Segunda Grande Guerra, houve a última entrada maciça de imigrantes ucranianos no Brasil. Desse grupo, segundo Boruszenko (1995), aproximadamente 7.000 pessoas, entre operários, prisioneiros de guerra, refugiados e soldados se estabeleceram no Paraná.

Boruszenko (1995) ressalta ainda que existem problemas críticos quanto aos dados estatísticos precisos sobre a corrente imigratória no Brasil, devido à falta de documentação histórica, já que são poucos os documentos arquivados, falha nos registros nos portos e a falta de precisão dos censos oficiais. Porém, uma das principais razões dessa imprecisão resultou das divisões geográficas na Europa, que dificultaram a identificação da origem dos imigrantes, pois eles entravam no país com passaporte do governo ao qual estavam submetidos. A autora estima que a população ucraniana ingressante no país deve ter sido maior do que consta documentado. Boruszenko (1995) afirma ainda que, apesar de os censos oficiais não serem muito precisos, de acordo com levantamentos paroquiais e pesquisas realizadas, estima-se que, atualmente, aproximadamente 500.000 ucranianos e descendentes residem no Brasil, dos quais 81% encontram-se no estado do Paraná, com maior concentração na cidade de Prudentópolis.

Ao chegarem ao seu destino, os imigrantes se depararam com condições totalmente diferentes das que haviam sido propagadas para estimular a imigração. Apesar das dificuldades, os colonos se reorganizaram para criar um estilo de vida semelhante ao que deixaram para trás. A configuração da distribuição das

terras favoreceu o isolamento e, assim, a transferência da herança linguístico-cultural para as gerações seguintes.

A LÍNGUA COMO HERANÇA

O termo"Língua de herança", de acordo com Cummins (2005, p.1), foi utilizado pela primeira vez no Canadá em 1977, com o surgimento dos Programas de Língua de Herança em Ontário, e somente no final da década de 1990, começou a ser utilizado nos Estados Unidos no âmbito dos estudos sobre políticas linguísticas. No entanto, os estudos sobre o tema ganharam relevância, após a I Conferência sobre Línguas de Herança nos Estados Unidos, organizada pela Universidade da Califórnia, em 1999. De acordo com Fishman (1999), no contexto Norte Americano, a língua de herança pode se referir a qualquer idioma relevante que não seja a língua inglesa. Embora a definição original seja centrada na língua inglesa, ela pode ser referida a qualquer outra língua dominante. Portanto, esse termo é normalmente utilizado para fazer referência à língua falada em casa e em outros ambientes particulares de comunicação, aprendida desde os momentos ternos de contato com os pais, em um país em que essa língua não é majoritária.

Lima-Hernandes (2016) afirma que, desde o século XX, variados rótulos, nem todos associados à sociolinguística, foram empregados para discutir o tema, tais como: línguas em contato, língua de casa, língua doméstica, língua mãe, língua materna, entre outros. Observa-se, portanto, que tal acepção é apenas uma entre várias propostas e que em todas elas o *laço de ancestralidade* encontra-se presente.

O conceito de língua de herança, portanto, como o próprio nome deixa transparecer em seu sentido habitual, refere-se à língua que o sujeito recebe de sua família justamente como uma herança imaterial, um patrimônio tão importante quanto uma herança material, como a escritura de uma casa, ou de um terreno, por exemplo; "remete à ideia de que alguém recebe de gerações passadas algo precioso, do qual deve tomar posse como uma continuidade

familiar e como uma necessidade de delineação identitária" (LIMA-HERNANDES, 2016, p. 98).

Ortale (2016) apresenta a seguinte definição de língua de herança:

> Língua de herança é a língua com a qual uma pessoa **possui identificação cultural e sentimento de pertencimento a determinada comunidade que a usa**, seja por laços ancestrais, seja por convivência no mesmo ambiente sociocultural com falantes dessa língua. (ORTALE, 2016, p. 28. Grifos nossos).

Nota-se que a definição dada por Ortale (2016) vai além da ancestralidade, do parentesco. Para se ter uma língua de herança, na visão da pesquisadora, e com a qual concordamos, é preciso que se tenha "identificação cultural e sentimento de pertencimento" que podem advir também por interesse e convivência com os falantes e não só via laços ancestrais. Logo, veja-se que a definição dada por Ortale à língua de herança não exclui os que não pertencem àquela etnia específica, ou seja, no caso em estudo não há necessidade de ser descendente de ucraniano para se ter o ucraniano como língua de herança.

Já em relação às características ou traços da língua de herança, Doi (2006) nos diz que

> A Língua de Herança apresenta os seguintes traços: é uma língua minoritária, usada em esferas restritas, predominantemente, como língua oral e coloquial. Além disso, os falantes dessa língua, principalmente os descendentes, não apresentam equilíbrio na competência linguística, e a aprendizagem dessa língua é geralmente imposta pelos pais. (DOI, 2006, p. 68).

O contato estabelecido com a língua considerada de herança costuma se dar de forma natural, na interação com algum membro da família que realmente fale a língua. Geralmente esse contato se dá na primeira infância do indivíduo e, em grande parte, por meio dos avós, dos pais, tios e/ou pessoas mais velhas da família.

Caracteriza-se como uma forma de bilinguismo, embora o falante esteja inserido em uma comunidade onde aquela língua não é a oficial. Na língua de herança os falantes "podem apresentar níveis de proficiência diversos e cujas experiências de aquisição/aprendizado e de contato são bastante variadas" (FLORES; MELO-PFEIFER, 2014, p. 18), sendo ela "transmitida (formal e/ou informalmente) por pais emigrantes (que a têm como língua materna) aos seus filhos que crescem no exterior" (SOUZA; BARRADAS, 2013).

Observa-se que a língua de herança pode ter estatutos bastante diferentes conforme sua relação com a língua de entorno/ língua majoritária: uma vez que não seja considerada língua de prestígio na sociedade em que o falante esteja inserido, a aprendizagem terá mais chances de não ser mantida ao longo da infância e da adolescência. Caso contrário, se o país do falante valoriza sua língua de herança, muitas vezes a aprendizagem e o ensino serão estimulados dentro e fora de casa. Luk e Lin (2007) explicam que as línguas do mundo são, muitas vezes, hierarquizadas. Assim, segundo eles, ser um falante nativo de certa língua pode impedi-lo de desfrutar de determinados privilégios e *status* que tem um falante nativo de outra língua. O falante pode, portanto, conforme a situação, ostentar sua língua de herança a fim de se diferenciar na comunidade ou, ao contrário, esquecê-la com o intuito de se mesclar na cultura em que está inserido.

Em geral, línguas de herança, por serem consideradas de minoria e/ou de menor prestígio, têm seu uso e aprendizado restringidos, de forma que seus aprendizes podem não encontrar meios formais de aprendizado fora do contexto familiar. O uso fica restrito a situações informais e de competência oral, geralmente dentro do ambiente familiar, e isso tem repercussões no vocabulário e nas estruturas gramaticais disponíveis para esse falante.

O UCRANIANO COMO LÍNGUA DE HERANÇA

No que concerne à língua ucraniana como língua de herança em Prudentópolis, como já mencionamos anteriormente,

desde a sua chegada à região, os imigrantes preocuparam-se com seu ensino e manutenção. Com escasso apoio governamental, os pioneiros contaram com iniciativas próprias e atendimento espiritual e escolar oferecido pelas instituições religiosas provenientes do seu país de origem.

> Desde os primeiros anos, isto é, a partir de 1897, em todos os núcleos de colonização, os sacerdotes-missionários, auxiliados pelas religiosas vindas com eles da Europa, abriram escolas, instalando-as precariamente em modestos barracões. Sentiram os colonos a necessidade de que fosse ministrado a seus filhos o preparo intelectual indispensável e mínimo. Compreendiam que a função básica da escola é a de transmitir o acervo cultural do seu povo e ao mesmo tempo fornecer às novas gerações os meios de adaptação à vida em meio estranho (WOUK, 1981, p. 46)

De acordo com Andreazza (2008), essa auto-organização por parte dos pioneiros e a falta de escolas públicas na maior parte dos locais em que foram instalados os imigrantes de diversas etnias colaborou muito para que, até a Primeira Guerra Mundial, a alfabetização em portuguêspraticamente não tivesse sido realizada. "Nessas condições, à medida que o século XX adentrava, a concentração de tantas 'aldeias estrangeiras" passou, inclusive, a ser motivo de preocupação do nacionalismo republicano, inspirando intenso debate a respeito dos "quistos étnicos" dispersos pelo solo brasileiro"(ANDREAZZA, 2008. p. 5).

Hanicz (1996) afirma que o processo de implantação das primeiras escolas públicas em Prudentópolis iniciou-se apenas em 1911. Estas,em pouco tempo, sofreriam com as consequências da guerra que estava por vir. Segundo Marochi (2006, apud KOVALSKI, 2015, p. 120), após a o término da primeira Guerra Mundial, embasadas no ideário nacionalista, várias leis nacionais e estaduais foram fundadas com o intuito de regulamentar o ensino no país, como o "Código de Ensino de 1917", que tornava obrigatório o ensino da língua portuguesa em todas as instituições particulares do curso primário ou secundário, fossem elas nacionais ou estrangeiras.

Com o golpe de Estado de 1937, a situação se agravou mais ainda, levando à extinção das escolas estrangeiras em 1938, pelo Decreto Federal n° 406 de 04 de maio, conhecido como "Lei da Nacionalização". O objetivo do programa da ação do governo Vargas era "erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três estados do sul e incutir nas populações de origem europeia o sentimento de brasilidade". (SEYFERTH, 1982, apud RENK, 2008, p.08). A partir do Estado Novo, como relata Boruszenko (1995), com a proibição do uso das línguas de imigração, várias escolas e clubes literários onde se praticava a língua ucraniana foram fechados e os livros das bibliotecas existentes foram distribuídos entre os seus sócios para que fossem protegidos de eventuais confiscos e pudessem ser utilizados em suas casas. Entretanto, apesar dos decretos por parte do Estado, as escolas de imigrantes encontravam maneiras de resistir, principalmente por conta do isolamento da maioria das comunidades, onde a vigilância não se fazia tão presente. A autora reconhece que a política nacionalista, do governo do Estado Novo, não logrou seus objetivos.

A falta de representatividade política levou os imigrantes a buscarem refúgio na igreja, que se tornou uma liderança não só religiosa como educacional e cultural. Dessa forma, a presença dessas instituições, desde o início, principalmente dos padres da ordem de São Basílio Magno, Irmãs Servas de Maria Imaculada e Catequistas do Sagrado Coração de Jesus, foi e continua sendo vital para a resistência cultural e linguística ucraniana. As manifestações culturais do povo ucraniano estão intrinsecamente ligadas à religião, como bem aponta Semechechen (2017):

> Ser "ucraniano" nesse grupo é participar das práticas religiosas da igreja católica do rito ucraniano e dispor da língua ucraniana no repertório linguístico e fazer uso dela. Essa identidade é constituída por uma ideologia que intersecciona língua e religião e associa a língua ucraniana a um grupo étnico-linguístico e religioso (SEMECHECHEN et al., 2017, p. 431).

Atualmente, grande parte das iniciativas para o ensino da língua continua a cargo das instituições religiosas. Resende da

Costa (2015) afirma que a oferta da disciplina de língua ucraniana nos colégios estaduais de Prudentópolis está intimamente ligada à presença dos religiosos ucranianos nos estabelecimentos escolares. Segundo o pesquisador,

> Prudentópolis possui mais de dez colégios estaduais e o histórico de vários deles está entrelaçado com a história da imigração e com a ação dos religiosos ucranianos, padres, freiras e catequistas. Podemos destacar os colégios estaduais Bispo Dom José Martenetz, Prefeito Antônio Witchemichen, Padre José Orestes Preima, Padre Cristóforo Miskiv e Imaculada Conceição (RESENDE DA COSTA, 2015, p. 04).

Em algumas comunidades rurais do município onde há um reduto maior de descendentes de ucranianos e onde o uso da língua é mais recorrente, as escolas de Ensino Fundamental e Médio oferecem o ensino da língua ucraniana na modalidade de CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas)[1]. De acordo com o Núcleo Regional de Educação de Irati, o CELEM é oferecido no Colégio Estadual do Campo Cristo Rei (Linha Barra Bonita) Colégio Estadual Padre José Orestes Preima (Linha Esperança) e Colégio Estadual Bispo Dom José Martenetz (Linha Tijuco Preto). Já no Colégio Estadual Imaculada Conceição (em Ligação) e Escola Estadual do Campo São João Batista (Herval), a língua ucraniana faz parte da matriz curricular do Ensino Fundamental (do 6° ao 9° ano).

Além dos colégios estaduais do município, a Escola Paroquial Nossa Senhora do Patrocínio também oferece aulas de língua ucraniana aos sábados à tarde. De acordo com a diretora

1 De acordo com o site da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, SEED-PR, "O CELEM é um espaço pedagógico para o ensino de línguas estrangeiras modernas (LEM), português para falantes de outras línguas (PFOL) e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com funcionamento nas instituições de ensino da rede estadual de ensino. O CELEM oferta cursos das seguintes línguas estrangeiras modernas: Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Japonês, Mandarim, Polonês e Ucraniano. Além disso, oferece curso de Português para falantes de outras línguas (PFOL) e de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)." Disponível em: <http://www.lem.seed.pr.gov.br/modules/conteud o/conteudo.php?conteudo=345>. Acesso em: 27 ago. 2019.

e professora de língua ucraniana, Maria Inez Jadvizak, a escola Paroquial Nossa Senhora do Patrocínio iniciou suas atividades ainda em 1958 e as primeiras aulas eram ministradas no Instituto Santa Olga. Em 1983, por iniciativa do então pároco Pe. Basílio Cimbalista OSBM, foi construído o atual espaço e, a partir dessa data, o ensino sempre se deu nessa escola, sob a direção das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus. A escola, que se mantém de promoções e auxílio de amigos e da paróquia, conta hoje com 70 alunos com faixa etária entre 5 a 12 anos e tem como objetivo a preservação da língua, cultura e tradições ucranianas.

Outra iniciativa recente é a oferta do curso básico de língua ucraniana pela Casa da Cultura de Prudentópolis, desde 2017. De acordo com a Secretária da Cultura e catequista do Instituto Sagrado Coração de Jesus, Nadir Vozivoda, no momento a Casa conta com quatro turmas e totaliza 66 alunos, dos quais 60% são adultos. Ainda de acordo com a secretária, há um projeto sendo desenvolvido pela prefeitura da cidade que contempla a possibilidade de inserção da língua ucraniana na grade curricular de algumas escolas do município, as quais atualmente não oferecem nenhum suporte para que as crianças possam desenvolver habilidades em sua língua de herança nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

O QUE DIZEM OS "HERDEIROS" DESSA LÍNGUA

Os imigrantes ucranianos são oriundos de uma região sócio-historicamente complexa. Seu território foi dominado por diferentes povos ao longo dos séculos, o que, naturalmente, refletiu na língua. A variedade ucraniana trazida ao Brasil continha forte influência, principalmente das línguas faladas nos países vizinhos como polaco, romeno e alemão. Devido à considerável distância e falta de contato com o país de origem, a língua ucraniana no Brasil foi sendo fortemente influenciada pela língua portuguesa em diferentes níveis, enquanto na Ucrânia, com a dominação soviética, a língua russa prevalecia. As diferenças que foram sendo construídas ao longo do tempo fomentam a crença de que a língua ucraniana falada em Prudentópolis seja uma variedade inferior quando comparada àquela falada na Ucrânia.

Nas pesquisas sociolinguísticas realizadas por Smaha (20162-20183), com jovens descendentes de ucranianos em Prudentópolis, vários informantes relataram que sofreram preconceito, bullying ou foram motivos de deboche por serem falantes da língua ucraniana e pelos "rastros" por ela deixados na língua portuguesa. Além da crença de inferioridade já citada, a associação dessa língua com o ambiente rural fomentou seu desprestígio, o desinteresse pelo seu emprego e manutenção e, consequentemente, resultou no declínio do número de falantes. Uma das perguntas efetuadas pela pesquisadora foi a seguinte: "Quando você ouve alguém falando em ucraniano o que você acha dessa pessoa?". Nas respostas dos entrevistados, a palavra *vergonha* era recorrente, resultado das experiências negativas vivenciadas por eles, como podemos observar nos relatos seguintes:

> (1) No passado eu tinha vergonha da língua ucraniana, acredito que quem falava ucraniano aqui em Prudentópolis sofria um certo "bullying", muitos falavam que a língua era feia, tinha um sotaque feio [...]. (Informante25ZUM)

> (2) Tenho uma certa admiração por essa pessoa. Agora acho super bonito e culto ouvir falar o ucraniano, porém quando criança, no meu círculo de amigos - a família via como algo vergonhoso 'por que falar ucraniano aqui no Brasil?'. (Informante 01ZRM).

> (3) Tenho admiração e respeito. Admiração porque até um tempo atrás era **vergonhoso** falar em ucraniano, hoje não tanto,

---

2 Trabalho de Conclusão de Curso. Com relação aos procedimentos metodológicos, o instrumento utilizado foi um questionário sociolinguístico preenchido por 15 informantes dos sexos masculino e feminino, descendentes de ucranianos, com faixa etária entre 20 a 32 anos, que nasceram no interior do município de Prudentópolis e, atualmente, moram na zona urbana dessa cidade e possuem, ou ainda estão cursando, ensino superior.

3 Dissertação de Mestrado. Todos os informantes da pesquisa são descendentes de ucranianos e falantes da língua, dos quais 20 deles – 10 do sexo masculino e 10 do feminino – vivem na zona urbana, possuem ensino superior e trabalham em diversas áreas. Os outros 20 participantes – 10 do sexo masculino e 10 do feminino – vivem na área rural, possuem ensino fundamental e médio e trabalham na agricultura. A faixa etária dos jovens foi delimitada entre 22 e 32 anos.

e respeito, por ser uma língua difícil. Além da importância em manter a preservação da mesma. (Informante 07ZRM).

(4) Acho que é uma pessoa que não sente **vergonha** em se comunicar nesse idioma, não sente **vergonha** de suas raízes, tendo em vista que há algum tempo atrás os ucranianos sofriam **preconceito** das pessoas "da cidade" sendo tachadas de "ucraínos" como se fossem inferiores (Informante 36ZUF).

(5) Alguém que honra as suas origens e não tem **vergonha** de suas raízes. (Informante (11ZRM).

Por outro lado, apesar de sentirem vergonha e sofrerem com isso no passado, é possível observar, também, nesses relatos, que essa percepção está mudando e que há, hoje, um movimento crescente favorável à reativação e à manutenção da herança cultural e linguística ucraniana na cidade. A grande maioria dos jovens entrevistados manifestou atitudes linguísticas altamente positivas, declarando admiração por quem ainda preserva a língua, apesar de todas as forças negativas que impulsionaram seu desprestígio. Um dos entrevistados afirmou que se identifica com a pessoa que fala como sendo membro da mesma cultura. Vários informantes consideram bonito ouvir alguém falando ucraniano e acreditam que seja importante para preservar as origens e disseminar a cultura e sentem-se felizes em ver que a língua está em uso. A informante 29ZUM menciona sua mudança de atitude com relação ao seu próprio sotaque:

(6) Hoje entendo e gosto. Acredito que é uma característica linguística única, mas em tempos passados já foi motivo de chacotas e de certa forma sofri com preconceito linguístico, principalmente por indivíduos que não eram de Prudentópolis e desconheciam a questão cultural e linguística local. (Informante 29ZUM).

(7) Incrível. Nos dias de hoje, saber falar ucraniano é para poucos, a falta de incentivo, valorização, cursos, atividades que envolvam a língua, acabou fazendo com que essa língua fosse morrendo aos poucos. Quando vejo que alguém está falando, a vontade é de ir

lá conversar com a mesma, mas como não pratico muito, acabo tendo medo de não saber prosseguir a conversa. (Informante 14ZRF).

(8) Hoje tenho muito orgulho e sou feliz em saber falar a língua ucraniana. Já me favoreceu no trabalho e na vida. Trabalho com atendimento direto ao público, principalmente pessoas que moram no interior e falam o ucraniano, e isso acaba que facilitando vários diálogos que tenho com eles, e isso acaba até trazendo mais confiança deles para comigo. Realmente hoje é somente orgulho que sinto por conhecer a língua ucraniana, e confesso que meu interesse é aprender ainda mais, falar melhor, ler e escrever (Informante 38ZUF).

(9) (...) parece-me que estamos numa época onde a nova geração está dando mais valor para sua descendência e cultura. Desta forma, espero que este amor pela língua ucraniana não morra, pois, para manter uma cultura viva, primeiro ponto fundamental é preservar a sua língua (Informante 39ZUF).

Nossos informantes também chamaram a atenção para a necessidade de novas ações para que a vitalidade da língua ucraniana tenha continuidade, como podemos observar nos excertos a seguir:

(10) A luta é grande em manter o que existe de ucraniano em Prudentópolis, as escolas estaduais em sua maioria possuíam na grade o ucraniano a partir do CELEM, hoje são poucas e ainda correm o risco de fechar pelo não incentivo governamental. As instituições que mantêm ainda a língua em Prudentópolis são as não governamentais, mas religiosas, por incentivo próprio. Acredito que, se os órgãos governamentais apoiassem, seria fundamental a oferta de cursos principalmente nos núcleos rurais aonde ainda tem uma "chama acesa", as crianças e os jovens ainda como conhecedores da língua. (Informante 40ZUF).

(11) Poderia oferecer cursos ou até mesmo acrescentar aulas como mais uma matéria igual inglês e espanhol e porque não ucraniano? (Informante15ZRF).

(12) Deveria ter ucraniano na escola, na igreja e na catequese. Para nós é mais importante que o inglês (Informante 10ZRM).

Esses relatos mostram um pouco do quanto a língua de herança falada em Prudentópolis, o ucraniano, é importante às pessoas que ainda o têm como língua ativa, falada na família, na igreja/catequese, em alguns comércios e em alguns eventuais outros locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Makarova (2015), existe um padrão na transição de uma língua minoritária para a majoritária nas gerações de imigrantes: Geração 01 (imigrantes) – O idioma minoritário é a língua mãe e é desenvolvida uma fluência funcional na língua majoritária. Geração 02 (filhos de imigrantes) – São geralmente bilíngues em ambas as línguas. Geração 03 (netos dos imigrantes) – São predominantemente monolíngues na língua majoritária, às vezes retêm algum conhecimento da língua herdada. Entretanto, em Prudentópolis este padrão não se aplica.

Como vimos ao longo do capítulo, desde a sua chegada ao Brasil (e até mesmo na sua terra de origem), os ucranianos lutam contra diversas forças contrárias à preservação de sua língua, como: assimilação, proibição por parte do estado, falta de incentivo, desprestígio linguístico, preconceito linguístico, entre outros, que fragilizaram o apreço dos falantes pela sua língua de herança e desmotivaram seu uso. Porém, mesmo após mais de 120 anos desde a chegada dos primeiros pioneiros, a língua ucraniana ainda se mantém viva entre descendentes de quarta, quinta e até sexta gerações, devido à configuração da distribuição das terras, mas, também, e principalmente, ao fator religioso presente no município.

Grande parte da vida cultural, espiritual e intelectual de um povo é experimentada por intermédio da língua. Os participantes das pesquisas, mencionadas anteriormente, demostraram forte interesse na manutenção da memória individual e coletiva, dos valores sociais e culturais transmitidos através dela e questionaram

a falta de políticas linguísticas de fomento, de mais recursos e oportunidades que possibilitem a sua prática.

Portanto, é preciso aproveitar esse cenário de percepção dos impactos que acarreta a perda linguística, de indicação de mudanças de atitudes entre as gerações mais jovens para promover, motivar e valorizar o uso e a aprendizagem da língua ucraniana.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, M. L. *Uma herança camponesa:* moradia e transmissão patrimonial entre imigrantes ucranianos (Brasil, 1895-1995). Nuevo Mundo, 2008.

BORUSZENKO, *O. Boletim informativo da Casa Romário Martins*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

BURKO, V. *A Imigração ucraniana no Brasil*. Curitiba: Cobrag, 1963.

CUMMINS. J. Aproposal for action: Strategies for recognizing heritage language competence as a learning resource within the mainstream classroom. *The Modern Language Journal 89*, p. 585-592, 2015.

DOI, E. T. O ensino de japonês no Brasil como língua de imigração. *Estudos Lingüísticos.* XXXV, p. 66-75, 2006.

LIMA-HERNANDES, C. Sociolinguística e línguas de herança. In.: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. *Sociolinguística, Sociolinguísticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

FISHMAN, J. A. *Three centuries of heritage language education in the United States*. Plenary Address given at the First National Heritage Language Conference.Long Beach, CA, 1999.

FLORES, C.; MELO-PFEIFER, S. O conceito "Língua de Herança" na perspectiva da Linguística e da Didática de Línguas: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico das

crianças luso descendentes na Alemanha. *Domínios de Lingu@Gem*. v. 8, n. 3, 16-45, 2014.

HANICZ, T. *Religião, rito e identidade.* Estudo de uma Colônia Ucraniana no Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

KOVALSKI, R. A. *Desenvolvimento territorial sustentável com identidade cultural no estado do Paraná:* possibilidades e bloqueios - estudo de caso no município de Palmeira, na região de Santa Bárbara - PR. 2015. 270f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LUK, J. C. M.; LIN, A. M. Y. The Native-Speaking English Teachers in the Global ELT Industry. In: *Classroom Interactions as Cross-Cultural Encounters:* native speakers in ESL lessons. New Jersey: Routledge, 2007. p. 21-32.

LUCIUK, L.; HRYNIUK, S. *Canada's Ukrainians:* negotiating an identity. Toronto: University of Toronto Press, 1991.

RENK, V. E. Nacionalização compulsória das escolas étnicas e resistências, no Governo Vargas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 7., 2008, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Editora Champagnat/ Fundação Araucária, 2008. v. 1. PUCPR/UFPR.

RESENDE DA COSTA, L. A Língua Ucraniana nos Colégios Estaduais em Prudentópolis- PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 2., 2015, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa: UEPG, 2015.

SENIUK T.; SKAVRONSKI M. I. *A. I*migração Ucraniana e Colonização em Prudentópolis (1895-1945). *Ateliê de História.* Ponta Grossa: UEPG, 2014.

MAKAROVA, V. *Linguistic Universe:* An introduction to Linguistics. Kendall Hunt, 2015.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (Org.). *O direito à fala:* a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, 2000, p. 83-93.

ORTALE, F. *A formação de uma professora como Língua de Herança.* Tese de Livre Docência. São Paulo: USP, 2016.

SEMECHECHEM J. A. et al. *A língua ucraniana como símbolo de pertencimento e de identidade de ucraniedade em uma comunidade no sul do Brasil*. Gragoatá, Niterói, v.22, n. 42, p. 416-434, 2017.

SMAHA, E. *Crenças e atitudes linguísticas de jovens descendentes de ucranianos de Prudentópolis, Paraná*. (Trabalho de Conclusão de Curso em Letras - Inglês), Universidade Estadual o Centro-Oeste, Irati, 2016.

SMAHA,E. *Crenças e atitudes de jovens descendentes de ucranianos em relação à língua ucraniana e sua manutenção em Prudentópolis, Paraná.* 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual o Centro-Oeste, Guarapuava, 2018.

SOUZA, A.; BARRADAS, O. Português como língua de herança: políticas linguísticas na Inglaterra. *REVISTA SIPLE*. Brasília, 2013. Ano 4, Número 1. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=297:portugues-como-lingua-de-heranca-politicas-linguisticas-na-inglaterra&catid=69:edicao-6&Itemid=112>. Acesso em 28 ago. 2019.

SUBTELNY, O. *Ukraine:* a History. 4th ed. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

WOUK, M. *Estudo Etnográfico-linguístico da comunidade ucraína de Dorizon.* Curitiba: Projeto, 1981.

CAPÍTULO 6

TRADIÇÕES CULINÁRIAS ENTRE DESCENDENTES DE UCRANIANOS EM PRUDENTÓPOLIS

Eliane Lupepsa Costenaro

O tema deste capítulo são as tradições culinárias presentes entre descendentes de imigrantes ucranianos em Prudentópolis. Trata-se de um município que foi marcado pela imigração ucraniana e nele observa-se atualmente a prática de diversos pratos relacionados às tradições culinárias trazidas pelos imigrantes. Compreendemos que essas práticas alimentares se articulam aos processos de construção de identidades étnicas e regionais. Aqui tratamos das tradições presentes no cotidiano, celebrações e festas como casamento, Natal e Páscoa. Como fontes principais utilizamos memórias de mulheres pela metodologia da história oral e receitas culinárias publicadas no jornal *Prácia* (Trabalho), periódico em língua ucraniana publicado no município de Prudentópolis. Analisamos essas fontes no período entre 1963 e 1976, a partir da perspectiva da História da Alimentação.

Algumas das memórias contempladas neste estudo estão ligadas ao Apostolado da Oração[1] e atuam na transmissão de práticas culinárias tradicionais, saberes e valores entre os descendentes de ucranianos mantendo vivas muitas práticas e tradições culinárias no município. São pessoas frequentemente acionadas em ocasiões festivas e contribuem para manter a identidade e coesão do grupo.

1 Grupo de devotos do Sagrado Coração de Jesus, ligado à igreja ucraniana.

As fontes escritas correspondem a receitas e dicas culinárias publicadas semanalmente no jornal *Prácia*, na coluna intitulada Дгя Пань Дому – *Para a dona de casa*. Nesse laboratório feminino, as receitas aprendidas com mães e avós ou em uma coluna de jornal, constituem saberes que se convertem em práticas, mediadas pelas subjetividades, adaptadas pelos gostos e necessidades do cotidiano. Elas são concebidas como fontes, complementam as discussões e também permitem vislumbrar o universo em torno da comida.

O jornal *Prácia* (Trabalho) começou a ser publicado na cidade de Prudentópolis em 1912 na tipografia dos padres basilianos, atual Gráfica Prudentópolis. Os padres basilianos pertencem à Ordem de São Basílio Magno (OSBM) e à Paróquia da Igreja Ucraniana São Josafat. É uma congregação católica presente em Prudentópolis desde 1897, período marcado pela instalação das colônias de imigrantes na região. O jornal era impresso em língua ucraniana e foi criado com o objetivo de difundir textos e divulgar notícias entre os imigrantes ucranianos. O *Prácia* foi publicado exclusivamente na língua ucraniana até o ano de 1993. Apenas publicidade, editais da prefeitura municipal e avisos oficiais eram em português. A partir de 1993, o português foi introduzido com a publicação do folheto *Rumo Jovem* preparado pelo Pe. Samuel Kozlinskyj. A partir de 1995, as notícias sobre a Ucrânia são em português e, em 1998, a maioria dos artigos é bilíngue.

Liderada pelos padres basilianos a imprensa ucraniana no Brasil surge no início do século XX para divulgar notícias e assuntos direcionados aos descendentes de ucranianos. No ano de 1912, chegaram ao Paraná quatro famílias eslavas de intelectuais, entre os quais se destacou Ossyp Martenetz por seus trabalhos ligados à imprensa. Sob sua redação, em novembro daquele mesmo ano, surge um novo periódico, o *Prácia* – Trabalho. (JORNAL PRÁCIA, *Prácia 100 anos*. n. 6407. Prudentópolis, 16 a 31 de dezembro de 2012, p. 9)

Esses intelectuais se prontificaram a trabalhar no jornal *Prácia* segundo as expectativas dos padres basilianos locais. No primeiro editorial a nova denominação: *Prácia* (Trabalho) é explicitada aos leitores:

> É com trabalho que todos os povos elevaram o seu nome na arena internacional; é com o trabalho que o nosso povo da Galícia está progredindo cultural e materialmente; é com o trabalho que o nosso povo aqui no Brasil ocupará um lugar de destaque entre todos os outros povos que encontraram aqui a sua nova morada. E como não se pode falar de verdadeiro fruto do trabalho e do progresso sem fé em Deus, o jornal vai dar uma atenção toda especial à formação religiosa e cultural do nosso povo. (JORNAL PRÁCIA, *Prácia 100 anos*. n. 6407. Prudentópolis, 16 a 31 de dezembro de 2012, p. 9)

O jornal *Prácia* circula até a atualidade. Os primeiros números do *Prácia* eram quinzenais. A partir de 1915, as edições se tornaram semanais.

Inicialmente, a tipografia foi instalada numa sala ao lado do mosteiro. Em 1952, a estrutura de editoração dos impressos foi transferida para um local adequado. Em frente ao mosteiro, os padres construíram um prédio com todas as divisões necessárias para a administração, redação e impressão. O *Prácia* foi definido pela historiadora Oksana Boruszenko como um semanário de caráter político-social e orientação católica. Divulgava assuntos religiosos, temas relacionados às práticas culturais dos imigrantes e seus descendentes no sul do Brasil e notícias do cotidiano da cidade e região e também da Ucrânia. (BORUSZENKO,1969, p. 428).

Os padres basilianos continuam à frente do jornal *Prácia*, discutindo assuntos presentes nos meios de comunicação de massa com a comunidade e estabelecendo vínculos com a Ucrânia. O periódico tinha por objetivo incentivar os imigrantes ao trabalho, à leitura, dar acesso à cultura ucraniana e a mantê-los informados sobre os assuntos cotidianos em geral. Atualmente, seu principal redator é o padre Tarcisio Zaluski (OSBM), sendo as pautas voltadas aos assuntos religiosos e políticos da Ucrânia e do Brasil. A primeira página desse jornal reserva espaço às notícias mais importantes, geralmente religiosas, em ucraniano e em português. A segunda, apresenta o editorial e o evangelho comentado. É comum os padres utilizarem essa parte nas missas de domingo. Depois vem a coluna *Palavra amiga para o jovem* e as notícias da Ucrânia e da igreja ucraniana. Nas últimas páginas ficam as notas de falecimento,

escritas por parentes e amigos. Há também um espaço reservado ao humor e às crianças. (ZALUSKI, 2012).

O *Prácia* se revela um elemento unificador com pretensões políticas, educacionais, bem como fortalecedor da relação de pertencimento dos imigrantes e seus descendentes à etnia ucraniana. Os textos e imagens dos jornais se convertem em saberes que transitam e, por vezes, incorporam-se e compõem práticas culturais. Os textos e notícias do *Prácia* orientavam, no processo ativo de constituição das subjetividades de seus leitores, comportamentos, valores e sentimentos. A partir desse entendimento, questionamos quais comportamentos, valores e significados emanavam das receitas e dicas publicadas para a dona de casa, entre 1963 e 1976, a serem, aqui, apresentadas e analisadas.

A COLUNA *PARA A DONA DE CASA*

A coluna *Para a dona de casa*, publicada no jornal *Prácia* apresenta-se como um "prato cheio" para o conhecimento e estudo das práticas alimentares e culinárias entre os descendentes de imigrantes ucranianos na segunda metade do século XX. Evidencia recortes da vida cotidiana ligadas ao universo doméstico, ao trabalho feminino, à religiosidade e identidade ucranianas, estimulando o olhar para uma história recente nas pesquisas acadêmicas brasileiras. Essa coluna oferecia grande repertório de receitas que informam sobre os ingredientes e os modos de preparar os alimentos dentro um complexo sistema alimentar que se desenvolveu na região Centro-Sul do Paraná.

Muitos livros ou cadernos de receitas que inspiravam a coluna tinham origem nos cursos de economia doméstica oferecido pelo Instituto Santa Olga, em Prudentópolis. As mulheres que escreveram essa coluna frequentaram o curso e aprenderam a cozinhar no instituto. Nesses cursos aprendiam também administração doméstica, corte e costura, bordado, puericultura, enfermagem, horticultura, entre outros conteúdos. Dessa forma, a coluna *Para a dona de casa* tinha influência direta da escola, de

um sistema de educação voltado para a formação das mulheres. As professoras e catequistas[2] do curso buscavam qualificar as futuras esposas e mães. O Instituto foi fundado em 1940 e destinava-se, principalmente, a abrigar as crianças e adolescentes do meio rural que não possuíam condições para custear os seus estudos. (GOMES; BARTECZO, 1972, p.97)

Nadir Julek, funcionária da Gráfica Prudentópolis e editora de textos da coluna do jornal *Prácia*, conta que a ideia de criar a coluna partiu do interesse do jornal e dos leitores, principalmente das leitoras, em divulgar receitas e dicas que facilitassem a vida das donas de casa, ampliando seus conhecimentos culinários e de administração doméstica.

Em 1962, quando a coluna *Para a Dona de Casa* passou a ser difundida, ainda não havia programas de rádio voltados a esses assuntos e os livros impressos de culinária eram pouco acessíveis. Por ser impresso localmente e por seu apelo religioso, o *Prácia* alcançava as comunidades do interior do município. Ao lado do rádio, o jornal era um importante meio de informação para a população. Para Nadir Julek, o *Prácia* foi importante para divulgar novas e diferentes práticas culinárias. Quanto à localização da coluna dentro do jornal, Julek relata que nunca ficava nas duas primeiras páginas, dedicadas exclusivamente aos assuntos religiosos. A terceira página era ocupada pelos assuntos culturais e as páginas seguintes eram reservadas à publicidade. A coluna *Para a dona de casa,* geralmente, ocupava a quarta ou quinta página. Como seu texto era breve e o jornal não dispunha de muito espaço, ela se situava em meio aos anúncios de lojas de roupas e utilidades domésticas. (JULEK, 2012). A coluna era secundária entre os assuntos em pauta. Podia ser pequena, mas nem por isso era menos importante, principalmente para suas leitoras.

A origem das receitas e conselhos era variada. As receitas chegavam ao jornal por meio de cartas das leitoras ou eram extraídas de fontes diversas como livros e revistas impressos, cadernos e

2 "O nome catequistas veio por fantasia, pelo apelido que o pessoal foi dando aos membros que tem por objetivo dedicar-se aos trabalhos ligados à cultura e religião ucraniana assim como há padres, há irmãs religiosas há as catequistas". KORCZAGIN, Olga. Entrevista concedida a Eliane C. Lupepsa Costenaro em 06/11/2013.

coleções de receitas mantidas pelas mulheres da cidade. Entre as diversas receitas divulgadas na coluna, havia aquelas dedicadas a mostrar as variações no modo de preparar alguns dos pratos mais conhecidos da cozinha ucraniana como a sopa *Borsh*, *Holuptis, Babkas* e *Varénekes* já mencionados, além do *Mediunek* (bolo de mel), *Palanetcha* (bolo redondo e achatado), *Kvas* (refresco fermentado ou cerveja caseira), *Krezhivke* (repolho azedo), *Kolach (*pão ou pão natalino) dentro de um repertório maior de receitas. Esses pratos chegaram ao Brasil na bagagem cultural dos imigrantes ucranianos e continuam a ser preparados e degustados por seus descendentes e não descendentes. Muitas das receitas originais passaram por adaptações com a culinária brasileira, mas continuam considerados como "pratos ucranianos" e a fazer parte da construção da identidade étnica ucraniana no Brasil. As adaptações são ligadas ao contexto histórico em que se arranjam e até que os imigrantes dispusessem dos ingredientes desejados para a elaboração de seus pratos, tiveram que improvisar.

IMIGRANTES, COMIDA TÍPICA E PÃES

Embora existam estudos sobre imigrantes e seus descendentes no Brasil, a culinária e a alimentação desses grupos ainda são temas abordados de maneira secundária. Antes de tratar propriamente da culinária, isto é, dos pratos considerados ucranianos por seus descendentes e que continuam a ser preparados na atualidade, apresentamos aspectos da alimentação dos imigrantes ucranianos nos tempos iniciais.

Uma vez no Paraná, em uma região de mata de araucárias, os ucranianos aprenderam, com os moradores locais, o uso do pinhão, até que iniciassem o cultivo de centeio e trigo, cereais que cultivavam na Ucrânia e outros alimentos, como o feijão e o milho. Além do pinhão, os ucranianos comiam abóbora silvestre, como relatou um dos imigrantes que se instalou em Prudentópolis, ao jornal folha de Londrina. "Levou cerca de dois anos para a primeira colheita de milho e feijão, informa João Techy, 88 anos". (JORNAL FOLHA DE LONDRINA, p.28)

O pinheiro fornecia seu fruto, além de madeira para construção das casas, cercas, gamelas e demais utensílios de uso cotidiano.

> O pinhão, como grande fonte de alimentação da região, determinava as migrações da caça de pelo: antas, capivaras, cotias, porco do mato, que na época da "saída do pinhão" – meses de maio e junho, - acorriam aos capões e matas ciliares dos rios em busca dessa farta alimentação. Assim, o pinhão, enquanto chamariz de caça ajudava o homem se manter [...] Os primeiros imigrantes europeus que aqui chegaram não sabiam como preparar o pinhão, então tomavam o caldo desse alimento e o achavam horrível. Mas com o passar do tempo, aprenderam a utilizá-lo e ele se tornou seu principal meio de subsistência. (GOMES, BARTCZCO, DECZKA, SAZATKOWSKI, 1972, p. 59.)

Não há como afirmarmos até que ponto o pinhão se tornou o principal meio de subsistência para o imigrante. Apenas entrou em seu cardápio pela abundância, ao menos em certa época do ano. Descendentes dos primeiros imigrantes relataram que colhiam os pinhões e os transformavam em farinha nas *jornas*, pequenas mós utilizadas para moer grãos como trigo, centeio e milho. Com esses moinhos caseiros se fazia farinha e fubá em casa com os cereais colhidos na propriedade. Utilizavam também a *stupka*, pilão que servia para descascar arroz e fazer quirera.

A farinha de pinhão substituía as farinhas de trigo e centeio quando faltavam. (ZAROSKI, N. G., 2001, p. 15). Embora a informação sobre o uso da farinha de pinhão seja mencionada em alguns autores, não encontramos dados documentais ou orais que descrevam detalhadamente como essa farinha era produzida e utilizada, de maneira que não foi possível complementar os relatos de descendentes da primeira geração obtidos por Zaroski.

As farinhas às quais os ucranianos estavam habituados eram as de trigo e de centeio. Sementes desses cereais chegaram nas bagagens dos imigrantes, mas em pequena quantidade, de maneira que seu cultivo efetivo nos lotes coloniais ocorreu somente quando estavam definitivamente instalados e com as terras em condições para isso. O cultivo desses cereais importantes na cultura alimentar ucraniana foi registrado em 1929.

> Os agricultores de Prudentópolis puderam ao menos verificar que era possível colher anualmente o trigo bastante para o consumo local. Bastava que houvesse moinho capaz de moer todo trigo das colheitas [...] atualmente existem 30 moinhos [...] As padarias compram o trigo e levam ao moinho, este troca pelo grão a mesma quantidade, ou a mesma medida de farinha, ganhando somente a casca e o farelo, que representam seu lucro. Os colonos procedem do mesmo modo, tendo assim a farinha de trigo para o consumo. (CAMARGO,1929*,* p. 26 e 27)

Mas se esses imigrantes só tiveram condições para produzir esses cereais e farinha nos moinhos somente nesse período, de onde obtinham trigo, provisões e outras mercadorias que não conseguiram produzir logo após se estabelecerem na nova terra?

Os armazéns e as bodegas da região Centro-Sul do Paraná cumpriram esse papel fundamental de abastecer as colônias com alimentos e mercadorias das mais variadas que os colonos não produziam em fins do século XIX e início do XX.

> Ao longo das cinco primeiras décadas do século XX, a diversificação de produtos industrializados e a facilidade de transporte através da ferrovia, permitiram aos bodegueiros iratienses oferecer aos seus fregueses da cidade e do campo uma grande variedade de mercadorias de outras regiões do país, importadas [...] Uma complexa teia comercial se estabeleceu entre comerciantes locais e comerciantes do litoral e da capital e também com comerciantes estabelecidos ao longo da Ferrovia São Paulo – Rio Grande que tinha relação com o Uruguai. Isso permitiu que produtos de diferentes procedências chegassem às estações ferroviárias de Irati, de onde seguiam em carroças e carroções para bodegas da cidade, do interior e municípios vizinhos. (TELEGINSKI, 2012, p.18)

Prudentópolis era um desses municípios vizinhos a Irati que integravam essa rede de comércio preponderante nesse contexto. Essas bodegas e armazéns, pela força da necessidade, atuavam muitas vezes com pouco uso de dinheiro vivo, baseando-se na troca de produtos com seus fregueses. Quando precisavam de algo, os consumidores se dirigiam aos armazéns levando o que tinham

ou seus excedentes. Além da erva-mate levavam galinhas, ovos, milho, porcos, feijão, balaios, batata, arroz e outros produtos que funcionavam como moeda na troca com o bodegueiro por aquilo que precisavam (TELEGINSKI, 2012, p. 18). Os carroceiros eram os responsáveis pelo transporte dessas mercadorias. Encarregavam-se de transportá-las e barganhá-las entre as bodegas mais longínquas e estações ferroviárias. Esses indivíduos provinham, em grande parte, das colônias formadas a partir da imigração e

> se constituíram em peças chave para o desenvolvimento do comércio paranaense. Com suas carroças e muares, estes agentes do comércio penetravam mata adentro e interligavam as esparsas colônias de imigração a centros consumidores maiores tais como Curitiba e Ponta Grossa. Vendiam o excedente da produção agrícola e outros artigos produzidos nas colônias, proporcionando a oferta e a diversificação de mercadorias em muitas casas comerciais. Dessa forma, trabalhavam dentro do que as políticas imigratórias almejavam: a diversificação da economia, o aumento de gêneros alimentícios agrícolas e o desenvolvimento do mercado interno. (KOSS, 2013. p. 73.)

Os armazéns e carroceiros movimentavam uma rede comercial imprescindível não só para a sobrevivência dos colonos, mas para toda a dinâmica econômica que se estabeleceu entre as recentes colônias e as cidades. Sobre a produção agrícola das colônias,

> No relatório sobre os núcleos coloniais instalados em Irati e Prudentópolis de 1921, o inspetor da Delegacia do Serviço de Povoamento do Solo no Paraná indicava as principais atividades desenvolvidas nos núcleos Iraty, Itapará e Jesuíno Marcondes. Informava que os imigrantes produziam gêneros agrícolas como milho, feijão, batatas inglesas e doces, trigo, centeio, aveia, cevada, 'fagopyro' (trigo-sarraceno), mandioca, cebolas, alhos, fumo, linho, vinho, frutas e legumes. (TELEGINSKI, 2012, p. 96.)

Esses alimentos, entre outros comprados nas bodegas, frequentavam as panelas dos ucranianos e descendentes, e alguns deles

constituíram ingredientes básicos na elaboração de diversas guloseimas como bolachas, bolos como *Palanetcha* – bolo redondo e achatado, *Medelnek* – bolo com mel e pães para consumo diário; *pães pretos* feitos com farinha de centeio e pães brancos para celebrações da Páscoa, Natal e casamentos: *Paskas; Kolachs e Korovais,* respectivamente.

A culinária considerada ucraniana e típica pelos descendentes em Prudentópolis tem significados que analisamos a partir dos discursos produzidos sobre ela no jornal *Prácia* e nos depoimentos das mulheres ligadas ao Apostolado da Oração. Com isso, buscamos compreender de que forma se vinculam à tradição, memória e identidade étnica ucraniana.

A partir dos depoimentos, contemplamos as tradições culinárias que fazem parte do cotidiano e das ocasiões especiais, Natal e Páscoa, momentos em que festejam, preservam e vivenciam a cultura ucraniana com maior intensidade no tempo presente. As comidas preparadas nessas ocasiões marcam o sentimento de pertencimento das depoentes à etnia ucraniana porque preparam pratos fundamentais desses momentos e praticam a língua ucraniana, principalmente, nas orações e cânticos.

Os ingredientes mais comuns nas receitas ucranianas no jornal *Prácia,* como carne de porco, galinha, feijão, milho, cebola, alho, batata, beterraba, cenoura, couve, repolho, alface, endro, salsinha e cebolinha remetem aos sítios, hortas e quintais de muitas famílias de descendentes em Prudentópolis. Muitas vezes produzidos "para o gasto", esses alimentos têm espaço garantido nos plantios e criações. Muitas das receitas publicadas no *Prácia* são mencionadas pelas depoentes envolvendo pratos do cotidiano ou cerimoniais. As receitas ucranianas mais citadas, publicadas em língua ucraniana, no jornal, entre 1963 e 1976, são: *Borsh, Holopti, Perohê, Varéneke, Babka, Medelnek, Kutiá,* entre outras. Tais pratos são preparados na atualidade, mas com adaptações.

Comida típica é uma alimentação complexa. Não somente em seu preparo, mas na escolha dos acompanhamentos, no ambiente onde é servida. Ocorre mais frequentemente nos finais de semana e nas celebrações, mas pode estar presente no dia a dia. Para Reinhardt, "as comidas típicas são próprias da mesa cerimonial, pois geralmente são mais trabalhosas e elaboradas. É considerada típica

aquela comida que é especialidade de cada região" (REINHARDT, 2007, p.104.) A comida típica pode se associar à memória gustativa porque desperta sentidos e experiências de um tempo vivido. Morais argumenta que a comida típica "não é qualquer comida; representa experiências vividas, representa o passado e, ao fazê-lo, o coloca em relação com os que vivenciam o presente". (MORAIS, 2011, p. 243.)

Em Prudentópolis, a comida típica ucraniana é definida pelas depoentes como aquela que pode ser preparada no cotidiano, mas é mais comum nas ocasiões cerimoniais nas quais é enriquecida com ingredientes diferentes e formatos especiais. Nos jantares típicos da Paróquia São Josafat, *o Borsh*

> é o prato principal da culinária ucraniana. O nome vem do antigo – бررщь – beterraba é o alimento principal presente em todo Borsh. O Borsh é preparado de forma particular em cada região da Ucrânia, por isso, levam o nome da região. Por exemplo, Borsh de Kiev, de Poltava, Monásticos, de Lviv. Borsh – prato alimentício. É composto de diversos produtos, os quais, juntos formam um aroma especial. Para o borsh ucraniano com carne utilizam-se 20 tipos de produtos, no colonial - 18, de Kiev - 20, de Poltava com pastéis - 18, de Tshernehil - 16, para borsh com miúdos – 16, com beterrabas e cogumelos – 15, borsh verde da Ucrânia – 18, Borsh com carpa – 17 e assim por diante. A maioria dos Borshs são preparados com soro de leite e beterraba cozida com vinagre para adquirir o sabor azedo. Outro produto básico é o toucinho, o qual é temperado em bacia de barro ou de porcelana com cebola, alho, cebolinha, salsinha e assim por diante. Todo Borsh é preparado a partir do caldo formado no cozimento de carnes, ossos, verduras, cogumelos [...] (JORNAL PRÁCIA. *Páscoa.* n. 2394. Prudentópolis, 24 de abril de1966, p.8.)

Além do *Borsh,* há outras comidas típicas que compõem a mesa dos descendentes de ucranianos que se vinculam à configuração da identidade étnica.

O *Borsh*, o *Varéneke* são pratos recorrentes no jornal *Prácia* e nos depoimentos como pratos do dia a dia e festa. O que muda nas narrativas sobre eles são os ingredientes, o modo de fazer e de servir o prato. São receitas que permaneceram na memória dos

descendentes e foram transmitidas através das gerações, sendo reforçadas por meio da imprensa religiosa.

No jornal *Prácia,* há apenas dez receitas de *Varéneke*, dentre essas, três são doces. Em 1964, aparece: *Varéneke – Perohê*; *Varéneke* de repolho; de requeijão com batata; de geléia; com carne; com cogumelos. Em 1966: *Varéneke* com requeijão; com carne. Em 1967: *Varéneke* com maçãs; e de uvas.

Dentre todas essas receitas que foram publicadas, as principais que mais se assemelham com as preparadas pelas depoentes são as seguintes: *Varéneke* de repolho, de requeijão com batata ou só de requeijão.

> Varéneke – Perohe: Colocar ½ quilo de farinha numa bacia, fazer uma cova e juntar 1 ou 2 ovos, sal e ir acrescentando água aos poucos. Após formar a massa reparta em duas partes e estique uma delas. Recortar com copo, rechear e fechar as bordas. As bordas que sobram pode ajuntar (sic) e esticar novamente. Cozinhar em água fervente de 3 a 5 minutos. Quando boiarem pode retirar coloque em uma bacia, derrame nata por cima e sirva. (JORNAL PRÁCIA. *Varéneke – Perohe*. n. 2323. Prudentópolis, 05 de novembro de 1964.)

Esses três tipos de *Varéneke* mencionados são os mais comuns e os mais apreciados em Prudentópolis. Costumam ser servidos tanto para o almoço, como para o jantar. Já os *Varénekes* doces são pouco preparados, porém, não foram esquecidos para compor o cardápio dos "Festivais de Varénekes" que a Paróquia São Josafat promove junto às mulheres do Apostolado da Oração, até à atualidade.

Contudo, quanto às receitas de *Borsh*, elas aparecem no *Prácia* pela primeira vez, em 1964 e pela última, em 1970. A primeira publicação de receita do *Borsh* identifica uma proximidade da vida no campo.

> Borsh: sopa de repolho com beterraba fresca. Um dos alimentos mais saborosos da culinária ucraniana é o Borsh, o qual pode ser preparado com beterrabas frescas que são arrancadas pela dona da

> casa para que os canteiros não fiquem tão densos. Enxaguamos bem as beterrabas, cortamos em alguns pedaços. Os ramos são picados e cozidos separadamente, não esqueça de colocar uns ramos de endro. Para dar um sabor azedo coloque uns ramos de ruibarbo ou de azedinho (*kvassok*), os quais cada dona de casa deveria ter em sua horta. Se não tiver nenhum desses ingredientes, então junte um pouco de limão ou compre sal azedo na farmácia. Colocar vinagre além de não ter o mesmo sabor dos ingredientes naturais é prejudicial à saúde. Quando a beterraba estiver mole, tempere com manteiga. Deixe aquecer, mas não deixe ferver. Sirva com batata inglesa fresca. No calor pode servir frio acompanhado com broa ou com pão branco – *bulka*. (JORNAL PRÁCIA. *Borsh:* sopa de repolho com beterraba fresca. n.2280. Prudentópolis, 09 de janeiro de 1964, p.6)

Essa receita revela a simplicidade com que eram descritos os ingredientes e, também, simples o modo de preparo. A imprecisão nas quantidades de cada ingrediente e nos procedimentos pressupõe que a "autora" soubesse preparar a receita de modo prático, devido ao tempo e número de vezes que a realizava. Receita certamente aprendida com a mãe e que, pelo alcance do jornal, ajudaria a transmiti-la a um maior número de mulheres.

No mesmo ano de 1964, foram publicadas, no *Prácia,* outras variações do *Borsh*, sempre destacado como um dos principais pratos da culinária ucraniana. *Borsh* ucraniano com carne; *Borsh* com cogumelos e orelhas; *Borsh* branco e sem carne; *Borsh* de urtiga e *Borsh* frio. Em 1966, várias receitas remetendo a diferentes regiões da Ucrânia foram apresentadas: *Borsh* ucraniano com carne; *Borsh* de Poltava*; Borsh* de Kiev*; Borsh* de Kiev sem carne*; Borsh* da região de Volenha; *Borsh* da região de Tchernehiv; *Borsh* galiciano; *Borsh* de Lviv; *Borsh* camponês e *Borsh* ucraniano de cor verde. Em 1970 as leitoras conheceram a receita de *Borsh* dos cossacos ucranianos.

Algumas receitas de *Borsh* publicadas entre 1964 e 1970, além de carregarem um sentido de pertença, de identidade étnica e remeterem à tradição pelo saber culinário transmitido de uma geração à outra, estão relacionadas também à particularidade do lugar onde são preparadas e à saúde daqueles que as apreciavam. Um exemplo é a receita de *Borsh* de urtiga, publicada em 1964. Dois anos depois, a urtiga, planta conhecida na região por suas

propriedades alérgicas, aparece enaltecida no *Prácia* por possuir propriedades medicinais: "Embora ela irrite, pode ser preparada em forma de salada ou caldo. Auxilia na digestão, diabetes, anemias e na limpeza do sangue. Banho de chá de raiz de urtiga ajuda a combater o reumatismo. Urtiga branca pode ser usada nas queimaduras [...]" (JORNAL PRÁCIA. *Urtiga.* n. 2395. Prudentópolis, 24 de março de 1966, p. 6.)

Se na coluna *Para a dona de casa* a sopa *Borsh* é apresentada sozinha, na prática, pelos depoimentos das cozinheiras, a sopa *Borsh* aparece acompanhada de broa, carnes e massas, ocupando a função de entrada para um almoço ou jantar, mas que pode ser servida como uma refeição em si. Neste caso, é acompanhada de broa.

Segundo Emilia Kutnei, o segredo da variedade do *Borsh* está em saber combinar os ingredientes essenciais. Quanto aos outros, eles podem variar.

> O Borsh, você sabendo uma, faz as outras, na mesma base. Tem Borsh de repolho, esse todo mundo sabe fazer. O que você coloca no Borsh pra ficar gostoso: você tem que por carne de porco. Vai a beterraba, vai o endro. O que dá mais gosto é o endro, tempera. Pra fazer de palmito é a mesma coisa. Você faz igual, vai carne de porco também. A mãe fazia... Pode também fazer Borsh branco, sem beterraba. E o tempero também, sempre acrescenta o limão. Pra azedar um pouco... Antigamente se não tinha limão, eles usavam um tipo de ácido. Eles usavam só umas gotas, que ele também deixava azedo. (KUTNEI, 2011)

Para Emilia, a base da sopa é sempre a mesma não podendo faltar a carne de porco e o endro. O palmito era uma variação da receita porque, segundo ela, perto de sua casa, na comunidade de Peróbas, havia muito "palmito nativo". Emilia destaca que as receitas dessas sopas que faz são as mesmas que aprendeu com a sua mãe.

Além dessas receita que aparecem como comida típica, há os pães; dentre os que se destacam estão: a *Paska*, o *Korovai* e o *Kolach*. Em relação às *Paskas*, são pães que se destacam na Páscoa:

> Preparados na Sexta Feira Santa ou no Sábado Santo. É o principal alimento pascoal. Havia antigamente um cerimonial para preparar e assar a Paska: a lenha deveria ser colhida somente nas quartas-feiras da quaresma. Quando o fogo era aceso, colocavam-se no forno alguns ramos de 'verbá'[3] (salgueiro) bento. Antes de colocar a massa na forma, a dona traçava com o dedo molhado no óleo um sinal de cruz sobre a forma. Os ornamentos em cima do pão ficavam por conta da criatividade da dona de casa: cruz, pássaros, folhas, flores, etc. Seu preparo era a principal tarefa na preparação da grande festa. Quando apresentada para a bênção, ocupa o centro da cesta [...] Quanto à benção dos alimentos, havia vários costumes e crenças. Em alguns lugares a bênção era feita às pressas e o povo recolhia quanto antes sua cesta e se apressava para voltar para casa, quem chegasse primeiro na casa com os alimentos bentos, receberia uma bênção divina especial. Muitos acreditavam que naquelas noites e na manhã de ressurreição vagueavam pelas estradas fantasmas e para não encontrá-los era preciso apressar-se. (ZALUSKI, Pe. Tarcísio, OSBM. *Jornal da Paróquia Ucraniana*. S/D.)

A confecção desse pão era organizada pelos imigrantes "à ucraniana", diferenciando-se dos demais. Os ornamentos presentes na *Paska* possuem formas animais, vegetais ou geométricas e encerram uma simbologia. Esses pães especiais continuam fundamentais nas celebrações da Páscoa, mas seu preparo encontra-se esvaziado dos rituais mencionados. No período da Páscoa, as donas de casa se agitam no preparo dos alimentos que compõem uma cesta que são levadas à igreja no sábado de aleluia para a bênção. Os alimentos da cesta são a *Paska*, chocolates, *kubaçá* (linguiça), manteiga, sal, *hrin* (raiz forte com beterraba), queijo, pernil de porco assado, ovos cozidos.

Os alimentos da cesta abençoados no sábado são consumidos no domingo de Páscoa pela manhã com toda a família reunida, o *Sviatchene*. Essa abundância de alimentos marca o final do jejum.

Nesses dias, os muitos descendentes de ucranianos rezam nas igrejas e em suas casas. No sábado de aleluia prostram-se ao redor das mais de trinta igrejas de rito ucraniano na cidade. Assim

3 Planta nativa da Ucrânia trazida pelos imigrantes. No domingo de ramos galhos de *verbá* são abençoados nas igrejas.

como o pão, outros elementos são abençoados ao longo do ano como frutas, flores de papoula, perpétua e rosa branca, sementes, ervas, salgueiro, água e velas, seguindo a tradição trazida da Ucrânia e que foi adaptada às práticas dos imigrantes e descendentes no Brasil.

Em janeiro, ocorre a benção da água. Em fevereiro, das velas. Em março e abril, tempo da Páscoa, dos alimentos. Nesse período, ocorre, também, a bênção dos ramos de salgueiro, das ervas e das casas. Em agosto, é a vez das flores, frutas, sementeiras e dos campos para o plantio. No dia de São João, tradicionalmente, se faz a poda das árvores frutíferas e ornamentais.

Essas bênçãos são relacionadas aos atos, celebrações litúrgicas e dias de santos e ligam a vida e o trabalho dos descendentes de ucranianos à religião. Dessa forma, o ritmo de seu dia a dia é orientado por um calendário específico, que respeita os dias dos santos e que ajuda a lembrar, a cada mês, as bênçãos a serem realizadas.

Além da *Páska*, o *Korovai,* um tipo de pão*,* pode ser considerado uma comida típica ucraniana. Suas características exprimem o significado da ocasião em que esse pão costuma ser preparado. A massa é doce e amarelada, assemelha-se ao gosto do conhecido panetone e seu formato e adornos são peculiares. É um pão preparado para as cerimônias de casamento, mas, na prática, existem três tipos de *Korovai*. Além do *Korovai* de casamento existe o *Korovai* para aniversários de casamento e bodas como as de prata e ouro. Outra versão desse pão celebra os aniversários de vida sacerdotal e ordenações de padres. O mais difundido entre os tipos de *Korovai* é o de casamento.

Dona Tere Korchovei conta que o *Korovai* que sua mãe fazia era gigante. Para assar, era necessário um forno de barro com a boca maior, porque, do contrário, não caberia. Por conta de seu tamanho, as formas utilizadas para assá-lo eram improvisadas de maneira artesanal.

> A forma geralmente era uma panela funda e grande adaptada. O meu avô trabalhava com negócios de latas. Ele transformava aquelas latas antigas em formas para pães. E ele mesmo fabricou uma forma redonda para minha avó, uma forma enorme [...]

> Ele abria as latas, emendava, soldava, reforçava o fundo e as laterais que também eram feitas de latas, aquelas latas antigas de margarina, de azeite. Ele abria, dobrava e encaixava tão bem que saia uma forma perfeita. (KORCHOVEI, 2013.)

Os *Korovais* eram grandes porque os convidados eram muitos e vinham também das colônias vizinhas. Como a festa durava um dia inteiro e mais um pouco, não podia faltar Korovai. Esse pão especial é ornamentado com retalhos decorativos de massa representando pássaros, além de flores e um pinheirinho (araucária). O *Korovai* é "uma espécie de panetone que é encomendado para festas de casamento. Manda a tradição que os noivos dancem com o pão antes de servi-lo aos convidados" (JORNAL PÁGINA POPULAR. *O Korovai da Dona Joanina.* Ano 3, n. 95, Prudentópolis, 15 de outubro de 2007, p. 12.) Um ritual cerca seu preparo e consumo:

> O Korovai costumava ser feito pela madrinha de batismo do noivo ou da noiva ou por senhoras de respeito. As vizinhas também eram convidadas para ajudar na preparação. Antes de ser cortado, o sobre noivo[4] deveria dançar com este pão sobre seus ombros. Era cantada uma canção especial, a *Kolomeika*, uma marchinha tocada com violino, acompanhado por um bumbo. Após a dança, este pão era cortado para ser servido no momento da apresentação dos noivos, chamado de *Dorównanka.* O sobre noivo dançava com o Korovai e tinha que estar com uma faca na cinta. Quando acabava a dança ele tinha que pôr o Korovai na mesa, tirar o pinheirinho e no lugar colocar a faca. Não se cortava o Korovai sem antes o noivo dançar com ele sobre os ombros. Os noivos sentados sobre a mesa iam recebendo dinheiro dos convidados. Cada um dava o quanto podia, enquanto cumprimentavam os noivos, o sobre noivo e a sobre noiva iam cortando o Korovai e dando os pedaços. O único presente dos convidados, que os noivos recebiam era esse dinheiro que lhes era ofertado, devido ao Korovai. (KUSMA, 2002, p. 37- 41.)

4 Sobre noivo e sobre noiva são pessoas de confiança, escolhidas pelos noivos para acompanharem de perto a cerimônia do casamento e a festa; são como ajudantes, geralmente, os principais amigos do casal.

O pão representa a vida, que pode ser religiosa ou matrimonial. A árvore escolhida para adornar o pão é o pinheiro, a mais alta da floresta. Ela significa o princípio de vida do casal, a vida nova. Os pássaros representam os noivos, pombos que estão construindo um novo ninho, simbolizam a fertilidade.

Nos Estados Unidos, os descendentes de ucranianos utilizam galhos de árvores revestidos com a massa do *Korovai* para representar vida nova em lugar do pinheirinho. (KORCHOVEI, 2013) O *Korovai* de aniversário de casamento tem a mesma massa, mas os ornamentos são diferentes.

Já o *Korovai* feito para celebrações sacerdotais é menos comum. Seu aspecto é mais simples comparado aos pães matrimoniais que destacamos anteriormente. Ele é feito com a mesma massa, recebendo apenas ornamentos de massa. Nele não há flores, pombinhos, tampouco pinheiro. (KORCHOVEI, 2013.)

Os descendentes de segunda geração, como a mãe de Tere Korchovei, precisavam comprar os ingredientes que não dispunham para fazer suas guloseimas ucranianas. Emilia Kutnei, neta de imigrantes ucranianos da Galícia, vivia na linha Peróbas, interior de Prudentópolis. Ela conta que onde não havia bodegas, caso de Peróbas, os carroceiros acudiam os moradores.

> Antes era assim. Na colônia não tinha nada, não tinha uma bodega. Não tinha nada assim pra comprar. Então iam os carroceiros daqui da cidade, iam de carroça grande de tolda, de seis cavalos; puxavam toda a carga, açúcar, farinha de trigo, azeite, tudo para os colonos, porque eles não tinham lá. E da colônia voltando, eles carregavam porcos, galinhas para a cidade. Então eles já traziam de tudo. Por exemplo, batatinha, arroz, feijão, tudo isso eles traziam da colônia pra cidade. Porque antes tinha muita batatinha, porque a terra era muito boa. (KUTNEI, 2011)

O azeite que aparece entre os produtos destacados por Emília chegava à colônia, das bodegas da cidade, de carroça. Os colonos criavam porcos que lhes forneciam a banha, mas em ocasiões e pratos específicos o óleo era necessário. O azeite era bem vindo em tempos de quaresma, sobretudo, na sexta-feira santa. Ao

contar sobre seus pais, Emília diz: "Nos dias que eles não podiam comer carne de porco, então, por exemplo, na sexta-feira maior, eles usavam fazer tempero de azeite, azeite de girassol, aí nesse dia não usavam a banha de porco". (KUTNEI, 2011)

A religiosidade marcava o cotidiano dos ucranianos e descendentes que buscavam guardar os preceitos de não ingerir certos alimentos em determinadas datas. Não comiam alimentos de origem animal, respeitando o jejum ritual da quaresma. Emília lembra os pães e bolachas que fazia com seus pais quando morava em Peróbas. Ela acredita que seu conhecimento e as receitas de certos tipos de pães e bolachas vieram da Ucrânia com seus avós.

> No Natal o que mais faziam era a bolacha de mel e pão branco, salgado. Depois tinha o pão doce, diziam a *Babka*, bem crescido faziam. Isso tudo eles já sabiam, eles traziam da Ucrânia. Mas aqui no começo era difícil. Então não tinha trigo, não tinha nada. Então antes, eles semeavam o trigo. Até eu ajudei a trabalhar no corte do trigo e tudo, na colheita e depois ainda malhava e levava no moinho e fazia as bolachas, o pão branco. Porque nunca tinha durante o ano pão branco sabe? Nós comíamos só do moído na jorna. Você sabe o que é jorna? Pra moer o milho, por exemplo, o centeio na jorna [...] Então nunca se fazia pão branco durante o ano, só no Natal ou na Páscoa. Porque nós comíamos do preto, ou misturávamos a farinha de milho, de centeio e faziam assim. Porque antes não tinha nem moinho pra moer o trigo. Só depois fizeram os moinhos nas colônias aí facilitou, mas no começo era duro. Pra trazer, por exemplo, 70 km pra cidade moer e quem não tinha carroça! Porque só depois foi feito moinho na colônia. (KUTNEI, 2011.)

A partir da década de 1920, o trigo começava a ser produzido pelos próprios colonos e transformado em farinha nos moinhos que, aos poucos, surgiam. Muitas vezes, esses moinhos eram muito distantes e o cereal era moído artesanalmente nas jornas domésticas. Dona Emilia destaca os tipos de pães preparados em diferentes momentos. O pão diário era preto, de centeio, com farinha produzida em casa nas *jornas.* A *jorna,* atualmente, é peça de museu, mas durante décadas, ocupou função importante nas

casas dos imigrantes e descendentes. Havia diferentes tipos desse moinho portátil feito com pedra e madeira de pinheiro. Havia um tipo mais bem equipado, com garras de ferro que ajudavam a triturar os grãos.

Durante o Natal, além do pão doce, a *Babka*, lembrado por Emilia, destaca-se um outro pão especial de Natal, o *Kolach*, que também não é esquecido pelas redatoras da coluna *Para a dona de casa*,

> Kolach Natalino (pão de natal): É necessário para ativar a massa com o fermento: 2 copos de farinha, fermento (medida equivalente a 28.691 gramas), ½ do copo de leite, 1 colherinha de açúcar. Para a massa: 4 copos de farinha, ¾ do copo de leite, 8 gemas, ¼ do quilo de açúcar, ½ de baunilha, ¾ do copo de manteiga derretida. Desmanchar o fermento no leite e juntar com 1 colher de açúcar. Deixar em lugar aquecido. Quando o fermento crescer misturar com a farinha e deixar que cresça novamente. Em seguida misturar as gemas com o açúcar e a baunilha e juntar com a massa. Coloque ainda os 4 copos de farinha. Se a massa ficar dura junte um pouco de leite. Amasse por ¼ de tempo. Juntar a manteiga e amassar até a massa começar a se desprender das mãos. Cobrir com uma toalha aquecida e deixar em lugar quente para crescer. Repartir a massa em 3 partes e colocar em cima de uma tábua polvilhada com farinha. Modelar bolinhos e novamente cobrir com toalha e deixar crescer. Quando crescerem untar com ovo batido e polvilhar com semente de papoula. Assar em forno aquecido por 1 hora. (JORNAL PRÁCIA. *Kolach* Natalino (Pão de Natal). n. 2739, 1970, p.6)

O *Kolach* natalino, pão feito com uma massa pouco doce, poderia ser apresentado com três camadas sobrepostas. As três camadas do *Kolach* representam a Santíssima Trindade: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo.

Os pratos mencionados podem ser encontrados na mesa dos descendentes de ucranianos em períodos diferentes da Páscoa ou do Natal. Entretanto, nessas datas específicas, adquirem maior visibilidade e são acompanhados por outras receitas e rituais que reforçam a religiosidade.

Em 1929, a cultura do trigo estava em voga em Prudentópolis e motivou a construção de moinhos hidráulicos que produziam farinha em maiores quantidades. Naquele ano, quando o município comemorava 23 anos, Prudentópolis aparecia como o único município paranaense que não importava farinha de trigo. "Prudentópolis, pela sua grande população eslava, habituada a alimentar-se de pão, até esse tempo cultivava centeio [...], mas dali em diante, obtendo sementes de trigo e estudando seleções apropriadas, foi cuidando com persistência da nova cultura [...]" (CAMARGO, 1929, p. 26 e 27.)

Fica evidente o destaque dado à cultura do trigo associada à população eslava e sua utilização, como um importante alimento na região. Inicialmente, o trigo era uma cultura voltada à subsistência, mas, com o tempo, as lavouras se expandiram e ganharam caráter comercial. Camargo dá uma pista importante: até esse tempo cultivavam centeio. Antes que o trigo ganhasse mais espaço, na década de 1920, com a introdução de novas sementes, os colonos cultivavam centeio e consumiam pão desse cereal, o pão preto.

O trigo cultivado em Prudentópolis, no ano de 1929, era suficiente para suprir o consumo interno do município. Logo, passou a compor, juntamente com a farinha de centeio, um dos principais itens da culinária local. Além do pinhão, outro produto nativo da mata de araucária que se integrou ao cotidiano dos imigrantes ucranianos e seus descendentes em Prudentópolis foi a erva-mate, que ajudava a complementar sua renda. "Os colonos complementaram-na com a extração e beneficiamento da erva-mate, integrando-se na conjuntura econômica da época". (BORUSZENKO, 1969, p. 430.)

A necessidade de se ajustar ao novo meio e a suas possibilidades influenciava a vida dos imigrantes, até mesmo o que se passava em suas cozinhas. A cozinha dos imigrantes tinha aspectos característicos:

> A cozinha abrigou a relação corriqueira do grupo residencial. Em seu interior sobressaia-se uma grande mesa, que garantiria lugar para todos [...] Tal mesa não era local obrigatório das refeições familiares. Muito pela natureza do trabalho rural, o que se

> verificava era uma dispersão das pessoas e dos locais de refeições [...] A rotina ao redor da mesa desenvolvia-se apenas a partir do entardecer, fixando que a última refeição do dia fosse em conjunto. Finda a labuta, as pessoas iam se agregando nesse aposento, utilizando os bancos e o chão batido [...] para repousar: os adultos sentavam-se à mesa e as crianças no chão. A rusticidade do fogão – geralmente uma trempe [...] recobria de fuligem as paredes da kuhnia (cozinha) [...] Panelas de barro, e posteriormente de ferro, eram utilizadas no preparo dos alimentos. A guarnição da mesa restringia-se a pratos, canecas e colheres. Aí partilhavam uma alimentação trivial: algumas famílias comiam feijão, carne de porco, torresmo, Kubasá, lingüiça de porco, outras, quierera de milho, ovo e moranga, e ainda, sopa de batatinha, Perohê, pastel cozido, banha, Holupti, charutinho de repolho. (ANDREAZZA, 1999, p.190.)

A mesa agregava as pessoas da casa na última refeição do dia. Também as reunia em ocasiões cerimoniais como o café da manhã de Páscoa, jantares de Natal e ano novo. O P*erohê* mencionado acabou difundido como pastel cozido. Esse prato é também chamado genericamente de *Varéneke*. *Varéneke* vem do verbo *verete* que, em ucraniano, significa cozinhar.

Na alimentação dos imigrantes, percebemos permanências e fusões, adaptações com os ingredientes locais. "A carne de porco e seus derivados, complementados por pratos à base de repolho, beterraba e batata, continuaram sendo muito apreciados" (ANDREAZZA,1999, p. 90) As avós que vinham da Ucrânia ensinaram muita coisa. Mas, depois, as pessoas já formavam o seu jeito de fazer. (KUTNEI, 2011)

Muitos ingredientes foram adaptados e incorporados ao cardápio ucraniano. Alguns chamam a atenção como o feijão que passou a ser opção de recheio para o *Varéneke*, originalmente recheado com batata e requeijão ou repolho. O feijão combinado à quirera de milho entrou no recheio do *Holupti*, que era recheado com trigo mourisco ou arroz e carne moída. O coco se tornou ingrediente comum num dos principais pratos de Natal, o *Kutiá* (trigo cozido), antes "temperado" apenas com sementes de papoula e mel. Esses pratos ganharam novas cores e sabores e os descendentes

de ucranianos continuam suas experiências culinárias incorporando novos ingredientes quando se apresentam interessantes.

A organização do espaço familiar dos imigrantes na área rural fazia com que, em torno da casa, o colono cultivasse uma horta e buscasse formar um pomar. Vencidos os primeiros tempos, as flores surgiam num pequeno jardim. Próximo da casa, eram erguidos os estábulos, galinheiros, pocilgas e paiol. Os pequenos centros agrícolas contribuíram para a formação de uma estrutura de produção agro alimentar voltada aos produtos básicos da alimentação local: milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, carne, trigo, centeio e mate que, em muitos casos, funcionavam até mesmo como moeda, como destacamos sobre a dinâmica entre colonos, carroceiros e bodegueiros. (SANTOS, C. R. A., 2001, p. 81 e 82) Esses alimentos, em parte desconhecidos dos imigrantes, acabaram cultivados em suas propriedades e integrados ao seu cardápio no processo de adaptação ao novo ambiente. Da mesma forma, laranja, banana, palmito e outras culturas passaram a povoar quintais, hortas e roças dos descendentes, conforme as possibilidades de clima e solo.

Em seus sítios, os imigrantes ucranianos plantavam alimentos utilizados na elaboração de vários pratos, tanto os cotidianos como os de festa. Tais cultivos podem ser classificados em três categorias: 1 - produtos comerciais que geravam renda para a família: feijão, milho, cebola, alho, batata, que também serviam ao consumo da casa. 2 - Produtos de subsistência: beterraba, batata-doce, repolho, pepino, alface, couve, cenoura, rabanete, ervilha, amendoim, salsa, gengibre, raiz forte (*Hrin*), louro, que eram comercializados quando havia excedentes. 3 - ervas medicinais como endro, camomila, capim-limão, erva-doce, hortelã, sálvia, alecrim e arruda. Algumas dessas ervas eram utilizadas como temperos, a exemplo da sálvia e do endro. Esses alimentos e ervas eram ingredientes de diferentes receitas, como bem observado por Schneider (2002, p. 33).

As receitas trazidas pelas *babas* e mamas receberam novos ingredientes e novas maneiras de preparo, de maneira que a culinária praticada no Paraná se enriqueceu e se diversificou. Vários desses pratos continuam presentes no cotidiano e datas festivas da comunidade de origem ucraniana, na região Centro-Sul do Estado

do Paraná, especialmente em Prudentópolis. Nesse município as receitas mais tradicionais dessa cozinha europeia foram preservadas e disseminadas pelo jornal *Prácia* e estão presentes nos discursos e nas práticas culinárias entre as mulheres descendentes da etnia ucraniana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo, observamos que certos ingredientes se destacam na constituição da culinária em Prudentópolis, permitindo a reelaboração de pratos considerados pelos descendentes como tradicionais. Entre esses ingredientes estão o repolho, a couve, a beterraba, o pepino, a batata, as raízes fortes (*Hrin*e gengibre), os cereais como trigo sarraceno ou mourisco (*hretchka*) e o milho.

Esses são alguns dos ingredientes que compõem os sabores da alimentação dos descendentes de ucranianos em Prudentópolis. Eles estão presentes no cotidiano, nas mesas cerimoniais e festivas e se relacionam às práticas rurais locais. Trata-se de uma culinária que mantém vínculos com o passado e é investida de tradicionalidade. Por isso contribui para reforçar a identidade étnica e regional ao mesmo tempo em que é acionada nos contextos relacionais, concorrendo para demarcar fronteiras identitárias.

O conceito de tradição possibilita compreender esses processos de preservação, transmissão e reelaboração de práticas alimentares, seus significados e sua relação com a construção da identidade ucraniana no município. Para Eric Hobsbawm, a tradição é entendida em termos de *invenção,* é construída e formalmente institucionalizada. Envolve um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, normalmente reguladas por regras que visam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM; RANGER,1997, p. 9)

Muitas práticas de grupos sociais tornam-se tradições e permitem que os indivíduos se sintam inseridos num contexto sociocultural onde constroem e reelaboram suas identidades sociais que são reafirmadas pela memória. A tradição tem um sentido

simbólico e está fora do seu espaço de procedência, seja ele físico ou temporal. A transmissão de saberes culinários de uma geração à outra permite que esses saberes transmitidos possam ligar presente e passado. Isso remete à ideia de que toda e qualquer modificação na vida ou na rede social não pode ser analisada desintegrada do seu contexto histórico específico. As tradições são conservadoras e, ao mesmo tempo, dinâmicas. As tradições alimentares são extremamente sensíveis a mudanças e a influências externas. Para Montanari "cada tradição é o fruto – sempre provisório – de uma série de inovações e das adaptações que estas provocaram na cultura que a acolheu". (MONTANARI, 2009, p. 11)

A cozinha, sendo um lugar consagrado de invenção, possibilita diversas maneiras de preparar, incorporar e adaptar receitas num ativo processo de reelaboração. Concebemos a cozinha como agregadora de práticas sociais e culturais e como lugar de identidades e de trocas. Conforme Santos, as cozinhas, locais, regionais, nacionais e internacionais são produtos da miscigenação cultural, fazendo com que as culinárias revelem vestígios das trocas culturais. A cozinha deve ser compreendida como processo em constante mudança. Por isso, "em vez de falar em cozinha, é melhor falar em cozinhas, no plural, porque elas mudam, transformam-se graças às influências e aos intercâmbios entre as populações, graças aos novos produtos e alimentos, graças às circulações de mercadorias". (SANTOS, 2005, p. 12). Para Montanari, "a cozinha é o símbolo da civilização e da cultura". (MONTANARI, 2008, p. 71)

A partir desses pressupostos, este estudo propôs uma compreensão da culinária praticada entre os imigrantes nos tempos iniciais na nova terra e de descendentes de ucranianos e como ela se liga aos processos de formação da sociedade e das identidades em Prudentópolis. Para alcançar esse objetivo, foram identificadas e analisadas as maneiras como são preparados alguns pratos dessa culinária, especialmente em ocasiões como Natal, Páscoa e casamento e os sentidos e significações que perpassam essa comida. Observamos as práticas culinárias no cotidiano e ocasiões festivas e como elas se reelaboram, forjam identidades e remetem a tradições.

FONTES IMPRESSAS

Jornal Folha de Londrina. *Páscoa:* a força da tradição. Londrina, 15 de abril de 1990.

Jornal Página Popular. *O Korovai da Dona Joanina.* Ano 3, n. 95, Prudentópolis, 15 de outubro de 2007

Jornal Prácia. *Páscoa.* N. 2394. Prudentópolis, 24 de abril de1966.

Jornal Prácia. *Varéneke – Perohe*. N. 2323. Prudentópolis, 05 de novembro de 1964.

Jornal Prácia. *Borsh:* sopa de repolho com beterraba fresca. n. 2280. Prudentópolis, 09 de janeiro de 1964.

Jornal Prácia. *Urtiga.* N. 2395. Prudentópolis, 24 de março de 1966.

Jornal Prácia. *Kolach Natalino* (Pão de Natal). N. 2739, 1970.

Jornal Prácia. *100 anos da imprensa ucraniana basiliana no Brasil:* "Prácia" – 100 anos; "Missionar" – 101 anos. N. 6407. Prudentópolis, 16 a 31 de dezembro de 2012.

FONTES ORAIS

(Mulheres do Instituto Santa Olga)

JULEK, Nadir. Entrevista concedida a Eliane C. Lupepsa Costenaro em 30/09/2012.

KORCZAGIN, Olga. Entrevista concedida à Eliane C. Lupepsa Costenaro em 21/07/2012.

KUTNEI, Emilia. Entrevista concedida a Eliane C. Lupepsa Costenaro em 01/01/2011.

KORCHOVEI, Tere. Entrevista concedida à Eliane C. Lupepsa Costenaro em 14/06/2013

(Redator do Jornal)

ZALUSKI, Tarcisio. (OSBM) Entrevista concedida a Eliane C. Lupepsa Costenaro em 16/11/2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREAZZA, M. L. *O paraíso das delícias*: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BORUSZENKO, O. A imigração ucraniana no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA - ANPUH. 4., São Paulo. *Anais...* São Paulo: 1969.

CAMARGO, A. A. de. *Prudentópolis 1929.* Homenagem ao Município. Prudentópolis: Olivero, 1929.

GOMES, N. D. (Org.). BARTCZCO, T. D.; DECZKA, N. M.; SAZATKOWSKI, D. *Prudentópolis, sua terra e sua gente.* S/e. 1972.

HOBSBAWM, E.; RANGER T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSS, L. *Comércio & sociedade:* as múltiplas funções dos armazéns de Ivaí-PR na primeira metade do século XX. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba.

KUSMA, R. *Ritos tradicionais de casamento nas comunidades ucranianas do interior de Prudentópolis:* 1920-1930. 2002, 53 f. Monografia (Graduação em História), UNICENTRO, Guarapuava-PR

MONTANARI, M. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac. São Paulo, 2008.

MONTANARI, M. (Org.) *O mundo na cozinha:* história, identidade, trocas. São Paulo: Estação Liberdade/ Senac, 2009.

MORAIS, L. P. de. Comida, Identidade e Patrimônio: articulações possíveis. *História: Questões & Debates.* Curitiba, n. 54, p. 227-254, jan./jun. 2011.

REINHARDT, J. C. *Dize-me o que comes e te direi quem és:* alemães, comida e identidade. 2007. 196 f. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba.

SANTOS, C. R. A. dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História Questões & Debates.* Curitiba, n. 42, p.11-31, 2005, UFPR.

SANTOS, C. R. A. dos. *Vida material vida econômica.* Curitiba: SEED, 2001.

SCHNEIDER, C. *Os rituais do ciclo natalino:* a identidade renovada entre os camponeses ucraíno-brasileiros. 2002. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UNB, Brasília, 2002.

TELEGINSKI, N. M. *Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX*. 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2012.

ZALUSKI, Pe. Tarcísio, OSBM. *Jornal da Paróquia Ucraniana*. S/D.

ZAROSKI, N. G. *A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960.*50 f. TCC (Graduação em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

CAPÍTULO 7

MEMÓRIAS DE MORADORES DO FAXINAL BARRA BONITA

OS FAXINAIS TAMBÉM SÃO PARTE DA HISTÓRIA DE PRUDENTÓPOLIS[1]

Claudete Maria Petriw

"Nosotros somos sobre todo la
memoria que tenemos de nosotros mismos."
(SARAMAGO, p. 316, 2010)

As lembranças dão forma à nossa subjetividade. Quem somos, a maneira como vivemos o presente e percebemos a vida está intimamente ligada à memória. Ela nos auxilia a compreender o presente a partir das vivências do passado e nos faz sujeitas(os), uma vez que aquilo que nos constitui, de que podemos nos lembrar é também algo que está a cargo da memória. No entanto, não são todas as experiências vivenciadas que permanecem gravadas em nossas lembranças. Somente lembramos aquilo que foi significativo para nós. A memória está ligada a emoções, por isso é sempre seletiva.

Qual a relação entre Memória e História? Memória e História estão implicadas nos chamados usos políticos do passado. O conhecimento histórico tem, na própria produção de memória, uma de suas fontes e de seus objetos privilegiados. A dimensão subjetiva está presente nos documentos dos quais historiadoras/es lançam mão para produzir as narrativas históricas e se apresenta como uma das riquezas das fontes orais. Ao nos

1 Este texto é uma adaptação de discussão realizada no primeiro capítulo da pesquisa de Mestrado em História, sobre relações de gênero no cotidiano de mulheres no Faxinal Barra Bonita.

utilizarmos de fontes orais, trabalhamos com os sentimentos das pessoas, os quais influenciam naquilo que é lembrado ou esquecido, as maneiras de dizer e a elaboração de significados.

Dessa forma, julgamos conveniente estabelecer relações entre História, Memória e Gênero[2], de modo a refletir sobre os lugares de memória de mulheres e homens. Quando contamos um evento, como selecionamos as memórias? A experiência da rememoração se constrói da mesma maneira para todas as pessoas? Essa é uma questão importante, não só para a teoria e a metodologia da História, mas para se pensar como o ser humano constrói e percebe suas experiências no mundo através da produção constante de subjetividades.

O presente capítulo é resultado de treze entrevistas com moradores idosos[3], residentes no Faxinal Barra Bonita, realizadas no período de março de 2018 a janeiro de 2019. O objetivo é historicizar a constituição do Faxinal Barra Bonita, permeando o saber acadêmico com as memórias de tais moradores, analisando a articulação dessas memórias ao gênero. Nosso foco não é a origem em si do faxinal, o que nos interessa são as memórias sobre o lugar, as memórias sobre o passado individual que, por sua vez, dão forma à percepção do lugar.

Portanto, buscamos analisar como o gênero se articula com a memória para pensar a história do faxinal e os processos de construção da memória perpassada pelo gênero, bem como relacionar essas memórias com a história do município de Prudentópolis. É preciso entender as disputas e negociações a respeito dos sentidos do passado em cenários diferentes e para

---

2 Utilizaremos a categoria gênero na perspectiva de Joan Scott. Essa historiadora desconstrói a dicotomia sexo/gênero, (o primeiro que estaria para a natureza e o segundo para a cultura), provocando o debate sobre o fato de que não existe experiência corporal alheia aos processos sociais e históricos de constituição de significados. Tem um sentido eminentemente político, uma vez que é um saber sobre as diferenças sexuais percebidas, que são hierarquizadas dentro de uma forma de pensar dual e limitada, sempre associada a poder. Por isso, gênero é "um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" e é uma "forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p.86), mesmo que não absoluta ou universal.

3 O Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 1.142/1994, considera idoso a pessoa maior de sessenta anos de idade.

grupos diferentes. Entre grupos, há disputas relativas a identidades e o núcleo de qualquer identidade individual ou grupal está ligado a um sentido de permanência ao longo do tempo e do espaço.

A princípio, tem-se a impressão de que a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Entretanto, Maurice Halbwachs elaborou, em 1925, uma sociologia da memória coletiva, na qual sublinha que a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente e submetido a flutuações e transformações constantes. Nós somos seres sociais, por isso não podemos separar a história individual de seu entorno, da interação social.

Essa discussão inaugurou o debate de que as memórias individuais estão sempre marcadas socialmente. Ou seja, o que as pessoas lembram está conectado com a sociedade na qual vivem e essas lembranças se relacionam a marcos sociais presentes ao seu redor. Esses marcos sociais carregam representações da sociedade, de suas necessidades, de seus valores. Para Halbwachs, isso significa que nós só podemos lembrar quando é possível recuperar a posição dos acontecimentos passados nos marcos da memória coletiva, o que implica o social, mesmo nos momentos mais individuais.

A partir da década de 1970, ressalta Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), houve um dito retorno a histórias de vida de indivíduos e grupos, em oposição às grandes narrativas produzidas a partir da perspectiva de etapas evolutivas da história. Essa preocupação se deu a partir dos estudos sobre memória, posto que, nos documentos oficiais, não estava expressa a voz dos "excluídos da história". A historiografia, desde o início do século XX, tem considerado que o passado que existe é aquele que surge pelas narrativas do presente. Como afirmou Santos: "o passado que existe, se existe, é aquele inerente à ação social. Em questão está apenas o grau de autonomia e reflexividade do indivíduo ao se lembrar do passado" (SANTOS, 2003, p. 80).

A memória não é um conjunto de dados que recebemos passivamente e de forma totalmente objetiva, como mera informação. Em se tratando de uma reconstrução do passado, o contexto de sua produção tem importante participação nesse processo. Por isso, alguns autores preferem utilizar, ao invés da noção de memória

coletiva, o conceito de memórias compartilhadas, sobrepostas, fruto de relações múltiplas, como é o caso de Joël Candau (2016). Para esse autor, a memória coletiva existe no plano discursivo, mas não no concreto. Ele alertou que nem tudo é evocado no ato de rememorar e, por isso, "Toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sombra aquilo que não é compartilhado" (CANDAU, 2016, p. 34).

Assim, tão importante quanto aquilo de que se recorda, é analisar o que é silenciado, pois, é a partir de uma ação consciente do presente que se dão os esquecimentos, as falhas de memória e, "[...] se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar é também sua verdade. A realidade de uma narrativa é ser real para um sujeito" (CANDAU, 2016, p. 72). Poder lembrar alguma coisa do passado é o que sustenta a subjetividade. Toda narrativa do passado é uma seleção.

As pessoas preocupam-se em produzir uma imagem positiva sobre si, por isso, ao rememorar, constroem uma narrativa demonstrando a maneira pela qual estão dando um sentido à própria existência. De acordo com Michael Pollak (1992), há uma estreita ligação entre a memória e o sentimento de identidade. Uma pessoa constrói uma imagem de si e para si ao longo da vida e a apresenta aos outros para que estes a percebam da maneira como ela quer ser percebida.

Nesse viés, a memória é uma percepção do passado guiada pelo presente, que as(os) sujeitas(os) ou grupos utilizam nos jogos de poder e interesses que permeiam as relações sociais. Ela carrega valores sobre o passado que podem ir mudando de acordo com os interesses e conveniências atuais e pode esconder elementos do passado que não servem à narrativa que se quer defender. Dessa forma, é uma reconstrução do passado que, normalmente, serve para atender interesses do presente, os quais podem ser econômicos, políticos, culturais ou, até mesmo, para resguardar uma identidade de supostos ataques externos.

As discussões sobre memória precisam ser pontuadas também pelas discussões sobre o esquecimento. Paul Ricouer (2007) tece argumentações sobre aquilo que tem de ser lembrado

e aquilo que tem que ser esquecido em termos políticos: o que nós escolhemos esquecer? O esquecimento é sinônimo de perdão? O que é possível falar e o que é silenciado? Até que ponto devemos nos lembrar de tudo? Até que ponto podemos, nos lembrando do máximo de coisas, depois, tentar esquecê-las? Por vezes, um excesso de lembrança do passado é usado como pretexto para esconder o presente. É nessa tensão entre a memória dos eventos, a consciência dessa memória e a seletividade que se dá nesse tipo de fonte que Ricouer discutiu, portanto, o conceito de esquecimento.

Essas questões nos apontam que o objeto histórico é sempre fruto de uma elaboração e de que a história é sempre uma construção. Assim sendo, nos perguntamos: a experiência da rememoração se apresenta da mesma forma para homens e mulheres? Ao privilegiar a análise dos excluídos, das ditas minorias, a história oral acabou por confrontar a história oficial à medida que viu emergir "memórias subterrâneas", nas palavras de Mario Martins Viana Junior (2011). Para esse autor:

> É certo que a memória não é biologicamente sexuada, contudo, ela é historicamente sexuada. Não é o fato de nascer homem ou mulher que implica uma forma exclusiva de pensar. Ao corpo biológico não está vinculada nenhuma forma de lembrar. É sim o fato de vivenciar experiências como homens e mulheres, isto é, seguindo ou desafiando papeis sociais estabelecidos de acordo com o sexo, que certamente implica formas específicas de memória. (VIANA JR., 2011, p. 79)

Para Ecléa Bosi (1979), a memória pessoal também é uma memória social, familiar e grupal. Ela afirma que a relembrança é orientada pela vida atual, pelo lugar social e pela imaginação de quem se lembra. Portanto tudo de que se recorda, ou de que se esquece, diz respeito a uma necessidade no momento presente das(os) sujeitas(os), que as(os) induz a lembrar. As lembranças são uma paciente reconstituição, demonstrando o interesse de quem fez a escolha daquilo que deve permanecer perpetuado em sua história de vida:

> Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. (BOSI, 1979, p. 17)

As percepções das(os) sujeitas(os) sobre o passado estão imbricadas em lembranças de suas experiências, inclusive no que diz respeito às relações de gênero, uma vez que estas fazem parte do processo de construção da própria subjetividade. A produção da narrativa histórica adota novos e diferenciados objetos de conhecimento ao problematizar as relações de gênero. Marina Maluf (1995) trabalhou com a ideia de que a vivência diferenciada de experiências no cotidiano de homens e mulheres, a partir da elaboração social da percepção sobre as diferenças corporais e atribuição de papéis e significados ao masculino e feminino, necessariamente produz alguma especificidade ao ato de reconstituição do passado produzido por mulheres e homens.

Da mesma forma, para Elizabeth Jelin (2001), mulheres e homens desenvolvem habilidades de memória diferentes e diferentes maneiras de narrar suas memórias. Para ela, as mulheres tendem a rememorar os eventos com mais detalhes, enquanto os homens tendem a ser mais sintéticos. Além disso, as mulheres expressam seus sentimentos, fazem mais referências a questões íntimas e a relações pessoais, sejam elas na família ou no ativismo político. Elas tendem a recordar a vida cotidiana, a situação econômica da família, o que ocorria em seu bairro ou comunidade, seus medos, sentimentos de insegurança. Os marcos de suas rememorações são as relações familiares, porque o tempo subjetivo delas está organizado e ligado a fatos reprodutivos e a vínculos afetivos (JELIN, 2001, p. 108).

Contudo, a historiadora Rosemeri Moreira (2011), aponta o cuidado necessário para não se perder de vista o horizonte histórico ao se problematizar a relação entre memória, gênero e processos de identificação. A autora não nega que o gênero influencia na construção da memória e nas rememorações, mas questiona se "as referências à ideia de 'memória feminina' referem-se à leitura do corpo como binariamente dividido?". Para a autora

> Postular a existência de uma memória feminina sem se ater as mais diversas experiências de constituição dos sujeitos, as diversas categorias e espaços sociais existentes, tais como raça, classe, etnia, orientação sexual, nacionalidade, é no mínimo a-histórico. (MOREIRA, 2011, p. 107)

Assim sendo, produzir narrativas históricas separando de antemão memórias em femininas e masculinas é desconsiderar as próprias produções em gênero, uma vez que, dessa forma, as/os sujeitas/os são tratadas/os de uma maneira universal e totalizante, reforçando binarismos historicamente estabelecidos. Ao contrário, com o uso da categoria gênero, a partir da década de 1990, como ferramenta de análise das construções históricas do(s) masculino(s) e feminino(s), tornou-se possível pensar numa memória culturalmente educada para determinadas atribuições. É essa a perspectiva de Ana Maria Marcon Venson e Joana Maria Pedro:

> Ao analisar a memória da experiência não há como encontrar uma narrativa sobre a sociedade, o público, o político, e outra sobre a indivídua, o privado, o psicológico, porque a experiência se dá na imbricação de todos esses âmbitos e é na experiência que se constituem as sujeitas. Esse entendimento coloca necessariamente em debate o fato de que às mulheres está reservado um lugar social específico, que lhes permite experimentar uma existência distinta da dos homens e que lhes constitui como "diferença" em relação ao sujeito masculino. (VENSON; PEDRO, 2012, p. 134)

As(os) sujeitas(os) não são dadas(os) em essência, mas produzidas(os) nas relações de poder e saber, através de coerções de umas(ns) sobre outras(os) e sobre si mesmas(os). A perspectiva que adotamos, portanto, é de que a memória é seletiva, constituída por elementos afetivos e influenciada pelos lugares que as pessoas ocupam e práticas que realizam na sociedade, imbricadas em relações de poder. Além disso, consideramos que a memória é atravessada pelo gênero, em que não cabe a ideia de uma memória exclusivamente feminina, essencializada, dicotomizada e colada à percepção biológica sobre os corpos/sexos.

O lugar social onde se deu o processo de construção das memórias que analisamos aqui está imerso em práticas num determinado espaço vivido, apropriado de uma maneira peculiar: o Faxinal. Por isso, no próximo item, fazemos o debate historiográfico sobre a temática dos faxinais, estabelecendo diálogo com as percepções de nossas(os) entrevistadas(os) sobre o lugar que habitam e por ele são habitadas(os).

O FAXINAL: AFINAL DE QUE SE TRATA?

A historiografia paranaense tradicional omitiu, durante muito tempo, a existência desse modelo agrário, que já ocupou um quinto do território do estado. Foi somente na década de 1980[4], que surgiram as primeiras pesquisas acadêmicas com a temática faxinal. Afinal, de que se trata? O chamado Sistema Faxinal, próprio da região Centro-sul do estado do Paraná e sul do país, é uma área de campos e gramados cercados por florestas de araucárias.

José Adilçon Campigoto e Hélio Sochodolak (2008) consideram que esse modo de utilização das terras tem sido classificado como manifestação cultural dos povos tradicionais e é dividido em terras de criar (ou área de compáscuo) e área de plantio. A área comum, destinada à criação de animais, de acordo com Campigoto e Sochodolak, é um cercado composto por matas e pastagens onde estão localizadas as habitações das(os) faxinalenses. No interior dessa área comum, os moradores criam animais de várias espécies à solta, tais como bovinos, equinos, caprinos, ovinos e suínos, além de vários tipos de aves domésticas.

Esses animais alimentam-se da grama, pequenos arbustos existentes no cercado e frutos nativos, tais como gabiroba, cereja, pitanga e pinhão. Para evitar que os animais destruam as plantações, a área destinada ao criadouro é separada por cercas[5] e, para facilitar

4 Sobre levantamento de pesquisadores da temática faxinal e suas respectivas abordagens, ver Hauresko, 2012, p. 29-32.

5 Sobre a "sociologia das cercas" ver Chang, 1988, p. 42-43.

o trânsito, são construídos portões ou mata-burros[6] nos limites da área destinada ao criadouro comum, de modo que pedestres e veículos ultrapassam tais limites com praticidade e os animais ficam impedidos de fazê-lo. As residências também são cercadas para evitar que os animais adentrem aos jardins e quintais, destruindo-os. Nos quintais, são cultivadas verduras e legumes, usados nas refeições diárias, além de frutas e ervas medicinais.

Ancelmo Schörner (2010) analisou textos produzidos na década de 1970 sobre os municípios de Irati e Imbituva, onde há a ocorrência de faxinais, e constatou que os mesmos buscavam construir uma imagem do estado como um lugar de desenvolvimento, atribuindo tal característica ao espaço urbano, onde ocorria a manifestação da cultura. Ao espaço rural foram atribuídas caraterísticas relacionadas à passividade, crendices e superstições[7]. Essa narrativa, segundo o autor, foi produzida no contexto do Movimento Paranista[8], cujos historiadores teriam produzido uma imagem que associava o modo de vida faxinalense ao atraso e, para além disso, lamentava que as(os) imigrantes eslavas(os) tivessem se adaptado ao modo de vida caboclo, fenômeno descrito como "caboclização do imigrante" (SCHÖRNER, 2010, p. 5).

Contrário a essa ideia, Schörner afirma que criar animais soltos nos faxinais, é um fator relevante para descolonizar o poder e o saber em tempos de individualismo e regulações comerciais, por apontar para outros usos e apropriações da terra. Mas não é apenas isso: é também cultura. Para ele, os faxinais

---

6 Mata- burros são "uma espécie de pequenas pontes, construídas sobre valas escavadas nas entradas e saídas do criadouro comunitário. Eles são feitos intercalando-se uma prancha e um vão, de modo que pessoas e automóveis possam transitar sem a necessidade de abrir porteiras, enquanto que os animais ficam impedidos de atravessá-los e acessar as áreas de plantio" (SCHÖRNER; ALMEIDA, 2016, p. 95).

7 Discussão sobre esse tipo de construção também apresentada em Schörner e Campigoto, 2009.

8 Foi um movimento regionalista do qual fez parte a elite intelectual e política do final do século XIX, de construção identitária do Paraná, associada a valores eurocêntricos. Na concepção paranista, o meio geográfico teria uma influência determinante sobre o caráter de determinados grupos, pois a cultura dos mesmos não estava suficientemente desenvolvida. Sob esse olhar, o Faxinal não estaria incluído no espaço da cultura. Esse movimento teve início após a emancipação política do estado, em 1853, e se popularizou no final da década de 1920, tendo como principal representante Alfredo Romário Martins. Ver Batistella, 2012.

> [...] formam um amplo sistema comunal ligado por antigos laços de consangüinidade, vizinhança ou casamento. Neles as pessoas ainda nascem e morrem a poucos quilômetros dos lugares onde seus pais e avós viveram. As rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma da construção das casas e das cercas, e as festas compõem uma estrutura e as representações de um modo de vida que se transforma continuamente, embora existam várias permanências. (SCHÖRNER, 2010, p. 12)

O uso coletivo de terra cercada para criação de animais, mesmo para não proprietárias(os), é considerado como acontecimento singular por várias(os) estudiosas(os) do tema, as(os) quais divergem quanto à origem desse modo de organização. Para uma das pioneiras nos estudos com a temática, Man Yu Chang (1985), a formação dos faxinais se deu associada a dois fatores principais: um, relacionado ao quadro de condicionantes físico-naturais e, outro, a um conjunto de fatores econômicos favoráveis que se constituiu no fim do século XIX.

Para a autora acima citada, com a chegada dos imigrantes europeus, a partir da política de colonização promovida pelos governos federal e da província do Paraná, houve profundas transformações no modo de vida dos caboclos que se encontravam nas florestas com araucária, uma vez que os imigrantes trouxeram novas técnicas de agricultura e acabaram tendo também que se adaptar à organização cabocla, baseada na criação de animais à solta devido às condições naturais da região. Nos faxinais, acabaram se desenvolvendo atividades como: produção animal para consumo próprio, produção agrícola para comercialização e consumo próprio e extração da erva-mate como renda complementar.

Para Magdalena Nerone (2000), a origem dos faxinais estaria nas terras comunais europeias, em específico na Península Ibérica. Para ela trata-se de herança cultural das reduções jesuíticas espanholas no oeste paranaense, uma vez que as(os) indígenas teriam transmitido esse tipo de experiência comunitária às(aos) não indígenas, após a destruição das reduções. Lowen Sahr e Francine Iegelski (2003) defendem que os faxinais surgiram do contato de imigrantes ucranianas(os) e poloneses com a cultura cabocla.

Campigoto (2007), no entanto, observa que boa parte de estudiosas(os) do tema atribuem a adoção desse modelo de uso coletivo da terra a povos de origem europeia e problematiza essa perspectiva como uma manifestação de desprezo aos povos nativos por parte de historiadores eurocentrados, uma vez que os povos ameríndios usavam a terra coletivamente e, assim sendo, sua origem pode perfeitamente estar associada à cultura indígena do sul do Brasil.

Os municípios paranaenses onde há concentração de faxinais situam-se próximos entre si, no Segundo Planalto Paranaense, indicando que, em período anterior, constituíam uma única territorialidade, cuja ocupação para práticas de uso comum remonta ao período colonial sob a qual, mais tarde, esses municípios se configuraram. A ocupação territorial dessa região está relacionada à extração da erva-mate e teve um processo de aceleração no final do período provincial e início da era republicana no estado, quando houve uma política de incentivo de imigração europeia.

Atualmente, há um número bastante reduzido de municípios que ainda possuem faxinais ativos, o que indica toda uma ressignificação da utilização das terras com a modernização da agricultura e o avanço do capitalismo no campo. Dentre esses municípios, estão: "Prudentópolis, Irati, Turvo, Pinhão, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins, Ponta Grossa, Ipiranga, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Mandirituba e Quitandinha" (MARQUES, 2005, p. 10). Ainda assim, a partir da organização de movimentos sociais[9], as(os) faxinalenses conquistaram sua inclusão na categoria de povos tradicionais[10] a partir de 2006, pelo governo

9 Um dos movimentos de organização de faxinalenses, é a "Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais". Foi criado no ano de 2006 e tem como pauta principal a reivindicação do acesso aos territórios resultantes de sua identidade étnica. Sua criação remonta à "Rede Faxinal, constituída pelo poder público, organizações não governamentais e faxinalenses, criadas em 2004, que proporcionou o I Encontro de Povos de Faxinais, em agosto de 2005, e que teve sua sequência em agosto de 2007, com seu II Encontro" (LÖWEN SAHR, 2008, p. 220).

10 Para Schörner e Almeida (2016), o conceito de povos tradicionais é uma alternativa de mecanismo analítico capaz de juntar fatores como: "a existência de regimes de propriedade comum; o sentido de pertencimento a um lugar; a procura de autonomia cultural; práticas adaptativas sustentáveis[...]"(SCHÖRNER; ALMEIDA, 2016, p. 92). Também se aplica a povos que vivem em áreas geográficas particulares e demonstram "a) ligação intensa com os territórios ancestrais; b) auto-identificação

federal, e em 2007, pelo governo estadual[11]. Além disso, em 1997 os faxinais paranaenses foram considerados Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR[12], por meio do Decreto nº 3.446/1997.

Em Prudentópolis, de acordo com o IAP, existem atualmente 8 faxinais regulamentados. Para Roberto Martins de Souza (2007)[13], no entanto, existem 227 faxinais no estado, dos quais 14 estão no município de Prudentópolis. Conforme mencionado, nos voltamos em específico a um faxinal: o Faxinal Barra Bonita, localizado a 20km da sede do município de Prudentópolis/PR. A área total da localidade, de acordo com o portal *iprudi/faxinal*[14], é de 3.146 hectares, sendo 1.144 hectares destinados ao criadouro comunitário, onde residem em torno de 190 famílias. No entanto, segundo a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, não existem

e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional; d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência" (idem, p. 93)

11 Respectivamente: Decreto Federal nº 10.408/2006, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, substituído pelo decreto nº 8.750/2016 assinado pela presidenta Dilma Rousseff, ambos alterados pelo Decreto nº 9.465/2018, assinado pelo presidente Michel Temer; e Lei Estadual nº 15.673/2007, assinada pelo governador Roberto Requião que reconhece os faxinais e sua territorialidade.

12 "Refere-se ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – Ecológico. Instituído no Estado do Paraná pela Lei Complementar 59/91, esse benefício fiscal nasceu sob a égide da "compensação", e logo evoluiu, transformando-se, ao longo do tempo, também em instrumento de incentivo, direto e indireto à conservação ambiental, sendo hoje o que mais o caracteriza. Por meio do Decreto Estadual 3.446/97, os municípios que possuem faxinais podem enquadrá-los como Área Especial de Uso Regulamentado – ARESUR. Dessa forma, alguns faxinais passaram a ser reconhecidos como unidades de conservação e, portanto, seus municípios beneficiados pelo ICMS Ecológico. Os valores repassados pelo Estado aos municípios são significantes" (SOUZA, 2009, p. 8).

13 A partir da necessidade, apresentada pelo movimento social faxinalense "Articulação Puxirão", de se fazer um levantamento dos faxinais existentes no estado, Roberto Martins de Souza (2007) realizou o mapeamento social, confirmando as informações publicizadas pelas pesquisas anteriores - EMATER/1994 e IAP/2004 - relativas à localização geográfica dos faxinais identificados. A concentração maior desse modelo de organização ocorre na Mesorregião Sudeste, localizada no Segundo Planalto Paranaense, área considerada de ocupação agrária moderna, ocorrida no final do período provincial e início da era republicana no estado, momento de incentivo à imigração europeia. Seu processo de ocupação territorial está relacionado à extração da erva mate.

14 Endereço eletrônico: <http://roteiroprudentopolis.wixsite.com/iprudi/faxinal>. Acesso em: 16 nov. 2018.

dados oficiais referentes à quantidade de moradores na localidade e a área destinada ao criadouro comunitário era de 1.659 hectares, em 2015.[15]

De acordo com levantamento informal feito pela igreja católica do rito ucraíno Cristo Rei, localizada na comunidade, atualmente residem cerca de 315 famílias em Barra Bonita[16] e, de acordo com dados fornecidos pelo Cartório - 30ª Zona Eleitoral de Prudentópolis referentes às eleições de 2018, estavam inscritas 959 pessoas na seção eleitoral de Barra Bonita e Barra Bonita Farinhentos[17].

A espacialidade territorial aqui considerada para análise é um espaço social extenso, e os moradores costumam dividi-lo em três partes: Barra Bonita Sede, Barra Bonita 1 ou Farinhentos[18] (antes denominada Barra Bonita 1ª seção) e Barra Bonita 2 (antes denominada Barra Bonita 2ª Seção). Na chamada Barra Bonita Sede, a maior parte dos moradores possui ascendência ucraniana, com algumas exceções. É o caso das pessoas entrevistadas: a maioria delas são netas de imigrantes europeus. Como tais pessoas rememoram a história da comunidade? Como suas rememorações estão relacionadas à história do município? Esse será o assunto que abordaremos no item seguinte.

---

15 Na Resolução 77/97 da SEMA, de 19 de agosto de 1997, ficou definida como superfície total da ARESUR do Faxinal Barra Bonita como de 3.830 hectares e a área do criadouro comunitário ativo dentro do faxinal correspondente a 3.630 hectares.

16 Informação prestada verbalmente pela religiosa Irmã Helena Dombek, SMI (congregação das Servas de Maria Imaculada) que reside na comunidade há cerca de 20 anos e trabalha como professora e catequista. De acordo com ela, o levantamento foi feito em torno de 2010 pelo padre que então atendia a comunidade, Mario Sergio Krik (OSBM), durante a bênção das casas de fiéis, prática religiosa que faz parte do calendário litúrgico da igreja católica do rito ucraíno. Dados oficiais como os Censos do IBGE não especificam a quantidade de moradores por localidade e sim, do município como um todo.

17 Esse dado auxilia apenas no sentido de permitir uma ideia aproximada da quantidade de moradores na localidade, uma vez que pessoas inscritas podem estar residindo em outro local.

18 A denominação Farinhentos parece dever-se ao fato de um dos primeiros proprietários dessa extensa faixa de terra que, atualmente corresponde em boa parte à Barra Bonita 1, Roque Ferreira de Souza, avô da entrevistada Ilda Ferreira de Souza, possuiu moinho e fábrica de farinha no local, daí a denominação. O nome Serra da Rita deve-se à esposa de Sr. Roque, uma vez que tal serra ficava na propriedade da família, por isso Serra da Rita.

ANTIGAS(OS) HABITANTES DO FAXINAL BARRA BONITA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE MORADORES

Como uma das singularidades da História Oral, a manifestação das subjetividades nos mostra um modo peculiar de ler o mundo e reflete a constituição, como sujeita(o), da pessoa entrevistada. Em consideração à subjetividade das(os) entrevistadas(os), reproduzimos sua linguagem conforme se expressaram. Em alguns casos, as pessoas que, habitualmente, se expressam em língua ucraniana apresentam uma maneira peculiar de pronunciar o fonema "rr", que foi reproduzido conforme a manifestação nas entrevistas. Algumas pessoas concederam a entrevista, parcialmente ou na íntegra, em língua ucraniana. Destas, fizemos tradução livre.

Solicitamos que as pessoas relatassem sobre o passado de seus antepassados na comunidade. O entrevistado Sr. Augusto[19] disse que, a respeito dos avós, seus pais comentavam: "pois eles vieram, sempre falavam da Áustria, que eram poloneses" e que os mesmos foram morar em Barra Bonita desde "final de tempo que veio essa migração. Ali nóis foi, nóis tinha uma morada lá, no começo, depois veio pra cá e fiquemo. Fiquemo até essa data", indicando com a mão a localização onde ficava a antiga residência da família. Seus avós também eram avós maternos da entrevistada Sra. Sonia[20], a qual disse: "Ah, meus avós eles vieram da... sei lá se era Ucrânia ou Europa da onde aqueles antigo vinham. Os avós não eram...já vieram pra cá."

Da mesma forma, o Sr. Dionisio[21] afirmou que seus avós também eram moradores da comunidade e "decerto os avó vieram da Europa, né? Da Europa eles vieram, daí os pai não, o pai era daqui memo". O Sr. Lademiro[22] disse ter conhecido apenas a avó materna. Ao ser perguntado se os avós nasceram na comunidade, disse não

19 Augusto Caciano (1931). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 18 de março de 2018.

20 Sonia Kuibida (1949). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 17 de julho de 2018.

21 Dionísio Bodnar (1941). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 17 de março de 2018.

22 Lademiro Muzeka (1941). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 17 de julho de 2018.

saber, que acreditava que sim. Porém, diante da interferência da filha, que disse que os avós de sua mãe vieram da Ucrânia, falou, em língua ucraniana: "pois é, então os meus a mesma coisa" (tradução livre).

A questão da "origem" dos antepassados, aos quais se referem como "aqueles antigos", não é uma preocupação para nossas(os) entrevistadas(os). O que permanece em suas lembranças das passadas gerações, é a pobreza, as dificuldades enfrentadas no trabalho, na vida cotidiana e a dificuldade de adaptação, no caso das(os) avós(ôs) imigrantes eslavas(os), como podemos observar neste relato de Sr. Lademiro:

> Isso era matagal, eles não sabiam roçá o mato, nada, então roçavam com *cerp*[23]. [...] **Como eles sofriam!** Mandioca, eles não sabiam o que era mandioca e havia um brasileiro que falou para eles procurar mandioca para cozinhar. Mas eles não entendiam a língua portuguesa e este a ucraniana. [...] Veio esse negro até eles: Por que estão cozinhando raiz da mandioca? perguntou. E eles não sabiam como responder. Então ele foi, arrancou mandioca para eles, descascou e falou: assim que se cozinha! [...] (grifo nosso, tradução parcial livre)

A fala do Sr. Lademiro traz um elemento importante: a presença de moradores indígenas e caboclas(os), anterior à imigração eslava no município, cuja cultura e modo de vida permanecem presentes na comunidade, pela ocorrência do faxinal e de práticas nele mantidas. O Sr. Lademiro indicou nessa fala que foi com essa população nativa que as(os) imigrantes aprenderam a sobreviver em Prudentópolis, adotando seus hábitos alimentares e a maneira de se relacionar com a natureza.

A região de Irati e de Prudentópolis começou a ser alvo de fluxos de migrantes e imigrantes polonesas(es), ucranianas(os) e alemãs(ães) com a instalação de colônias agrícolas pelo governo da então província do Paraná ou pelas frentes pioneiras conduzidas autonomamente a partir de 1880. É possível supor, de acordo com Souza (2007), que as áreas de assentamento ou posse eram territórios anteriormente utilizados como "criador comum aberto". Chang

23 Foice curva, com cabo curto, a mesma que é usada como símbolo do comunismo.

tratou dessa questão: "Muitos brasileiros na região dos campos, principalmente os caboclos, começaram a sentir-se apertados com a chegada dos colonos. Viam cercas por todos os lados, às quais culturalmente não estavam acostumados" (CHANG, 1988, p. 39).

O entrevistado Sr. Dionísio referiu-se também ao sofrimento de seus antepassados:

> Pois diz que **sofreram muito, sofreram muito** porque eles vieram aqui, era tudo mato né? Tinham que cortá o mato e fazê casa. Partí, partí tábua, será a mão e... diz que era um batimento loco, não é como agora: tem seraria, tem casa, casa pronta [risos], basta tê o dinheiro (grifo nosso).

Nessa fala, há uma representação do passado, comum a todas(os) entrevistadas(os), como um período de trabalho pesado, de vida difícil, visto como um período pior. Parece importante para as/os moradoras(es) demonstrar a vida dura que seus familiares tiveram nos primeiros anos desde a sua vinda ao faxinal. Essas lembranças apresentam certa sintonia com as narrativas oficiais que descrevem o abandono das(os) imigrantes eslavas(os) à própria sorte, pelas autoridades, nessas terras e as/os colocam como heróis por terem se adaptado e contribuído no desenvolvimento do município.

Essas lembranças, portanto, remontam ao período da fundação do município de Prudentópolis. Sobre esse tema, passaremos a refletir a partir de agora, numa tentativa de contextualizar a chegada das(os) avós imigrantes de nossas(os) entrevistadas(os) ao município, o que se deu no período em que o país vivia a transição da mão de obra escrava para a assalariada.

Antes da chegada das(os) avós de nossas(os) entrevistadas(os), desde o período colonial, essa região já era habitada por indígenas, caboclos e, posteriormente, frequentada por tropeiros.[24]

24 Os tropeiros foram os primeiros proprietários de terra na região dos Campos Gerais, onde estabeleciam fazendas de invernagem de gado como uma alternativa de negócio, aproveitando o fluxo das tropas de gado. As fazendas ficavam no caminho entre Sorocaba, no interior de São Paulo e Viamão, no Rio Grande do Sul e pertenciam a comerciantes de gado com capital suficiente para sustentar toda a longa operação, desde a compra no sul, à recuperação nos Campos Gerais e a revenda em Sorocaba. Assim, a pecuária passava, de acordo com Luiz Cesar

Muitos povoados desenvolveram-se, ainda no período colonial, ao longo das rotas dos tropeiros, a partir das pousadas estrategicamente localizadas para o repouso de homens e animais. Ao redor destas, foram sendo formadas fazendas, muitas delas pertencentes aos próprios tropeiros. Destinadas, de início, à criação de gado, com o passar do tempo foram se estruturando com pastos para a invernagem, de modo a atender às necessidades das tropas que se deslocavam cortando os sertões. Nesses locais era praticada a agricultura basicamente para a subsistência dos proprietários. Além disso, grande número de trabalhadores, homens e mulheres, livres e escravizadas(os), dedicavam-se ao trabalho no cultivo, transporte e industrialização da erva-mate, que era responsável pela maior parte da renda da então província (MACHADO, 2005). Naquele período, a região que, atualmente, corresponde a Prudentópolis, pertencia ao município de Guarapuava. Esse município estendia-se desde o Rio dos Patos, na divisa com o município de Imbituva, até Iguaçu e o Rio Paraná, nas fronteiras com Argentina e Paraguai.

Ao final do século XVIII e primeira metade do século XIX, teve início uma crise de abastecimento de alimentos nas vilas da então província paranaense. Essa crise deveu-se ao fato de a produção nas fazendas estar voltada basicamente à subsistência e à ocupação da mão de obra disponível na extração de erva-mate.[25] Dessa forma, o governo imperial passou a incentivar a imigração europeia, com o objetivo não só de solucionar o problema da escassez de alimentos para as populações das cidades, mas também de preencher os chamados vazios demográficos no interior do Brasil, completando a ocupação do território. As autoridades brasileiras acreditavam que a imigração de camponeses eslavos teria um efeito pedagógico sobre a população nativa, com o uso de técnicas agrícolas aperfeiçoadas. Outro fator também que se colocava, de acordo com

Kreps da Silva (2005), a ditar as normas de ocupação e a dominar a economia regional. Nesse processo, primeiro foram ocupados os campos da região central e os do norte de Curitiba, enquanto aqueles situados mais ao sul dos Campos Gerais seriam efetivamente ocupados na segunda metade do século XVIII, não só com a atividade tropeira, mas também com a produção e comércio de erva mate.

25 Aliado a isso, houve escassez de mão de obra desde a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, a qual proibiu a importação de mão de obra escrava africana. Assim, proprietários de escravos no sul passaram a vendê-los aos cafeicultores paulistas, contribuindo para a escassez de mão de obra verificada na então província paranaense.

Wanderley Machado (2005), era o desejo das autoridades de tornar o Brasil uma nação branca. É nesse contexto que as(os) avós de parte de nossas(os) entrevistadas(os) deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida aqui no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, o governo da província paranaense[26] passou a elaborar um grande plano de ocupação agrícola. Para isso, pretendeu estabelecer uma população agrícola no vasto espaço entre os Campos Gerais, o vale do Iguaçu e Guarapuava, de modo a fortalecer o tripé formado pelo mate, a madeira e o gado, principais produtos da economia da província (MACHADO, 2005, p.172). Dessa forma, foram encaminhados à região que atualmente corresponde a Prudentópolis, imigrantes eslavas/os, camponesas/es em sua maioria. Segundo Lucineia Cunha Steca e Marileia Dias Flores,

> Em 1894/95 foram instalados em torno do povoado de São João de Capanema, nas matas do Segundo Planalto entre Ponta Grossa e Guarapuava, cerca de 1700 colonos ucranianos, poloneses e alemães, construindo a colônia de Prudentópolis, com cerca de 30 núcleos agrícolas. (STECA; FLORES, 2002, p. 32)

É nesse contexto, portanto, que o povoado, até então denominado São João de Capanema, pertencente a Guarapuava, foi elevado à categoria de Vila, pela Lei nº 615, de 5 de março de 1906, tornando-se sede do município de Prudentópolis[27]. De acordo com Romário Martins:

> A antiga localidade denominada Rio dos Patos e depois São João de Capanema, foi, em 1896, na presidência de Prudente de Morais, aproveitada para sede de uma grande colônia de camponeses

26 O Paraná era denominado de 5ª Comarca da Província de São Paulo e foi elevado à categoria de província em 29 de agosto de 1853 através da Lei Nº 704. Ver sobre o processo de emancipação em Campinas, 2005.

27 "Colônia criada em 1895, numa área de 298.691.906 m², dividida em 1574 lotes os quais foram colonizados por 1717 famílias ucranianas, com 8.588 pessoas, 1.087 famílias nacionais com 5.435 pessoas, 463 famílias polonesas com 2.315 pessoas e cerca de 59 famílias entre alemães, russas e turcas com 299 pessoas" (ZAROSKI, 2018, p. 31).

> ucraínos e polacos. Constituiu-se dos seguintes núcleos: Ivaí, Rio dos Patos, Canindeu, Nova Galícia, Piraí, Maurício Faivre, Inspetor Carvalho, Santos Andrade, Sete de Setembro, Tiradentes, Vicente Machado, Rio Preto, Quinze de Novembro, Barra Vermelha, São João, Consul Pohl, Vinte e Cinco de Outubro, União, Olinto, Eduardo Chaves, Capanema, Paula Gomes, Oliveira, Sertório, Claudio Guimarães, Vinte e Três de Abril, Iguaçu, Ronda e Mirim, onde foram localizadas cerca de 9.000 imigrantes ucraínos e polacos. (MARTINS, 1941, p.162-163)

Os núcleos aos quais Romário Martins se referiu eram lotes federais ou estaduais, que foram vendidos a imigrantes, os quais, uma vez encaminhados à colônia Prudentópolis, ficavam instalados provisoriamente em barracas, junto à vila, aguardando seus lotes de terra serem disponibilizados por representantes do governo. De acordo com Nelson Gilmar Zaroski (2001), traçavam-se linhas longas, de vários quilômetros, que recebiam nomes de personagens brasileiros ou de meses do ano, ao longo das quais eram medidas chácaras de 10 a 12 alqueires, entregues a imigrantes para desbravamento e plantio. Essas linhas eram administradas por diretores designados pelo governo federal, passando à jurisdição estadual a partir de 1913[28], quando foram, então, demarcadas ao norte e ao sul da Vila de São João do Capanema, na margem direita do Rio dos Patos e nas duas margens do Rio São João. Foram abertas, ao todo, 41 linhas estaduais e 2 linhas federais. As demais foram loteadas por particulares, dentre as quais a região atualmente correspondente ao Faxinal Barra Bonita.

Ao perguntarmos ao Sr. Augusto, se recordava por que seus avós escolheram a comunidade Barra Bonita para viver, disse:

> Escolheram porque no tempo que a migração veio, esse chefe de Prudentópolis, Otávio Durski, daí ele mediu essas teras e ele que levou essas família da migração. Então, aqueles tempo era mato virgem, aquilo era taquara, pinheiro...Morador existia só argum desses portugueis, caboclo, o resto. Então, essa migração quando

28 A Colônia Prudentópolis era uma colônia federal. Sobre a configuração territorial do município de Prudentópolis a partir de aspectos sociais e culturais da imigração ucraniana ver Hauresko, C.; Gomes, M. F. V. B.; Gomes, E. S., 2016.

> tavam acampado na cidade e daí começou dar uma gripe. Daí esse que era o capitão Durski - falavam, se viu loco! Daí tinha que esparamá pra apartá, porque iam morê tudo. Daí, naqueles tempo era caroça, daí diz que carregavam cada família na caroça e se fincavam nesse mato, taquará, fazendo picada e tar parte que era lote não, levavam lá, descaregavam lá e lá se virem. Tinha que se virá. E aqueles tempo era diz que de muito pinhão e então come! Diz que eles secavam pinhão, socavam, faziam pão. Mas diz que aquele pão virava em tijolo. E daí povo foi, foi assim, alastrando. Cada família pegando os lote e foi, foi que começô alastrá que nem comunidade. Essa comunidade ali, Bara Bonita.

A narrativa do Sr. Augusto nos aponta para a proposição de Proust a respeito da memória involuntária, que é instável, descontínua, carregada de um "charme" afetivo e de sua noção de tempos diversos e múltiplos, colocando a descontinuidade em primeiro plano, manifesta nas expressões "e daí", "diz que", no relato acima. Nessa fala, sem a preocupação de nomear um "fundador" do faxinal, o Sr. Augusto conta, prazerosamente, uma história com uma relação peculiar de temporalidade com o passado, sem um tempo definido e sem sujeito.

As áreas utilizadas para colonização eram consideradas, pela Lei de Terras de 1850, como terras devolutas pelo Estado, apesar de serem, historicamente, áreas de uso comum pelas(os) faxinalenses. De acordo com essa lei, as terras devolutas somente seriam transferidas por compra, o que praticamente proibiu o acesso à terra a imigrantes pobres e à população nativa. As(os) entrevistadas(os) os descendentes de imigrantes eslavos indicaram que suas(eus) avós compraram lotes, cujo pagamento era feito através do trabalho na abertura de estradas, apontado como única oportunidade de "fazer dinheiro". Além disso, as(os) imigrantes enfrentaram problemas como falta de estradas, lotes mal delimitados ou mal localizados, doenças, desconhecimento sobre as características da floresta, elementos que o Sr. Augusto trouxe em sua narrativa.

Souza (2007) defende que, para sobreviver nas terras de colônias, com técnicas de produção inadaptáveis, as(os) imigrantes foram incorporando as práticas faxinalenses e logo impuseram a configuração de um novo formato territorial aos faxinais que, da

qualidade de criador aberto que existia na região, passaram a se configurar como "criador comum cercado". Importante apontar que os relatos das(os) nossas(os) entrevistadas(os) e os registros da historiografia local indicam que o sistema faxinal já era utilizado na região na ocasião da chegada das/os imigrantes que foram direcionados para Barra Bonita, com a criação do município de Prudentópolis[29]. Cecília Hauresko destaca que,

> [...] dada sua origem rural camponesa, tanto o imigrante polonês quanto o ucraniano ao chegarem ao Paraná foram conduzidos a esta região de matas do centro-sul paranaense, onde a erva-mate constituiu-se em importante fator de fixação dos colonos, para trabalharem com a agricultura de alimentos e em obras públicas. (HAURESKO, 2012, p. 90)

A esse respeito, Nelson Gilmar Zaroski afirma que "Tanto a erva-mate como o pinheiro geraram muito dinheiro aos colonos que foram assentados em regiões de faxinais, onde predominavam essas espécies" (ZAROSKI, 2001, p. 29). Na obra *A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960*, Zaroski reproduziu entrevista concedida a ele por Miguel Vinharski, o qual relatou que: "Quem tinha terreno com erva e pinheiro ficou rico, como os que pegaram lotes em Barra Bonita. Lá tinha muito faxinal" (apud ZAROSKI, 2001, p. 29).

Para Hauresko (2012), a atividade mais importante no século XIX e meados do século XX, por ser economicamente rentável, era o extrativismo do mate e, paralelamente, atendendo à demanda de mercado, em especial de São Paulo, ganhava espaço a criação de suínos. Essas atividades eram realizadas no período entressafra tanto pelas(os) colonas(os) quanto pelas(os) caboclas(os) posseiras(os).

Nossas(os) entrevistadas(os), além de indicarem que já havia o faxinal quando seus antepassados chegaram, afirmam que eles aprenderam a sobreviver nas novas terras, adotando hábitos da população que já habitava a região anteriormente,

29 Importante assinalar que esse município foi criado no contexto da transição da sociedade monárquica e escravagista para uma que se proclamava livre e republicana. Sobre esse assunto, ver Miskolci, 2012.

como foi o caso do relato, já citado, do Sr. Lademiro, explicando como um homem negro ensinou os avós de sua esposa a cozinhar a mandioca. Perguntamos a ele se havia muitos moradores na região, na ocasião da chegada de seus familiares. Disse: "Aqui não tinha bastante. Porque aqui era, se chamava Brasil caboclo[30]. Tinha só brasileiros. Aqui não tinha ucranianos, talvez quando começaram chegar, venderam tudo [...]". Disse que seus avós compraram as terras "do Durski":

> Sim, porque o avô dela trabalhava na estrada de fero. Não sei, decerto ia de trem. Ele trabalhava com o Durski. Lá trabalhava e sempre nos relatava que comprou esta tera a muque[31]. Que tava trabalhando e pagando essa tera. Então para ele não era bom, era meio féla[32] viver. [...] Eles tinham que ir tão longe, porque antigamente não tinha caro, né, não tinha nada. Assim, quando alguém tava indo, ia de carroça! Pra cidade ia, às vezes enchiam a caroça com feijão, ia, vendia o feijão e fazia compra. Pronto. Agora um saco de feijão não dá nada. (tradução parcial livre).

Nessa fala, novamente o Sr. Lademiro se referiu à população que já habitava a região, as(os) chamadas(os) caboclas(os), cuja cultura foi associada ao atraso, conforme discutimos, através das narrativas de historiadores paranistas. Há também a diferenciação entre o "nós" e "eles": refere-se a moradores não imigrantes (ou descendentes) europeus como "brasileiros", delimitando o pertencimento étnico entre essas populações. O Sr. Lademiro reconhece traços culturais específicos das(os) moradoras(os) que viviam lá anteriormente, uma vez que definiu o local como "Brasil caboclo". Faz menção, assim como outras(os) entrevistadas(os), à dureza, às dificuldades de sobrevivência e de deslocamento. Ainda, referiu-se ao trabalho na estrada de ferro como alternativa de renda para quitar o lote de terra.

A entrevistada Sra. Sonia, ao lembrar de seus avós, também enfatizou sobre o sofrimento deles:

---

30 Sobre a cultura cabocla em Campigoto e Sochodolak,2008.

31 "A muque" se refere a trabalho manual.

32 Gíria utilizada em Barra Bonita, equivale a "difícil, pesado".

> **Vida muito sofrida** do meu dido Caciano. Ele trabalhava numa estrada não sei te explicá aonde e a baba, ela tirava erva e assim secava no mato, vendia pra podê dá de comê pros filho. A baba suzinha tava criando os filho e o dido tava longe, não sei aonde, longe, trabalhando nas estrada, porque tavam abrindo as estrada, era tudo mato. Aqui não tinha nada, era tudo só mato. Daí como eles vieram sem nada e do nada**, eles tavam sofrendo muito.** (grifo nosso)

Uma das poucas formas de conseguir dinheiro para efetuar o pagamento dos lotes destinados a imigrantes instaladas(os) na colônia Prudentópolis era o trabalho na abertura de estradas e a renda obtida com a extração de erva-mate, fundamental para a fixação decolonas(os) na região. Nessa fala, a Sra. Sonia referiu-se a essa questão, evidenciando a separação das famílias causada pela necessidade de os homens se ausentarem durante meses para o trabalho na construção de ferrovias e abertura de estradas, bem como o protagonismo das mulheres, que arcavam com a responsabilidade de criar as(os) filhas(os) sozinhas[33].

Essa também é a forma pela qual o Sr. Augusto rememora o cotidiano de seus avós:

> **Era muito dura a vida deles**. Eles, como diz? ohhh esse capitão que vendeu a tera, eles iam pagá a tera. Então eles não tinham da onde fazê dinheiro, porque ninguém dava serviço. Então os pai, como diz, dexavam as muié por ali, no interior, dexavam muié cas criança e iam trabaiá na divisa de São Paulo. Aqueles tempo tavam fazendo estrada de fero, mas era tudo a muque, tudo manual, com povo. Como diz o serviço que tinha, só lá. Então eles iam pra treis meis, dexavam as muié pra treis meis, iam trabaiá e vortavam. Assim foram fazendo dinhero e foram se virando, assim. Depois mais, já o pessoal ficou trabaiando e foi. **Mais era dura a vida no começo**, era dura. Diz que não, não tinha aonde ganhá e então foram ganhando, despois, aos poucos para pagá as teras. (grifo nosso)

33 Há registros da participação de mulheres no trabalho de abertura de estradas no município, no entanto, tal referência não apareceu nas nossas entrevistas. Ver Hauresko, 2012, p. 87.

O relato do Sr. Augusto, assim como o do Sr. Lademiro, nos mostra que seus familiares teriam adquirido os lotes de uma pessoa chamada Otávio Durski. Possivelmente a região que atualmente corresponde à Barra Bonita tenha sido adquirida junto ao governo federal por Coronel José Durski[34], que foi o primeiro prefeito de Prudentópolis. Provavelmente é a ele a referência em ambos os relatos. Procuramos informações com a família Durski, residente em Prudentópolis, a qual desconhece a existência de Otávio Durski entre seus antepassados.

Os principais produtos de exportação na província paranaense no período eram madeira e erva-mate. Para atender a necessidade de escoamento desses produtos até os portos de Antonina e Paranaguá, o governo entregou a companhias estrangeiras a tarefa da construção de uma rede ferroviária[35], concedendo-lhes terras devolutas como pagamento.

Pelo trabalho na construção dessas obras é que os avós de nossas(os) entrevistadas(os) , aos poucos, foram conseguindo quitar os seus lotes. A entrevistada Sra. Sonia acredita que seus avós foram os primeiros a se estabelecer em Barra Bonita: "Se não me engano, acho que foram os primeiros". Sobre a existência do faxinal disse: "na minha época, quando eu era criança ainda, já, que nóis saía catá gaviróva, já tava o criador, já tava". Disse ainda que, naquele tempo,

> Olha, antigamente aqui, olha, ali não... as casa era longe uma da outra. Não tinha luiz, era só uma escola simples e uma igreja pequenininha e um cemitério que acho que tinha meia dúzia de morto lá. Era assim que começou. E daí, como foi aumentando mais gente, daí ele começou a se formá maior.

---

34 Na historiografia local há informação de que José Durski, nascido em Santa Catarina, veio a Prudentópolis para trabalhar como ferreiro. Tornou-se comerciante, proprietário de terras, produtor de erva mate. Não há confirmação de que José Durski pertenceu ao exército, possivelmente "coronel" era título adquirido por ele. Há também menção a Capitão Francisco Durski e Silva, condutor de carros, seleiro, nomeado sub delegado de polícia em 1908, suplente de juiz municipal em 1912 e inspetor escolar do município em 1924. (PRUDENTÓPOLIS, 1929, p. 17-20)

35 Em especial a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.

Nessa fala da Sra. Sonia, a expressão "antigamente" possui um significado específico, em que o passado parece ser um período mítico. Esse mesmo significado se apresenta na fala da Sra. Jaroslava[36], ao lembrar a história da comunidade: "Ah, eu não sei...decerto...sabeme lá, não sei coméque que ficô né?". A expressão "sabeme" é utilizada no cotidiano da comunidade em substituição a "não sei", mas parece ter um significado para além disso, como para dizer que algo não tem explicação ou não pode ser satisfatoriamente explicado.

Ela então diz não saber sobre a história, mas ao reformularmos a questão e lhe perguntarmos como era a vida na época em que era criança no faxinal, disse: "Tá[37] vivia assim sabe: o que tinha, comia. Porque pra comprá não tinha nada. Não tinha nada e não vendiam nada. Porque ninguém comprava nada, sabe?" Ela se referiu ao fato de que a família produzia o que necessitava para a própria subsistência e não possuía condições de comprar alimentos, como acontece nos dias atuais.

A lembrança associada à alimentação também está presente nos relatos da Sra. Maria[38]. Ela disse que, quando veio morar na comunidade, era "mato, no mato. Morador quase não tinha. Era as casa de madera, aquelas pequeninha. Igreja era de madera, uma capela só" e relatou sobre as dificuldades nos tempos antigos do faxinal:

> Eu não sei, mas era pobreza, era pobreza. Óie: tinha que trabaiá na roça, semeiá trigo, centeio pra ter o pão. Porque se deu, vocês tinham broa. Não era pão, broa. E se não deu, nóis fazia só de fubá: batia, derramava na forma e tá, era broa. E dinhero, da onde? Não tinha da onde tirá dinhero. Plantavam fijão, ponhavam esses caxão no paió, cobriam pros rato não entrá. Ninguém comprava. Tinha, meu pai falecido, tinha uns mel, bastante abelha. Ele gostava de... de cuidar das abelhas. E então ele tinha um puxado da casa de cumprido assim, parece como que nem fazem prateleira no mercado e era só as lata, agora é galão, antes tempo era lata

36 Jaroslava Peretiatko Caciano (1934). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 18 de março de 2018.

37 Expressão que equivale a "pois"

38 Maria Parkuts Iaczuk (1935). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 17 de julho de 2018.

> de mel. Só se vinham - tinha olaria, seraria - então vinham os operário comprá de um quilo. Era só isso, dinheiro não tinha da onde fazê. Fijão ninguém comprava e agora se você tiver, vem na casa e compra. Era um sofrimento, óie! Aroiz, se deu aroiz, tá bom! Tinha que plantá, não tinha esse negócio de comprá. Veja que sofrimento que era. [...]

Novamente a ideia do passado como um lugar de sofrimento é apresentada nessa, assim como em outras falas. Além disso, o passado existe a partir da comparação: quando as pessoas falam do "antigamente", estabelecem comparação ao "hoje em dia". A Sra. Maria referiu-se ao tipo de economia em que a comunidade estava inserida, ou seja, uma economia não monetizada. Ela detalhou as atividades que a família exercia para prover o próprio sustento: a prática da agricultura de subsistência com o cultivo de trigo, feijão, arroz e criação de abelhas. Não compravam gêneros alimentícios, como também indicou a Sra. Jaroslava; ao contrário, as famílias produziam o que necessitavam para sobreviver e não havia a lógica do plantio em grandes extensões para venda, ou seja, não havia a lógica do lucro.

Perguntamos ainda para a Sra. Maria sobre suas lembranças a respeito da existência do faxinal. Disse: "Ihh... óie, sabeme, decerto dos nossos avô ainda né? Era mato! Ali onde os Caciano tão morando, meu Deus! Uma desses camboim[39] que se vem boi brabo dava pra se escondê bem sossegado, taquara[...]". A Sra. Maria, ao utilizar as expressões "sabeme, decerto" estabelece uma relação com o passado como um lugar mítico, longe, distante, um lugar das histórias sem sujeita(o) das(os) faxinalenses.

Na entrevista com a Sra. Rosa[40], sobre a vida antigamente na comunidade disse: "Sabeme, por tuda parte é assim: trabaiando e [pausa] tirando erva a muque, trabaiando por dia [silêncio]". Perguntamos novamente o que ouviu das pessoas idosas sobre isso. Comentou que havia poucas(os) os moradoras(es) quando passou a viver na co-

39 Tipo de árvore que existia em abundância na comunidade. Nome científico *Myrcia Selloi*.

40 Rosa Bida Zenzeluk (1932). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 18 de março de 2018.

munidade, após o casamento e sua vizinha, mãe de Sr. Augusto, já em idade avançada, lhe relatava da miséria de "antes tempo":

> Só as veiz, as veiz o pai do Gusto e a máma[41] sempre tavam passando os dois ali pelo terrero. Tinha mandiocá ali, então eles sempre chegavam naquela casinha nossa, pequena, tomá mate, os dois véio. Então ela, ela contava como ela passô miséria antes tempo! Daí ela disse: ali tinha só capim e tinha essa marcelinha[42]. Mas diz que eu quando do meu casamento, a avó do Gusto Caciano daí andava por meio desses capim e com cesto nas costa e tavam tirando essa marcelinha pra fazê perena[43]. Porque era antes tempo tinha muita geada. Então ela disse, tinha dois lençol de, de linhaça, lençol grosso, uniu-os com costura, encheu-os com marcelinha. E ele andava e ela dizia que as crianças choravam porque só carrero tinha, estrada não tinha. E eles assim... Era uma senhora idosa, obesa, coitada sempre ia ao serviço... Então ela costurou com uma agulha grande dois lençóis unindo um ao outro e encheu de marcelinha: era a perena. As crianças a chutavam de todos os lados, para pelo menos aquecer os pés debaixo daquela perena. Como povo naqueles tempo... então ela andava, coitada daquela vovozinha, **ela dizia, eu não vi.** Porque quando eu cheguei já existia faxinal, meio sujo ainda, agora já ficô cada ano mais limpo. Mas falava que quantas crianças dava para colocar debaixo, pés daqui, dali com aquele lençol, vários deles se cobriam. Era miséria naqueles tempo. Às vezes falavam algumas coisas assim, como tavam passando mal **essas pessoas antigas. Mas gente não acredita, porque não sabe.** (grifo nosso, tradução parcial livre)

As(os) faxinalenses guardam muitos saberes tradicionais, misto dos saberes indígenas e dos grupos escravizados, como

41 Mamãe.

42 Macela ou marcela é um arbusto que atinge em torno de um metro de altura e costuma florescer no mês de março. Possui flores amarelas, em pequenos cachos que, depois de secas, são utilizadas para preencher travesseiros e acolchoados. Também é conhecida por macela-do-campo, macelinha, macela de travesseiro, camomila nacional, dentre outras denominações, e é utilizada para fins medicinais. Nome científico: Achyrocline satureioides. Fonte: http://www.cultivando.com.br/plantas_medicinais_detalhes/marcela_do_campo.html. Acesso em: 28 jan. 2019.

43 Espécie da acolchoado feito de penas de aves.

remédios tirados da natureza, rezas e cantos[44]. O relato da Sra. Rosa traz esse elemento. A planta *Macela* teve tamanha importância que permaneceu em suas lembranças. Cabia às mulheres a gestão doméstica da pobreza a que nossas(os) entrevistadas(os) se referiam. A Sra. Sonia havia manifestado que a avó criara as(os) filhas(os) sozinha, na ausência do avô que trabalhava na estrada de ferro. Nesse relato da Sra. Rosa, podemos ter uma ideia de como as mulheres driblavam as baixas temperaturas no inverno, o frio intenso das geadas[45], aprendendo a utilizar, para isso, os recursos que a natureza oferecia.

A entrevistada Sra. Helena[46], sobre os tempos antigos da comunidade comentou: "pois eu não sei contá porque a gente analfabeta né, não istudô" ou ainda: "pois não sei conta né? Porque já minha ideia não ajuda, eu tô com oitenta e oito ano. Então muita coisa eu tô esquecida". O que permanece em sua memória são os motivos que levaram seu pai a vender as terras onde residiam anteriormente e migrar para a comunidade: "Porque lá não dava mais nada. Mãe tinha ficado gira da cabeça, os cavalo moriam tudo. Papai se desgostô daquele tereno, vendeu e daí viemo pra cá. E viemo na herança da minha mãe, morá na herança dela".

Outra entrevistada, Sra. Paulina[47], nas questões relativas à história da comunidade, fez silêncios prolongados: "Nessa eu não sei te contá", "Ai meu Deus do céu, eu tô me apurando muito", respondeu para indicar que não possuía informações ou que não havia refletido sobre a temática.

---

44 Fonte: http://portalypade.mma.gov.br/faxinalenses-caracteristicas. Acesso em 28 de janeiro de 2019.

45 O clima da região se apresenta como "Clima subtropical úmido (mesotérmico): com média do mês mais quente inferior a 22°C e do mês mais frio inferior a 18°C, sem estação seca, verão brando e geadas severas demasiadamente frequentes. Distribui pelas terras mais altas dos planaltos e das superfícies serranas (Planalto de Curitiba, Planalto dos Campos Gerais, Planalto de Guarapuava, Planalto de Palmas, etc.). Fonte: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_geo_pdp_roberto_braz_aparecido_cabrera.pdf. Acesso em 12 jan. 2019.

46 Helena Schleian (1929). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 17 de março de 2018.

47 Paulina Iaciuk (1949). Entrevista concedida a Claudete Maria Petriw em 17 de março de 2018.

Analisando os relatos, é possível visualizar a percepção de que existe uma verdadeira história e que existe alguém que realmente sabe a história da comunidade e possui autoridade para tratar do assunto. Ao perguntarmos sobre os ditos tempos antigos do faxinal, notamos que algumas mulheres não se manifestaram a respeito, em especial as que não são nascidas na comunidade. A entrevistada Sra. Paulina se colocou como uma pessoa que sabe de muita coisa, mas "nessa" não e "estou me apurando", numa demonstração de que não havia refletido sobre a temática anteriormente, ou que não havia se importado com isso. A Sra. Helena não se manifestou porque, segundo ela, não lembra devido à idade e porque é analfabeta. Ou seja, ela acredita não possuir legitimidade para falar do passado da comunidade devido à falta de escolaridade.

Apesar disso, essas pessoas contaram a sua história. Retomando Schörner (2010), elas não manifestaram preocupação com uma origem, não apresentaram nome de fundadora/or ou inventora/or do faxinal, mas à sua maneira, demonstraram as relações que estabelecem com o lugar, com as pessoas e com a própria história. Há uma temporalidade e uma noção de espaço particular manifesta nas expressões utilizadas e na forma de se expressar das pessoas entrevistadas: o "antigamente", o "antes tempo", "aqueles antigos", pertencem a um passado mítico, num tempo distante em que havia sofrimento, em que a vida era dura, difícil.

Lembrar da mãe que enlouqueceu, da penúria do frio, da preocupação com a falta de terra para as(os) filhas(os), da alimentação da família, das doenças que antes não existiam e agora são corriqueiras na comunidade, da pobreza, das plantas usadas como remédio para dores do corpo e para driblar a dor do frio em épocas de geada, é contar a história do Faxinal Barra Bonita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias do passado que aqui foram analisadas dão forma ao lugar. A ideia de dor, sofrimento, trabalho duro apareceu em praticamente todas as entrevistas, numa tentativa de enaltecer um

passado heroico de antepassados desbravadores. Para Candau, esse tipo de representação do passado pode ser visto como uma busca identitária e indicar uma função social: crítica ao presente. Segundo ess e autor, ao evocar a ideia de "velhos bons tempos", no que diz respeito a valores culturais e religiosos, as pessoas podem indicar medo de que as melhorias trazidas pelo progresso contribuam para o declínio de valores que davam a essa comunidade o sentido de sua identidade.

Nos relatos aqui analisados, é possível perceber que as pessoas fundam sua identidade sobre uma memória de um passado heroico e de sofrimento compartilhado, denotando uma maneira de estar no mundo. Essa memória organiza as representações que as pessoas entrevistadas fazem sobre si, sobre sua história e seu destino, em uma constante construção de subjetividades.

Cabe aqui uma reflexão sobre gênero e memória verificada nas discussões. As mulheres idosas não se sentiam autorizadas a falar desacompanhadas. Em todas as entrevistas com mulheres idosas houve, a pedido delas, a presença de terceiras(os); nota-se que elas buscavam ancoragem junto a filhos presentes e não se mostravam contrariadas quando os filhos (homens) falavam por elas, com exceção da Sra. Helena, cujos familiares não interferiram.

Dentre os homens entrevistados, não notamos essa insegurança de uso da fala e a necessidade de aprovação das narrativas deles pelos familiares. Acreditar não ter o direito à fala é uma demonstração da maneira como são construídas as relações de gênero no faxinal Barra Bonita e de que forma as subjetividades dessas pessoas foram construídas a partir dessas relações. Embora os relatos tenham evidenciado o protagonismo das mulheres na gestão da vida cotidiana e no sustento das famílias, parece haver um silenciamento de suas vozes, uma vez que elas parecem não se sentir autorizadas a falar sobre determinados assuntos.

Rememorar, segundo Marina Maluf (1995), é uma tentativa de organizar um tempo sentido e vivido do passado e reencontrado pela vontade de lembrar, sendo, portanto, um ato de intervenção no caos das imagens guardadas: "Acompanhar o reencontro das imagens reconstituídas de outros tempos é um modo de conhecer o lugar do qual essas mulheres falam, como falam e a importância que atribuem ao seu lugar e aos fatos narrados" (MALUF, 1995, p. 89).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLA, Alessandro. O paranismo e a invenção da identidade paranaense. *Revista Eletrônica História em Reflexão.* Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade:* lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRASIL. Decreto n. 10.408, de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília*,* 134, p. 19, 13 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 1074/2003. *Estatuto do Idoso*. Brasília: DF, Outubro de 2003.

BRASIL*. Decreto n 8750/2016. Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília: Maio de 2016.

BRASIL. Decreto nº 9465/2018. *Diário Oficial da União - Seção 1*. 10/8/2018, Página 4.

CAMPIGOTO, José A. Os faxinais na perspectiva hermenêutica:a questão da origem. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH/PR, 11., 2007, *Anais...* Jacarezinho, 2007.

CAMPIGOTO, José Adilçon; Sochodolak Hélio. Os faxinais da região das Araucárias. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA Marcia Menendes; OLIVEIRA, Oseias de (Org). *História Agrária:* propriedade e conflito. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

CAMPINAS, Ricardo da Costa. A emancipação política e as alternativas de poder. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Claudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocêncio (Org.) *Paraná espaço e memória:* diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1 ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal* - Uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), UFRRJ, Rio de Janeiro, 1985.

CHANG, Man Yu. Sistema Faxinal - Uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná. *Boletim Técnico nº 22* – IAPAR. Londrina, 1988. 124 p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HAURESKO, Cecilia; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas; GOMES, Emerson de Souza. A relação entre a paisagem e o território ucraíno-brasileiro no município de Prudentópolis, Paraná. Ambiência Guarapuava (PR) - *Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais,* v.12 n.4 p. 955 - 1014 Set./Dez. 2016.

HAURESKO, Cecilia. *Lugares e tradições:* as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. Guarapuava: Unicentro, 2012.

JELIN, Elizabeth. *De qué hablamos cuando hablamos de memorias?* Los trabajos de la memoria. España: Siglo Veintiuno editores, 2001.

JUNIOR, Mario Martins Viana. Rasuras e contingências: (entre) laços do feminismo, do gênero, da memória e da escrita da História, In: *Por linhas tortas:* Gênero e interdisciplinaridade-I. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

KROETZ, Lando Rogério. *As Estradas de Ferro do Paraná 1880-1940.* 262f. (Doutorado em História Econômica) - USP, São Paulo, 1985.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Os "mundos faxinalenses" da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. *TERR@ Plural*, Ponta Grossa, 2008. V. 2, n. 2, p. 213-226.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza; IEGELSKI, Francine. *O sistema faxinal no município de Ponta Grossa:* Diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidadesdas comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa, 2003. (Relatório Técnico)- Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaína. (Orgs.) *Usos e abusos da história oral.* 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Wanderley. Imigração. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Claudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocêncio (orgs.) *Paraná espaço e memória:* diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos:* dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráf. Paranaense, 1941.

MARQUES, Claudio Luiz Guimarães. *Levantamento Preliminar sobre o sistema faxinal no Estado do Paraná*. Relatório de Consultoria Técnica. Instituto Ambiental do Paraná. Curitiba, 2005.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação*: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume Editora, 2012. (p. 21-70).

MOREIRA, Rosemeri. Corpo, mulheres e lembranças: problematizando a "memória feminina". In: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVEIRA, Viviane Teixeira; NICHNIG, Cláudia Regina; COSTA, Patrícia Rosalba S. M. (orgs). *Por linhas tortas:* gênero e interdisciplinaridade – I. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

NERONE, Maria Magdalena. *Terras de Plantar, Terras de Criar* – Sistema Faxinal. 260f. Tese (Doutorado em História). UNESP, Assis, 2000.

PARANÁ. Decreto Estadual n. 3.446, de 25 de julho de 1997. Cria as áreas especiais de uso regulamentado – ARESUR no estado do Paraná e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, n. 5067, 14 ago. 1997.

PARANÁ. Lei n. 15.673, de 11 de novembro de 2007. Dispõe que o estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, n. 7597, 12 nov. 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História {online}*. 2005, vol.24, n.1, p.77-98.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10,1992, p.200-212.

PORTAL CULTIVANDO. *Marcela do campo*. Disponível em: <http://www.cultivando.com.br/plantas_medicinais_detalhes/marcela_do_campo.html>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PORTAL TERRA DE ENCANTOS. *Faxinal*. Disponível em: <http://roteiroprudentopolis.wixsite.com/iprudi/faxinal.>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PORTAL YPADÊ. *Faxinalenses*. Publicado em 07 de Julho de 2016. Disponível em: <http://portalypade.mma.gov.br/faxinalenses-caracteristicas>. Acesso em: 13 de set. 2019.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann* - Em busca do tempo perdido. Tradução de Mário Quintana. Porto Alegre: Globo, 1948, v. 1.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SARAMAGO, José. *Nas suas palavras*. Edição e seleção de Fernando Gomez Aguilera. Alfragide - Portugal: Editorial Caminho, 2010.

SCHÖRNER, Ancelmo; ALMEIDA, M. L. Faxinaleneses versus agronegócio no faxinal do Marmeleiro (Rebouças/PR): o caso das sementes crioulas. *Argumentos*, v. 2, p. 91-121, 2016.

SCHÖRNER Ancelmo. *Os faxinais na região de Irati/PR:* relações peculiares entre território, cultura e meio ambiente. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

SCHÖRNER, Ancelmo; CAMPIGOTO, José Adilçon. Representações de cultura e costume: o rural, o urbano e o faxinal. *Revista Esboços.* Florianópolis, v.16, n. 21, p. 181-206, 2009.

SCHÖRNER, Ancelmo; CAMPIGOTO, José Adilçon. Migrantes no faxinal e migrações de faxinalenses: territórios e povos tradicionais. *Revista Esboços.* Florianópolis, v. 18, n. 25, p. 53-72, ago. 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI Stella; NAXARA Márcia. *Memória e(res)sentimento:* indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, Luiz Cesar Kreps da. Tropeirismo. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Claudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocêncio (Orgs.). *Paraná espaço e memória:* diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005.

SOUZA, Roberto Martins de. *Cartilha do 2º Encontro Estadual dos Faxinalenses*. Irati: Comissão Pastoral da Terra e IEEP, 2007.

SOUZA, Roberto Martins de. *Mapeamento social dos faxinais no Paraná. Terras de Faxinais.* Manaus: UEA, p. 29-88, 2007.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná:* do século XVI à década de 1950. Londrina: UEL, 2002.

VENSON, Ana Maria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral,* v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012.

ZAROSKI, Nelson Gilmar. *A utilização do tempo pelos imigrantes ucranianos de Prudentópolis 1940-1960.* 50 f. Monografia (Graduação em História), UFPR, Curitiba, 2001.

ZAROSKI, Nelson Gilmar. *Prudentópolis suas linhas e seus pioneiros*. Guarapuava: UNICENTRO, 2018.

CAPÍTULO 8

MULHERES DE ASCENDÊNCIA UCRANIANA EM PRUDENTÓPOLIS

O TRABALHO COM A IDENTIDADE CULTURAL

Nikolas Corrent

No presente capítulo trataremos das formas pelas quais mulheres se identificam e agem com um sentido de preservar a cultura de seus antepassados ucranianos no município de Prudentópolis, no Estado do Paraná. Dessa forma, buscamos elucidar os aspectos que contribuíram e ainda contribuem para que a cultura ucraniana mantenha-se viva em um território distante do seu, ou seja, no Brasil.

A formação do município de Prudentópolis associa-se ao processo imigratório sucedido ao término do século XIX e primórdios do século XX, por meio do qual, inúmeros ucranianos adentraram e se instalaram na região designada naquele período de São João de Capanema. Esses imigrantes trouxeram consigo não apenas os seus familiares e a memória de uma experiência sofrida na Ucrânia, mas também, seus costumes, suas tradições e sua cultura, a qual é marcada pela forte religiosidade.

Desse modo, verifica-se que, na contemporaneidade, os descendentes desses imigrantes buscam preservar essa cultura em Prudentópolis, mantendo-se ativas as tradições que aludem à religião, ao nacionalismo e à moralidade. Nesse contexto, evidenciam-se as inúmeras mulheres descendentes de imigrantes e que se auto identificam como "mulheres ucranianas", as quais contribuem para a transmissão das tradições as suas próximas gerações.

É ponderando essa conjuntura que o presente estudo emana, propenso a investigar as práticas desempenhadas pelas "mulheres ucranianas" que contribuem para que as características culturais de seus antepassados perdurem nos dias atuais. Assim, analisamos todo o processo imigratório que conduziu os imigrantes a Prudentópolis, evidenciando os escopos que justificaram a busca por uma nova pátria, bem como a instalação e permanência destes no município mediante a religiosidade. Ademais, explanamos acerca da cultura que se instalou com os imigrantes e seu desenvolvimento na atualidade, o qual contribui para que Prudentópolis seja denominada como "a pequena Ucrânia no Brasil".

CULTURA E RELIGIOSIDADE UCRANIANA EM PRUDENTÓPOLIS

Localizada no Centro-Sul do Estado do Paraná, a região de São João de Capanema – a qual atualmente compreende o município de Prudentópolis – foi destino de muitos ucranianos que imigraram para o Brasil, e esse fator decorre da analogia ao clima europeu, conforme expõem as historiadoras Talita Seniuk e Maria Inêz Antônio Skavronski (2014). O historiador Odinei Fabiano Ramos, elucida que,

> Foi no dia 16 de abril de 1896, que chegaram à região que futuramente se chamaria Prudentópolis as carroças de Henrique Kremmer trazendo as primeiras famílias de imigrantes ucranianos, os quais foram encaminhados à região pelo serviço imigratório do Paraná. Foi então que o diretor das obras públicas e coloniais, o engenheiro civil Dr. Cândido Ferreira de Abreu, resolveu por denominar a colônia de imigrantes eslavos de Prudentópolis, em homenagem ao então presidente da República Dr. Prudente de Moraes. (RAMOS, 2012, p. 70-71).

A partir do ano de 1896, a região recebeu então ucranianos e, conforme contabiliza o antropólogo Paulo Renato Guérios (2007, p. 117), "[...] entre 1896 e março de 1897, cerca de 5200 ucranianos foram destinados a Prudentópolis". O endereço

eletrônico da Prefeitura de Prudentópolis[1] diverge evidenciando o ingresso de 1500 famílias, ou seja, em torno de 8000 imigrantes. Embora os números sejam controversos, verifica-se a grande proporção de ucranianos adentrando a região de São João de Capanema, propensos a encontrar um "mundo novo". Burko expõe que, durante a viagem para o Brasil, o imigrante arquitetava a percepção de que

> Fugia ele das dificuldades, das perseguições religiosas e políticas, da guerra, da dominação de estrangeiros, da miséria e, algumas vezes, da própria fome. E, navegando, entusiasmava-se de poder, dentro em breve, estar longe de tudo isso. Logo ele construiria, no seu vasto quinhão de terra virgem e fértil, a sua nova casa branca, onde reuniria todos os seus pertences, onde às tardes esperá-lo-iam voltar do trabalho a mulher tranquila, com o *borshtch*[2] fumegante na mesa, e os filhos crescidinhos, sadios e alegres, tentando falar uma língua nova que aprenderiam na escola, quiçá estranha, mas sempre tão doce de ouvir e falar. (BURKO, 1963, p. 51)

No entanto, a partir da instalação nas novas terras, os imigrantes se deparam com uma circunstância dificultosa de acomodação e sobrevivência, o que instigou o anseio de regressar à pátria natal. Dentre os fatores que contribuíram para essa conjuntura, ressalta-se a negligência governamental ao proporcionar recursos, as péssimas condições de vida e, por conseguinte, a elevada taxa de mortalidade, o desconhecimento do idioma e do território, o penoso deslocamento aos centros urbanos por entre as matas densas, a falta de experiência como mão de obra em territórios inóspitos e as precárias moradias, as quais foram construídas com esforço próprio e improvisadas com as madeiras encontradas na região.

Ademais, eparca Mazur (2018) narra a ausência de "cidades e povoados", expondo que os imigrantes se sujeitaram a residir nas matas fechadas e desabitadas. Além disso, lembra que "[...] quanto à medicina, quanto à sobrevivência, quanto ao alimento, o pessoal sofreu", ponderando a escassez de recursos no país. Nota-se, nas

1 Disponível em: <www.prudentopolis.pr.gov.br/pagina/132_Historia.html>. Acesso em: 23 abr. 2019.

2 Prato típico da Ucrânia constituído de uma sopa com legumes e carne.

palavras do depoente, que "o pessoal sofreu", evidenciando que ele mesmo não padeceu com esses sofrimentos, tendo em vista que nesse período, não havia nascido. O que se permite perceber ao narrar essa história é aquilo que o sociólogo Michael Pollak (1992) cognomina de acontecimentos "vividos por tabela", ou seja:

> [...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 201).

Assim, a narrativa de Mazur foi constituída pelas histórias contadas por seus antepassados, os quais presenciaram esses acontecimentos e possibilitaram ao descendente, um relato de uma memória, que, por sua vez, idealiza como a sua própria história. Ainda nesse contexto, a descendente de imigrantes ucranianos Marcélia Ostapiv, também expõe sua história mediante os acontecimentos vividos por tabela. Desse modo, Ostapiv (2018)[3] divulga que "[...] muitos não gostavam de morar aqui, tinham que comer raiz, que é mandioca. Depois plantavam milho, trigo. Aos poucos foram avançando".

Posto isso, corroboram-se as intensas dificuldades e os sofrimentos dos imigrantes no território brasileiro. No entanto, mediante a luta e a "força de vontade", adquiriram seus empregos e, concomitantemente, foram prosperando, conforme relata a descendente de ucranianos Nádia Morskei (2017)[4]. A depoente reitera que os imigrantes "[...] sofreram muito no início, mas como eram trabalhadores, foram tendo sucesso, formando famílias. Na verdade, no início até fome eles passaram, e, também, passaram muitas dificuldades. Pelo trabalho foram conseguindo melhorar".

---

3 Entrevista concedida ao autor em 20 de março de 2018.

4 Entrevista concedida ao autor em 5 de setembro de 2017.

Além do trabalho e da perseverança, outro fator que motivou a permanência desses indivíduos na nova pátria foi a crença, a qual era reprimida na terra natal, e consoante Krevei (2017) "[...] a força condutora do povo ucraniano é a igreja". Seniuk e Skavronski (2014, p. 88) asseveram que "[...] a religiosidade foi um elemento fundamental de sobrevivência da etnia ucraniana em Prudentópolis", tendo em vista que "[...] a devoção contribuiu para que muitos não abandonassem o Brasil e voltassem para a Ucrânia devido às mesmas dificuldades extremas encontradas lá". Embora no processo imigratório ausentavam-se os sacerdotes ucranianos, Morskei (2017) revela que, posteriormente *à* instalação dos imigrantes, "[...] eles sentiam falta de um diretor espiritual que fosse ucraniano, tanto que escreveram várias cartas para a Ucrânia solicitando e veio o padre Silvestre Kysema pra cá". Salienta-se que esses conhecimentos acerca da religiosidade, alcançados mediante as entrevistas foram relevantes para esclarecer historicamente a tenacidade dos imigrantes em permanecer no município de Prudentópolis, ponderando que as fontes escritas não apresentavam informações sobre essa intensa religiosidade e a busca por auxílio espiritual. Nesse sentido, Portelli (1997, 31) expõe a presença de "significados" na história oral, tendo em vista que as "[...] entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos", conforme expusemos anteriormente. É justamente a existência desses "significados" que "[...] torna a história oral diferente" (PORTELLI, 1997, p. 31).

Consoante aos dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (2010), sabe-se que, em torno de 500 mil descendentes de imigrantes ucranianos residem no Brasil, sendo que 80% desses localizam-se no estado paranaense. À vista disso, os dados constatam que, na cidade de Prudentópolis, 75% da população são ponderadas como descendentes. Evidentemente, esse fator decorre da supracitada imigração. O presidente da Representação Central Ucraniano Brasileira, Vitório Sorotiuk (2010), expôs que os descendentes possuem representatividade em diversas organizações religiosas no Estado do Paraná, majoritariamente na igreja greco-católica e na ortodoxa. Ademais, constatou a existência de sociedades e comunidades ucranianas, bem como: "Sociedade

Ucraniana do Brasil, Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana, Sociedade Unificação, Associação da Juventude Ucraíno-Brasileira [...], a Sociedade Ucraniana de União da Vitória e também o Museu do Milênio de Prudentópolis" (SOROTIUK, 2010).[5]

Regressando ao contexto da imigração, faz-se importante ressaltar que, ao adentrarem no Brasil, mais especificamente no município de Prudentópolis, os imigrantes ucranianos tiveram permissão para exercer sua liberdade de expressão, a qual era suprimida em sua terra natal, sobretudo em relação à cultura, e também, como a crença. Dessa forma, a grande parcela de descendentes preserva essa cultura na contemporaneidade, conforme é possível verificar na religiosidade, no artesanato, na gastronomia, na arquitetura e nas festividades do município.

Cabe ressaltar que, inicialmente, os imigrantes tiveram um choque cultural, tendo em vista a cultura predominante na região de São João de Capanema, no entanto, de acordo com Sandra Mara Tenchena (2016, p. 49), "[...] como quaisquer outros imigrantes, os ucranianos buscaram formas de adaptação, aderiram a determinadas práticas culturais e sociais, mantiveram outras". A religiosidade novamente foi o pilar de sustentação para os ucranianos, contudo, dessa vez para a cultura. Morskei (2017) relata: "Eu digo que até hoje a Igreja é a principal responsável por estar mantendo as tradições culturais, religiosas, étnicas e folclóricas". Assim, por intermédio da igreja, houve o fortalecimento da cultura ucraniana em Prudentópolis, podendo se afirmar que, os sacerdotes garantiram o catolicismo ortodoxo e difundiram a língua materna nos templos sagrados.

Constata-se ainda, na contemporaneidade, a conservação dos ritos católico-ortodoxos[6] nas comunidades ucranianas,

5 O Museu do Milênio dispõe de um acervo histórico, cultural e religioso da contribuição dos primeiros imigrantes ucranianos na colonização e no desenvolvimento do município. Foi construído em Prudentópolis em virtude da comemoração do centenário da imigração ucraniana na cidade, isso em data de 11 de agosto de 1995, sendo vinculado à Igreja Ucraniana de São Josafat. O local é composto de um acervo de livros, objetos, documentos e fotos, os quais rememoram a cultura da comunidade ucraniana brasileira de Prudentópolis.

6 Os ritos incidem nas práticas cerimoniais características desempenhadas religiosamente por determinadas etnias. Na comunidade ucraniana, nota-se o emprego da língua materna e o calendário litúrgico ucraniano.

frequentadas pelos adultos e, sobretudo, pelas crianças, ponderando o imperativo de transmitir hereditariamente os costumes dos antepassados. Morskei (2017) corrobora: "[...] É a igreja a grande responsável aqui. É tão importante isso, porque desde pequenininho eles levam as crianças na igreja. [...] nós temos que manter a criança dentro da igreja pra ela preservar a religiosidade dentro dela. Eles vão na igreja e levam tudo isso pra casa". O hábito dos ucranianos de conduzirem as crianças à fé é algo que ainda se preserva com seus descendentes, conforme se nota com a narrativa de Morskei, a qual é fruto de sua memória no presente. Desse modo, Portelli (2010, p. 11) certifica que "[...] o conteúdo da memória pode ser o passado", tendo em vista que é no "agora que recordamos, é hoje que falamos do passado". O relato de Morskei sucede no tempo presente, entretanto, alude a uma conjuntura ocorrida no passado, seja em tempos distantes, como no período da imigração, ou não, como nas cerimônias que ocorrem aos domingos.

Nas cerimônias do catolicismo ucraniano, verifica-se uma prática peculiar, o rito bizantino, ou seja, a "[...] maneira de celebrar, as normas, as regras", conforme expõe Mazur (2018). Dessa forma, o rito bizantino ucraniano apresenta traços diferenciados, como o ato de celebrar virado para o altar, a ausência de imagens e estátuas no templo, o modo de realizar o sinal da cruz, bem como a quantidade de vezes. Ademais, o eparca relata: "nós batizamos e crismamos junto. O rito latino, batismo, crisma mais tarde. Crisma na igreja latina faz somente o bispo, ou com padre delegado por ele. Na nossa igreja, o padre faz a Crisma, basta o óleo ser abençoado pelo bispo". Assim, o rito bizantino simboliza a manifestação cultural dos ucranianos, seja nos costumes e nas crenças, como na própria arquitetura das igrejas, análoga aos templos da Ucrânia com a presença de torres e abóbadas.

Nesse cenário religioso, as festividades pascais são intensamente esperadas pelos descendentes, bem como pela população e pelos turistas que se deslocam a Prudentópolis, devido à reinterpretação dos costumes ucranianos em território brasileiro. O padre Tarcísio Orestes Zaluski (2017)[7] relata que "[...] o período pascal exige muita preparação de todos" como a realização

7 Entrevista concedida ao autor em 26 de setembro de 2017.

de "abstinências e jejuns, celebrações de preparação, confissão pascal". Além disso, "[...] também se preparam materialmente com alimentos especiais, costumes trazidos da Ucrânia dentro das famílias e na igreja" (ZALUSKI, 2017). Outro fator que promove a visibilidade da cultura ucraniana é a atuação dos Cossacos[8] na Vigília ao Santo Sudário, desempenhando práticas culturais e religiosas, além das apresentações nas festividades pascais.

Morskei (2017) rememora esse período em sua infância, destacando que "[...] sempre tinha na Páscoa e ainda permanece a Procissão do Santo Sudário na Sexta-Feira Santa, onde eles saem com o Santo Sudário e passam em volta da igreja" e posteriormente, a procissão. A depoente recorda a adoração, na qual "[...] todo mundo vai beijar o Santo Sudário. O Santo Sudário é a representação através de uma pintura". Concluindo, Morskei (2017) expõe: "[...] aqui em Prudentópolis, a Páscoa para os ucranianos é muito importante, muito significativa, tem muita simbologia e religiosidade. É uma Páscoa complexa e linda". Percebe-se que "[...] a construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história", consoante Portelli (2016, p. 31), pois verifica-se que o relato de Morskei é marcado por sentimentos e admiração, sobretudo aludindo à páscoa de Prudentópolis.

Além da religiosidade, a cultura ucraniana pode ser contemplada em outros segmentos no município, como na gastronomia, uma referência social que apresenta os ingredientes contidos na alimentação dos ucranianos, como beterraba, batata, repolho, trigo, milho e carnes suínas. A título de exemplo da culinária, tem-se: *Borscht*, uma sopa de beterraba com repolho e carne; *Halushky*, uma espécie de bolacha; *Pyrohy*, um pequeno pastel; *Holubtsy*, um charuto de repolho; *Kasha*, um mingau de cereais; *Kysil*, um mingau com frutos; *Uzvár*, uma bebida de frutas secas; e *Kutiá*, uma sobremesa feita de trigo e mel.

Salienta-se que essa gastronomia típica da culinária ucraniana é degustada cotidianamente pelos habitantes de Prudentópolis, sendo encontradas em preponderância, nas festas e eventos. Assim, a gastronomia é fundamental para promover vínculos com a Ucrânia,

8 Os Cossacos formam uma Irmandade no município, na qual buscam se identificar por uma cultura ligada a um ideal cossaco.

bem como, com os antepassados, preservando a cultura e reforçando a identidade étnica dos descendentes. Tenchena (2010, p. 78) revela que a cozinha, embora simplória mas espaçosa, é o local preferido dos ucranianos, tendo em vista que é "[...] onde os familiares se reúnem para não só fazer as refeições, mas também para conversar e tomar decisões importantes para todos".

No artesanato também se encontram os traços da cultura ucraniana, sobretudo com os bordados e as *pessânkas*. O bordado incide em uma técnica transmitida de geração em geração que visa preservar a cultura da Ucrânia em Prudentópolis e consoante Tenchena, tem-se três estilos:

> O do Norte da Ucrânia, em que as figuras geométricas são preservadas há séculos, o da Ucrânia central, Leste e Sul, no qual predominam as figuras de plantas e flores e os da Ucrânia ocidental, em que há um processo de transição das figuras geométricas a motivos de flores. (TENCHENA, 2010, p. 74)

Assim são encontrados desenhos de plantas e figuras geométricas, as quais aludem à religiosidade e, por isso, são expostos em vestimentas para uso nas cerimônias religiosas e nas festividades pascais. Ademais, é empregado nas decorações e no vestuário das práticas folclóricas e de pessoas comuns. Ressalta-se que as cores utilizadas possuem significados, como nas cores básicas, o vermelho representa o amor e o preto simboliza a tristeza.

A responsável pela Cooperativa Ucraíno-Brasileira de Artesanato Prudentópolis, Helena Ternoski Gerei (2018)[9], relatou em entrevista que essa cooperativa existe há 30 anos e realiza bordados típicos ucranianos e trajes folclóricos, sendo cerca de 300 mulheres nesse processo de bordar a mão, isto é, sem o uso de máquinas.

As *pessânkas* se concebem em ovos confeccionados a mão, simbolizando a arte ucraniana e utilizado em tempos remotos para presentear amigos e familiares. Nesse sentido, a instrutora da oficina de *pêssankas*, Julia Regina Bordun Bertoldi (2015, p. 1) expõe que "[...] eram dadas em nascimentos, uniões, casamentos,

9 Entrevista concedida ao autor em 10 de dezembro de 2018.

falecimentos, doenças e em datas solenes, como demonstração de estima e afeto, assim como na intenção de proteger do mal e desejar bons votos". Na contemporaneidade, as *pêssankas* são pintadas na última semana da quaresma, para que, no sábado de aleluia, sejam abençoadas na igreja. Realizada em "[...] ovos de galinhas, gansas, codornas, avestruzes e outras aves" consoante Bertoldi (2015, p. 1), a pintura emprega diversas colorações e traços, que aludem aos princípios religiosos, como o próprio ovo, o qual simboliza a vida.

Os significados das cores são: branco simboliza a pureza e o nascimento; preto, a fidelidade absoluta, bem como o nascimento; amarelo representa a sabedoria e a luz; vermelho, a paixão e a esperança; verde simboliza a natureza e a juventude; azul, o céu e o ar; marrom, a terra e a colheita; e roxo, a fé e a confiança. (BERTOLDI, 2015, p. 3). Em conjunto, as cores, as formas e os desenhos não representam apenas as *pêssankas*, mas também, a união dos descendentes, os quais buscam preservar a cultura ucraniana em solo brasileiro.

Por fim, destaca-se que a permanência da língua ucraniana, a decoração, a arquitetura impressa nas moradias e templos, as danças típicas, a catequese e a educação, também reforçam a identidade dos descendentes e resguardam a cultura ucraniana. Desse modo, no tópico posterior elucidaremos acerca da importância das mulheres no trabalho de preservação de características da cultura ucraniana em Prudentópolis.

AS "MULHERES UCRANIANAS" E O TRABALHO CULTURAL

> Os ucranianos ancoraram-se na memória da tradição para sobreviver em uma sociedade diferente da que conheciam. Apegaram-se à tradição para viverem de maneira estável em coletividade, elegendo as mulheres como guardiãs da tradição com o intuito de não perderem o caminho da vida cultural ucraniana. (TENCHENA, 2010, p. 91)

Aqui, procuramos evidenciar como as "mulheres ucranianas", aquelas que se identificam a partir desse endereço identitário, aportando sua ucranidade na ascendência familiar até os imigrantes ucranianos do local, se incumbem de um trabalho de guardiãs culturais. Assim, conforme destacado por Tenchena, as "mulheres ucranianas" buscam desempenhar uma função como responsáveis pela cultura ucraniana de Prudentópolis, sendo esse papel entendido como: preservar os costumes, sobretudo, mediante a prática da transmissão desses entre as gerações. Conforme corrobora a narrativa de Krevei (2017), "[...] as mães são responsáveis pela transmissão das tradições e costumes aos filhos, sendo ensinado o jeito de ser ucraniano".

Nesse sentido, verifica-se que a cultura ucraniana de Prudentópolis insere-se em um horizonte familiar patriarcal no qual as mulheres são restringidas às funções do ambiente doméstico, aos cuidados com a prole e a casa. A essa condição soma-se a o papel de transmissora/perpetuadora cultural; tais relações são construídas dentro, segundo Tenchena (2016, p. 76) de "[...] uma cultura centrada no princípio patriarcal de relações".

Ponderando a cultura patriarcalista, as gerações posteriores aos imigrantes ucranianos destacaram a busca e a legitimação da hierarquização dos sujeitos tendo em vista que, para Andreazza (1996, p. 235), "[...] o modelo de autoridade familiar dos imigrantes ucranianos pautava-se numa estrutura patriarcal, mas à esposa do patriarca cabiam funções que eram parte fundamental dessa autoridade". Na atualidade, o desempenho das "mulheres ucranianas" é percebido como um complemento à figura dominante masculina, pois, muito embora tais mulheres possam trabalhar fora de casa, a sua função principal é entendida como atrelada à educação informal da sua prole, educação essa, que deve garantir que os princípios e as tradições de seus antepassados sejam preservados e repassados. Assim, Tenchena (2010, p. 81) expõe que as mulheres ucranianas "[...] fazem questão de ensinar principalmente os pratos típicos, os rituais de páscoa, a valorizar a religião", bem como de preservar o ensinamento do idioma ucraniano aos filhos.

Ostapiv (2018) relata que "[...] a transmissão dos costumes de geração para geração é tamanha. Eu acho que isso são raízes, raízes

muito fortes e profundas. É algo que vai passando pra não morrer". Busca-se assim, mediante o desempenho das mulheres, preservar a tradição para que os costumes não se percam; não sejam esquecidos. Além disso, a depoente expõe que as "mulheres ucranianas" seriam "fortes e determinadas", fruto de seus antepassados, tendo em vista que sua mãe também era assim. Ademais, Ostapiv (2018) narra que "[...] a mulher ucraniana segura três pilares de uma família, de uma casa. A mãe é a referência pra tudo. É o esteio da família". Durante a entrevista, Ostapiv utilizou-se da "[...] presença do historiador para contar as histórias que quer contar", conforme assevera Portelli (2010, p. 04), e desse modo, foi possibilitado que a depoente expusesse suas próprias vivências, rememorando sua figura materna. Assim, corrobora-se o relato de Ostapiv, mediante a afirmação de Tenchena (2016, p. 81) de que "[...] as mulheres ucranianas são a base da estrutura familiar".

Andreazza (1996) explana acerca das famílias de imigrantes ucranianos: a figura paterna responsabilizava-se pela não aceitação de determinados atos ou costumes tidos como imorais perante a sociedade. Desse modo, considerava-se função da mãe, as punições e os castigos. A autora (1996, p. 235) reitera que a mãe "[...] determinava a conduta desejável e que castigava infrações". Salienta-se dessa forma que o patriarca propagava a normatização dos costumes a serem professados, e a mãe tornava-se um elemento punitivo. No entanto, faz-se importante destacar que, segundo Andreazza (1996, p. 236), "[...] a mãe, inclusive, seria a pessoa que defenderia os filhos da agressividade paterna".

Em suma, a participação das "mulheres ucranianas" em âmbito familiar era concebida como a imagem de uma educadora e, concomitantemente, rigorosa, coadjuvando-se como uma estrutura indispensável à estabilidade da autoridade patriarcal. Na contemporaneidade, nota-se uma inversão das práticas, pois a figura materna é representada por aquela que protege e impõe a disciplina verbalmente à prole, enquanto o pai encarrega-se de uma punição mais direta. No entanto, entre os ucranianos, preservam-se os costumes de uma educação moral, por meio da qual "[...] as tradições são passadas de geração a geração por mulheres que, com suas memórias, conservam suas boas maneiras e bons costumes [...]" (TENCHENA, 2010, p. 91-92), transmitindo-os a sua prole.

Constata-se ainda a difusão da língua ucraniana em Prudentópolis, onde são as mulheres que ensinam a seus filhos o idioma. Ademais, as "mulheres ucranianas" promovem cursos para que qualquer indivíduo aprenda o dialeto, contribuindo, assim, para a preservação não apenas do idioma, mas de toda a cultura da Ucrânia.

Também é evidenciado por Tenchena (2010), que as "mulheres ucranianas" orientavam seus filhos nas funções específicas, assim, ao completarem seus nove anos de idade, os meninos desempenhavam funções com o gado, enquanto as meninas, "[...] aprendiam a bordar, costurar, limpar a casa, cuidar do quintal, cozinhar e fazer as comidas típicas da Ucrânia" (TENCHENA, 2010, p. 82). Nesse sentido, desde a infância a prole exercia cargos da tradição ucraniana consoante ao seu sexo biológico, ou seja, macho ou fêmea. Esse fator remete aos "elementos simbólicos"nos quais meninas deveriam ser criadas conforme as tradições patriarcais, segundo as quais a subjetividade feminina consiste em cuidar dos filhos e das tarefas domésticas, enquanto, nas tradições para os homens, os meninos são induzidos aos serviços pecuários, entendidos culturalmente como "pesados" ou meramente como "serviços de homem". A historiadora Guacira Lopes Louro, explana que esses papéis distribuídos entre os indivíduos são,

> [...] basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...] Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (LOURO, 1997, p. 24).

Desse modo, as meninas assim como suas mães, se restringem ao contexto doméstico enquanto os meninos e os pais atuam externamente. Salienta-se conforme essas colocações, que a distribuição de papéis sociais masculinos e femininos entre as crianças ucranianas acarreta em estereótipos que qualificam a mulher como "frágil" e o homem como "viril", o que mantém

as desigualdades entre os gêneros e a dominação masculina. O sociólogo Pierre Bourdieu elucida tal conjuntura:

> O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, confortando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social. A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. (BOURDIEU, 2012, p. 18-20).

As diferenças sexuais e anatômicas, consoante Bourdieu, são fatores cruciais que contribuem para a construção desses estereótipos na sociedade e, consequentemente, nutrem a desigualdade de gênero, assim como a dominação masculina. É nesse sentido que a tradição ucraniana se fundamenta, conforme é possível verificar até mesmo nas brincadeiras, em que os meninos tendem a se envolver com as de caráter aventureiro, enquanto as meninas se limitam, assim como as mães, aos cuidados domésticos.

Essa tradição dos imigrantes ucranianos se preserva na contemporaneidade, ponderando que as "mulheres ucranianas" orientam seus filhos a desempenharem os papéis "desejáveis", ou conforme expôs Louro (1997, p. 24), "[...] adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher". No entanto, cabe ressaltar que perante a necessidade de ajudar no sustento da casa e, por conseguinte a inserção da mulher no mercado de trabalho, as mulheres ucranianas não se limitam apenas ao âmbito doméstico, conforme expusemos anteriormente, ocupando, consoante Tenchena (2010, p.81), cargos "[...] na prefeitura, como educação, turismo, fazendo parte da diretoria do grupo de dança, participando de eventos junto à comunidade, como festas nas igrejas e associação de

artesanato ucraniano" e, dessa forma, desempenham, atualmente uma jornada de trabalho também no espaço público.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho possibilitou às "mulheres ucranianas" "[...] uma experiência que também está atrelada ao padrão contemporâneo de protagonismo feminino", tendo em vista que, na atualidade, "[...] a descendente viaja, vai para a Europa, EUA, estuda fora da cidade, tentando manter alguns vínculos das tradições na alimentação, na arte, no bordado, na dança e na religião" (TENCHENA, 2016, p. 81). Posto isso, nota-se que as mulheres, mesmo com sua dupla jornada de trabalho e demais vivências, prosseguem na incumbência de ser uma agente da manutenção das tradições de seus antepassados.

No segmento religioso, as "mulheres ucranianas" também se responsabilizam pela orientação de seus filhos, conduzindo a prole no caminho cristão, pregando o culto e o respeito a Deus e ensinando as orações. Tenchena (2010, p. 80) elucida que as imigrantes doutrinavam as crianças sobre como deveriam "[...] se portar na igreja em relação ao rito ucraniano, respeitar os mais velhos e a valorizá-los", prática essa, ainda preservada pelas mulheres ucranianas.

Ademais, sendo a Páscoa um momento importante para os descendentes dos ucranianos, devido aos rituais e seu significado religioso, as "mulheres ucranianas" nesse período, responsabilizam-se pela rememoração e preservação das festividades pascais. Conforme relata Zaluski (2017), "as mulheres exercem grande papel nas festas tanto familiares como religiosas". Assim, cabe a elas a preparação e o ensinamento dos pratos típicos, com ingredientes simbólicos da cultura ucraniana.

A *Paska* se concebe em um dos alimentos peculiares preparados pelas mulheres, sendo o mais simbólico desse período, ponderando que seu preparo com rituais e decorações - na concepção da cultura ucraniana -, alude ao futuro da família. Com receitas exclusivas e sabores característicos, a *paska* consiste de um pão tradicional ucraniano, produzido para ser a primeira refeição do domingo de páscoa, o qual mediante a benção do padre na igreja, as famílias retornam aos seus lares para degustá-lo. A *paska* é coberta com símbolos feitos a partir da massa, possuindo diversas

formas, como cruz, flores, folhas e, por vezes, pássaros, símbolos esses que remetem à crença dos ucranianos.

Além da *paska*, outros alimentos são organizados em uma cesta para serem abençoados pelo padre. Desse modo, cabe as "mulheres ucranianas" a preparação dessa cesta, a qual deve conter obrigatoriamente, uma vela[10], além de alimentos caseiros – como a *paska* - e outros que não deveriam ser consumidos no período da quaresma.

Constata-se ainda a presença das *pêssankas*, o ovo decorado conforme elucidamos no tópico anterior. A preparação desses ovos tradicionais é de suma importância para a cultura ucraniana, tendo em vista que, em sua terra natal, as mulheres confeccionavam as *pêssankas* no decorrer do inverno, para que, na primavera, que incide no mês de março no leste europeu, os ovos estivessem prontos para presentear seus entes queridos na Festa da Primavera. Mediante a analogia das datas, ou seja, a Festa da Primavera ucraniana em março, bem como a páscoa Cristã, na contemporaneidade, os descendentes de ucranianos oferecem as *pêssankas* como uma lembrança da páscoa.

Nessa conjuntura, as mulheres são intensamente significativas, haja vista que são elas as agentes da confecção dos ovos e, sobretudo, as transmissoras de seus conhecimentos aos descendentes, para que assim, preservem a cultura ucraniana. Morskei (2017) corrobora a prática relatando que, na páscoa, as mulheres ucranianas "[...] têm o costume de pintar *pêssankas*", onde "a criança está junto ajudando" e aprendendo sobre a cultura ucraniana. Ademais, reitera que "[...] tudo que se investe na criança vai ter um retorno futuro" (MORSKEI, 2017).

A narrativa de Krevei nos possibilita obter informações específicas sobre a cultura ucraniana em Prudentópolis, sendo essas, raramente encontradas na historiografia. Assim, sabe-se, devido às fontes escritas, que as "mulheres ucranianas" são as que desenvolvem as *pêssankas*, e, mediante a oralidade, desvenda-se que as crianças participam desse processo. É nesse contexto que Portelli (1997, p. 27) assevera que determinadas "[...] fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado ou grupos sociais cuja história

10 Assim como os outros alimentos inseridos na cesta, a vela possui uma simbologia, a qual alude a Cristo, como sendo a luz do mundo.

escrita é falha ou distorcida". Desse modo, o relato de Krevei, não localizado nas escritas historiográficas, permite uma (re)construção da história baseando-se na entrevista.

A depoente prossegue em seu relato expondo acerca do imperativo em transmitir os costumes, narrando ser "[...] muito importante essa preservação, essa hereditariedade de passar [...] de vó pra mãe e de mãe pra neta. E vai passando, o bordado, a gastronomia que toda mulher sabe fazer. É importante isso que vai passando, porque daí vai preservar" (MORSKEI, 2017). Torna-se evidente com o relato de Krevei a importância das mulheres na manutenção de uma cultura ucraniana em Prudentópolis, pois, conforme a depoente afirma, as mulheres sabem desempenhar as práticas da tradição ucraniana, transmitindo-as aos seus filhos para que se conservem os costumes.

Ainda nessa concepção de costumes, salienta-se a busca também pela manutenção dos pratos típicos na culinária. Tenchena (2016, p. 60), explana que "as receitas aprendidas com as "mamas" (mães) e "babas" (avós) formam saberes que se convertem em práticas, mediadas pelas subjetividades, adaptadas pelos gostos e necessidades do cotidiano". Desse modo, a culinária ucraniana teria sido transmitida pelos antepassados às mulheres descendentes, as quais buscam manter a originalidade dos pratos típicos, contudo, mediante a escassez de ingredientes encontrados apenas na Ucrânia, tais pratos são adaptados com elementos brasileiros. Essa substituição por ingredientes brasileiros incide em uma invenção das tradições, conforme expõem Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984), ou seja, as mulheres acrescentam novos produtos visando suprir a necessidade local. Desse modo, as tradições inventadas são

> [...] reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social [...]. (HOBSBAWM; RANGER, 1984, p. 10)

Com esse trabalho criativo busca-se manter a cultura ucraniana em Prudentópolis. Mesmo com algumas reinvenções, essas práticas são estabelecidas em relação estreita com um passado ucraniano. Assim, essas tradições reinventadas são transmitidas aos descendentes que, posteriormente, utilizarão do mesmo princípio. Tenchena (2016, p. 61) reitera que as mulheres "[...] são as guardiãs desses saberes" que serão apreendidos pelas próximas gerações. Ainda consoante essa transmissão gastronômica, Tenchena complementa:

> As tradições culinárias são práticas alimentares que não residem apenas nos domínios da vida privada, mas no saber transmitido pelas mãos femininas que levam seus conhecimentos para reuniões comunitárias, festas e diversas comemorações, contribuindo também para a construção de uma memória coletiva e de uma identidade étnica. (TENCHENA, 2016, p. 61)

Posto isso, evidencia-se que as mulheres que se identificam como "ucranianas" transmitem e adaptam seus saberes mediante sua memória, não apenas aos seus filhos, mas a toda a comunidade mantendo uma cultura ucraniana viva em Prudentópolis.

Somando-se aos pratos típicos, essas mulheres também se utilizam do bordado para recriar as tradições e reforçar a identidade. Ostapiv (2018) relata que seus antepassados, aludindo às mulheres de sua família, "[...] costuravam bordados porque o inverno era muito rigoroso" e, desse modo, preparavam-se para aquecer seus familiares. Na contemporaneidade, as "mulheres ucranianas" bordam não apenas visando ao frio, mas propensas a manter o que entendem como uma tradição, desempenhando cursos de bordado para que também essa característica da cultura ucraniana perdure nos dias atuais. Salienta-se, de acordo com Tenchena (2016, p. 138), que é uma prática comum entre as mulheres bordadeiras "[...] o costume de presentear umas às outras com as suas criações, estabelecendo uma relação simbólica entre quem dá e recebe".

Constata-se, também, que o bordado é uma fonte de renda para determinadas mulheres. Conforme narra Gerei (2018), a responsável pela cooperativa de bordados de Prudentópolis, "[...] as bordadeiras que bordam pra nós, elas bordam em casa, então

o delas é sagrado". Em suma, utilizam-se do rendimento obtido por intermédio bordado para manterem-se e, para isso, expõem suas peças à venda no Museu do Milênio. Desse modo, assim como as *pêssankas*, os bordados são também elementos de lembrança turística que remetem à cultura ucraniana em Prudentópolis.

A identificação ucraniana em Prudentópolis produz uma infinidade de bens culturais que por sua vez, além de preservarem a cultura ucraniana, são base de atividades comerciais e turísticas no município. Contudo, salienta-se que as mulheres envolvidas nessas atividades estão inseridas no mercado de trabalho e se enxergam como agentes culturais, para além das tarefas domésticas e os cuidados com a prole. Recriam suas tradições e conferem sentido ao seu cotidiano, pois fazem suas próprias escolhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou como objetivo, a realização de uma abordagem que elucidasse a importância das mulheres para a manutenção da cultura ucraniana em Prudentópolis - PR, mulheres essas, que não são nascidas na Ucrânia, porém se compreendem como descendentes dos imigrantes de lá advindos.

O processo imigratório que conduziu os ucranianos ao Brasil, mais especificamente à cidade de Prudentópolis no estado paranaense, possibilitou que esses imigrantes praticassem seus costumes na nova pátria, concedendo-lhes liberdade e espaço para a difusão de sua cultura. Tendo isso em vista, na contemporaneidade, a cultura desses imigrantes se preserva no município, mediante o desempenho de seus descendentes. Assim, a preservação desses costumes reforça a identidade e o sentimento de pertencimento, sobretudo àqueles que desempenham as práticas tradicionais.

Nesse contexto, as "mulheres ucranianas" contribuem intensamente na construção da identidade cultural do município, tendo em vista que se compreendem como guardiãs da memória e responsáveis pela transmissão dos costumes ucranianos. Desse modo, tradições como a educação moral da prole, o ensinamento da

língua ucraniana, a perseverança na religiosidade, os pratos típicos, as *pêssankas* e os bordados, são passados de geração em geração pelas mulheres de Prudentópolis.

Mediante as memórias e as narrativas, nos foi possibilitado o desenvolvimento deste trabalho e, sobretudo, o acesso a muitas informações não disponibilizadas pela escrita historiográfica. Assim, ressalta-se a importância da história oral para uma pesquisa como essa, ponderando a contribuição dos significados que permanecem à margem da história.

FONTES ORAIS

GEREI, Helena Ternoski. Entrevista concedida a Nikolas Corrent em 10 de dezembro de 2018.

KREVEI, Meroslawa. Entrevista concedida a Nikolas Corrent em 11 de outubro de 2017.

MAZUR, Meron. Entrevista concedida a Nikolas Corrent em 29 de novembro de 2018.

MORSKEI, Nádia. Entrevista concedida a Nikolas Corrent em 05 de setembro de 2017.

OSTAPIV, Marcélia. Entrevista concedida a Nikolas Corrent em 20 de março de 2018.

ZALUSKI, Tarcísio Orestes. Entrevista concedida a Nikolas Corrent em 26 de setembro de 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. 1996. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6767/869.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2019.

ANDREAZZA, Maria Luíza. *Paraíso das delícias*: estudo de um grupo imigrante ucraniano (1895-1995). 1996. 392 p. Tese (Cursos de Pós-Graduação em História) -- Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ANDREAZZA, Maria Luíza; NADALIN, Sérgio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais.* Campinas/SP, n. 11, 1999.

BERTOLDI, Julia Regina Bordun. *Pêssanka:* Um símbolo, uma arte ucraniana! 2015. Disponível em: <https://metropolia.org.br/wp-content/uploads/2015/03/apostila-oficina-pessankas.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORUSZENKO, Oksana. A imigração ucraniana no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. 4. *Anais...* São Paulo, 1969, p. 423-439

_____. Os ucranianos. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*, Fundação Cultural de Curitiba, v.22, n.108, out. 1995.

BURKO, Valdomiro N. *A imigração ucraniana no Brasil*. 2.ed. Curitiba: [s. n.], 1963.

GUÉRIOS, Paulo Renato. *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2007. [Editado como GUÉRIOS, Paulo Renato. *A imigração ucraniana ao Paraná:* memória, identidade e religião. Curitiba: UFPR, 2012].

HANEIKO, Valdemiro. *Uma centelha de luz*. Curitiba: Clero Diocesano Ucraniano no Brasil e Editora Kindra, 1985.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. *Censo 2010*. 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/-total_populacao_parana.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas: fatores de expulsão. In: FAUSTO, Bóris (Org.*). Fazer a América:* a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: USP, 1999. p. 13-14.

KOTVISKI, Vilson José. *Pêssankas do autor*. 2015. Disponível em: <http://www.pessanka.com.br/pessankas-do-autor/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, sexualidade e educação:* uma perspectiva pós estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MUSEU DO MILÊNIO. *Fotos.* 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/museudomilenioprudentopolis/photos/?ref=page_internal>. Acesso em: 30 abr. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. *História oral como arte da escuta.* São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*, São Paulo (14), fev. 1997.

RAMOS, Odinei Fabiano. *Experiências da colonização eslava no centro-sul do Paraná (Prudentópolis 1895-1995)*. 2012, 219f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

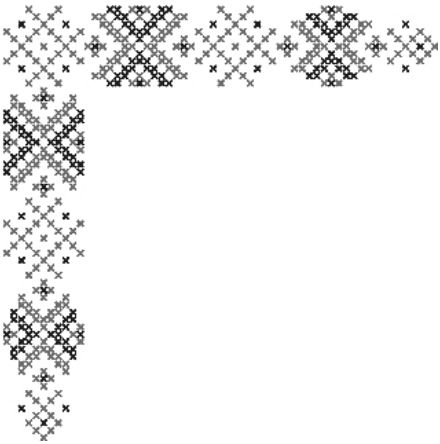
SENIUK, Talita; SKAVRONSKI, Maria InêzAntônio. Imigração ucraniana e colonização em Prudentópolis (1895-1945). *Revista Ateliê de História*, UEPG/Ponta Grossa, v. 2, n. 1, 2014.

SOROTIUK, Vitório. *A comunidade ucraniana no Brasil e sua contribuição para o incremento das relações Brasil e Ucrânia*. 2010. Disponível em: <https://sorotiuk.wordpress.com/comunidade-ucraniana/>. Acesso em: 26 abr. 2019.

SZYMANSKYJ, Ludmila. *Paska*. 2017. Disponível em: <http://minhaucrania.com.br/2017/03/27/paska-2/>. Acesso em: 27 abr. 2019.

TENCHENA, Sandra Mara. *Memórias de mulheres ucranianas*: recriação de tradições em Prudentópolis - Paraná. 2010. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____.*O feminino nos mistérios ucranianos da arte e da fé*. 205 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.



AUTORES

BEATRIZ ANSELMO OLINTO

Possui graduação Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (1992), mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e pós doutorado em Sociologia Política na mesma universidade (2014) e em História Social na Universidade Federal Fluminense (2017). É professora associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste e professora do programa de pós-graduação em História e Regiões na mesma instituição. É pesquisadora do INCT Rede Proprietas: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso.

CLAUDETE MARIA PETRIW

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2002), especialização em Gestão da Educação no Campo pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (2013), especialização em Novas Tecnologias Educacionais pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (2011), especialização em Ensino e Formação de Recursos Humanos para a Educação Básica pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2005) e Mestrado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2019). Atualmente é Professora da Secretaria de Educação do Estado do Paraná e Professora da Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

CLÁUDIA PARELLADA

Arqueóloga, doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2006), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (1997) e geóloga pela Universidade Federal do Paraná (1987). Trabalha no Museu Paranaense desde 1984, sendo a partir de 1990 a pesquisadora responsável pelo Setor de Arqueologia do Museu Paranaense, coordenando diferentes projetos de pesquisas.

DARLAN DAMASCENO

Possui graduação em Ciências Aeronáuticas pela Universidade Norte do Paraná (2011), graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (2016) e mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (2018). Atualmente doutorando pela Universidade Federal de Santa Catarina.

EDINA SMAHA

Possui graduação em Letras - Inglês pela Universidade Estadual do Centro Oeste (2016) e graduação em relações internacionais - Lvov Ivan Franko State University (2012). Mestra em Letras pela Universidade Estadual do Centro Oeste. Possui experiência na área de letras com ênfase em línguas estrangeiras modernas.

ELIANE CRESTIANE LUPEPSA COSTENARO

Possui graduação em Ciências Sociais/Licenciatura (2014) pela Faculdade Guarapuava. Possui graduação em História (2007)

e especialização em História Cultural (2009) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste e em Psicopedagogia Institucional (2011) pela Universidade Castelo Branco. Mestra em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2013). Atualmente trabalha como professora de Sociologia contratada pela Secretaria de Estado da Educação.

LOREMI LOREGIAN-PENKAL

Graduada em Letras Português e Italiano pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993); Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996); Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Paraná (2004), e realizou estágio de pós-doutorado pela UFPR/CNPq (2012). Atualmente é professora Associada C na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO, campus de Irati. Nessa universidade, atua na graduação em Letras/ Fonoaudiologia e no Mestrado em Letras. É líder dos grupos de pesquisa Centro de Estudos Vênetos no Paraná, CEVEP; Variação Linguística de Fala Eslava, VARLINFE, e integra a equipe de pesquisadores do Projeto VARSUL. Em 2019/2020 encontra-se em estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de contato lingüístico.

LOURENÇO RESENDE DA COSTA

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2013), graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2007). Professor de História no Ensino Fundamental e Médio pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

NIKOLAS CORRENT

Graduado em Pedagogia (2019) pelo Centro Universitário Internacional, Filosofia (2018) pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson, História (2016) pela Universidade Luterana do Brasil e Ciências Sociais (2015) pela Faculdade Guarapuava. Especialista em Docência do Ensino Superior (2018) e Educação a Distância com Ênfase na Formação de Tutores (2018) pela Faculdade São Braz; Gestão da Educação do Campo (2017) pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras. Mestre em História (2019) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Membro do grupo de Estudos em História Cultural da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Professor de Filosofia e Sociologia contratado pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná e professor celetista das disciplinas de Filosofia, História e Sociologia no Colégio Imaculada Virgem Maria e Sociologia no Colégio São José.

ODINEI FABIANO RAMOS

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - Franca. Atualmente é professor Associado da Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Santa Cruz - Guarapuava – Paraná.

Editora
UNICENTRO

160mm x 230mm
Adobe Garamond Pro; AmeriGarmnd; Bebas Neue